

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Bruno Marinho Trindade

**OS MILITARES TRABALHISTAS NA LUTA ARMADA CONTRA A
DITADURA CIVIL-MILITAR DE SEGURANÇA NACIONAL NO RIO
GRANDE DO SUL (1964-1971)**

Santa Maria, RS
2020

Bruno Marinho Trindade

**OS MILITARES TRABALHISTAS NA LUTA ARMADA CONTRA A DITADURA
CIVIL-MILITAR DE SEGURANÇA NACIONAL NO RIO GRANDE DO SUL (1964-
1971)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em História**.

Orientador: Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad

Santa Maria, RS
2020

Trindade, Bruno

Os militares trabalhistas na luta armada contra a Ditadura Civil-Militar de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1971) / Bruno Trindade.- 2020.
171 f.; 30 cm

Orientador: Diorge Alceno Konrad

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2020

1. Ditadura Civil-Militar 2. Terrorismo de Estado 3. Militares trabalhistas 4. Luta armada 5. Rio Grande do Sul I. Alceno Konrad, Diorge II. Título.

Bruno Marinho Trindade

**OS MILITARES TRABALHISTAS NA LUTA ARMADA CONTRA A DITADURA
CIVIL-MILITAR DE SEGURANÇA NACIONAL NO RIO GRANDE DO SUL (1964-
1971)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em História**.

Aprovado em 31 de março de 2020:

Diorge Alceno Konrad, Dr. (UFSM) – Videoconferência
(Presidente/Orientador)

Enrique Serra Padrós, Dr. (UFRGS) – Videoconferência

Wilma Antunes Maciel, Dra. (USP) – Videoconferência

Glaucia Vieira Ramos Konrad, Dra. (UFSM) – Suplente

Santa Maria, RS
2020

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Inara e Vilmar, que para mim sempre serviram de exemplo de perseverança, honestidade e empatia com o próximo. Que em muito contribuíram para a visão de mundo que tenho hoje e que sempre me apoiaram nas escolhas que fiz, especialmente sobre prosseguir nos estudos. Dedico à minha irmã, Kelly, meu sobrinho, Davi, e meu cunhado, Douglas, que igualmente admiro e que apesar da distância, sabem do carinho e da saudade que tenho por eles.

Dedico, também, este trabalho a todas as pessoas que no passado recente arriscaram suas vidas por um País mais justo e democrático e que no presente seguem lutando contra a opressão e o obscurantismo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha família pelo incentivo que me deram em prosseguir nos estudos e em todo tipo de apoio que prestaram ao longo desses mais de dois anos. Agradeço, ainda, por toda a compreensão nos momentos em que não consegui dar a devida atenção por conta de prazos a cumprir. Enfim, agradeço por todo o carinho e suporte que sempre me deram.

À amiga e historiadora, Cristiane Medianeira Ávila Dias, a qual me incentivou a tentar o mestrado e me ajudou desde o primeiro dia em que decidi escrever o projeto para a seleção. Agradeço pelas dicas de leituras e fontes de pesquisa, pelo material gentilmente cedido e pelas horas reservadas para debater certas questões que contribuíram para a execução deste trabalho durante esses mais de dois anos.

Ao meu orientador, professor e amigo Diorge Alceno Konrad, por ter acreditado, desde o início, na proposta deste trabalho e pela confiança depositada a alguém que já estava afastado a algum tempo do meio acadêmico, esclarecendo todas as dúvidas que foram surgindo. Agradeço, também, pela serenidade passada dentro e fora de sala de aula, que tornaram a rotina de cobranças do meio acadêmico menos estressante. Enfim, pelo exemplo de professor e de ser humano.

Aos professores Enrique Serra Padrós e Wilma Antunes Maciel pela aceitação do convite para fazer parte da Banca de Qualificação, contribuindo com críticas e sugestões para o aprimoramento deste trabalho e, da mesma forma, pela aceitação em compor a Banca da Defesa de Dissertação.

Aos entrevistados José Wilson da Silva e Alfredo Daudt Júnior, que prontamente aceitaram compartilhar suas experiências, trazendo grandes contribuições para este trabalho. Agradeço, também, pela forma com que me receberam nos dias das entrevistas.

Agradeço a todos os funcionários do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria pelos auxílios prestados.

A todos os funcionários do CCSH, aos professores e coordenadores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria.

Aos colegas de Curso, pela receptividade desde o primeiro dia de aula, pelas trocas de experiências e pelas ajudas que prestaram sempre que precisei. Enfim, agradeço pelas novas amizades.

Aos amigos de longa data, que de inúmeras formas contribuíram para o prosseguimento desta pesquisa, seja nos momentos de sociabilidade, seja nas ajudas

diretamente relacionadas ao projeto. Neste último caso, em especial, ao Eduardo Stringini Severo, que sempre se dispôs a ajudar nas traduções para o inglês, dos meus trabalhos acadêmicos.

Agradeço, finalmente, a CAPES, que financiou a pesquisa para este trabalho e à Universidade pública, gratuita e de qualidade, neste caso, representada pela Universidade Federal de Santa Maria, instituição da qual tenho muito orgulho de ter feito parte e que é imprescindível para a ciência e o desenvolvimento do País.

RESUMO

OS MILITARES TRABALHISTAS NA LUTA ARMADA CONTRA A DITADURA CIVIL-MILITAR DE SEGURANÇA NACIONAL NO RIO GRANDE DO SUL (1964-1971)

AUTOR: Bruno Marinho Trindade
ORIENTADOR: Diorge Alceno Konrad

Este trabalho tem por objetivo compreender a participação dos militares das Forças Armadas Brasileiras e da Brigada Militar ligados ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) na luta armada contra a Ditadura Civil-Militar de Segurança Nacional, no Rio Grande do Sul, entre 1964 e 1971. A partir da criação do PTB, por Getúlio Vargas, em 1945, uma parte dos militares que integravam a corrente nacionalista das Forças Armadas Brasileiras e da Brigada Militar se filiou ao Partido ou atuou na defesa de sua linha programática, que visava uma série de reformas e nacionalizações de setores econômicos considerados estratégicos para o Brasil. Nas Forças Armadas, fazendo oposição à corrente nacionalista, estava o grupo de militares propagadores da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que no contexto da chamada “Guerra Fria” (1945-1991) representava o alinhamento ideológico ao Governo dos Estados Unidos da América (EUA). Essa doutrina considerava qualquer tipo de contestação individual, ou de movimentos sociais, às desigualdades sociais do País, como a ameaça de um “inimigo interno”, que estaria a serviço do “comunismo internacional”. Desta forma, esse suposto inimigo precisava ser eliminado da sociedade. A DSN serviu, portanto, de esqueleto teórico para o Golpe Civil-Militar de 1964 e para a política de terrorismo estatal iniciada naquele mesmo ano contra civis e militares identificados com ideias nacionalistas e reformistas, ou mesmo revolucionárias. Além do enquadramento ao conceito de “inimigo interno”, contra os militares identificados com tais ideias, ainda existia o agravante de uma suposta “traição da pátria”, pelo fato de serem militares. Observa-se, ainda, que o engajamento desses militares na luta armada foi uma continuidade das lutas ocorridas nos anos anteriores ao Golpe Civil-Militar de 1964, quando atuaram no Movimento dos Sargentos, na Campanha da Legalidade (1961), nas mobilizações populares pela aprovação das Reformas de Base e na tentativa de resistência ao Golpe que depôs João Goulart, do PTB. Entre 1964 e 1966 os militares trabalhistas das Forças Armadas e da Brigada Militar passaram a articular, junto com o ex-Governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, do PTB, algumas tentativas de movimentos armados visando derrubar a Ditadura recém-instaurada. Com a desistência de Brizola em prosseguir com a luta armada no Brasil, em 1967, um número reduzido desses militares passou a atuar ou colaborar com organizações armadas de inspiração marxista, até o momento em que estas foram aniquiladas pelo aparato repressivo, no Rio Grande do Sul, em 1971. Buscou-se, portanto, um melhor entendimento da atuação desses militares, durante a luta armada, tendo-se como referencial teórico os aportes do materialismo histórico e do Terrorismo de Estado (TDE). Para a realização da pesquisa foram utilizadas fontes documentais – entre arquivos da repressão e arquivos sobre a repressão –, depoimentos de militares perseguidos após o Golpe Civil-Militar de 1964, livros de memórias e reportagens de jornais, fazendo-se, assim, o cruzamento de suas informações.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar; Terrorismo de Estado; Militares Trabalhistas; Luta Armada; Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

THE LABOR MILITARY IN THE ARMED STRUGGLE AGAINST THE CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP OF NATIONAL SECURITY IN RIO GRANDE DO SUL (1964-1971)

AUTHOR: Bruno Marinho Trindade
ADVISOR: Diorge Alceno Konrad

This work aims to understand the participation of the military of the Brazilian Armed Forces and the Military Brigade linked to the Brazilian Labor Party (PTB) in the armed struggle against the Civil-Military Dictatorship of National Security in Rio Grande do Sul, between 1964 and 1971. From the creation of the PTB, by Getúlio Vargas, in 1945, a part of the military that integrated the nationalist current of the Brazilian Armed Forces and the Military Brigade joined the Party or acted in defense of its programmatic line, which aimed at a series of reforms and nationalizations of economic sectors considered strategic for Brazil. In the Armed Forces, in opposition to the nationalist current, was the group of military propagators of the Doctrine of National Security (DSN), which in the context of the so-called "Cold War" (1945-1991) represented the ideological alignment with the Government of the United States of America (USA). This doctrine considered any type of individual challenge, or of social movements, to the country social inequalities, as the threat of an "internal enemy", who would be at the service of "international communism". Thus, this supposed enemy needed to be eliminated from society. The DSN, therefore, served as a theoretical framework for the 1964 Civil-Military Coup and for the state terrorism policy initiated that same year against civilians and military identified with nationalist and reformist, or even revolutionary ideas. In addition to framing the concept of "internal enemy", against the military identified with such ideas, there was still the aggravation of a supposed "betrayal of the country", because they were military. It is also observed that the engagement of these soldiers in the armed struggle was a continuation of the struggles that occurred in the years before the Civil-Military Coup of 1964, when they worked in the Sergeants' Movement, in the Campaign for Legality (1961), in popular mobilizations for approval of the Base Reforms and the attempt to resist the coup that deposed João Goulart, from PTB. Between 1964 and 1966 the labor military of the Armed Forces and the Military Brigade began to articulate, together with the former Governor of Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, of the PTB, some attempts at armed movements aimed at overthrowing the newly established Dictatorship. With the abandonment of Brizola to continue the armed struggle in Brazil, in 1967, a small number of these soldiers started to act or collaborate with armed organizations of Marxist inspiration, until the moment when these were annihilated by the repressive apparatus, in Rio Grande do Sul in 1971. Therefore, a better understanding of the performance of these military personnel was sought, during the armed struggle, taking as a theoretical reference the contributions of historical materialism and State Terrorism (TDE). In order to carry out the research, documentary sources were used – between files of repression and files on repression –, testimonies of military personnel persecuted after the 1964 Civil-Military Coup, memoir books and newspaper reports, thus making the crossing of your information.

Key words: Civil-Military Dictatorship; State Terrorism; Labor Military; Armed Struggle; Rio Grande do Sul.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Municípios envolvidos na primeira tentativa de levante armado no Rio Grande do Sul.....	91
Mapa 2 – Municípios envolvidos na Operação Pintassilgo.....	100
Mapa 3 – Municípios envolvidos na Operação Três Passos	107
Mapa 4 – Municípios envolvidos na última tentativa de levante armado no Rio Grande do Sul.....	118

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADNAM	Associação Democrática e Nacionalista de Militares
AI-1	Ato Institucional Nº 1
AI-2	Ato Institucional Nº 2
AI-5	Ato Institucional Nº 5
AI-14	Ato Institucional Nº 14
ALN	Ação Libertadora Nacional
AMFNB	Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil
AMPLA	Associação de Defesa dos Direitos e Pró-Anistia dos Atingidos por Atos Institucionais
AP	Ação Popular
APERS	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BC	Batalhão de Caçadores
BM	Brigada Militar
BNM	Brasil Nunca Mais
BP	Batalhão de Polícia
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CIA	Central Intelligence Agency
CISA	Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica
CISAR	Comissão de Investigação Sumária do Ministério da Aeronáutica
CJM	Circunscrição Judiciária Militar
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNP	Conselho Nacional do Petróleo
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
COLINA	Comandos de Libertação Nacional
CPORPA	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Porto Alegre
DCI	Divisão Central de Informações
DFSP	Departamento Federal de Segurança Pública
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DOI	Destacamento de Operações de Informações

DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
EPCAR	Escola Preparatória de Cadetes do Ar
EUA	Estados Unidos da América
ELO	Esquadilha de Ligação e Observação
ESG	Escola Superior de Guerra
FALN	Força Armada de Libertação Nacional
FALN	Forças Armadas de Libertação Nacional
FFAA	Forças Armadas
FLN	Frente de Libertação Nacional
FMP	Frente de Mobilização Popular
FSB	Frente Socialista Boliviana
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM	Inquérito Policial Militar
ITT	Telephone and Telegraph
LSN	Lei de Segurança Nacional
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MCR	Movimento Comunista Revolucionário
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MLN-T	Movimiento de Liberación Nacional Tupamaros
MNR	Movimento Nacionalista Revolucionário
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de outubro
MR-26	Movimento Revolucionário 26 de março
MRMN	Movimento de Resistência Militar Nacionalista
M3G	Marx, Mao, Marighella, Guevara
OBAN	Operação Bandeirantes
ORM-POLOP	Organização Revolucionária Marxista – Política Operária
PE	Polícia do Exército
PIS	Processo de Investigação Sumária
PSD	Partido Social Democrata
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PCB	Partido Comunista Brasileiro

PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PDT	Partido Democrático Trabalhista
POC	Partido Operário Comunista
PR	Partido Republicano
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
RAN	Resistência Armada Nacionalista
RI	Regimento de Infantaria
RO	Regimento de Obuses
RPR	Regimento de Polícia Rural
SIAN	Sistema de Informações do Arquivo Nacional
SN	Segurança Nacional
SNI	Serviço Nacional de Informações
STF	Supremo Tribunal Federal
STM	Superior Tribunal Militar
TDE	Terrorismo de Estado
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UC	Unidades de Combate
UDN	União Democrática Nacional
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNE	União Nacional dos Estudantes
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária
VAR-Palmares	Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	A DÉCADA DE 1960 E AS DIVERGÊNCIAS IDEOLÓGICAS NAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS E NA BRIGADA MILITAR	32
2.1	A ATUAÇÃO DOS MILITARES TRABALHISTAS NA CAMPANHA DA LEGALIDADE (1961).....	39
2.2	DA DEFESA DAS REFORMAS DE BASE ÀS TENTATIVAS DE RESISTÊNCIA AO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964.....	50
3	A INSTAURAÇÃO DA DITADURA CIVIL-MILITAR DE SEGURANÇA NACIONAL E O TERRORISMO DE ESTADO	67
3.1	A BUSCA PELA COESÃO INTERNA NAS FORÇAS ARMADAS E A PERSEGUIÇÃO AOS MILITARES CONTRÁRIOS À DITADURA CIVIL-MILITAR DE SEGURANÇA NACIONAL.....	73
3.2	MILITARES TRABALHISTAS NAS PRIMEIRAS TENTATIVAS DE LUTA ARMADA NO RIO GRANDE DO SUL.....	84
3.2.1	A pronta resposta ao Golpe Civil-Militar de 1964.....	88
3.2.2	Nas asas da resistência: a Operação Pintassilgo.....	92
3.2.3	A Operação Três Passos.....	102
3.2.4	Victor de Souza Couto e a Força Armada de Libertação Nacional (FALN).....	110
3.2.5	O “Plano de Brizola”.....	114
4	MILITARES TRABALHISTAS E AS ORGANIZAÇÕES DE ESQUERDA ARMADA NO RIO GRANDE DO SUL	121
4.1	BRIGADIANOS NA VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR).....	125
4.2	O BRIGADIANO COLABORADOR DA VANGUARDA ARMADA REVOLUCIONÁRIA – PALMARES (VAR-PALMARES).....	140
4.3	AS PRISÕES POR SUPOSTAS PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES DE GUERRILHA URBANA.....	143
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	155
	OBRAS CONSULTADAS	159
	NOTÍCIAS E ARTIGOS DE JORNAIS/PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS	159
	FONTES DOCUMENTAIS	160
	ENTREVISTAS	165
	ANEXO A – Modelo de avião a ser utilizado na Operação Pintassilgo	166
	ANEXO B – Jato F-8 Gloster Meteor	167
	ANEXO C – Trajeto da Operação Três Passos	168
	ANEXO D – Expropriação do Banco do Brasil de Viamão	169

1 INTRODUÇÃO

O início da década de 1960, no Brasil, correspondeu a um período de grande mobilização política de diversos setores da sociedade. Trabalhadores urbanos, camponeses, estudantes, artistas, empresários, militares, entre outros grupos, se articularam na defesa de diferentes projetos políticos para o País. Manifestaram-se para, de um lado, pressionar o Congresso Nacional na aprovação de um conjunto de reformas que, sem superar o modo de produção capitalista, diminuiriam as profundas desigualdades sociais e trariam maior independência ao Brasil, e, de outro, para reagir à mobilização popular, visando à manutenção da situação de dominação de uma classe sobre as demais e a submissão política e econômica do País frente às potências estrangeiras.

As mobilizações em torno desses projetos estavam inseridas em um contexto de crise do modelo econômico de substituição de importações, iniciado na década de 1930, no Brasil, e que, como observa Brum (1986, 7 ed., p. 99), levou o País “a um confronto entre as forças sociais nacionalistas e os defensores da associação ao capital estrangeiro”. Tendo por objetivo o controle da crise econômica e a diminuição das desigualdades sociais, o Governo de João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), tentou implantar uma série de medidas que limitariam os crescentes lucros dos bancos e das multinacionais, entrando em choque com os interesses de parte da burguesia brasileira associada ao capital internacional¹.

Conforme Alves (1989, 5 ed., p. 21), entre as medidas estavam o controle das remessas de lucros ao exterior, o pagamento de *royalties* e transferências de tecnologia, uma legislação antitruste, a negociação para a nacionalização de grandes empresas estrangeiras², além da adoção de “uma política nacionalista de apoio e concessão de subsídios diretos ao capital privado nacional, sobretudo aos setores não vinculados ao capital estrangeiro”. Nessa perspectiva, a autora observa que, “o desenvolvimento dependente e os específicos interesses internacionais e nacionais a ele associados formam o pano de fundo indispensável à avaliação da conspiração civil e militar que derrubou o governo constitucional de João Goulart, no Brasil, a 31 de março de 1964”.

Entretanto, a política de controle do capital estrangeiro fazia parte de uma série de propostas reformistas do Governo nacionalista de João Goulart. Estas eram as Reformas de

¹ Nesse sentido, Brum (Idem, p. 106), acrescenta que o empresariado brasileiro associado “tende a fazer também seus os interesses das empresas multinacionais, passando a olhar o próprio país não enquanto nação, da qual ele é parte integrante, mas apenas enquanto mercado, a ser utilizado da melhor forma possível para a realização do lucro e da acumulação – objetivo principal da empresa capitalista”.

² Vale destacar que, junto às propostas de estatização de setores considerados estratégicos para o País, também estava o monopólio da exploração e comercialização do petróleo pela PETROBRAS.

Base que, no aspecto econômico, além da regulação do capital internacional, também propunham a suspensão do pagamento da dívida externa e o combate ao latifúndio agroexportador. Este último se daria por meio de uma reforma agrária, proposta que encontrava maior resistência por parte da direita conservadora. Além disso, outras reformas eram propostas, tais como: a urbana, que visava o controle do crescimento desordenado das cidades e um combate à especulação imobiliária; a reforma eleitoral, que estenderia o direito ao voto para analfabetos e a legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB)³; e a reforma universitária (GORENDER, 5 ed., 2014; MOREIRA, 2017).

Desta forma, o Golpe Civil-Militar de 1964 foi uma reação da classe dominante à crescente mobilização popular, de trabalhadores do campo e da cidade, que buscavam melhorias nas suas condições de vida e de trabalho, bem como uma maior representatividade política. Nesse sentido, Alves (1989, 5 ed., p. 22), observa que, “a rápida organização da classe trabalhadora e do campesinato assustou as classes mais altas, que nunca antes haviam sido forçadas a mínimas concessões em questões como salários, condições de trabalho ou mesmo organização sindical”, acrescentando que, “a maior participação de setores da sociedade até então marginalizados pôs em confronto exigências e interesses irreconciliáveis num sistema de desenvolvimento dependente-capitalista”.

Como demonstram Dreifuss (1981, 3 ed.) e Alves (1989, 5 ed.), a preparação para o Golpe de Estado ocorreu nos anos anteriores, em ações coordenadas de desestabilização do Governo de João Goulart, envolvendo a burguesia brasileira associada ao capital internacional, as multinacionais, o Governo dos Estados Unidos da América (EUA) – que por meio da *Central Intelligence Agency* (CIA), enviava dinheiro a políticos opositores e aos empresários ligados ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) – e os militares alinhados à Doutrina de Segurança Nacional (DSN), ligados ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Conforme será detalhado mais adiante, a DSN serviu de base ideológica para o Golpe Civil-Militar de 1964 e para a manutenção da Ditadura Civil-Militar de Segurança Nacional (SN)⁴ que se seguiu.

³ Em 1947, durante o Governo de Eurico Gaspar Dutra, o Partido teve seu registro cassado e foi posto na ilegalidade. Este fato, no entanto, não alterou a hegemonia que o PCB tinha na esquerda brasileira de inspiração marxista, até o início da década de 1960. Faz-se, também, a observação de que, até 1961, denominava-se Partido Comunista do Brasil.

⁴ Entende-se que, por conta da articulação entre os setores empresariais e militares, deve ser enfatizado o caráter Civil-Militar do Golpe classista de 1964 e, da mesma forma, da Ditadura. Considera-se, também, a abordagem de autores como, Comblin (1978), Alves (1989, 5 ed.), Borges (2007, 2 ed.) e Padrós (2005), que ressaltam o papel que a Doutrina de Segurança Nacional desempenhou no Brasil e nas demais ditaduras instauradas na América Latina – como na Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai –, entre as décadas de 1960 e 1980. Denominando esses casos como “ditaduras cívico-militares de Segurança Nacional”, o último autor (2005, p. 25) sintetiza que, “a DSN foi incorporada como o fundamento teórico justificador da proteção da sociedade nacional

Apesar da atuação conjunta do setor empresarial e das Forças Armadas Brasileiras no Golpe e na manutenção da Ditadura, observa-se que, no início da década de 1960 existiam divergências ideológicas entre os militares brasileiros. Uma parte minoritária de oficiais⁵ e, majoritária de graduados⁶ – ligados ao Movimento Nacionalista –, se engajou nas lutas pelas Reformas de Base e apoiou o Governo de João Goulart. Tal divisão no meio militar também ocorreu nas polícias militares dos estados da Federação, como no caso da Brigada Militar, do Rio Grande do Sul⁷. Algumas dessas pessoas não só apoiaram e atuaram em conjunto com os movimentos sociais, pela aprovação das Reformas de Base, como também militaram por partidos políticos de esquerda, entre eles, o PTB. Faziam, portanto, oposição ao grupo majoritário de oficiais golpistas, alinhados à DSN e ao Governo estadunidense.

Desta forma, este trabalho⁸ tem como objeto de estudo a participação dos militares trabalhistas⁹ das Forças Armadas Brasileiras e da Brigada Militar nos movimentos e organizações que recorreram às armas para lutar contra a Ditadura Civil-Militar de SN, no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1964 e 1971. Este recorte temporal corresponde ao período em que, de acordo com Chagas (2007), ocorreram as ações armadas no estado. Ressalta-se que, para a melhor compreensão da temática, também será dedicada especial atenção ao engajamento desses militares durante a Campanha da Legalidade, em 1961, quando se mobilizaram para assegurar a posse de João Goulart à Presidência da República¹⁰. Nessa

a partir da edificação de um Estado que precisava esconder sua essência antidemocrática”. Tendo como principal premissa, o combate a um suposto “inimigo interno” – por conseguinte, a existência de uma “guerra interna” –, a DSN serviu de base ideológica para o terrorismo estatal empregado nas ditaduras do período, que visavam eliminar qualquer foco de contestação à situação de dominação burguesa nesses países. Seguindo, portanto, essa linha interpretativa é que neste trabalho serão utilizados os conceitos de Ditadura Civil-Militar de Segurança Nacional para denominar o caso brasileiro.

⁵ O que corresponde a: aspirante, tenente, capitão, major, tenente-coronel, coronel, contra-almirante, general, almirante, brigadeiro, marechal e marechal do ar. In. POSTOS e graduações. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/postos-e-graduacoes>> Acesso em: 30 abr. 2019.

⁶ O que corresponde a: soldado, taifeiro, marinheiro, cabo, sargento, subtenente e suboficial. Estes militares estão na base da hierarquia militar e também podem ser chamados de praças. In. POSTOS e graduações. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/postos-e-graduacoes>> Acesso em: 30 abr. 2019.

⁷ Assim denominada a Polícia Militar deste estado.

⁸ Que está vinculado à Linha de Pesquisa “Cultura, Migrações e Trabalho” e foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/DS).

⁹ Foram incluídos como tal os militares filiados ao PTB e aqueles que, mesmo sem filiação formal, simpatizavam com a linha programática do Partido, mantendo uma relação de proximidade com a militância e alguns políticos trabalhistas. Estes casos específicos serão devidamente detalhados no decorrer do trabalho. Observa-se, ainda, que, no decorrer da dissertação, sempre que possível, serão referenciados os postos e graduações desses militares na atualidade, uma vez que foram anistiados a partir de 1979. Portanto, entende-se que essas pessoas nunca deixaram de ser militares, mesmo quando foram cassados das Forças Armadas Brasileiras e da Brigada Militar. Foram expurgados por motivações políticas, portanto, contra suas vontades.

¹⁰ No início da década de 1960, ainda na vigência do regime democrático, o então Governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, do PTB, era o principal defensor das ideias nacionalistas, centradas no anti-imperialismo. Por conta disso, teve o apoio da maioria dos militares identificados com o Movimento Nacionalista daquele período, incluindo-se aí os militares socialistas e comunistas. Acontecimento decisivo para essa aproximação foi a liderança exercida pelo Governador trabalhista na Campanha da Legalidade, quando, por

perspectiva, será igualmente abordada a violência estatal empregada contra esses sujeitos históricos, logo após a efetivação do Golpe Civil-Militar de 1964, uma vez que ficaram marcados pelas atitudes que tomaram em defesa da democracia naqueles anos.

A luta armada contra a Ditadura Civil-Militar de SN, no Rio Grande do Sul, é dividida em dois momentos: o primeiro, correspondente ao período de 1964 a 1967, sendo caracterizada pelo protagonismo dos militares nacionalistas e trabalhistas ligados ao ex-Governador Leonel Brizola, quando atuaram conjuntamente com o político trabalhista em tentativas de levantes armados. Em um segundo momento, após a desistência de Brizola em prosseguir com a luta armada, no Brasil, em 1967, e depois da edição do Ato Institucional Nº 5 (AI-5)¹¹, as organizações de inspiração marxista assumiram o protagonismo da luta armada no Rio Grande do Sul. Dessas organizações armadas fizeram parte ou colaboraram alguns dos militares trabalhistas do primeiro momento.

Partindo-se do pressuposto que a maior parte desses militares não defendia uma Revolução Socialista – uma vez que, como será visto, essa não era a proposta do PTB –, buscou-se responder, neste trabalho, em que medida as ideias trabalhistas e a liderança de Leonel Brizola, no primeiro momento da luta armada, influenciaram na desistência ou no prosseguimento dos militares trabalhistas no segundo momento da luta armada contra a Ditadura Civil-Militar de SN, no Rio Grande do Sul, levando-se em conta o protagonismo das organizações de esquerda de inspiração marxista no estado, após 1968.

Nessa perspectiva, como objetivo geral, buscou-se fazer uma síntese sobre a participação dos militares trabalhistas nos diferentes momentos da luta armada contra a Ditadura, no Rio Grande do Sul. Ligado a isso, procurou-se, também: examinar as diferentes correntes ideológicas existentes nas Forças Armadas Brasileiras, no início da década de 1960, e suas consequências; averiguar as articulações de certos setores das Forças Armadas e da Brigada Militar com os movimentos sociais e com o PTB, antes e depois do Golpe Civil-Militar de 1964; investigar as relações estabelecidas entre os militares comunistas e trabalhistas durante a luta armada contra a Ditadura, no estado rio-grandense; identificar os movimentos e as organizações de esquerda armada em que atuaram os militares trabalhistas, no Rio Grande do Sul, e os motivos que levaram estes a fazer parte de determinada

meio de transmissões radiofônicas, mobilizou a população brasileira para resistir à tentativa de golpe. Com a Brigada Militar desde o início ao seu lado, Leonel Brizola logo também recebeu o apoio do III Exército, com sede no Rio Grande do Sul, e de outras unidades militares das Forças Armadas espalhadas pelo Brasil, conforme será detalhado neste trabalho.

¹¹ Baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o Governo do ditador Artur da Costa e Silva, o AI-5 outorgou poderes ilimitados ao Executivo e permitiu fechar o Congresso Nacional por tempo indeterminado, estabelecendo, também, censura prévia à imprensa e a suspensão do *habeas-corpus*, entre outras medidas que aprofundaram o Terrorismo de Estado.

organização e; por fim, compreender como se deu a violência estatal contra os militares trabalhistas durante a Ditadura.

Em tempos de ataque ao conhecimento científico, em geral, e ao trabalho dos historiadores, em particular, com ideias negacionistas de eventos como a Ditadura Civil-Militar de SN (1964-1985) e o terror estatal praticado contra milhões de pessoas naquele período, a escolha do tema deste trabalho não foi despropositada. Com as recorrentes manifestações de parte da população que, atingida pela desinformação, defende o retorno daqueles tempos sombrios, elegendo, inclusive, alguns políticos que sempre se pronunciaram e agiram com desprezo pela democracia e pela vida humana, entende-se que este trabalho possa contribuir para o entendimento do que significa sobreviver e lutar contra uma ditadura.

Desta forma, além da particular curiosidade do autor sobre um assunto que apenas recentemente passou a receber maior atenção no meio acadêmico, referente aos militares que se opuseram ao Golpe Civil-Militar de 1964 e a Ditadura que se seguiu¹², espera-se, antes de tudo, que este trabalho tenha uma relevância social. Nesse sentido, sem descuidar-se do método que a ciência histórica exige, deseja-se que este trabalho não fique restrito ao meio acadêmico, possibilitando o diálogo e a compreensão de qualquer cidadão preocupado com o futuro do País. Busca-se demonstrar que nem mesmo dentro das Forças Armadas Brasileiras e da Brigada Militar existiu um consenso quanto à deposição do Presidente constitucionalmente eleito pela população e que os militares contrários ao Golpe Civil-Militar de 1964, também foram vitimados pela violência estatal que se seguiu.

Da mesma forma que a população civil, os militares legalistas das Forças Armadas e da Brigada Militar foram perseguidos nos primeiros dias após o Golpe de Estado, sendo, na quase totalidade, cassados, presos e, em alguns casos, assassinados. Tendo-se como foco os militares trabalhistas, busca-se demonstrar que, a partir de 1964, alguns desses sujeitos históricos optaram ou se viram obrigados a entrar para a vida clandestina, afastando-se de suas famílias e colocando em risco suas próprias vidas para lutar contra seus antigos colegas de farda, a fim de restabelecer a democracia no País.

Sabe-se que a produção historiográfica sobre a Ditadura Civil-Militar de SN é longa e os temas abordados, variados. Quanto aos trabalhos voltados para a temática da luta armada,

¹² O autor tomou conhecimento desses casos, quando, no início de 2016, ajudava a preparar uma atividade sobre ditadura e democracia, a ser desenvolvida no Pré-Universitário Popular Alternativa, da UFSM. Fazendo algumas pesquisas, na internet, se deparou com um depoimento de um militar perseguido das Forças Armadas, prestado à Comissão Nacional da Verdade (CNV). Posteriormente, buscando maiores informações sobre o assunto e fazendo a leitura do livro *Caparaó: a primeira guerrilha contra a Ditadura*, do jornalista José Caldas da Costa (2007), gentilmente cedido pela amiga e colega, Cristiane Medianeira Ávila Dias, surgiu o interesse em pesquisar sobre os militares que pegaram em armas para lutar contra a Ditadura no Brasil.

destacam-se os livros: *Combate nas trevas*, de Jacob Gorender (2014, 5 ed.), *O fantasma da revolução brasileira*, de Marcelo Ridenti (2010, 2 ed.), *A revolução faltou ao encontro*, de Daniel Aarão Reis Filho (1990) e *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana*, de Jean Rodrigues Sales (2007). Estes autores são considerados referências nesse assunto e, apesar de algumas diferenças em suas abordagens, apresentam diversas informações sobre as principais organizações de esquerda armada que atuaram no Brasil nas décadas de 1960 e 1970. No entanto, tais autores dedicam poucas páginas de seus trabalhos aos militares que se engajaram na luta armada.

Fora alguns livros autobiográficos, como *O tenente vermelho*, do capitão reformado do Exército, José Wilson da Silva (2011, 4 ed.), *A Rebelião dos Marinheiros*, do marinheiro Avelino Bioen Capitani (2005, 2 ed.), ou jornalísticos, como *Caparaó: a primeira guerrilha contra a Ditadura*, de José Caldas da Costa (2007) e *Lamarca: o capitão da guerrilha*, de Emiliano José e Oldack de Miranda (2015, 17 ed.) – que trouxeram importantes contribuições sobre o assunto –, são poucos os trabalhos de historiadores que tem como temática a atuação dos militares na luta armada. Nesse sentido, destacam-se os trabalhos de Wilma Antunes Maciel (2003; 2009; 2013), que centrou a temática de sua dissertação de mestrado na figura do capitão Carlos Lamarca e, posteriormente, em sua tese de doutorado, abordou a atuação dos militares de esquerda na luta armada contra a Ditadura Civil-Militar de SN. É, portanto, uma referência nesse assunto.

Tem-se, ainda, a tese de doutorado de Fábio André Gonçalves das Chagas (2007), sobre a luta armada no Rio Grande do Sul. Apesar de não ter como único objeto de estudo a participação dos militares, seu trabalho trouxe importantes contribuições nesse sentido, pois demonstrou que estes tiveram uma importante atuação no período em que ocorreu a luta armada no estado. Destacam-se, também, os trabalhos de Anderson da Silva Almeida (2010; 2014a; 2014b; 2014c), que em sua dissertação e em um capítulo do livro *A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 1964*, respectivamente, abordou o caso dos marinheiros e a Associação que criaram, no início da década de 1960, e a resistência desses militares ao Golpe Civil-Militar de 1964, tendo desenvolvido, em sua tese, a temática da trajetória do almirante Cândido da Costa Aragão na luta armada contra a Ditadura.

Constatada as importantes contribuições desses historiadores nas pesquisas sobre os militares na luta armada contra a Ditadura Civil-Militar de SN, observa-se uma lacuna na historiografia no que se refere aos militares trabalhistas, bem como suas ações no Rio Grande do Sul. Se, por um lado, Chagas (2007) tem como recorte espacial o Rio Grande do Sul e fornece importantes informações sobre a atuação desses militares na luta armada no estado,

por outro, não tem isso como único objeto de estudo em seu trabalho, abrindo margem, assim, para uma maior investigação. Já os trabalhos de Maciel (2003; 2009; 2013) e Almeida (2010; 2014a; 2014b; 2014c), que abordam unicamente o caso dos militares, não focaram suas pesquisas nos trabalhistas, tampouco no Rio Grande do Sul. Observa-se, no entanto, que a primeira autora aborda alguns casos ocorridos neste estado, como a Operação Três Passos.

Articulado por militares cassados, exilados no Uruguai, este movimento armado, que ficou conhecido como a “Guerrilha de Três Passos”, partiu das regiões de Três Passos e Tenente Portela, no interior do Rio Grande do Sul, em março de 1965. Sob o comando do coronel do Exército, Jefferson Cardim de Alencar Osório e do sargento trabalhista da Brigada Militar, Alberi Vieira dos Santos, um grupo armado de pouco mais de vinte pessoas, partiu em direção à Região Centro-Oeste do País, com a ideia de ir conseguindo adesões durante o percurso. Entretanto, foram surpreendidos pelas tropas do Exército no estado do Paraná, sendo que o grupo acabou desarticulado, com a prisão de todos os seus integrantes. Também abordado neste trabalho, buscou-se averiguar se nesse movimento houve outras participações de militares trabalhistas.

Tal como no caso da Operação Três Passos, outros movimentos armados foram pouco estudados pela historiografia. Estes são os casos da chamada Operação Pintassilgo que, em realidade, não passou da fase de planejamento e foi organizada pelo então capitão-aviador e trabalhista, Alfredo Ribeiro Daudt, ainda em 1964, e de uma nova tentativa ocorrida no início de 1966, organizada pelo grupo de militares exilados no Uruguai, ao lado de Leonel Brizola. O único trabalho encontrado, contendo informações sobre estas duas tentativas de pronta-resposta armada à Ditadura Civil-Militar de SN recém-instaurada no Brasil, foi a tese de doutorado de Chagas (2007).

O trabalho do referido autor forneceu muitas pistas, sendo importante, desta forma, para o aprofundamento da pesquisa sobre o assunto. Fora isso, algumas menções, de forma superficial, são feitas no livro de memórias do capitão reformado José Wilson da Silva (2011, 4 ed.), no livro do jornalista José Caldas da Costa (2007) e em uma obra do cientista político e historiador Moniz Bandeira (2010, 8 ed.). Observa-se que, destas tentativas de levantes armados, fizeram parte muitos militares trabalhistas cassados e da ativa das Forças Armadas e da Brigada Militar. Como será visto no decorrer deste trabalho, apesar das milhares de cassações ocorridas no País, logo após o Golpe Civil-Militar de 1964, alguns militares legalistas – entre trabalhistas e não trabalhistas – continuaram no serviço ativo, e, enquanto não foram descobertos pelo aparato repressivo, colaboraram com a luta armada no Brasil.

A atuação de alguns desses militares trabalhistas também se deu por meio de organizações armadas, como a Força Armada de Libertação Nacional (FALN) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Em sua tese, Chagas (2007) apresenta muitos detalhes sobre a atuação desta última Organização no estado, fazendo, no entanto, uma rápida menção ao tenente da Brigada Militar, Isko Germer, que era identificado com as ideias trabalhistas e participou das primeiras tentativas de levantes armados organizados pelo grupo de exilados no Uruguai. Desta forma, no presente trabalho, buscou-se detalhar a atuação deste militar pela VPR do Rio Grande do Sul. No que diz respeito à FALN, nenhuma informação sobre esta Organização foi encontrada no trabalho de Chagas (2007).

Dito isso, esta pesquisa teve como base teórica a concepção materialista da história, pois se compreende que os militares que atuaram nos movimentos e organizações de luta armada contra a Ditadura Civil-Militar de SN, são sujeitos históricos que lutaram pela transformação da realidade na qual estavam inseridos. A luta de classes torna-se, portanto, um dos elementos fundamentais para a compreensão da história como processo. Da mesma forma, como observa Eric Hobsbawm (1998, p. 181), tal concepção teórica formulada por Karl Marx “continua a ser a base essencial de todo estudo adequado de história, porque – até agora – apenas ele tentou formular uma abordagem metodológica da história como um todo [...]”, ou seja, que possibilitou visualizar a interação entre todos os aspectos da vida social.

Mesmo nos anos anteriores ao Golpe Civil-Militar de 1964, os militares de esquerda¹³ já lutavam contra as desigualdades sociais intrínsecas ao modo de produção capitalista, seja na defesa de projetos reformistas que amenizariam o problema – caso dos trabalhistas –, seja na luta pela completa transformação das estruturas – caso de socialistas e comunistas. De qualquer forma, ambas as correntes foram duramente reprimidas pelo Golpe classista de 1964 e, apesar da violência estatal que passaram a sofrer com a Ditadura instaurada, continuaram lutando por um País mais justo.

Não se compreende as perseguições que esses militares sofreram antes e depois do Golpe Civil-Militar de 1964 sem o conhecimento da DSN. Conforme as diretrizes desta doutrina, originária dos EUA e difundida no Brasil por meio da Escola Superior de Guerra (ESG), todas aquelas pessoas simpatizantes de ideias reformistas ou revolucionárias eram enquadradas como “inimigos internos”. Seriam agentes infiltrados a serviço do comunismo internacional e por serem elementos desagregadores de uma suposta unidade nacional,

¹³ Por esquerda entende-se o que Gorender (2014, 5 ed., p. 11) resume como “o conceito referencial de movimentos e ideias endereçados ao projeto de transformação social em benefício das classes oprimidas e exploradas. Os diferentes graus, caminhos e formas dessa transformação social pluralizam a esquerda e fazem dela um espectro de cores e matizes”.

precisariam ser eliminados. No caso dos militares enquadrados em tais premissas, ainda existia o agravante do que se considerava uma traição à Pátria a que serviam. Observa-se que a DSN estava inserida no contexto do que a historiografia comumente denomina de “Guerra Fria (1945-1991)”, de um mundo polarizado entre os países capitalistas, liderados pelos EUA, e os países comunistas, liderados pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Observa-se, entretanto, que a ideia básica presente na ideologia de segurança nacional remonta ao nascente anticomunismo do século XIX, quando a burguesia europeia passou a criminalizar qualquer tipo de contestação da classe trabalhadora quanto à exploração na qual era submetida. Nesse sentido, conforme Diorge Konrad, Glaucia Konrad e Rafael Lameira (2008, p. 123), “um dos maiores discursos inventados do século XX é o de que a chamada ‘Guerra Fria’ iniciou após o final da Segunda Guerra Mundial”, pois “seu significado traduz o que grande parte da intelectualidade e da mídia tem reproduzido até os dias atuais, ou seja, que uma espécie de ‘guerra’ cuja acontecia entre os Estados Unidos e a União Soviética em torno da partilha do mundo pós-1945”.

Nessa perspectiva, os autores observam que, a “Guerra Fria” raramente “aparece como síntese ideológica da luta de classes do capital contra o trabalho” e que, “na verdade, o que a visão conservadora e despolitizada [...] sempre escondeu foi uma estratégia sutil de anticomunismo presente desde o século XIX, após o surgimento do marxismo, aprofundada depois da Comuna de Paris e absolutizada com a vitória da Revolução Soviética”. Portanto, entende-se que a chamada “Guerra Fria” foi, na verdade, o auge de uma guerra que sempre existiu entre o capitalismo e o comunismo, embora não se desconsidere os elementos intrínsecos às disputas entre EUA e URSS, a partir de 1945.

Na América Latina isso se refletiu com a vitória da Revolução Cubana (1959) e o temor do Governo estadunidense e das classes dominantes dos demais países da Região de que novas revoluções pudessem ocorrer. O peso desses novos elementos, ou seja, das revoluções em países do terceiro mundo, no pós-1945, contribuíram para a crescente influência da DSN nos países latino-americanos. No Brasil, as propostas de reformas foram sistematicamente reprimidas e associadas ao “comunismo” e, da mesma forma, aquelas que de fato tinham um teor revolucionário eram distorcidas pela imprensa burguesa, que associava socialismo e comunismo com práticas imorais e criminosas¹⁴.

¹⁴ Diorge Konrad, Glaucia Konrad e Rafael Lameira (2008, p. 127) destacam que tal prática era corriqueira no Brasil desde o início do século XX. No período em que ocorria a Revolução Soviética de 1917, os jornais brasileiros classificavam a Rússia “como o reino do terror e da anarquia [...]”, onde “as medidas socialistas como a reforma agrária e a redistribuição de terras, o trabalho de 8 horas, a paz na guerra [com a Alemanha] e as vitórias contra o cerco das potências imperialistas, etc., eram identificadas como um ataque à família e à

Em meados do século XIX, Karl Marx (2011, p. 37) já denunciava a estratégia burguesa de criminalizar qualquer movimento reivindicatório que visasse à diminuição da disparidade entre as classes, afirmando que, “toda e qualquer reivindicação da mais elementar reforma financeira burguesa, do mais trivial liberalismo, do mais formal republicanismo, da mais banal democracia é simultaneamente punida como ‘atentado contra a sociedade’ e estigmatizada como ‘socialismo’”. Tais afirmações tornam-se, portanto, perfeitamente aplicáveis ao contexto brasileiro da década de 1960, uma vez que a justificativa dos setores envolvidos no Golpe Civil-Militar de 1964 foi a de uma “prevenção” contra uma suposta revolução socialista em curso no País.

Apesar do apoio prestado pelo PCB às Reformas de Base¹⁵, do Governo de João Goulart, tais propostas seguiam a linha programática reformista e nacionalista do PTB. Para compreender as origens deste Partido e as ideias por ele direcionadas à classe trabalhadora brasileira, faz-se necessário retroceder algumas décadas, pois, de acordo com Gomes (2005, 3 ed., p. 23), “foi basicamente a partir dos anos pós-30 e especialmente no período do Estado Novo que a classe trabalhadora foi incorporada como um ator relevante – e até mesmo central – ao cenário da política nacional”, quando, por meio de um pacto com o Estado, conquistou uma série de direitos sociais do trabalho que culminaram com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de 1943.

No imediato Pós-Guerra, com as pressões internas e externas pelo fim da ditadura estado-novista, Getúlio Vargas, se utilizando de todo o aparato estatal disponível – principalmente do Ministério do Trabalho –, encontrou na criação do PTB uma forma de manter o canal de comunicação com a classe trabalhadora, sua principal base de sustentação política. Desejava-se, por meio do recém-criado Partido, dar prosseguimento, por vias democráticas, ao projeto nacionalista iniciado nos anos anteriores. Conforme Gomes (2005, 3 ed., p. 292), a criação do PTB, em 1945, e a força política deste Partido voltado para a classe

propriedade privada”. Dentro dessa propaganda anticomunista, os autores (Idem, p. 138) também destacam uma série de notícias falsas, como a de que “o Soviete de Sarato decretou a ‘socialização das mulheres’ e o ‘amor livre’, estabelecendo o fim da necessidade do casamento e a tutela das crianças por parte do Estado”, além da decretação da “Semana do Amor, durante a qual todas as mulheres solteiras com menos de 45 anos seriam obrigadas a contrair núpcias com qualquer homem que as quisesse; ainda, as mulheres casadas há mais de quatro anos que não tivessem filhos poderiam se divorciar e contrair novas núpcias imediatamente”. Distorcia-se, portanto, uma série de direitos conquistados pela classe trabalhadora, de uma forma geral, e pelas mulheres, em particular, que daquele momento em diante passaram a ter o direito ao divórcio, por meios legais, entre outras conquistas referentes à igualdade de gênero, bastante avançadas para a época.

¹⁵ Como será visto, por uma questão estratégica, do Partido.

trabalhadora, desde o primeiro momento, sinalizou o “aparecimento contundente e irreversível” desses sujeitos históricos “no cenário das lutas políticas brasileiras”¹⁶.

Delgado (2017, 7 ed., p. 140) acrescenta que, no momento de seu registro, o PTB “alicerçou sua organização nos sindicatos urbanos e na burocracia do Ministério do Trabalho” e “seus principais quadros foram recrutados entre operários e demais trabalhadores sindicalizados e também junto aos funcionários públicos que integravam a poderosa máquina do Ministério do Trabalho em todo o território nacional”. Conforme a autora (Idem, p. 141), a criação do Partido tinha como objetivos principais “defender o conjunto da legislação trabalhista na nova ordem democrática e servir como anteparo ao potencial crescimento do PCB junto à classe operária”. Além disso, entre todos os partidos fundados a partir de 1945¹⁷, o PTB foi o que apresentou uma plataforma programática mais nítida e bem definida em questões políticas, econômicas e “proposições de forte cunho social”, tornando-se, este último ponto, seu grande diferencial. Entre as propostas do programa do Partido destaca:

- defesa do regime democrático e do voto universal;
- defesa dos princípios contidos na Consolidação das Leis do Trabalho;
- amparo da legislação social aos trabalhadores rurais;
- direito ao trabalho, a salário razoável e à jornada de oito horas;
- aprimoramento profissional e intelectual de trabalhadores;
- maior autonomia para entidades sindicais;
- aumento do nível de vida da população brasileira;
- educação primária obrigatória e gratuita;
- proteção ampla à maternidade e à infância;
- planificação econômica pelo Estado;
- melhor distribuição da riqueza;
- participação equitativa dos trabalhadores nos lucros das empresas;
- extinção dos latifúndios improdutivos, assegurando-se direito da posse da terra a todos os que queiram trabalhá-la;
- maior solidariedade entre os povos;
- defesa do direito de greve pacífica e distinção entre greve legal e ilegal.

Em suma, desde o momento de sua fundação, o PTB teve, em seus quadros políticos, trabalhadores sindicalizados e funcionários que fizeram parte da burocracia estatal até 1945, constituindo-se em um Partido voltado, principalmente, para a classe trabalhadora, algo

¹⁶ Nesse sentido, Ferreira (2017, 7 ed.) acrescenta que as origens do PTB estavam no Movimento Queremista, caracterizado pelo forte apoio popular à continuidade de Getúlio Vargas no Governo, por meio das eleições de 1945. Sobre isso, o autor (Idem, p. 19), observa que, em abril daquele ano, “o movimento já recebia o apoio discreto do DIP [Departamento de Imprensa e Propaganda] e, sobretudo, de um órgão do Ministério do Trabalho, o Departamento Nacional do Trabalho, na pessoa de seu diretor e fundador do PTB, Segadas Viana”. Entretanto, Queremismo e PTB não eram a mesma coisa, embora o apoio da classe trabalhadora à candidatura de Getúlio Vargas significasse o receio de perder direitos duramente conquistados em anos anteriores, fato que contribuiu para o fortalecimento do Partido recém-criado. Em suma, o PTB não teria sido uma simples criação de Vargas, tendo, também, uma origem na mobilização popular.

¹⁷ Por meio do Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio, que autorizou a criação de partidos políticos para concorrerem às eleições daquele ano.

crucial para o seu fortalecimento nos anos seguintes. Entretanto, conforme observa Roberto da Silva (2011, p. 182), o Partido também teve, em sua composição, profissionais liberais e intelectuais, fazendo com que esse “universo heterogêneo de bases sociais que corresponde a interesses, valores e experiências distintas” compusessem “um diversificado conjunto de práticas e de visões políticas”. Em função disso, durante seus vinte anos de existência, o PTB¹⁸ contou com diferentes tendências que, apesar de algumas diferenças, não se distanciaram de algumas ideias centrais do Partido.

Citando Neves, Roberto da Silva (Idem, 183), informa que o Partido Trabalhista foi constituído por três correntes básicas: “os getulistas pragmáticos, os doutrinários trabalhistas e os pragmáticos reformistas”. A primeira era formada pelos funcionários vinculados ao Ministério do Trabalho e por sindicalistas ligados aos sindicatos oficiais, além de políticos profissionais próximos a Getúlio Vargas. Tinha como principais características a defesa da legislação trabalhista incorporada à Constituição, o nacionalismo e o intervencionismo estatal. Além disso, conforme o autor (Idem, p. 184-185), essa ala adotava como prática política o clientelismo e o fisiologismo, como artifícios que visavam o fortalecimento do Partido.

Em forte oposição a essas práticas clientelísticas e fisiológicas, o grupo dos doutrinários trabalhistas, composto por teóricos e profissionais liberais, estava afinado “com o ideário social-democrata e socialista reformista”. Petebistas como Fernando Ferrari e Alberto Pasqualini – ambos integrantes do diretório do Rio Grande do Sul – dedicavam especial atenção ao delineamento programático e ideológico do Partido, estimulando círculos de debates e produzindo trabalhos de cunho intelectual. No Rio Grande do Sul, Alberto Pasqualini era a principal influência, defendendo uma série de reformas sociais como a reforma agrária.

Como uma síntese das duas primeiras correntes, a ala dos pragmáticos reformistas era composta por uma geração mais nova de políticos petebistas e mesclava uma preocupação com a linha programática do Partido com antigas práticas políticas dos primeiros anos do PTB. Unindo nacionalismo e reformismo, desse grupo fizeram parte Leonel Brizola e João Goulart, ambos do diretório rio-grandense. Roberto da Silva (Idem, p. 188), observa que, “incorporando as ideias e os princípios políticos esposados pelas duas outras alas, revelando

¹⁸ Assim como os demais partidos do período, foi extinto pelo Ato Institucional Nº 2 (AI-2), em 1965, quando foi instituído o bipartidarismo no Brasil, criando-se a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O bipartidarismo foi uma manobra da Ditadura Civil-Militar de SN para extinguir a oposição política no Congresso Nacional e manter uma aparência democrática no País. De acordo com Alves (1989, 5 ed., p. 269), o sistema partidário criado pelo AI-2 “destinava-se a assegurar uma harmoniosa cooperação entre os governantes militares, [por meio de] um partido do governo e uma ‘oposição leal’” – esta era a oposição consentida. Nesse sentido, como observa a autora, “o Legislativo compunha-se, no dizer popular, de um partido do ‘sim’ e de outro do ‘sim, senhor’”.

forte preocupação com iniciativas que promovessem o bem-estar das camadas populares, urbanas e rurais” a característica central dessa tendência estava no “reclamo pelo aprofundamento da democracia, por meio da ampliação da participação popular no processo decisório nacional”.

Delgado (2017, 7 ed., p. 143), observa que entre os principais motivos para o crescimento do PTB, em nível nacional, estava o perfil programático do Partido, que priorizava as questões sociais. Ligado a isso, considera que a morte de Getúlio Vargas, em 1954¹⁹, foi um divisor de águas não apenas para a História do Brasil, mas para o próprio PTB, que passou a ganhar uma maior autonomia “em relação ao personalismo varguista”. A partir desse período, o Partido se renovou com a entrada de políticos que, mesmo ainda influenciados pela figura do ex-Presidente, “tinham personalidades muito fortes e projetos de transformar o PTB em uma agremiação trabalhista ainda mais comprometida com a causa nacionalista e com a defesa de reformas sociais e econômicas profundas no país”.

Como será visto no decorrer deste trabalho, por conta da forte ligação do PTB com a classe trabalhadora brasileira, um importante setor das Forças Armadas também foi influenciado pelas ideias do Partido. Esse grupo correspondeu aos militares graduados que, em maioria, era composto por militares vindos de famílias de trabalhadores. Engajados em lutas internas, por conquistas de direitos, dentro das Forças Armadas, esse grupo de militares também teve uma importante participação nos movimentos em defesa das Reformas de Base. Visando à mudança dos estatutos militares e a aprovação de projetos que envolviam melhorias das condições de vida da classe trabalhadora, alguns sargentos das Forças Armadas se filiaram ao PTB e concorreram às eleições de 1962. Por conta desse engajamento político que tiveram, foram fortemente reprimidos, sendo excluídos das fileiras das Forças Armadas Brasileiras, logo após o Golpe Civil-Militar de 1964.

Sobre isso, Ridenti (2010, 2 ed., p. 203) considera que, “os militares de baixa patente também são aqui considerados dentre as ‘camadas de base’ da sociedade; eles constituem um agrupamento de ‘extração popular’ [...]”. No que diz respeito às perseguições sofridas por esses militares e, baseando-se nos dados do projeto *Brasil: Nunca Mais*, o autor (Idem, p. 208) acrescenta que, após o Golpe Civil-Militar de 1964 “[...] 10,9% de todos os processados pela ditadura eram militares de baixa patente, perfazendo o total de 803 pessoas, a maioria das quais seria denunciada em 1964 e posteriormente condenada”.

¹⁹ Que com seu suicídio evitou a conclusão do golpe de Estado em curso.

Todavia, é importante ressaltar que os militares graduados não foram os únicos a se engajar nas lutas sociais do início da década de 1960, pois uma parte minoritária da oficialidade, alinhada às ideias nacionalistas, também se mobilizou na luta pelas Reformas de Base e também militou por partidos políticos, como o PTB. O mesmo ocorreu com as polícias militares, destacando-se o caso da Brigada Militar, na qual uma quantidade importante de oficiais se filiou ao PTB e até mesmo montou um Diretório constituído exclusivamente por brigadianos. Este foi o Diretório General Ernesto Dornelles, que teve ativa participação nas lutas pela democracia, antes e depois de abril de 1964, e de onde saíram alguns dos policiais militares trabalhistas que se uniram aos militares das Forças Armadas para lutar contra a Ditadura.

Além do foco na atuação dos militares trabalhistas na luta armada, no Rio Grande do Sul, buscou-se, também, mais detalhes sobre a violência estatal de que foram vítimas, logo após o Golpe Civil-Militar de 1964, pois entende-se que não se pode compreender a luta desses agentes históricos sem antes compreender os mecanismos utilizados para reprimi-los. Como será visto na sequência, antes do Golpe essas pessoas já eram perseguidas, sendo que, após a instauração da Ditadura Civil-Militar de SN, a repressão contra as mesmas foi brutal. Militares das Forças Armadas e da Brigada Militar – entre trabalhistas e não trabalhistas – foram vítimas de diversas práticas de Terrorismo de Estado (TDE).

Dentro desta conceituação, é necessário acrescentar que a essência da violência estatal estava, justamente, na repressão ilegal, que além de não estar prevista no marco constitucional – como torturas e desaparecimentos forçados –, também ocorria com grande violência. A possibilidade de, a qualquer momento, ser considerada uma ameaça pelo Estado e, conseqüentemente, sofrer graves punições, gerava nas pessoas um sentimento de medo e ansiedade, o que por sua vez impedia qualquer tipo de contestação à Ditadura. Constitui-se assim, no que Alves (1989, 5 ed.), Padrós (2005) e Almeida (2018) definem como uma “cultura do medo”. Nessa perspectiva, o conceito de TDE será aplicado, também, para os anos iniciais da Ditadura Civil-Militar de SN. Conforme, Almeida (2018, p. 19):

Assim, após a deflagração do golpe civil-militar de 31 de março [de] 1964 iniciou a chamada *Operação Limpeza*, em que os que lutavam pela efetivação das reformas de base tornaram-se, da noite para o dia, inimigos do regime que se instaurou naquele momento. Enquadrados na Lei de Segurança Nacional, políticos – principalmente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) –, professores, líderes sindicais, militares constitucionalistas, estudantes e pessoas das mais diversas categorias e profissões foram perseguidos, cassados e até mesmo presos e torturados. Foi o que ocorreu com os seguidores de Leonel Brizola e integrantes dos Grupos de Onze Companheiros, alvos dessa ação saneadora estatal, já como prática de TDE, sistema utilizado pela ditadura militar que, na justificativa da luta contra o

comunismo, servia para enquadrar, neutralizar ou mesmo eliminar fisicamente, toda e qualquer oposição ao regime.

Observa-se que a política de TDE estava ancorada nas premissas da DSN e no contexto de recrudescimento do anticomunismo, no Brasil e no mundo, qualquer forma de contestação ao *status quo* era enquadrado como “socialismo” ou “comunismo” – o que se associava a algo nocivo, sendo, portanto, criminalizado. Tendo como objetivo a eliminação do chamado “inimigo interno”, supostamente a serviço desse comunismo internacional, mesmo os militares e civis que não pegaram em armas também foram vitimados pela violência estatal. Desta forma, no decorrer deste trabalho, serão vistos alguns casos de militares trabalhistas que não fizeram parte de nenhum movimento ou organização armada, mas que igualmente sofreram inúmeras formas de violência.

Durante a realização desta pesquisa foram utilizadas fontes jornalísticas, documentais – tanto as produzidas pelos órgãos de repressão quanto as pessoais, de militares perseguidos – depoimentos prestados por militares à Comissão Nacional da Verdade (CNV) e fontes orais, por meio de entrevistas. No que se refere aos jornais, foram pesquisados tanto os de circulação regional quanto os de abrangência nacional, tais como: *Correio do Povo*²⁰, jornal *A Razão*²¹, *Coojornal*²², jornal *O Globo*²³, *Jornal do Brasil*²⁴ e *Folha da Tarde*²⁵. Levando-se em consideração que, no período aqui focado, a imprensa estava sujeita a censura imposta pela Ditadura Civil-Militar de SN, e até mesmo atrelada àqueles setores que apoiaram o Golpe, tomou-se o cuidado para não apenas reproduzir o conteúdo daqueles veículos de informação citados.

Com relação à documentação sobre os militares envolvidos com os movimentos e organizações de esquerda armada, as informações foram buscadas, basicamente, nos documentos produzidos pelos órgãos de segurança – que compõem os arquivos da repressão – e nos documentos pessoais dessas pessoas – que compõem os arquivos sobre a repressão. Quanto aos arquivos repressivos, a documentação foi acessada no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) – onde foram encontrados diversos Inquéritos Policiais Militares

²⁰ Disponível no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

²¹ Disponível no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

²² Disponível no Arquivo da Universidade do Vale dos Sinos, no fundo: Serviço Nacional de Informações (SNI); e no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), no fundo: Serviço Nacional de Informações (SNI).

²³ Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), no fundo: Campanha da Mulher pela Democracia.

²⁴ Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), no fundo: Campanha da Mulher pela Democracia.

²⁵ Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), no fundo: Campanha da Mulher pela Democracia.

(IPMs) e documentos de cunho informativo produzidos pelos órgãos de segurança, além de documentação apreendida das organizações de esquerda – e no acervo digitalizado do projeto *Brasil: Nunca Mais* – onde constam alguns processos sobre militares envolvidos ou acusados de envolvimento com a luta armada no Rio Grande do Sul.

Importante destacar as observações feitas por Padrós (2009, p. 40), quanto a esses arquivos da repressão. Conforme o autor, esse tipo de documentação pode ser dividida em duas categorias. Na primeira, “o conjunto de objetos roubados das vítimas ou expropriados de organizações que foram alvo da violência estatal, como documentos, livros, fotos, objetos, atas de reunião, fichários de associados, panfletos e outros materiais”. No segundo grupo estão os documentos produzidos pelos órgãos de segurança referentes às ações repressivas, tais como, “dossiês, fichas, pastas, pedidos de informação ou de busca, confissões, ordens de serviço, etc”. Com relação a este segundo grupo, deve-se tomar uma série de cuidados quanto ao seu conteúdo, pois, em função de sua natureza incriminatória, podem conter informações inverídicas, forjadas ou distorcidas pelos agentes da repressão ou obtidas com práticas de torturas. Nesse sentido, o autor (Idem, p. 41) observa que tais documentos,

[...] podem ser portadores de informação delicada em função da possibilidade da exposição das vítimas. Se for documentação inverídica que registra falsos testemunhos e manipula informação, obriga às organizações de direitos humanos a assumirem uma ofensiva de esclarecimento e de manifestações de indignação, protegendo as vítimas e seus familiares de qualquer difamação. Porém, em caso de que essa documentação não seja falsa, pode revelar, em relação aos sobreviventes, memórias traumatizadas e escondidas, lembranças apagadas. Pode trazer de volta imagens e sensações de dor, humilhação, constrangimento; talvez, a exposição da fragilidade, da claudicação. Pode revelar condutas ambíguas diante da provação, da ameaça de violência e da aplicação da violência concreta. Esse ‘material sensível’ pode ser gerador de angústia, de temor da publicização de comportamentos provocados pela aplicação do terror na forma mais direta e brutal.

Já os documentos pessoais de alguns militares trabalhistas perseguidos e envolvidos com a luta armada foram pesquisados no acervo da Comissão Especial de Indenização do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERES), após a seleção de nomes dessas pessoas, que entraram com processos indenizatórios por perseguições políticas sofridas no estado. Essa seleção prévia se deu por meio do *Catálogo Resistência em Arquivo: Memórias e Histórias da Ditadura no Brasil*, onde constam pequenos resumos sobre a militância política das pessoas perseguidas pela Ditadura Civil-Militar de SN, no Rio Grande do Sul, bem como os períodos em que foram presas e os tipos de violências que sofreram em estabelecimentos prisionais do estado. No referido Catálogo, foram contabilizados 45 pedidos de indenizações

de militares que se declararam trabalhistas, entre brigadianos e militares das Forças Armadas Brasileiras.

Nos processos indenizatórios pesquisados, estão anexadas cópias de IPMs, de reportagens de jornais e revistas, fichas testemunhais de pessoas que presenciaram as prisões e violências contra os requerentes, atestados médicos que comprovam as sequelas causadas pelas torturas, fichas partidárias, entre outros documentos oficiais ou pessoais. Desta forma, observa-se que esses processos forneceram importantes pistas para o presente trabalho, principalmente com relação à violência estatal iniciada no Brasil, a partir de 1964. Nesse sentido, conforme Almeida (2018, p. 30), “a abertura ao público desse acervo possibilita lançar novos olhares sobre um período ainda obscuro, desmistificando a ideia de que a ditadura foi branda nos seus primeiros tempos, endurecendo apenas após o AI-5”.

Ressalta-se, ainda, que esses processos administrativos de indenizações se enquadram nos arquivos sobre a repressão que, conforme Padrós (2009, p. 39), são compostos, fundamentalmente, “de testemunhos e depoimentos de sobreviventes, listagens de vítimas, de repressores [...] e de locais de detenção [...] bem como de acervos fotográficos, cópias de documentos de identidade e relação de vítimas com suas organizações políticas e sociais de origem”.

Ao todo, foram pesquisados 36 processos que foram previamente selecionados no *Catálogo Resistência em Arquivo: Memórias e Histórias da Ditadura no Brasil*, o qual, além das breves informações sobre partidos e organizações armadas aos quais pertenceram ou militaram esses militares, também indicou os períodos em que foram presos. Com relação a isto, percebeu-se que alguns dos militares trabalhistas foram presos em períodos em que ocorreram algumas tentativas de levantes armados no Rio Grande do Sul, ou algumas ações de organizações de esquerda. Desta forma, os períodos das prisões serviram de pistas para selecionar os processos de alguns desses militares.

Também foram realizadas três entrevistas com dois militares trabalhistas. Um desses militares, o capitão reformado José Wilson da Silva, teve destacada atuação no primeiro momento da luta armada no Rio Grande do Sul e, em duas entrevistas, forneceu importantes informações sobre aquele período. Também foi entrevistado o sargento reformado Alfredo Daudt Júnior, que sofreu perseguições por conta de seu posicionamento político e é filho do coronel aviador reformado Alfredo Ribeiro Daudt, que também teve importante atuação no primeiro momento da luta armada.

Sobre essas entrevistas, ressalta-se que foram tomados os devidos cuidados que a técnica da história oral exige, pois conforme Reis Filho (2004, p. 4), “imersa no presente,

preocupada com o futuro, quando suscitada, a memória é sempre seletiva. Provocada, revela, mas também silencia. Não raro, é arbitrária, oculta evidências relevantes, e se compraz em alterar e modificar acontecimentos e fatos cruciais”. Além disso, “embora querendo ser sincera, a memória, de modo solerte, ou inconsciente, desliza, se faz e se refaz em virtude de novas interpelações ou inquietações e vivências, novos achados e ângulos de abordagem”.

Observa-se, por fim, que também foram utilizados como fontes alguns livros de memórias de militares e civis que participaram de eventos anteriores e posteriores ao Golpe Civil-Militar de 1964. Tomando-se os cuidados de não considerar todo o seu conteúdo como uma verdade histórica absoluta, estas obras contribuíram com informações a respeito de suas participações em determinadas situações ou sobre determinados contextos ainda não detalhados pela historiografia, e, além disso, contribuíram com informações que suscitaram pesquisas nos referidos documentos. Desta forma, todas as fontes utilizadas neste trabalho foram tratadas de maneira a se cruzar as informações obtidas, objetivando se chegar a uma verossimilhança com o passado estudado.

Esta dissertação está dividida em três capítulos, que foram organizados da seguinte forma: no primeiro, entendeu-se necessário fazer uma contextualização do período anterior ao Golpe Civil-Militar de 1964, de forma a possibilitar a compreensão das lutas internas entre os militares, que estavam ligadas aos estatutos militares e a questões ideológicas. Estas duas questões estavam entrelaçadas e inseridas ao contexto nacional de lutas sociais e de repressão. Nesse sentido, além de parte dedicada a essas divergências entre os militares, também será abordada a atuação dos militares trabalhistas e nacionalistas na Campanha da Legalidade (1961) e nos movimentos subsequentes até o Golpe Civil-Militar de 1964, bem como as atitudes de resistência que novamente tomaram naquele ano, na tentativa de preservar a democracia.

No segundo capítulo serão apresentadas informações sobre as perseguições sofridas por militares trabalhistas e não trabalhistas logo após o Golpe Civil-Militar de 1964, detalhando-se as práticas de terrorismo estatal de que foram vítimas. Em seguida, serão abordadas as primeiras tentativas de luta armada que alguns desses militares tomaram parte, visando uma pronta-resposta à Ditadura Civil-Militar de SN recém-instaurada. Subdividiu-se esta parte de modo a detalhar cada uma das tentativas de levantes armados dos quais os militares trabalhistas fizeram parte e que correspondeu à primeira fase da luta armada no Rio Grande do Sul.

Por fim, no terceiro capítulo, será focado o segundo momento da luta armada no Rio Grande do Sul, que correspondeu ao período de 1969 a 1971. Neste capítulo constam as

hipóteses sobre o prosseguimento, ou não, dos militares trabalhistas na luta armada contra a Ditadura Civil-Militar de SN. Dentro disso, deu-se especial atenção às organizações armadas VPR e Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares) e a alguns casos de militares trabalhistas presos naquele período por colaboração ou acusação de fazerem parte de ações de guerrilha urbana.

2 A DÉCADA DE 1960 E AS DIVERGÊNCIAS IDEOLÓGICAS NAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS E NA BRIGADA MILITAR

Primeiramente, deve-se destacar que, o início da década de 1960 foi um período conturbado, no qual as divergências ideológicas no interior das Forças Armadas Brasileiras se tornaram mais perceptíveis. Desta forma, para uma melhor compreensão dos acontecimentos do período aqui enfocado, faz-se necessário retroceder algumas décadas, a fim de demonstrar as origens de tais divergências. Nessa perspectiva, o entendimento do que foi a DSN é crucial, uma vez que, foi a partir da sua difusão, no interior das Forças Armadas Brasileiras, que ocorreram sucessivas tentativas de golpes militares no Brasil²⁶.

Esta doutrina passou a ser ministrada pela ESG, criada em 1949, com a assistência técnica dos governos da França e dos EUA, sendo o resultado da aproximação dos militares brasileiros com os militares estadunidenses durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Nesse sentido, Comblin (1978, p. 155), observa que, do conflito e desses contatos, os oficiais brasileiros “guardam duas coisas: primeiro, a extraordinária superioridade americana em tudo e, mais tarde, a realidade da guerra fria, que os afeta, que afeta o Brasil. Não há dúvida: o que eles captaram nos Estados Unidos foi precisamente o início do sistema de segurança nacional”. Desta forma, “desejam, antes de mais nada, adaptar ao Brasil a ideologia desse sistema. Voltam para o Brasil com a intenção de copiar o National War College”.

Conforme Alves (1989, 5 ed., p. 24), a escola militar brasileira tinha por objetivo “treinar pessoal de alto nível no sentido de exercer funções de direção e planejamento da segurança nacional”. Entretanto, sua função foi ampliada, visando desenvolver um método de análise e interpretação dos aspectos “políticos, econômicos, diplomáticos e militares que condicionam o conceito estratégico”. Nesse sentido, a autora (Idem, p. 25) ressalta que um número cada vez maior de civis, também, passou a fazer parte dos quadros de professores, conferencistas e alunos da ESG. Estes, juntamente com os oficiais, passaram a “desenvolver projetos e traçar planos e diretrizes de políticas governamentais alternativas”, com ênfase no “planejamento da gestão do desenvolvimento capitalista”. Desta forma, a versão brasileira da DSN combinou uma teoria de guerra externa, de alinhamento automático do País com os Estados Unidos, em caso de conflito com a URSS, e interna, de combate a “subversão”, com

²⁶ Como a que resultou no suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, ou as que tentaram impedir a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart à Presidência da República, em 1955 e 1961, respectivamente. Assim, o Golpe Civil-Militar de 1964 e a Ditadura Civil-Militar de SN de vinte e um anos que se seguiu, também tiveram por base ideológica a DSN.

um projeto de desenvolvimento econômico capitalista. Assim, o desenvolvimento econômico estaria atrelado à segurança interna²⁷.

Em síntese, a DSN representou o alinhamento ideológico dos militares brasileiros com o Governo estadunidense, o que, no contexto da chamada “Guerra Fria”, significava o combate à suposta “ameaça comunista” ao mundo ocidental e capitalista – nesse caso, entendido como “democrático”, ou “livre” – e cristão. Partia-se do pressuposto da existência de um “inimigo interno”, sendo que este deveria ser eliminado, pois representava um “perigo” para a suposta “unidade nacional”, entendida como uma sociedade “harmoniosa”, ou seja, sem a presença de qualquer tipo de questionamento às desigualdades sociais geradas pelo modo de produção capitalista. Negava, portanto, a ideia de luta de classes. As pessoas que questionavam e lutavam contra aquele *status quo* recebiam a denominação genérica de “subversivas” ou “comunistas”. Sobre essas imprecisões da DSN, Comblin (Idem, p. 55) diz que:

O conceito de segurança nacional torna-se muito operacional desde o momento em que se define o inimigo. A segurança nacional talvez não saiba muito bem o que está defendendo, mas sabe muito bem contra quem: o comunismo. Sua indefinição é que faz sua eficiência: o comunismo pode aparecer em todos os setores da sociedade; para lutar contra ele é preciso um conceito muito flexível. Em qualquer lugar onde se manifeste um aparente comunismo, o Estado está presente e faz intervir a segurança nacional. A segurança nacional é a força do Estado presente em todos os lugares em que haja suspeita do fantasma do comunismo. Às vezes atacam um objetivo, às vezes outro: à onipresença do comunismo responde-se com a onipresença da segurança nacional. Seria difícil compreender esse conceito fora do contexto da guerra generalizada, da guerra fria e da guerra revolucionária que o viram nascer.

No entanto, apesar de ser preponderante dentro das Forças Armadas Brasileiras, a doutrina em questão não contava com uma total adesão entre os militares. Desde meados da década de 1940, as ideias de viés nacionalista passaram a exercer uma considerável influência sobre os militares graduados e, em menor grau, sobre os oficiais. Neste último caso, destaca-se o general Júlio Caetano Horta Barbosa, que foi o primeiro presidente do Conselho Nacional do Petróleo (CNP)²⁸, durante o Estado Novo (1937-1945). Com a criação do PTB, por Getúlio Vargas, em 1945, a maior parte dos militares nacionalistas viu no Partido uma proximidade de ideias, no sentido de defesa da exploração e da comercialização dos recursos naturais – como o petróleo – por empresas estatais brasileiras. Para este grupo de militares, esta seria uma forma de tornar o País independente economicamente.

²⁷ Para mais detalhes sobre isso, ver, Alves (1989, 5 ed.).

²⁸ Criado pelo Decreto-Lei nº 395, em 1938.

Mesmo em um contexto anterior ao Golpe Civil-Militar de 1964, os militares não alinhados a DSN já sofriam perseguições dentro dos quartéis, com prisões, transferências para unidades em outras regiões do Brasil e até mesmo torturas. Em um cenário de anticomunismo, qualquer tipo de contestação de militares às desigualdades econômico-sociais, com propostas de reformas limitadas ao modo de produção capitalista, era considerado, pelos oficiais da DSN, uma “ameaça comunista” que precisava ser combatida nas Forças Armadas. Nesse sentido, por uma parte, Sodré (2010, 2 ed, p. 367) observa que, “[...] após profunda desmoralização do comunismo, colocado na simples categoria de lepra social, [...], – tudo o que discrepasse dessa linha vesânica seria inculcado de subversivo [...]. Assim, a defesa do interesse nacional passava a ser crime perigoso”. Por outra parte, o capitão reformado do Exército Brasileiro, José Wilson da Silva (2011, 4 ed., p. 205)²⁹, relata, em sua autobiografia, *O tenente vermelho*:

O Movimento Nacionalista passou a defender os minérios estratégicos e todas as riquezas do subsolo como propriedades da Nação e não susceptíveis de ser explorado por empresas estrangeiras. [...]. O oficial ou sargento que se posicionasse defendendo as teses nacionalistas era afastado de comandos, transferido para unidades longínquas, criando dificuldades para sua carreira.

Não se deve desconsiderar, no entanto, a penetração que o PCB tinha dentro das Forças Armadas Brasileiras – mesmo que em menor escala –, o que, a partir da década de 1950, significou uma aproximação de ideias com a ala nacionalista do PTB. Para um melhor entendimento desta aproximação, entre os militares nacionalistas, socialistas e comunistas deve-se salientar que, naquele período, o PCB passou a defender a estratégia de Revolução dividida em duas etapas, sendo a primeira delas correspondente a uma fase anti-imperialista e antifeudal, em que a parte da suposta burguesia nacional, não atrelada ao capital externo, teria a função de colaborar com a industrialização do País. Com isso, conforme Gorender (2014, 5 ed., p. 25), “sofrieram expropriação somente os grandes capitalistas brasileiros serviçais do imperialismo norte-americano”. Essa seria, portanto, uma etapa obrigatória para um processo revolucionário que, sem se utilizar da luta armada, chegaria ao Socialismo.

Desta forma, a defesa da etapa democrático-burguesa da Revolução Socialista se aproximava das ideias do PTB, de nacionalização da exploração e comercialização dos

²⁹ Este autor fazia parte do grupo de militares que partilhavam das ideias nacionalistas aqui enunciadas. No momento do Golpe Civil-Militar de 1964, tinha o posto de 2º tenente do Exército Brasileiro e era vereador pelo PTB, em Porto Alegre. Teve uma relação muito próxima com o ex-Governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, também do PTB, tanto no Brasil quanto no Uruguai. Neste país, se exilaram após o Golpe e, juntamente com outros militares trabalhistas, articularam algumas tentativas de luta armada contra a Ditadura Civil-Militar de SN.

recursos naturais brasileiros, de uma política externa independente e de reformas que deveriam diminuir as desigualdades sociais do Brasil. Esse foi o caso, por exemplo, das Reformas de Base propostas pelo Governo de João Goulart, no início da década de 1960. Seus objetivos de reformas econômicas, sociais e políticas estavam restritos, portanto, aos marcos da democracia burguesa.

Sobre essa proximidade dos militares nacionalistas, socialistas e comunistas, o capitão reformado do Exército, Almoré Zoch Cavalheiro (2011, p. 35) – que, no início da década de 1960, teve uma dupla militância partidária, pelo PCB e pelo PTB – afirma que, “a tática do PCB, naquela fase da vida brasileira, era lutar pela libertação nacional, apoiando os aliados da Grande Frente Nacionalista que se formara [...]”. Nesse sentido, a tarefa dos militares comunistas era “prestigiar” seus aliados nacionalistas, elegendo-os para direções de organizações, clubes e associações de classe dos sargentos, “fazendo isso até em organizações civis de que participassem”.

No entanto, de uma forma geral, essa ideia de apoio mútuo entre nacionalistas e comunistas não era um consenso, até porque, como observa Moreira (2017, 7 ed., p. 170), o Movimento Nacionalista dos anos 1946-1964, “teve uma dimensão claramente liberal, representada pelo nacional-desenvolvimentismo, e outra popular, exemplificada pelo nacionalismo econômico”, este último, mais reformista e radical. Nas Forças Armadas essa diferença pode ser exemplificada com o caso do marechal Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, que, apesar de nacionalista, era anticomunista. Este militar concorreu às eleições de 1960, pelo Partido Social Democrata (PSD), o mesmo do ex-presidente nacional-desenvolvimentista Juscelino Kubitschek. Mesmo no PTB havia setores mais moderados e até anticomunistas, o que no caso dos militares ficou em evidência durante a luta armada contra a Ditadura Civil-Militar de SN.

Em síntese, considera-se a existência de três principais correntes ideológicas dentro das Forças Armadas Brasileiras, a partir da década de 1940: a primeira e a mais influente, principalmente entre a oficialidade, em função da sua difusão nas academias militares, correspondente à DSN; a segunda, de caráter nacionalista, ligada, basicamente, ao PTB; e, por fim, a terceira, ligada ao PCB. As duas últimas, mesmo que de diferentes formas, situavam-se à esquerda daquela primeira, encontrando maior adesão entre os militares graduados. Com isso, nota-se que, a presença desses diferentes posicionamentos políticos foi um dos componentes geradores de conflitos dentro das instituições militares brasileiras nas décadas seguintes, atingindo o ponto máximo no início da década de 1960. Nessa perspectiva,

Gorender (2014, 5 ed., p. 59) observa a lógica das ações das Forças Armadas Brasileiras, enfocando “três fatores principais”:

a) o instrumental – as Forças Armadas como órgão coercitivo supremo do Estado burguês; b) o organizacional – as Forças Armadas como instituição total, cuja estrutura se baseia na hierarquia e na disciplina rígida e tende à autopreservação; c) a origem de classe – como segmento da classe média, a oficialidade das Forças Armadas se inclina a refletir o estado de espírito dessas camadas intermediárias com o viés profissional próprio.

Seguindo essa ideia, o autor (Idem, p. 60) faz o alerta de que, apesar da existência destes “três fatores principais”, as instituições militares estão sempre sujeitas a divergências internas, podendo essas divergências estar relacionadas a um contexto de conflito social ou não. Portanto, as Forças Armadas não podem ser consideradas como um “bloco monolítico”, acrescentando ainda que, “quando as contradições engendram conflitos, o fator institucional (organizacional) se sobrepõe no sentido de conduzir à prevalência da coesão funcional através do cimento hierárquico-disciplinar”.

Em crítica a uma suposta tradição democrática das Forças Armadas Brasileiras, Gorender observa que esta ideia era defendida por Luiz Carlos Prestes – ex-militar e secretário-geral do PCB, do início da década de 1940 até fins da década de 1970 – e por Nelson Werneck Sodré (2010, 2 ed.), militar da ativa até 1964, também ligado ao Partido. Ambos estavam equivocados porque se “[...] extraiu inferências do terceiro fator mencionado – a origem de classe”. Portanto, “omitiu o papel fundamental dos dois primeiros fatores – o instrumental e o institucional – negligenciou também a componente autoritária na ideologia da classe média, muito especialmente no segmento militar”³⁰ (Idem, p. 61).

O caso da Marinha do Brasil é um dos exemplos em que conflitos por questões ideológicas ocorreram. No entanto, além disso, deve-se salientar que outras demandas existiam, como no caso dos militares graduados, que reivindicavam melhorias nas condições de trabalho, além de direitos civis e políticos. Estas pautas foram motivos de uma intensa mobilização que deu origem a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil

³⁰ Apesar de esclarecer o quanto as Forças Armadas Brasileiras não se constituíam em um todo homogêneo, é importante fazer algumas ponderações quanto aos “fatores” elencados pelo autor. De acordo com Plekhánov (1987, p. 290-292), os fatores histórico-sociais são apenas abstrações em que “os diversos *aspectos* do Todo social tomam a aparência de categorias distintas, enquanto as diversas manifestações ou expressões do homem social em ação – moral, direito, formas econômicas, etc. – se transformam no nosso espírito em forças particulares que parecem comandar esta atividade e condicioná-la [...]” [grifo do autor]. Desse modo, a teoria dos fatores torna-se oposta à concepção totalizante – ou sintética – do materialismo histórico, uma vez que separa os fenômenos sociais, criando “fatores” que preponderam sobre os demais, simplificando ou até negando, assim, a realidade. Tal separação pode, no máximo, servir como um meio didático para conhecer o todo, mas o fato é que, “há interação entre os ‘fatores’: cada um influi em todos os outros e sofre a sua influência. Daí um entrelaçamento de ações recíprocas, de ações diretas e de reações por ricochete”.

(AMFNB), em 1962. Sem o consentimento do Comando Naval, a criação dessa Associação gerou tensões com a oficialidade. Entre as reivindicações elencadas pelo marinheiro Avelino Capitani (2005, 2 ed., p. 25), estavam o fim do “livro de castigo”, que punia com a prisão os militares graduados considerados insubordinados, o direito ao casamento para aqueles graduados abaixo de sargento, o direito de concorrer a eleições, de estudar, de usar trajes civis fora das repartições militares, além de uma “[...] relação mais humana e fraterna com a oficialidade”.

Desta forma, como acrescenta Almeida (2014a, p. 144), para a compreensão das reivindicações dos marinheiros, naquele período, “temas como cidadania e direitos humanos se tornam de suma importância”. Esses militares, em sua maioria, eram originários de famílias camponesas ou de trabalhadores urbanos das regiões Norte e Nordeste do Brasil. Esperando ascender socialmente na Marinha, quando chegavam ao Rio de Janeiro, logo tomavam conhecimento das restrições impostas dentro e fora das unidades militares. Depois de cumprir atividades exaustivas nos navios – dormindo em macas –, recebiam uma remuneração que “girava em torno de Cr\$ 4 mil a Cr\$ 5 mil, enquanto o salário mínimo previsto em 1962 para o estado do Rio de Janeiro era de Cr\$ 22 mil” (Idem, p. 146).

Observa-se que, a única forma dessas pessoas evoluírem na hierarquia militar, de cabo para sargento – melhorando um pouco seus salários –, se dava por meio de uma prova que, caso não fosse obtido sucesso, depois de duas tentativas, permaneceriam na mesma graduação até o final de suas carreiras. Se os marinheiros e fuzileiros navais eram proibidos de estudar, a possibilidade de serem aprovados nessas provas era algo pouco provável. Assim, a AMFNB se tornou uma entidade que prestava assistência a esses militares.

Sobre o contexto da criação da Associação, Capitani (2005, 2 ed., p. 29) relembra que, “em pleno parlamentarismo janguista, todas as atenções estavam voltadas para Brasília. Inconformados com suas condições de vida, e aproveitando o momento político favorável, um grupo de marinheiros tomou a iniciativa [...]”. Essa Associação, da qual este militar fez parte, mais tarde, tornando-se Segundo Vice-Presidente, teve grande adesão entre os militares graduados da Marinha, criando-se sedes em outras unidades militares, espalhadas pelo País. O não reconhecimento da AMFNB pelo Alto Comando da Marinha, que se utilizava de inúmeras estratégias para sabotar seu funcionamento, teve, como consequência, o aumento do caráter combativo dos marinheiros e fuzileiros navais.

Vale destacar que, a luta por direitos, por parte de militares graduados, não ficou restrita apenas à Marinha, uma vez que a realidade vivida por esses militares era semelhante nos quartéis do Exército e da Aeronáutica. Em depoimento à CNV, o capitão reformado do

Exército, Darcy Rodrigues, lembra que se integrou ao Movimento dos Sargentos³¹, inicialmente para lutar contra os estatutos militares, “que estavam totalmente fora da realidade”, acrescentando que os sargentos não podiam se casar e nem mesmo usar trajes civis antes de ter cinco anos de graduação. Em função disso é que foi criado, em 1961, o Clube dos Subtenentes e Sargentos das Forças Armadas.

No entanto, isso não significava que não existisse uma preocupação política e social mais ampla por parte daqueles militares que, em maioria, se identificavam com as ideias nacionalistas – ou trabalhistas. Nesse sentido, conforme Darcy Rodrigues, com a ampla adesão de sargentos nas discussões pela mudança dos estatutos “[...], começava a haver alguns sargentos que iam um pouquinho além, que começavam a discutir algo mais, que começavam a questionar questões de ordem política, econômica e sociais. Então esses a gente já puxava para outro grupo”³².

Na Brigada Militar, os conflitos decorrentes de divergências ideológicas também existiam. Tal como nas Forças Armadas Brasileiras, o anticomunismo se fazia presente na cadeia de comando daquela Corporação. Antes do Golpe Civil-Militar de 1964 os militares identificados com as ideias reformistas e nacionalistas já eram perseguidos. Esse foi o caso do capitão reformado Athaydes Rodrigues que, enquanto serviu na Brigada Militar, nas décadas de 1930 e 1940, foi punido com detenções e constantemente vigiado, sob a acusação de “comunista”. No entanto, Rodrigues (1980, p. 14), que no início da década de 1950 foi vereador, em Rio Grande, pelo Partido Republicano (PR), afirma que “sempre fora nacionalista e partidário das reformas de base. Muitas vezes participava de comícios nacionalistas e [...] também defensor intransigente do monopólio estatal da indústria petrolífera”.

Em relato semelhante, o coronel reformado da Brigada Militar, Maildes Alves de Mello³³, relata que, em 1954, quando estava cursando o terceiro ano da Academia de Polícia Militar, conheceu o então Senador e candidato ao Governo do Rio Grande do Sul, pelo PTB, Alberto Pasqualini. Passando, a partir daquele momento, a militar pelo Partido, Mello (2008,

³¹ Iniciado em fins da década de 1950 e início de 1960, e liderado pelos sargentos das Forças Armadas Brasileiras, este Movimento tinha como reivindicação mudanças nos estatutos militares (MACIEL, 2013).

³² RODRIGUES, Darcy. Depoimento prestado à CNV em 19 de março de 2013, em São Paulo.

³³ Filiado ao PTB, este militar teve importante atuação na Campanha da Legalidade, em 1961, e na tentativa de resistência ao Golpe Civil-Militar de 1964, quando era capitão da Brigada Militar e chefe da Guarda Municipal de Porto Alegre, durante o Governo do Prefeito petebista Sereno Chaise. Após o Golpe, foi cassado e preso inúmeras vezes. No entanto, não fez parte da luta armada contra a Ditadura Civil-Militar de SN, passando a se dedicar, como advogado, à luta pela anistia dos brigadianos cassados. Ligado a isso, contribuiu decisivamente para a aprovação da Lei nº 8.001, de 11 de junho de 1985, que restituiu, na integralidade, os direitos individuais e indenizatórios dos servidores civis e militares do estado do Rio Grande do Sul.

2 ed., p. 12) relata as perseguições que sofreu quando a cúpula da escola militar soube de sua visita ao político petebista. Recebeu o “aviso” de um oficial, “que o candidato da Brigada não era o Pasqualini”, sendo alertado para que tivesse cuidado e não ser prejudicado com uma carreira que tinha pela frente. Além disso, tal como nas Forças Armadas, na Brigada Militar também existia uma importante divisão entre graduados e oficiais, pois conforme Mello (Idem, 2 ed., p. 11), “[...] soldado, cabo, sargento e cadete, não detinha o facultativo da escolha de candidatos às eleições”.

Nesse contexto, as divergências ideológicas – presentes nas Forças Armadas Brasileiras e na Brigada Militar –, o Movimento dos Sargentos, a Campanha da Legalidade (1961), a luta pelas Reformas de Base e a Rebelião dos Marinheiros representaram movimentos democráticos que estavam interligados e atingiram o auge dos embates em março de 1964, com a vitória dos militares da DSN e a consequente perseguição implacável a todos os militares acusados de “subversivos” e “comunistas”.

2.1 A ATUAÇÃO DOS MILITARES TRABALHISTAS NA CAMPANHA DA LEGALIDADE (1961)

Foi a partir da renúncia de Jânio Quadros, do Partido Trabalhista Nacional (PTN)³⁴, à Presidência da República, em 25 de agosto de 1961, seguida da tentativa dos três ministros militares de impedir a posse do Vice-Presidente João Goulart³⁵, do PTB, quando este retornava de uma viagem oficial à República Popular da China, que os militares graduados misturaram suas antigas reivindicações com questões políticas mais abrangentes. Uniram-se ao grupo minoritário de oficiais nacionalistas e aderiram à Campanha da Legalidade, liderada pelo Governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, também do PTB. Dentro do Partido, Brizola era a principal liderança política representante das ideias nacionalistas, centradas no anti-imperialismo. Com a recusa dos ministros militares de respeitar o que

³⁴ Eleito Presidente, em 1960, adotando um discurso moralizador de combate à corrupção, de austeridade econômica e de uma maior abertura ao capital estrangeiro, obteve, desde o início, o apoio da União Democrática Nacional (UDN), Partido que tinha como principal líder Carlos Lacerda e que, desde sua criação, em 1945, representava o latifúndio e a burguesia brasileira atrelada ao capital internacional. Vale destacar que, concorrendo ao cargo de Vice-Presidente, João Goulart obteve uma votação maior que o do candidato a Presidente. Isso porque naquele período o sistema eleitoral brasileiro permitia o voto separado para os candidatos a Vice de diferentes partidos (IGLESIAS, 1992).

³⁵ Importante observar que, desde quando João Goulart foi Ministro do Trabalho, durante o Governo de Getúlio Vargas (1951-1954) e, posteriormente, quando foi Vice-Presidente da República, durante o Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), passou a ser hostilizado pelos militares identificados ideologicamente com a DSN, em função da proximidade que tinha com a classe trabalhadora. Em um contexto de anticomunismo, João Goulart era visto, por esses militares, como representante desta ideologia, mesmo que na prática não o fosse.

determinava a Constituição, o Governador transferiu os estúdios da Rádio Guaíba para o Palácio Piratini e de lá convocou a população civil a resistir ao golpe.

Os discursos de Brizola, propagados pela recém-criada Rádio da Legalidade, foram ouvidos em várias regiões do País, o que contribuiu para o apoio de grande parte da população civil e dos setores legalistas e de esquerda das Forças Armadas Brasileiras. Além de greves de trabalhadores e manifestações estudantis³⁶, também foram formados grupos de voluntários dispostos a pegar em armas. Esse foi o caso de Goiás, onde a Campanha da Legalidade recebeu o apoio do Governador do Estado, Mauro Borges, e do Rio Grande do Sul, onde foram criados, em algumas cidades, como Santa Maria, os Comitês da Legalidade³⁷.

Além disso, conforme Brandalise (2017, p. 200), neste estado, Leonel Brizola contou com o apoio da Brigada Militar e a adesão do III Exército que, com sede em Porto Alegre, possuía “a maior força militar do País”, com milhares de soldados espalhados pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Sobre isso, Ferreira (2017, 7 ed., p. 330), acrescenta que, no dia 28 de agosto, em Porto Alegre, quando a Praça da Matriz se encontrava ocupada por cerca de 100 mil pessoas, que manifestavam seu apoio a Leonel Brizola e à Legalidade, o general José Machado Lopes – comandante do III Exército – chegou ao Palácio Piratini para comunicar ao Governador sua inesperada adesão ao Movimento Legalista. Conforme o autor, com o III Exército e a posterior adesão da Base Aérea de Canoas,

constituiu-se o Comando Unificado das Forças Armadas do Sul, compreendendo o III Exército, a V Zona Aérea, a Brigada Militar e as Forças Públicas, todas sob o comando de Lopes. Além de possuir a mais poderosa artilharia e o mais completo parque de manutenção do país, o III Exército contava com importantes regimentos de infantaria, unidades blindadas e 40.000 homens. Somados aos 13.000 da Brigada Militar, armados e entusiasmados, Machado Lopes contava com um poder de resistência que não poderia ser subestimado pelos ministros militares.

Nesse contexto, observa-se, ainda, que uma série de conflitos em quartéis espalhados pelo País ocorreu, a exemplo do relato do marinheiro Avelino Capitani (2005, 2 ed., p. 26), que até então, servindo no Rio de Janeiro, ilustra como se deu a fusão de uma série de reivindicações dos militares graduados da Marinha, ligadas à categoria, com questões políticas mais amplas. Nesse sentido diz que, “sentimento político, regionalismo³⁸, nacionalismo e mais descontentamento misturaram-se. Resolvi apoiar Brizola”. O mesmo pode ser notado em depoimento prestado pelo subtenente do Exército, Jelcy Corrêa, ao

³⁶ Durante esse período, a União Nacional dos Estudantes (UNE) transferiu sua sede para Porto Alegre.

³⁷ Para mais detalhes sobre isso, ver, Brandalise (2017).

³⁸ Este militar era natural do Rio Grande do Sul.

jornalista José Caldas da Costa (2007, p. 53), quando diz que, “a grande explosão de consciência veio com a Cadeia da Legalidade, para defender a posse de Jango em 1961”. Esse mesmo militar, em outro depoimento, concedido à Maciel (2013, p. 66), ainda acrescenta que, com as notícias da tentativa de golpe, por parte dos ministros militares,

[...] começou uma efervescência nos quartéis [...]; na época eu era 1º sargento. Um dia, depois do jantar, eu subi numa cadeira e disse para uns 300 sargentos: ‘Não interessa se o Jango é comunista ou não, a Constituição diz que é ele que tem que assumir. Eu jurei a Constituição, não jurei lealdade a este ou aquele general’. Todo mundo concordou. Quando terminou o jantar eu já saio preso. [...]. Me levaram para o general Paulo Torres, eu e um 2º sargento. [...]. Então, entrou na sala um subtenente e disse: ‘General, se o senhor não soltar os dois sargentos agora, a tropa não obedece mais o comando’. Fomos soltos [...].

Como pode ser observado, todas essas questões somadas geraram uma série de conflitos entre militares graduados e oficiais, em quartéis espalhados por todo o País. Isso porque, a maior parte da oficialidade, identificada com as premissas da DSN, apoiava o golpe liderado pelos ministros militares. Portanto, a adesão de setores importantes das Forças Armadas Brasileiras à Campanha da Legalidade também refletiu uma quebra de hierarquia generalizada nas instituições militares. Corroboram com essas informações os relatos de outros militares, como o do capitão reformado do Exército e na época militante trabalhista, José Wilson da Silva (2011, 4 ed., p. 33), quando afirma que:

Em esmagadora maioria os sargentos e uns poucos oficiais ficaram com os dispositivos constitucionais, enquanto um forte contingente de oficiais tentou jogar suas tropas para o lado dos ministros golpistas. Os oficiais nacionalistas e democratas ficaram ao lado da constitucionalidade. [...]. Em várias Unidades Militares foram vividos momentos angustiantes e de extrema gravidade com a quebra da então costumeira disciplina vertical. Os comandantes que se colocaram ao lado dos golpistas ficaram sem tropas, enquanto graduados assumiram comandos.

É provável que a adesão do comandante do III Exército à Legalidade também seja resultado dessa quebra de hierarquia. Conforme o depoimento de Paulo Schilling³⁹, citado por Costa (2007, p. 50), a adesão do general ocorreu “[...] porque não tinha mais tropa para comandar. Os sargentos dominaram tudo”. Em depoimento prestado à CNV, o capitão reformado do Exército, Amadeu Felipe Ferreira – na época sargento e militante do PCB –, acrescenta que, naquele momento, quando servia no 18º RI, a unidade considerada mais forte de Porto Alegre, os sargentos assumiram o comando do quartel prendendo os oficiais que

³⁹ Foi chefe da assessoria agrária do Governo de Leonel Brizola, quando este era Governador do Rio Grande do Sul. Posteriormente, com a efetivação do Golpe Civil-Militar de 1964, se exilou no Uruguai, junto com Brizola e outras lideranças políticas, participando, também, das articulações para ações armadas contra a Ditadura Civil-Militar de SN.

obedeciam as ordens dos ministros golpistas. Dentro disso, afirma que “[...] o general Machado Lopes que era o comandante do terceiro exército só depois de receber essa notícia que nós mandamos pra ele [...] é que resolveu assumir a legalidade”⁴⁰.

Situação semelhante ocorreu, também, na Aeronáutica, quando o comandante da Base Aérea de Canoas, município próximo de Porto Alegre, acatou as ordens vindas do Ministério da Guerra para bombardear o Palácio Piratini, sede da resistência ao golpe e lugar rodeado por milhares de civis dispostos a defender a democracia. No entanto, isso não ocorreu devido à mobilização de um grupo de militares graduados daquela Base, conforme pode ser observado no relato do tenente-coronel reformado da Aeronáutica e nacionalista, Avelino Iost (2009, p. 36), quando diz que: “[...] após ordem para preparar os aviões para decolar, houve resistência dos sargentos e suboficiais que, desarmados, dando-se as mãos, circundaram os aviões para impedir que os pilotos embarcassem”. Iost (Idem, p. 40) acrescenta que o mesmo grupo de militares “[...] desligaram também nos aviões o acionamento de canhões e de bombas. A pressão de ar dos pneumáticos das aeronaves foi reduzida. Na pista foram colocados tonéis e outros obstáculos”.

Desse grupo de militares graduados, que impediu a decolagem dos jatos *Gloster Meteor*, também fez parte o coronel-aviador reformado – na época capitão – Alfredo Ribeiro Daudt. Piloto da aviação de caça, veterano da Segunda Guerra Mundial⁴¹ e identificado com as ideias trabalhistas, o oficial foi procurado por um grupo de sargentos e prontamente ajudou na sabotagem dos aviões. Conforme depoimento de seu filho, o sargento reformado Alfredo Daudt Júnior, assim que a ordem do bombardeio chegou à Base Aérea e os militares tomaram conhecimento, rapidamente tiveram de tomar uma decisão, provocando uma “linha divisória” entre legalistas e golpistas. Nesse sentido observa que:

[...] com essa divisão eles partiram para a ação. Então meu pai sempre me relatava que: ‘pô, um bombardeio do Palácio Piratini, no meio da cidade de Porto Alegre, seria uma catástrofe histórica, *sem precedentes*’. E aquilo ali forçou uma decisão *imediate* dos militares [legalistas]. [...]. Eu soube disso e foi nessa ação que o meu pai se destacou como um dos militares que estava junto com todos os que fizeram isso daí [...]⁴² [grifo do autor].

Em reportagem ao jornal Sul21, a viúva do coronel-aviador, Dóris Daudt, acrescenta que, diferentemente das outras Forças Armadas, na Aeronáutica existia uma convivência

⁴⁰ FERREIRA, Amadeu Felipe. Depoimento prestado à CNV em 19 de março de 2013, local: s/i.

⁴¹ Durante o conflito, Alfredo Daudt era um dos pilotos encarregados de fazer o patrulhamento do litoral brasileiro, na busca por submarinos das forças do Eixo – Alemanha, Itália e Japão.

⁴² Entrevista concedida ao autor, em Porto Alegre, em 31.10.2019.

maior entre os sargentos e os oficiais-aviadores, “pois voam juntos e não existe uma distância tão grande entre eles”, fato que teria contribuído para as ações conjuntas entre graduados e oficiais legalistas, em Canoas. Afastado o perigo do bombardeio, seu marido e outros militares foram até o Palácio Piratini levar a notícia ao Governador Leonel Brizola⁴³. No entanto, logo depois dessas ações, houve prisões na Base Aérea e Alfredo Daudt ficou detido por dois dias⁴⁴.

Naquele agosto de 1961, mesmo depois da adesão do III Exército à Legalidade e as ações dos militares da Base Aérea de Canoas, para impedir a decolagem dos aviões, a situação continuou tensa, com oficiais golpistas da Aeronáutica e do Exército circulando pela Região Metropolitana de Porto Alegre e tomando atitudes para tentar reverter a situação em favor do golpe e do bombardeio do centro da capital. Com diversas situações conflitivas na Base Aérea, com sargentos apontando armas para oficiais e vice-versa, um grupo de militares graduados decidiu buscar ajuda no Quartel General do III Exército. Na madrugada do dia 29 de agosto o general Machado Lopes enviou uma tropa do Exército para a Base Aérea e trocou o comando daquela unidade militar por um oficial legalista da Aeronáutica.

No entanto, conforme Iost (2009, p. 48), no meio do caminho a tropa do Exército foi alcançada pelo major Leo Etchegoyen, que assumiu o comando da referida tropa. Apesar da troca de comando na Base Aérea, por um oficial da Aeronáutica, na prática, o controle da mesma ficou com o major do Exército que, em uma manobra golpista, alegando estar cumprindo ordens do general Machado Lopes, ordenou que os sargentos da Base entregassem as armas. Com os sargentos já desarmados os militares do Exército cercaram o grupo, permitindo, com isso, novamente a mobilização dos oficiais golpistas para recolocar os aviões em condições de voo. Sobre isso, Iost (Idem, p. 49), detalha o seguinte:

Sob a mira de metralhadoras do Exército, duzentos e quatorze suboficiais e sargentos da Aeronáutica ficaram ao sol, em forma, por longas horas, enquanto oficiais do 1/14 G.Av.⁴⁵ com ajuda de cabos e soldados completaram a pressão dos pneumáticos dos aviões e decolaram. É verdade que comando de armas dos aviões só poderia ser ativado por especialistas, mas estes estavam presos. Após a

⁴³ Político com o qual Alfredo Daudt mantinha uma relação de amizade desde os tempos de escola e que se intensificou no período em que estiveram exilados com suas famílias no Uruguai, após o Golpe Civil-Militar de 1964. Como observa Alfredo Júnior, da convivência entre sua família e a família de Leonel Brizola, no exílio, resultou o casamento de sua irmã Nereida Daudt e o filho do ex-Governador, José Vicente Brizola. Dessa união nasceram Juliana Brizola, Leonel Brizola Filho e Carlos Daudt Brizola que, anos mais tarde, também se identificaram com o trabalhismo e assumiram cargos políticos pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT).

⁴⁴ MOVIMENTO dos sargentos da FAB foi reforçado pela figura de um capitão. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/postsrascunho/2011/08/movimento-dos-sargentos-da-fab-foi-reforcado-pela-figura-de-um-capitao/>> Acesso em: 13 nov. 2019.

⁴⁵ Abreviatura para Primeiro Esquadrão do Décimo Quarto Grupo de Aviação.

decolagem, em vôo rasante, várias vezes, os aviões passaram sobre os 214 suboficiais e sargentos [...] – para humilhar, para atemorizar, para tripudiar.

Desarmados, os aviões rumaram para São Paulo. Corroborando com esse relato, o capitão reformado do Exército, José Wilson da Silva (2011, 4 ed., p. 45-46), que também tomou parte no Movimento Legalista, acrescenta – reproduzindo relatos de amigos que vivenciaram esses momentos na Base Aérea de Canoas – que antes de embarcar nos aviões, os oficiais, armados, “caminharam entre as fileiras [de sargentos], olhando bem nos olhos de cada um”, e ameaçaram, dizendo: “– Nós vamos embora, mas voltaremos para um ajuste de contas!”. Após a posse de João Goulart, os militares golpistas retornaram para a Base Aérea e, de fato, a situação seguiu conflituosa. Conforme Iost (2009, p. 60), “após o regresso [...], oficiais que haviam se afastado durante a crise militar passaram a agir com espírito de vingança contra os legalistas, em especial contra os sargentos”.

Vale destacar que, tal como os demais militares da Aeronáutica envolvidos na mobilização em defesa da Constituição, o capitão-aviador Alfredo Daudt ficou marcado, sendo acusado de “subversivo” e sofrendo perseguições após o Golpe Civil-Militar de 1964. Em documento do Serviço Nacional de Informações (SNI), de setembro de 1989, “atendendo a requerimento” do oficial, para acesso às informações a seu respeito, consta que, em 1964, “foi submetido ao Processo de Investigação Sumária (PIS) Nº 10, instaurado pela Comissão de Investigação Sumária do Ministério da Aeronáutica (CISAR), na área da 5ª Zona Aérea, pela *prática de atos atentatórios contra a Segurança Nacional*”. O relator da referida comissão descreve Alfredo Daudt como um “*oficial extremista, altamente envolvido em política partidária* e de inteira confiança do ex-Deputado Leonel Brizola” [grifo nosso].

Entre outras acusações o oficial da Aeronáutica também foi apontado como “líder dos Sargentos no levante ocorrido em 61, na Base Aérea de Canoas, ocasião em que incitou a tropa à desobediência, indisciplina, criticou superior hierárquico, *aliciou subalternos e promoveu reuniões subversivas* tentando organizar uma entidade irregular” supostamente denominada “Comando Geral dos Sargentos”⁴⁶ [grifo nosso]. Observa-se que, além do conhecido posicionamento político de Alfredo Daudt, o fato de ser um oficial, que se uniu ao grupo de sargentos, aparentemente se tornou mais um agravante no processo a que foi submetido.

⁴⁶ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). br_dfanbsb_v8_mic_ptr_dti_prt_0226_d0003de0003.pdf. DI PRT 00226. SEC 3. Presidência da República. Serviço Nacional de Informações. 28 de setembro de 1989.

Assim como Alfredo Daudt, o então segundo tenente Avelino Iost também foi punido após o Golpe Civil-Militar de 1964. Os atos desses oficiais durante a Campanha da Legalidade, em 1961, e seus posicionamentos políticos foram enquadrados como crimes, justificando, assim, as perseguições que sofreram. Ambos foram demitidos da Aeronáutica, conforme pode ser visto no documento intitulado “Coletânea dos Atos Institucionais elaborado pelo Ministério da Aeronáutica (CISA)”, em que consta um decreto de 3 de setembro de 1964:

Considerando que, pelo Ato nº 3, de 11 de abril de 1964 do Comando Supremo da Revolução, o Capitão Aviador ALFREDO RIBEIRO DAUDT e o Segundo-Tenente Especialista em Avião AVELINO IOST foram transferidos para a Reserva:

Considerando, que o prosseguimento das investigações sumárias, com observâncias do disposto no Decreto nº 53.897, de 27 de abril de 1964, apurou fatos novos que evidenciaram maior gravidade de suas participações em *atividades subversivas*, e reclamam a imposição de penalidade adequada, resolve

DEMITIR:

Com fundamento no citado artigo 7º, § 1º do mesmo Ato Institucional, dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica o Capitão-Aviador (R/R) ALFREDO RIBEIRO DAUDT e o Segundo-Tenente Especialista em Avião (R/R) AVELINO IOST, sem prejuízo das sanções penais a que estiverem sujeitos, fazendo seus beneficiários jus à pensão de acordo com o art. 20 da Lei das Pensões Militares, nº 3.765, de 4 de maio de 1960⁴⁷ [grifo nosso].

Além dos dois oficiais da Aeronáutica citados, militares como Avelino Capitani, Jelcy Corrêa, José Wilson da Silva, Amadeu Felipe Ferreira, entre tantos outros, que tomaram atitudes em favor da Legalidade, em 1961 – e novamente em 1964 –, ficaram marcados pelos oficiais golpistas alinhados com as ideias da DSN. Foram os primeiros a serem punidos após o Golpe Civil-Militar de 1964, sendo cassados e expulsos das Forças Armadas Brasileiras. Houve, ainda, casos de militares assassinados, como o coronel-aviador Alfeu de Alcântara Monteiro. Este oficial também ajudou a impedir o bombardeio do centro de Porto Alegre, em 1961. Conforme o *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, por seu posicionamento legalista e nacionalista, foi assassinado em 4 de abril de 1964, na Base Aérea de Canoas, quando se recusou a transferir o comando da unidade militar ao brigadeiro Lavanere Wanderley, enviado pelo governo golpista.

⁴⁷ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_81005550_d0002de0014. pdf. Coletânea dos Atos Institucionais elaborado pelo Ministério da Aeronáutica (CISA). ATOS DA REVOLUÇÃO. Volume I. DE 9 DE ABRIL DE 1964 A 15 DE MARÇO DE 1967. CNF 2. p. 68. 10 de dezembro de 1981.

Tão importante quanto à adesão do III Exército e dos militares da Base Aérea de Canoas, foi a participação da Brigada Militar que, segundo o coronel reformado e, na época, militante trabalhista, Emílio João Pedro Neme⁴⁸ (2010, p. 93-94), foi unânime, entre os oficiais da Corporação. Naqueles dias de tensão, com a ameaça de invasão do Rio Grande do Sul por forças federais, vindas de outras regiões do País, e do bombardeio do Palácio Piratini, a Brigada Militar tomou diversas providências. Entre as medidas, o posicionamento de tropas em Torres, próximo da divisa com Santa Catarina, o envio de um destacamento para proteger as antenas da Rádio Guaíba e, até mesmo, lanchas do Corpo de Bombeiros, com soldados armados, para evitar uma invasão pelo rio Guaíba. Além disso, com a notícia de um iminente bombardeio do Palácio Piratini também foram colocadas metralhadoras no topo da Catedral Metropolitana e na sede do Governo.

Corroborando com as informações de Neme, o coronel reformado da Brigada Militar e trabalhista, Maildes Alves de Mello⁴⁹ (2008, 2 ed., p. 327), acrescenta que antes da definição do III Exército, pela Legalidade, “contava-se apenas com a Brigada Militar, comandada pelo Coronel Diomário Moojen, que colocou a Força em rigorosa prontidão”. Até aquele momento existiu a possibilidade de um enfrentamento da Brigada Militar com as tropas do III Exército, com os militares daquela Corporação sendo deslocados para monitorar a movimentação das tropas federais no estado. Mello (Idem, p. 328) foi um dos encarregados dessa tarefa, após receber a ordem do coronel e trabalhista Militão da Silva Neto. Com o auxílio do também trabalhista capitão Rosalino dos Santos Dutra e outros radiotelegrafistas, organizou um pequeno grupo, detalhando o seguinte:

De saída o Rosalino me trouxe uma estação de rádio receptora e transmissora. Consegui outra com o Chefe de Polícia, além de dois jeep e uma dezena de rádios portáteis de pequeno alcance. Com mais de uma dezena de voluntários, contatados pelo Rosalino, a maioria reformados da BM [Brigada Militar], coloquei observadores ao longo dos trajetos desde a Avenida Praia de Belas em direção à Serraria. Assim como alguns adiante de Novo Hamburgo [...].

Tal como no caso dos militares legalistas e trabalhistas das Forças Armadas Brasileiras, os brigadianos citados também foram cassados após o Golpe Civil-Militar de 1964, acusados de “subversivos”. Com exceção de Rosalino dos Santos Dutra e Diomário Moojen, os demais militares constam em um documento do Governo do Rio Grande do Sul,

⁴⁸ Este oficial foi o chefe da Casa Militar do Governo de Leonel Brizola. Juntamente com outros policiais militares trabalhistas, se engajou nas tentativas de levantes organizadas por Brizola, logo após o Golpe Civil-Militar de 1964, como será visto no segundo capítulo.

⁴⁹ Este militar também fez parte da Casa Militar do Governo de Leonel Brizola.

datado de 7 de outubro de 1964, quando são publicados os nomes de oficiais e praças atingidos pelas punições do Ato Institucional Nº 1 (AI-1), baixado em 9 de abril daquele mesmo ano. Foram 5 oficiais demitidos, 17 praças expulsos e 73 reformados – destes, 27 praças e 46 oficiais –, totalizando 95 policiais militares atingidos⁵⁰.

Observa-se, no entanto, que Rosalino dos Santos Dutra também foi cassado e preso, conforme pode ser visto no *Catálogo Resistência em Arquivo: Memórias e Histórias da Ditadura no Brasil* (2014, p. 511), onde constam os processos administrativos de indenizações de perseguidos políticos no Rio Grande do Sul. Também filiado ao PTB, foi preso, no final de 1964, acusado de participação no plano da denominada Operação Pintassilgo⁵¹ – tentativa de levante articulada pelo então capitão-aviador Alfredo Ribeiro Daudt, que será abordada no segundo capítulo deste trabalho.

Em alguns dos processos de indenizações pesquisados podem ser encontrados relatos sobre as perseguições que os policiais militares sofreram após o Golpe Civil-Militar de 1964, por conta da militância no PTB e, da mesma forma, pela atuação que tiveram durante a Campanha da Legalidade, quase três anos antes. Como exemplo, o processo do coronel reformado e trabalhista, Cirley Alves Ramos, em que consta uma ficha testemunhal de Emílio João Pedro Neme, relatando as perseguições sofridas pelo seu colega que, após ser cassado pelo AI-1, foi preso por mais de uma vez e sofreu torturas físicas e psicológicas. Neme afirma que,

o [então] Tenente Cirley Alves Ramos, gozava também do prestígio do Ex-Governador Leonel Brizolla (sic), do qual também era amigo pessoal. Já na oportunidade da Legalidade no ano de 1961, fez parte do Batalhão da Legalidade, e ficou marcado pelos militares que se opunham ao movimento político da Legalidade e que mais tarde se instalaram no poder pela chamada ‘Revolução Redentora’ de 1964.

Acrescenta que o comandante geral da Brigada Militar, o coronel Octávio Frota, “era pessoa vingativa para com os seus adversários, não perdendo nem mesmo os familiares. Ele detinha o poder e tudo podia fazer com o aval do Exmo. Governador Ildo Meneghetti, que não

⁵⁰ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85012300_d0001de0002.pdf. ELEMENTOS ATINGIDOS PELO ATO INSTITUCIONAL. VIII – Oficiais e praças atingidos pelo Ato Institucional – Demissão – Expulsão – Reforma – Atos do Governo. 6 de janeiro de 1966.

⁵¹ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA). br_an_bsb_vaz_118a_0073.pdf. INFILTRAÇÃO COMUNISTA NA MAÇONARIA DO RGS. 29 de janeiro de 1978.

contestava suas ações no seio da Brigada Militar”⁵². Em ficha testemunhal anexada ao processo de indenização do capitão reformado e trabalhista, Geraldo André de Oliveira Filho, o capitão reformado e também trabalhista, Reginaldo Ives da Rosa Barbosa, afirma que esteve preso com seu colega “em diversas ocasiões”, após o Golpe, presenciando “os máus (sic) tratos de que foi vítima o então, Sgtº [sargento] Geraldo, inclusive ficando afetado em sua visão”, acrescentando que, “o terrorismo foi muito grande naqueles anos, a vingança dos algozes por fatos oriundos da Legalidade de 1961, em que eles foram derrotados, e que Sgtº.Geraldo, participou”⁵³.

Em outro processo de indenização, o oficial reformado João Alves Verlindo também relata o quanto seu posicionamento político e sua atuação durante a Campanha da Legalidade se tornaram motivos para perseguições a partir de 1964. Sobre isso, observa que, como militante do PTB, sendo Presidente Executivo do Diretório General Ernesto Dornelles, “único núcleo político partidário da Brigada Militar, atuante e legal constitucionalmente”, ficou “visado a partir do Movimento da Legalidade de 1961, pois que, naquela oportunidade como GETULISTA, e comungando com a doutrina de Leonel Brizola [...], fiquei marcado para uma revanche dos Golpistas de 1964”⁵⁴.

Durante os dias que se desenrolaram os movimentos de resistência contra o golpe no Brasil, algumas lideranças políticas do Congresso Nacional e da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul sugeriram a ideia da implantação do regime parlamentarista no País – o que na prática objetivava limitar os poderes de João Goulart como Presidente –, como uma solução ao impasse gerado pelos ministros militares. Durante essas negociações, Jango se encontrava em Montevideú, no Uruguai, onde recebeu Tancredo Neves, do PSD, um dos principais articuladores da ideia⁵⁵.

A proposta foi aceita por Jango, como forma de se evitar uma guerra civil no País. Com isso, viajou para Porto Alegre, em 1º de setembro, quando se encontrou com Brizola e se preparou para viajar para Brasília, para então tomar posse. No dia seguinte, o Congresso Nacional aprovou emenda à Constituição, estabelecendo o regime parlamentarista no Brasil, com Jango como Presidente e Tancredo Neves como Primeiro Ministro, contrariando as expectativas de boa parte da população civil, dos militares legalistas e de Leonel Brizola.

⁵² Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/CIRLEY ALVES RAMOS. 17 de setembro de 2002.

⁵³ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/GERALDO ANDRE DE OLIVEIRA FILHO. 28 de agosto de 1998.

⁵⁴ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/JOAO ALVES VERLINDO. 24 de agosto de 1998.

⁵⁵ Para mais detalhes, sobre essas negociações e debates no Congresso Nacional e na Assembleia Legislativa, ver, Brandalise (2017).

Com a iminência da viagem de Jango para tomar posse em Brasília, um novo fato refletiu as tensões existentes entre os militares da Aeronáutica. Um grupo de oficiais da Base Aérea de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, planejou uma ação para impedir a posse do novo Presidente da República, no que ficou conhecida como “Operação Mosquito”. Entre as possibilidades deste plano, estava a derrubada do avião que transportava o Presidente. Tal plano, de acordo com Costa (2007, p. 61), não teria sido colocado em prática, em função de um grupo de militares graduados que, sob a liderança do sargento Antônio Prestes de Paula, sabendo das intenções dos oficiais, novamente sabotou os aviões que seriam usados na ação, invertendo as balas nos pentes das metralhadoras sem que os últimos percebessem.

A posse de João Goulart não representou o fim das tensões políticas no País, tampouco, dentro das Forças Armadas. Com isso, fazem-se necessárias duas observações. A primeira delas, diz respeito às perseguições que os militares legalistas passaram a sofrer dentro dos quartéis, com punições que iam desde prisões até transferências para outras unidades militares, espalhadas pelo Brasil. Como visto, essas punições ocorreram durante as mobilizações contra a tentativa de golpe⁵⁶, continuando mesmo após a posse de Jango. Nessa perspectiva, Sodré (2010, 2 ed., p. 459) constata uma “anomalia curiosa”, em que os “vencidos pareciam vencedores”, pois “os militares que haviam assegurado à continuidade democrática passavam a ser perseguidos e marcados como elementos perigosos [...]. A situação, ao que tais dados indicavam, era de vitória do golpe militar e não de derrota”.

Por outro lado, conforme Costa (2007, p. 64), as transferências, que tinham por objetivo desarticular a organização política dos praças, acabaram gerando efeito contrário, pois “cada sargento se transformou numa célula de propaganda política do movimento nacionalista”. Ligada a isso, a segunda observação diz respeito à aproximação dos militares graduados com Leonel Brizola e o Governo João Goulart. Este último, em função das ações daqueles militares, durante a Campanha da Legalidade, ofereceu a legenda do PTB para que pudessem concorrer às eleições, atendendo, com isso, uma de suas antigas reivindicações. Como será visto em seguida, esse foi mais um motivo de discórdia dentro das Forças Armadas Brasileiras.

Desta forma, o esclarecimento das posições adotadas pelos militares nacionalistas e trabalhistas durante a Campanha da Legalidade, principalmente entre os graduados, é crucial para o entendimento da crescente participação política que estes tiveram nos meses e nos anos que se seguiram até 1964. Igualmente, entende-se que as perseguições que oficiais e

⁵⁶ Um dos militares presos foi o marechal Henrique Batista Duffles Teixeira Lott. Este oficial era conhecido pelo seu posicionamento legalista e foi preso após divulgar um manifesto contra a tentativa de golpe.

graduados sofreram a partir das atitudes que tomaram em favor da Legalidade, em 1961, continuaram após o Golpe Civil-Militar de 1964, levando uma parcela desses militares a se engajar na luta para derrubar a Ditadura Civil-Militar de SN que se seguiu. Desta forma, o engajamento que alguns militares trabalhistas tiveram na luta armada pode ser considerado como uma continuação da luta que empreenderam em 1961, já que em ambos os casos defendiam a democracia.

2.2 DA DEFESA DAS REFORMAS DE BASE ÀS TENTATIVAS DE RESISTÊNCIA AO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964

Durante os dias que sucederam a Campanha da Legalidade, Brizola demonstrava que não aceitava a ideia de João Goulart governar sob a condição de um regime parlamentarista. Antes mesmo de Jango tomar posse, em Brasília, em 7 de setembro de 1961, o Governador do Rio Grande do Sul já fazia declaração à imprensa, esclarecendo quais seriam os próximos objetivos a serem alcançados, após a posse do novo Presidente. Entre esses objetivos, estava o estímulo para a antecipação do plebiscito popular – que estava marcado para 1965 –, visando à restauração do regime presidencialista, além da defesa das Reformas de Base. Conforme citado por Brandalise (2017, p. 218), em declaração ao jornal *Correio do Povo*, Brizola dizia: “Pretendo com esses objetivos, lançar-me em uma cruzada nacional, para a qual convoco desde já a todos os jornalistas brasileiros”.

Os atos administrativos de Brizola, como Governador, assim como suas ações durante a Campanha da Legalidade, faziam com que suas ideias fossem consideradas mais radicais dentro do PTB, inclusive quando comparadas com João Goulart. Desta forma, a partir do momento em que foi garantida a posse de Jango à Presidência da República, faz-se necessário destacar um gradual afastamento entre estes dois correligionários no que diz respeito às ações políticas⁵⁷. Enquanto Governador do Rio Grande do Sul, Brizola continuou tomando atitudes que evidenciavam sua política de caráter nacionalista e anti-imperialista, especialmente, quando encampou, em 1962, a Companhia Telefônica Rio-Grandense, subsidiária da estadunidense Telephone and Telegraph (ITT)⁵⁸. Sobre isso, Vainfas (2007, p. 485) acrescenta que:

⁵⁷ Vale observar que, além de serem colegas de Partido e naturais do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola e João Goulart também eram cunhados.

⁵⁸ No seu primeiro ano de Governo, em 1959, já havia encampado a Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense, filial da também estadunidense, Bond and Share.

Esta última ação gerou enorme mal-estar nos Estados Unidos, com desdobramentos diplomáticos seríssimos. Pressionado, o chanceler brasileiro San Tiago Dantas convocou reunião no Itamaraty da qual participaram o embaixador norte-americano no Brasil, Lincoln Gordon, o embaixador brasileiro em Washington, Roberto Campos, e o próprio Brizola. A negociação fracassou, a estatização da filial da ITT foi mantida e Brizola ficaria indelevelmente marcado, nos Estados Unidos – e no seio do empresariado brasileiro –, como uma das perniciosas lideranças radicais que despontavam no Brasil.

Além da estatização de empresas e da Campanha da Legalidade, o Governo de Brizola se notabilizou pelo início de uma reforma agrária, promovendo a fundação do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), além de um grande investimento em educação. Estes fatos contribuíram para a sua eleição ao cargo de deputado federal, pelo estado da Guanabara, em 1962, alcançando 269 mil votos, a maior votação para este cargo até aquela época. Sua atuação como parlamentar continuou centrada na restauração do presidencialismo, na aprovação de Reformas de Base e na preservação da democracia.

No que diz respeito às Forças Armadas Brasileiras, as divisões entre militares de esquerda – marxistas e nacionalistas – e os militares de direita – ligados à DSN –, continuaram. Não só continuaram como se acirraram, principalmente entre militares graduados e oficiais, em função do protagonismo que os primeiros tiveram durante a Campanha da Legalidade. Mesmo com as transferências de alguns militares graduados para outras regiões do País, as mobilizações dentro e fora dos quartéis continuaram, tanto pela conquista de direitos da categoria, quanto pela manutenção da democracia – incluindo-se, aí, a defesa das Reformas de Base.

Como visto anteriormente, no caso da Marinha, o não reconhecimento da AMFNB, pelo Alto Comando daquela Força gerou o aumento da combatividade dos marinheiros e fuzileiros navais, aproximando a Associação de outras mobilizações populares. Conforme Capitani (2005, 2 ed., p. 37), isso se deu no apoio à greve do Corpo de Bombeiros da Guanabara, que reivindicava aumento de salário, e no apoio aos sindicatos de trabalhadores e movimentos de camponeses, que lutavam por reforma agrária. Neste caso, vale destacar as orientações de autodefesa prestadas pelos marinheiros e fuzileiros navais aos camponeses, no Rio de Janeiro, e a proximidade com o dirigente das Ligas Camponesas, Francisco Julião, que recebia o aviso prévio dos militares quando estes eram ordenados pelo Alto Comando da Marinha a reprimir os acampamentos do movimento popular.

Proximidade também existiu com o Movimento Estudantil que, nesse caso, estava ligada a antiga reivindicação desses militares graduados pelo direito de estudar. Com a permissão da secretaria de estado da Guanabara, reformaram uma escola abandonada e

fizeram acordo com a UNE, a qual se responsabilizava por indicar estudantes da Faculdade de Filosofia, a fim de atuarem como professores dos marinheiros. Como acrescenta Capitani (Idem, p. 36) essas “eram as respostas dos marinheiros diante de problemas existentes. A maioria dos marinheiros tinha origem camponesa ou operária e parecia sentir mais profundamente os problemas da sociedade em seu conjunto. A Associação passou a ser uma expressão desse sentimento”.

Capitani (Idem, p. 38) observa, também, que na AMFNB existiam diversas correntes no campo das esquerdas, porém “a posição predominante e seguida pela associação era de caráter nacionalista e democrático, muito influenciada por Brizola”. Nessa perspectiva, a defesa das Reformas de Base também estava na pauta da AMFNB, assim como nas demais Forças, que também mantinham contato com outras entidades civis. Nesse sentido, o capitão reformado do Exército, Amadeu Felipe Ferreira, em depoimento a Costa (2007, p. 80) detalha que:

Tínhamos comitês eleitorais, que foram fundamentais, ampliamos contatos com sindicatos, com o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que tinha três representantes dos sargentos, tínhamos reuniões dos movimentos das reformas de base, com representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), dos oficiais nacionalistas. Havia integração com movimentos estudantil, operário e dos oficiais nacionalistas. Não havia dinheiro e montamos um comitê com o primeiro movimentos feminista do Brasil, que eram as enfermeiras que tinham ido para a guerra, pela FEB. [...]. A gente trabalhava dia e noite, fazia política sempre na base.

A partir da posse de João Goulart, na Presidência da República, os militares graduados das três Forças receberam seu apoio para que, por meio do PTB, lançassem candidatos nas eleições parlamentares de 1962⁵⁹, embora a Constituição de 1946 os proibisse. Sob o *slogan* “Sargento também é povo” (Idem, p. 69), naquele ano, conforme Maciel (2013, p. 68), foram eleitos os sargentos do Exército, Antônio Garcia Filho, como deputado federal pelo estado da Guanabara, Almoré Zoch Cavalheiro, como deputado estadual, pelo Rio Grande do Sul, e Edgar Nogueira Borges como vereador, em São Paulo.

Nesse contexto, observa-se que Almoré Zoch Cavalheiro tinha uma dupla militância, já que de 1954 a 1964 foi filiado ao PCB. Admitindo em livro autobiográfico (2011, p. 36)

⁵⁹ Sobre estas eleições, é importante lembrar, também, o papel dos agentes externos, mais especificamente, do Governo dos Estados Unidos. Por meio da CIA, se articulou a um grupo de empresários brasileiros e enviou dinheiro que financiou a campanha de vários candidatos a deputados federais, estaduais e governadores opositores ao Governo de João Goulart. Este financiamento ilegal se deu por meio do IBAD, criado em 1959. Vale lembrar ainda que, por meio do IPES, criado em 1961, por empresários e militares ligados a DSN, também ocorreu o financiamento de materiais de propaganda anticomunista e antigovernista, por meio de livros, filmes e manifestações públicas. Todas essas ações, portanto, já evidenciava um esforço de desestabilização do Governo de João Goulart, evoluindo para planos de um novo golpe, nos anos seguintes.

que esse fato era desconhecido do grande público até então, o capitão reformado observa, no entanto, que se identificava mais com o trabalhismo do que com o comunismo, “em função das convicções familiares” e da sua identificação com as religiões cristãs. Desta forma, de acordo com o militar (Idem, p. 37), “influenciado por uma visão pluralista com relação às religiões, a simpatia pelo [...] PTB, tornou-se predominante”.

Tendo Getúlio Vargas, João Goulart, Leonel Brizola e Luiz Carlos Prestes como suas referências políticas, esse ‘ecletismo’ de Almoré Cavalheiro encontrava certa coerência no que diz respeito à forma de luta que defendia, ou seja, pelas vias eleitorais. O militar (Idem, p. 88) afirma que sempre lhe chamava a atenção o paradoxo “de termos um governo popular e nacionalista e [se] defender a luta armada”. A convicção na luta política por meios pacíficos continuou após o Golpe Civil-Militar de 1964, já que Almoré Cavalheiro não participou de nenhum movimento ou organização de esquerda armada para derrubar a Ditadura Civil-Militar de SN.

Apesar de eleitos, Almoré Zoch Cavalheiro e Edgar Nogueira Borges sequer puderam tomar posse, pois foram impedidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Tal decisão foi mantida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), após recurso dos militares. O mesmo ocorreu em 1963, com o já empossado sargento Antônio Garcia Filho. Outros casos semelhantes ocorreram pelo País, como o do sargento do Exército, João Calixto de Medeiros, que foi eleito Vice-Prefeito, pelo PTB, em Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul, e teve seu mandato cassado, em outubro de 1964 (*Correio do Povo*, Porto Alegre, edição de 24 out. 1964. p. 16)⁶⁰.

Com o impedimento do TSE para a posse dos militares graduados, estes iniciaram uma mobilização nacional para que a decisão fosse revertida pelo STF. Em um manifesto de agosto e setembro de 1963, dos sargentos do Rio de Janeiro, com maior clareza, nota-se o quanto a preocupação desses militares com a posse dos sargentos não estava restrita apenas às questões referentes à categoria. Questões políticas, econômicas e sociais de viés reformista e nacionalista estavam presentes, como a defesa de empresas brasileiras – incluindo-se, aí, o controle dos lucros das empresas estrangeiras instaladas no País – e a reforma agrária, além da defesa da democracia no Brasil e nos países vizinhos. A partir dessa posição, “resolveram”, portanto, o seguinte:

a) Exortar a todos os colegas brasileiros a intensificarem a luta pela ELEGIBILIDADE DOS SARGENTOS;

⁶⁰ Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

- b) Reconhecer em todos os colegas eleitos para funções públicas, principalmente nos SARGENTOS GARCIA FILHO e AIMORÉ ZOCK CAVALHEIRO (sic), representantes autênticos dos SARGENTOS da nossa pátria.
- c) Hipotecar irrestrita solidariedade às autoridades militares identificadas com os anseios do povo, que são os nossos. (Sargento é povo fardado).
- d) Apoiar os patriotas da PETROBRÁS, na batalha pela encampação da Refinaria de Capuava. (Tudo de Petróleo à Petrobrás. Fora com a ‘Shell’, ‘Gulf’, ‘Atlantic’, e outros trustes).
- e) Advertir os inimigos da pátria, lembrando a nossa disposição inabalável de impedir no Brasil, a reprodução dos golpes contra os povos da Argentina, Peru e Equador, efetuados pelos gorilas fardados daqueles países.
- f) Ratificar o nosso repúdio à espoliação estrangeira, enquistada em todos os setores da vida nacional. (‘Standart Eletric’, ‘Crush’, ‘General Motors’, ‘Esterbrook’, ‘Bond and Share’, ‘Sears’, etc [...]).
- g) Aplaudir os cineastas realizadores dos filmes ‘Seara Vermelha’ e ‘Vidas Secas’, retratos autênticos desse monstro anti cristão que é o Latifúndio. (Reforma Agrária, na Lei ou na paulada).
- h) Saudar a criação em Buenos Aires, segundo carta recebida do Suboficial Rivas Morales, do Movimento Anti Gorila SUBOFICIALES UNIDOS ARGENTINOS. (Primeiro reflexo internacional da luta dos Sargentos brasileiros).
- i) Confiar no espírito democrático dos Exmos. Srs. Ministros do Supremo Tribunal Federal, quanto ao pronunciamento vindouro e definitivo sobre a ELEGIBILIDADE DOS SARGENTOS⁶¹.

Com a eleição dos sargentos e, posteriormente, a decisão do STF de manter a inelegibilidade de cabos, sargentos e suboficiais, as tensões nas Forças Armadas continuaram, resultando, novamente, em conflitos entre oficiais e graduados. Em setembro de 1963, iniciou-se uma revolta liderada por Antônio Prestes de Paula, presidente do Clube dos Subtenentes e Sargentos das Forças Armadas. De acordo com Maciel (2013, p. 69), o grupo de sargentos prendeu oficiais da Base Aérea de Brasília e, em seguida, ocupou a Central Telefônica e o Serviço de Patrulha do Departamento Federal de Segurança Pública. Depois, bloquearam estradas e prenderam o ministro do STF e o presidente da Câmara dos Deputados.

Esse Movimento também teve o apoio da subsede de Brasília da AMFNB, o que resultou na morte de um fuzileiro naval, após confronto destes militares com as tropas do Exército, enviadas para reprimi-los. O Movimento dos Sargentos foi contido e mais de 500 militares foram punidos com a prisão⁶², sob a acusação de quebra de hierarquia. Com relação à Marinha, conforme Capitani (2005, 2 ed., p. 51), os marinheiros e fuzileiros navais temiam que o Comando da Marinha se aproveitasse da situação para desencadear uma repressão contra a Associação e até mesmo um novo golpe de Estado.

⁶¹ Acervo virtual do Projeto *Brasil: Nunca Mais* (BNM Digit@l)/Processo (BNM 019), Disponível em: < http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&PagFis=26951 > Acesso em: 27 mar. 2019.

⁶² Como acrescenta Costa (2007, p. 74), “84 graduados da Marinha foram transferidos para o navio Almirante Alexandrino”, transformado em uma prisão flutuante, no Rio de Janeiro.

Faz-se necessária a observação de que, apesar da união dos militares graduados na luta por direitos da categoria, as ações desencadeadas em Brasília não foram uma unanimidade entre esses militares. Sobre isso, em conversa que teve com Prestes de Paula, Amadeu Felipe Ferreira (In. COSTA, 2007, p. 73) relembra: “Eu passei 48 horas conversando com o Prestes: ‘Não levanta nada, você não tem condições de levantar coisa nenhuma. O Exército não é como a Aeronáutica. O negócio de vocês é mais bagunçado [...]. Levante por questão nacional é uma coisa, por questão particular é complicado’”.

De uma maneira geral, percebe-se que as ações protagonizadas pelos sargentos da Aeronáutica, liderados por Antônio Prestes de Paula e apoiadas pelos marinheiros, em Brasília, eram tidas como radicais. O temor de parte dos graduados do Exército era de que a revolta pudesse resultar em uma falta de apoio da população civil e uma maior tensão entre a cúpula das Forças Armadas com a categoria e com o próprio Governo de João Goulart. Conforme acrescenta o sargento do Exército, Daltro Dornellas, citado por Costa (2007, p. 75):

Nós ficamos isolados. O levante avançou demais. A gente se isolou do conjunto das forças. E os marinheiros achavam que não, que tinha de avançar mais. E eles adotavam a democracia direta. Montaram a associação em 1962 com a assessoria da gente e, em 1964, quando comemoravam o segundo aniversário, já tinham tirado uns quatro ou cinco presidentes. [...]. A assembleia botava a tirava presidente. A coisa não andava. Se o cara não quisesse radicalizar, se quisesse se acomodar, eles gritavam ‘tira, tira; a assembleia é soberana’, e tiravam.

Independente das discordâncias existentes quanto à forma como deveria ocorrer a luta por direitos, fato é que, o Movimento dos Sargentos contribuiu para uma maior perseguição da cúpula das Forças Armadas aos militares graduados e, da mesma forma, para uma maior tensão com o Governo de João Goulart. Isso porque, além da já observada aversão que os setores identificados com a DSN tinham com relação a João Goulart, este também havia acabado de ampliar seus poderes como Presidente da República, após conseguir ampla vitória a favor do presidencialismo, conseguida por meio de plebiscito popular⁶³. Nesse contexto, a vitória no Plebiscito e as crescentes manifestações populares – entre greves, manifestações estudantis e invasões de latifúndios pelas Ligas Camponesas – em favor das Reformas de Base, se somaram ao apoio que Jango manifestou às pautas dos militares graduados. Sobre isso, Fico (2015, p. 48) acrescenta que os “[...] oficiais das Forças Armadas acusaram-no de fomentar a quebra da hierarquia e da disciplina – princípios básicos dos militares”.

⁶³ A antecipação do Plebiscito, para janeiro de 1963, foi conseguida depois de manifestações e de greves operárias, além de negociações realizadas com diversas lideranças políticas no Congresso. Dos 11,5 milhões de eleitores que participaram, 9,5 milhões votaram a favor do presidencialismo.

Além da mobilização política dos sargentos, destaca-se, também, a participação dos oficiais legalistas e nacionalistas nas disputas eleitorais daquele período⁶⁴. Concorrendo por Partidos como o PTB, esses militares também se engajaram nas lutas pelas Reformas de Base e apoiaram a causa dos sargentos. Esse foi o caso, por exemplo, do então tenente José Wilson da Silva, que tinha uma relação de proximidade com os sargentos e se candidatou a vereador, em Porto Alegre, pelo PTB. Segundo o próprio (2011, 4 ed., p. 68), sua candidatura defendia “[...] as mesmas bandeiras de direitos iguais a todos os brasileiros, reformas políticas e econômicas e reformas sociais, especialmente no campo”. Observa-se que, por conta de sua proximidade com os praças, e por seu conhecido posicionamento político nacionalista, quando servia em unidades de Porto Alegre, este militar recebeu como punição a transferência para um quartel no estado do Piauí. No entanto, devido a sua eleição, em 1963, esta transferência não se efetivou e o militar tomou posse, em 1964.

Outros oficiais trabalhistas foram eleitos para cargos legislativos no País, como o major do Exército, Joaquim Pires Cerveira, eleito vereador, em Curitiba – Paraná. O caso deste militar era semelhante ao do sargento Almoré Zoch Cavalheiro. Também teve uma dupla militância, estando ligado ao PCB e se filiando ao PTB. Segundo o advogado Antônio Amaral Filho – militante do PCB e amigo de Joaquim Pires Cerveira –, citado por Neusah Cerveira (2007, p. 94), o major “queria fazer uma revolução de caráter socialista, mas nunca se filiou ao Partido Comunista [...]” sendo uma pessoa “que não se enquadrava em ideologias [...]”. Assim como os sargentos, esses oficiais do Exército também tiveram seus mandatos cassados. Nesses casos, no entanto, as cassações ocorreram após o Golpe Civil-Militar de 1964.

Importante destacar, ainda, que no Rio Grande do Sul existiu um Diretório do PTB formado por cerca de 40 oficiais do serviço ativo e da reserva da Brigada Militar. Este era o Diretório General Ernesto Dornelles. Por este Diretório, o capitão Octavio Thomasi Filho foi eleito vereador em Santa Maria e teve o mandato cassado após o Golpe Civil-Militar de 1964⁶⁵. Também o tenente Milton Souza de Quadros e o tenente-coronel Nelson Amorelli Vianna concorreram aos cargos de deputado federal e deputado estadual, respectivamente⁶⁶. Nelson Amorelli Vianna ficou como suplente e também foi cassado após o Golpe⁶⁷.

⁶⁴ Ao contrário dos militares graduados, a oficialidade tinha o direito de disputar eleições.

⁶⁵ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/OCTAVIO THOMASI FILHO. 06 de agosto de 1998.

⁶⁶ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/AQUILES GOMES DA SILVA FILHO. 18 de agosto de 1998.

⁶⁷ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_81005550_d0001de0014. pdf. Coletânea dos Atos Institucionais elaborado pelo

Conforme Chagas (2007, p. 43-45), o Diretório Trabalhista, formado exclusivamente por brigadianos, mantinha intensa atividade política, produzindo boletins informativos, debatendo assuntos como as Reformas de Base, apoiando aumentos salariais de policiais militares de outros estados e enviando telegramas a João Goulart. Neste último caso os oficiais manifestavam o descontentamento do grupo com a política econômica do Governo, que prejudicava os trabalhadores.

Observa-se que, nesse contexto de discussão nacional sobre as Reformas de Base, João Goulart foi criticado por não se posicionar de forma incisiva para a imediata aprovação das mesmas, contrariando os diversos movimentos sociais e alguns partidos de esquerda, como o PCB, parte do PTB e, particularmente, Leonel Brizola. Foi nesse momento que, como observa Vainfas (2007, p. 489), “Brizola praticamente rompeu com Jango [...], chegando a acusá-lo de conciliar com as políticas conservadoras e pró-imperialistas [...]”, passando a tomar atitudes cada vez mais radicalizadas.

Desta forma, com o objetivo de acelerar as Reformas, Leonel Brizola convocou uma Frente de Mobilização Popular (FMP)⁶⁸ e, ligado a isso, estimulou a formação dos Comandos Nacionalistas, também conhecidos como os “Grupos de Onze Companheiros”. A formação destes grupos, por todo o País, tinha por objetivos mobilizar a população para pressionar a aprovação das Reformas de Base e preservar a democracia de um novo golpe civil-militar, uma vez que aumentavam os rumores de que isto poderia ocorrer em breve.

Segundo Chagas (2007, p. 45), o Diretório General Ernesto Dornelles também se articulou em Grupos de Onze, visando resistir ao golpe em iminência. Era “tão estruturado que tinha autorização para receber as atas de fundação dos Grupos para depois remeter ao Rio de Janeiro”. Além disso, estruturou um plano envolvendo militares da ativa e da reserva visando à resistência ao golpe, de modo que “a população de Porto Alegre seria organizada em dois grandes núcleos de mobilização, nos bairros Partenon e Praia de Belas”. No entanto, durante o Golpe Civil-Militar de 1964, este Diretório não colocou o plano em prática.

Com a vitória dos golpistas, todos os seus integrantes foram presos nos dias que se seguiram e a sede do Diretório General Ernesto Dornelles foi invadida por tropas do Exército. De acordo com Maildes Alves de Mello (2008, 2 ed., p. 152), que fazia parte do Diretório, “foi apreendido todo o material de expediente do diretório; suas atas, ofícios, cartas e até

Ministério da Aeronáutica (CISA). ATOS DA REVOLUÇÃO. Volume I. DE 9 DE ABRIL DE 1964 A 15 DE MARÇO DE 1967. CNF 1. p. 37. 10 de dezembro de 1981.

⁶⁸ Para Gorender (2014, 5 ed., p. 57), a constituição desta frente “[...] se tornou o centro de encontro, debate e aglutinação de partidos políticos e frações partidárias, sindicatos e organizações intersindicais, entidades setoriais de estudantes, mulheres, profissionais liberais, etc”.

anotações a lápis foram juntadas a denúncia como prova de subversão”⁶⁹. No entanto, observa-se que alguns desses militares, quando postos em liberdade, ainda naquele ano, se engajaram na luta armada contra a Ditadura Civil-Militar de SN recém-instaurada.

No período próximo ao desencadeamento do Golpe, João Goulart, cada vez mais pressionado, tanto pelas forças de esquerda quanto de direita, acabou se definindo em favor dos primeiros. Em março de 1964, ao lado de Brizola, em comício realizado na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, João Goulart discursou para aproximadamente 200 mil pessoas – em que se fizeram presentes muitos militares graduados –, em favor da aprovação das Reformas de Base, ao mesmo tempo em que pediu o apoio da população. Vainfas (2007, p. 490) observa, ao mesmo tempo, que naquela mesma ocasião,

Brizola defendeu a instalação de um governo nacionalista e popular no lugar da ‘política de conciliação’; defendeu a derrogação do Congresso e sua substituição por um Congresso Popular, composto de trabalhadores, camponeses, sargentos e oficiais nacionalistas, do qual deviam ser eliminadas ‘as velhas raposas da política tradicional’. Terminou seu discurso com advertência constrangedora para Goulart: ‘Que o presidente se decida a caminhar conosco e terá o povo a seu lado’.

Dentro dos quartéis, vários acontecimentos já evidenciavam o avanço dos planos que oficiais ligados a DSN faziam para um novo golpe de Estado. Um exemplo disso pode ser notado a partir das prisões do marinheiro Avelino Capitani e do cabo José Anselmo dos Santos⁷⁰, após a participação destes como representantes da AMFNB, na festa de aniversário do Sindicato dos Aeroviários. As prisões destes militares tiveram repercussão nacional, quando os demais militares integrantes da Associação se rebelaram. Após tomar conhecimento desses fatos, João Goulart ordenou ao Comando da Marinha a soltura dos militares, não sendo atendido, porém, pelo Ministro da Marinha. No entanto, mesmo que em minoria nas Forças Armadas, a oficialidade nacionalista também se fazia presente, como exemplo do Almirante Cândido da Costa Aragão, que contrariando o Ministro, liberou da prisão aqueles militares. Sobre isso, Capitani (2005, 2 ed., p. 55) relembra a fala do almirante:

– Lacerda está conspirando e há um golpe em preparação. O João Goulart está precisando de todas as forças para contê-la. O ministro da Marinha, Sílvio Mota,

⁶⁹ Durante a redemocratização do País, o Diretório General Ernesto Dornelles foi reconstituído, por meio do PDT, e, em 1991, com uma lista de 40 militares, formou a “Chapa Nº1” para a eleição do Diretório Central do Partido. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/AQUILES GOMES DA SILVA FILHO. 18 de agosto de 1998.

⁷⁰ Conhecido nos estudos sobre os grupos de luta armada contra a Ditadura, como “cabo Anselmo”, durante o período atuou como agente infiltrado do Governo em algumas organizações de luta armada, como a VPR. Em função disso, entregou aos órgãos da repressão vários militantes dessas organizações, inclusive a militante paraguaia e sua esposa, Soledad Barrett Viedma, a qual foi morta, após a sua delação.

está demissionário e já não tem o apoio da oficialidade. O movimento de vocês não é interessante neste momento e só vai contribuir para o avanço da conspiração. Vocês devem falar com o resto da diretoria para [...] desmobilizar a marujada e fazer uma declaração de apoio ao presidente.

Seguindo as orientações do almirante, os marinheiros e fuzileiros se desmobilizaram, fato que não diminuiu a escalada golpista, já difundida em quartéis das três Forças, por todo o País. Desta forma, muitas das informações interceptadas sobre a preparação de um golpe civil-militar eram repassadas, de diversas formas, não só pelos militares graduados como também por uma fração da oficialidade legalista, também identificada com as ideias nacionalistas e trabalhistas.

Conforme José Wilson da Silva (2011, 4 ed., p. 80), no Rio Grande do Sul, reuniões periódicas eram feitas com Leonel Brizola, “[...] ora com os sargentos, ora com os oficiais da corrente nacionalista [...]”. A tentativa era de formar, no estado, um comando clandestino, para uma futura resistência. No entanto, como acrescenta o autor, esta “[...] revelou-se lenta demais para o que queríamos”, fazendo com que estes militares passassem a organizar a resistência por conta própria nos quartéis do estado, sem maiores contatos com Brizola.

As provas concretas de planos para um golpe civil-militar vieram da Marinha, quando diversos marinheiros relataram à Associação, movimentação incomum em um navio daquela Força, do qual eram tripulantes. Desconfiados, vigiaram as movimentações e presenciaram o embarque do Governador da Guanabara, Carlos Lacerda, da UDN, juntamente com outros políticos e oficiais das três Forças. Sobre isso, Capitani (2005, 2 ed., p. 58) relata que, no dia seguinte, um marinheiro taifeiro, que servia naquele navio,

contou [...] que ficara a bordo para servir café e lanches. Acompanhara discretamente grande parte da conversa e achou importante levar ao conhecimento da associação. [...]. Contou o que ouviu e leu alguns apontamentos que tinha feito. Pela análise das informações, se poderia concluir que o golpe de Estado estava sendo acertado nos seus detalhes finais. A data estava marcada para 2 de abril, com uma alternativa para 2 de outubro. O grupo de conspiradores tinha uma análise favorável de um, segundo eles, levante ‘cívico militar’.

De posse dessas informações, os marinheiros se reuniram com Brizola em um apartamento, no Rio de Janeiro, juntamente com outras lideranças políticas e representantes dos sargentos do Exército e da Aeronáutica. Lá trocaram informações que tornaram mais clara a situação, traçando um plano de ação do qual Brizola iria para o Sul do País, organizar a resistência na Região. Os marinheiros ficariam encarregados de neutralizar a Marinha, os sargentos da Aeronáutica e do Exército fariam o mesmo nas respectivas Forças e os líderes sindicais preparariam uma greve geral e a mobilização popular. No entanto, nos últimos dias

de março de 1964, já corriam boatos, na AMFNB, de que seus diretores seriam presos. Para os integrantes da Associação, isso também já faria parte dos planos dos oficiais golpistas da Marinha como forma de assegurar que o golpe transcorresse sem a ameaça dos militares graduados.

De fato, Capitani e outros membros da diretoria acabaram presos, o que, como consequência, transformou uma assembleia da Associação, iniciada em 25 de março, em uma rebelião. Esta Assembleia ocorreu entre os dias 25 e 27 no Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro, reunindo cerca de 4,5 mil marinheiros⁷¹. Em função do não reconhecimento da Associação, por parte do Comando da Marinha e, ao mesmo tempo, pelo caráter de revolta que a Assembleia assumiu, a Marinha iniciou uma tentativa de repressão. Porém, isso gerou um efeito contrário, pois as tropas enviadas para reprimir acabaram aderindo à Rebelião e os militares rebelados também receberam o apoio da população, que doou uma série de produtos aos mesmos. Sobre a adesão dos demais militares, Capitani (2005, 2 ed., p. 68) detalha que:

Um pelotão de 26 fuzileiros se aproximou do portão principal, que estava fechado e ficou frente a frente com os marinheiros que estavam do outro lado. Os apelos para depor as armas e aderir aumentaram. [...]. O soldado Paulo Novaes Coutinho largou a metralhadora e a cartucheira no chão, o portão se abriu para ele entrar; os demais 25 o acompanharam. Do outro lado, uma companhia de fuzileiros armados de canhões e metralhadoras recebeu a ordem de 'fogo'. Os fuzileiros baixaram as armas e retiraram as munições. [...]. O comandante, para evitar que os demais também aderissem, embarcou a tropa e voltou ao quartel imediatamente.

Como pode ser notado, a Rebelião dos Marinheiros foi mais um dos episódios de quebra de hierarquia dentro das Forças Armadas Brasileiras, algo que já vinha ocorrendo desde a Campanha da Legalidade, em 1961. Nessa perspectiva, a mobilização desses marinheiros serviu de pretexto para o desencadeamento do Golpe Civil-Militar, nos dias seguintes. Nesse sentido, Fico (2015, p. 50), acrescenta que, “oficiais-generais das três forças acusaram Goulart de, mais uma vez, promover a indisciplina e a quebra da hierarquia militar”. Contudo, deve-se observar que, o caso dos militares rebelados da AMFNB, estava inserido em um contexto de estágio avançado de conspiração por parte de empresários brasileiros, de políticos de direita – como Carlos Lacerda –, do governo estadunidense e dos oficiais da DSN.

Corroborando com isso, Ridenti (2010, 2 ed., p. 206) faz a ponderação para que não se atribua um peso excessivo à quebra da hierarquia militar, de forma a torna-la uma condição

⁷¹ Vale destacar que a Assembleia também contou com a presença do ex-marinheiro, João Cândido, líder da Revolta da Chibata, ocorrida em 1910.

determinante para o Golpe Civil-Militar de 1964. Sobre isso, afirma que, “seria por demais estreito pensar o golpe [...] em função principalmente da dinâmica interna das Forças Armadas”. Assim sendo, reconhece que, “[...] é inegável que o movimento político dos militares de baixa patente, como parte da ascensão popular mais ampla no pré-64, esteve no centro da cena política nos anos, nos meses, e mesmo nos dias que antecederam a ‘redentora’, constituindo-se no estopim detonador do golpe”.

A Rebelião dos Marinheiros chegou ao fim após a intermediação de João Goulart, o qual ordenou o envio de uma tropa do Exército ao local, como forma de garantir a segurança dos marinheiros e fuzileiros navais, além da promessa de substituição do Ministro da Marinha, o almirante Sílvio Mota, conforme reivindicavam aqueles militares. No entanto, a escolha do novo ministro, o almirante Paulo Mário Rodrigues, não agradou a maior parte da oficialidade, pois este era visto como identificado com a causa dos praças e, da mesma forma, com o Governo de João Goulart.

Com isso, aprofundou-se a crise nas Forças Armadas, apesar de que, como observa Capitani (2005, 2 ed., p. 75), “no curto espaço de tempo entre 25 e 31 de março, conseguimos transformar a Marinha, de uma força essencialmente golpista, em uma força legalista. O novo ministro era legalista, os comandos das principais unidades estavam sendo substituídos por oficiais de confiança”. Um dos oficiais nacionalistas e ligado à causa dos marinheiros era o comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, o almirante Cândido Aragão que, no desenrolar dos acontecimentos de 31 de março e 1º de abril, participou de algumas ações de resistência, juntamente com marinheiros e fuzileiros navais, no Rio de Janeiro. Sobre isso, Almeida (2014c, p. 13) diz que:

[...] fuzileiros foram destacados para recolher edições de jornais favoráveis ao golpe, inclusive com o próprio almirante no comando. No dia 1º de abril, fuzileiros invadiram os jornais O Globo e Tribuna da Imprensa, [...], paralisando as máquinas e retirando os funcionários das redações. Aragão teria ido pessoalmente nessas redações, alegando estar cumprindo ordens do governo. Fuzileiros navais também foram responsáveis por tirar do ar a Rádio Jornal do Brasil após esta divulgar um manifesto pró-golpe emitido pelo governador de Minas Gerais Magalhães Pinto. [...] ainda foram acionados para montar guarda nas emissoras governistas Rádio Nacional e Rádio Mayrink Veiga, como também na sede dos Correios e Telégrafos, local que pretendiam transformar em ponto de reuniões de um possível comando de resistência, onde já estavam políticos, sindicalistas e militares. A Aeronáutica também solicitou reforço dos fuzileiros, pois o edifício do Comando da Terceira Zona Aérea havia sido metralhado.

Em outro trabalho, o autor (2014a, p. 156) destaca uma tentativa de resistência ao Golpe, liderada por fuzileiros navais e marinheiros de uma base naval de Recife. A intenção

dos militares era aprisionar o comandante, oficiais e outros militares que não aderissem ao motim. No entanto, estes militares não conseguiram atingir o objetivo “[...] porque alguns militares, convidados a participar do movimento, levaram-no ao conhecimento do comandante do Grupamento de Fuzileiros Navais, que mandou prender os acusados”. Por conta disso, todos foram expulsos da Marinha.

Além da tentativa de resistência de setores da Marinha, o mesmo ocorreu na Aeronáutica e no Exército. Conforme o relato de Amadeu Felipe Ferreira, citado por Costa (2007, p. 94), teria sido possível barrar as tropas golpistas lideradas pelo general Mourão Filho, que se deslocava do estado de Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro. Segundo ele, militares legalistas do Exército estavam posicionados para atirar contra a coluna liderada pelo general, acrescentando que “o brigadeiro Teixeira, comandante da III Zona Aérea mandou os aviões da Base Aérea de Santa Cruz levantarem voo para bombardear o grupamento do Mourão”. No entanto, quando os pilotos de confiança do brigadeiro fizeram contato por rádio e perguntaram se poderiam lançar as bombas de seus aviões, receberam a resposta de que teriam de esperar uma ordem de João Goulart. Desta forma, o bombardeio não ocorreu, porque essa ordem não chegou.

No Rio Grande do Sul, de acordo com Padrós e Lameira (2010. p. 46), o então deputado Leonel Brizola, juntamente com o Prefeito de Porto Alegre, Sereno Chaise, do PTB, tentavam repetir a Campanha da Legalidade de 1961. Após João Goulart nomear o general legalista Ladário Pereira Telles, para que assumisse, de forma emergencial, o comando do III Exército, este militar viajou para Porto Alegre. Em seguida, foram ocupadas emissoras de rádios e iniciadas mobilizações civis e militares para resistir ao Golpe, levando o Governador do estado, Ildo Meneghetti, a transferir a sede do Governo para Passo Fundo, em 1º de abril. Diversas organizações, entidades e alguns Grupos de Onze fizeram parte das mobilizações populares de resistência.

Nesse contexto de mobilizações na capital, militares trabalhistas das Forças Armadas e da Brigada Militar também tomaram algumas atitudes de resistência ao Golpe em curso. Conforme relata o coronel reformado da Brigada Militar, Maildes Alves de Mello (2008, 2 ed., p. 32), que na época era filiado ao PTB e exercia o cargo de chefe da Guarda Municipal de Porto Alegre, o capitão-aviador Alfredo Ribeiro Daudt foi por ele convocado para assumir a direção da Companhia Carris Porto-Alegrense. Objetivava-se, com isso, assegurar o fornecimento de combustível aos veículos que seriam usados na resistência e mobilizar o maior número possível de funcionários. Sobre isso, observa que:

Era presidente da Companhia Carris Raul Daudt, primo do então capitão aviador Alfredo Ribeiro Daudt, que estava indicado para substituí-lo, mas ainda não tinha assumido. Pedi para este assumir seu cargo e atender a emergência! A Companhia Carris estava em greve, e seu pessoal poderia ser aproveitado para engrossar a defesa a ser montada a partir da Prefeitura.

Devido à quantidade insuficiente de armas, com uma remessa de gasolina foram confeccionados artefatos explosivos do tipo “coquetel molotov”, no Mercado Público da cidade. Além disso, guardas foram destacados para a construção de barricadas, com sacos de areia, ao redor do prédio da Prefeitura e para fazer o bloqueio das ruas que davam acesso ao local, com caminhões, carroças e outros objetos. Apesar da falta de armas, o número de voluntários civis e militares que se reuniu na Prefeitura foi expressivo. Entre eles estava Alfredo Daudt e cerca de duzentos funcionários da Carris. Nesse cenário, Mello (Idem, p. 33) acrescenta que,

[...] à noite já do dia 1º, o interior do prédio da Prefeitura se encontrava intransitável, tal o número de pessoas que para lá logo acorrera. Quando vi, adentraram nela cerca de duzentos funcionários da Carris. Com a chegada também do capitão Daudt, comentei com ele: ‘Não temos armamento, e este pessoal aqui nos atrapalha! Com apenas uma bomba poderemos perder toda a tropa. Eles deveriam ficar concentrados lá na Carris.’ Mas tudo continuou como estava, e ninguém arredou os pés dali toda noite!

Naquele 1º de abril, em frente à Prefeitura de Porto Alegre, Leonel Brizola, Sereno Chaise, o deputado Wilson Vargas, entre outras lideranças políticas, também realizaram um comício, conclamando a população a resistir. Sobre isso, Chagas (2007, p. 54) acrescenta a participação de alguns militares, como o coronel do Exército, Pedro de Arbues Martins Alvarez⁷², que fez discurso convocando a população a tomar o Palácio Piratini, no que foi repreendido pelo Prefeito Sereno Chaise. Segundo o autor, em reunião ocorrida posteriormente, na Prefeitura, Pedro Alvarez “teria chegado a sacar seu revólver e ameaçado para que Sereno Chaise não abrisse mão de resistir”. Os ânimos só teriam se acalmado após a chegada de Brizola, que comunicou a decisão de não resistir. Conforme Mello (2008, 2 ed., p. 34), no dia 2 de abril o grupo que estava ao redor da Prefeitura se desmobilizou, com a lista de voluntários sendo queimada.

Em diversas cidades do Rio Grande do Sul ocorreram tentativas de resistência ao Golpe, fosse por lideranças civis – como em Santa Maria, onde os ferroviários decidiram pelo

⁷² Conhecido como o “Capitão do Povo”, este militar era militante do PCB e na década de 1950 foi vereador nas Câmaras Municipais de Santa Maria e Porto Alegre, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e PR, respectivamente. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/PEDRO DE ARBUES MARTINS ALVAREZ. 28 de agosto de 1998.

início de uma greve, logo encerrada –, fosse por militares. Tal como em Porto Alegre, no entanto, o apoio deste setor à Legalidade não foi uma unanimidade. Apesar do novo comandante do III Exército ter se engajado na luta pela nova Legalidade, algumas guarnições militares dos estados sulinos, sob o seu comando, já estavam sublevadas a favor do Golpe. O mesmo ocorria com a Brigada Militar, que se encontrava dividida. Portanto, a situação não era tão favorável, como em 1961. Exemplo dessa divisão ocorreu, também, em Santa Maria e pode ser observada em um IPM de maio de 1964, sobre uma mobilização ocorrida dentro do quartel da Brigada Militar da cidade. Conforme o IPM:

Na noite de dois para três de abril do ano em curso [1964], quando o ex-deputado LEONEL DE MOURA BRIZOLA, estimulava os Sargentos à revolta e à traição contra os oficiais, os Sargentos da Guarnição Estadual de Santa Maria, em elevado número, sem autorização, ou sequer conhecimento, por parte dos seus comandantes de Unidades e Chefes de Serviços, foram convocados para uma reunião, na sala da Banda de Música do 2º Batalhão de Guardas [...].

Esta reunião foi convocada pelo subtenente Wilmuth Preigschat, pelos sargentos Trajano da Silva, João Cristovam Ribeiro Martins e Hiloí Martins Lacerda, além do tenente filiado ao PTB⁷³, Natalio Sanches Fernandes. O objetivo destes militares era conseguir apoio dentro do quartel para uma tomada de posição em favor da Legalidade. Nesse contexto, o sargento Hiloí, do 1º Regimento de Polícia Rural Montada questionou um colega seu “de que lado o mesmo estava”, ao mesmo tempo em que convocava outros sargentos para a reunião, “afirmando que precisavam se definirem, para agir”. O mesmo sargento também teria cobrado o posicionamento de um tenente, “afirmando que daquela vez os oficiais não fariam o que desejassem com os sargentos [...]” o que evidencia que, tal como nas Forças Armadas, na Brigada Militar a relação entre graduados e oficiais também não era pacífica. No entanto, a reunião foi denunciada pelos sargentos Eremito Andrade de Campos e Odon Souza Rodrigues, considerados militares de confiança dos oficiais golpistas.

Outras situações conflituosas ocorreram naquela guarnição. Durante um pronunciamento feito na noite de 1º de abril, por Leonel Brizola – classificado no IPM como “violentíssimo” –, o soldado Waldemar Graciano, do 2º Batalhão de Guardas, juntamente com outros militares, teriam aplaudido “vigorosamente” a fala do líder trabalhista. No entanto, quando o soldado Waltinho Fernandes Siqueira, que se encontrava próximo do local, proferiu “viva ao Excelentíssimo senhor Governador do Estado [Ildo Meneghetti]”, Waldemar Graciano levou o fato ao conhecimento do capitão e vereador do PTB, Octavio Thomasi

⁷³ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/NATALIO SANCHES FERNANDES. 06 de maio de 1998.

Filho, “e por determinação dêste, passou a vigiar seu colega durante a crise [...]”. Entre os oficiais legalistas e trabalhistas também estava o coronel Benjamin D’Avila Prado, que foi acusado de fazer “publicamente, propaganda de processo violento objetivando a subversão da ordem pública e social”⁷⁴.

Ao final do inquérito, foi recomendado o afastamento de dezesseis militares da guarnição, entre oficiais e graduados, e o cancelamento da convocação de outros quatro. Todos eram acusados de formar “uma equipe que adotando atitudes nocivas, vem concorrendo, há tempos, para a discórdia e desarmonia entre camaradas [...]”. Entre estes militares, estava Octavio Thomasi Filho, identificado como “Presidente de Honra do ‘Grupo de 11’ número 1 do Brasil, portanto, pessoa influente e relacionada entre os componentes do mesmo grupo [...]”. Em função da liderança deste militar, foi recomendada a prisão preventiva do mesmo⁷⁵.

Apesar do apoio de alguns setores civis e militares no estado, João Goulart tomou a decisão de não resistir ao Golpe Civil-Militar, pois temia o desencadeamento de uma guerra civil no Brasil. Segundo José Wilson da Silva (2011, 4 ed., p. 113) – que participou das mobilizações ao lado de Brizola, em Porto Alegre –, naquele momento, também já se tinha o conhecimento da presença de uma força-tarefa estadunidense, formada por alguns navios de guerra que estavam próximos do litoral brasileiro para dar apoio ao Golpe, caso houvesse resistência⁷⁶. Destaca-se, novamente, o quanto o Governo dos Estados Unidos esteve diretamente envolvido no Golpe de 1964 e no apoio à Ditadura Civil-Militar de SN que se seguiu.

Com a vitória dos golpistas, João Goulart, Leonel Brizola e outras lideranças políticas se exilaram no Uruguai. Sobre a fuga de Brizola para este país, o coronel reformado da Brigada Militar, Emílio João Pedro Neme (2010, p. 95) relata que teve de convencer o ex-Governador a abandonar o Brasil, pois temia seu assassinato por agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), que o vigiavam constantemente. O militar acrescenta que esta “era uma situação em que ele tinha que decidir entre sair do Brasil ou ser morto. Ir para o interior também não adiantava, pois dois destacamentos militares estavam percorrendo todo o estado atrás dele”. Convencido por Emílio Neme e vestindo um uniforme da Brigada Militar,

⁷⁴ Como será visto, este oficial teve importante atuação nas tentativas de levantes armados, no Rio Grande do Sul.

⁷⁵ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85010643_d0001de0001. pdf. CAPA DE ACE. Nº ACE/ANO 10643/85. Relatório. Porto Alegre, 30 de maio de 1964.

⁷⁶ Esta era a “Operação *Brother Sam*”.

Leonel Brizola partiu para o Uruguai em um avião cedido por João Goulart. Para escapar da detecção dos radares, a aeronave teve de sobrevoar entre 30 e 50 metros de altura sobre o mar.

Tal como as lideranças políticas, uma parte dos militares legalistas – entre trabalhistas e não trabalhistas – também se exilou no Uruguai. Alguns desses militares, como Avelino Capitani, Jelcy Corrêa, Amadeu Felipe Ferreira, José Wilson da Silva, Alfredo Ribeiro Daudt, entre outros, se uniram a Brizola naquele país e passaram a planejar ações armadas contra a Ditadura Civil-Militar de SN. O mesmo ocorreu com outros militares que, apesar de identificados com o nacionalismo, se mantiveram afastados de Brizola, como o almirante Cândido Aragão⁷⁷.

⁷⁷ Este formou a Resistência Armada Nacionalista (RAN). Sobre isto, ver Almeida (2014b).

3 A INSTAURAÇÃO DA DITADURA CIVIL-MILITAR DE SEGURANÇA NACIONAL E O TERRORISMO DE ESTADO

Como visto no capítulo anterior, a DSN serviu de base ideológica para o Golpe Civil-Militar de 1964 e para a manutenção da Ditadura Civil-Militar de SN que se seguiu. No entanto, é importante ressaltar que os militares brasileiros não foram os únicos a se alinhar com as premissas da DSN na América Latina. Tendo como base esta doutrina, também os militares da Argentina – nos anos de 1966-1973 e 1976-1983 –, do Uruguai e do Chile – ambos em 1973 – instauraram ditaduras em seus países, novamente com o apoio de parte da população civil e do Governo dos Estados Unidos. Ligado a isso, observa-se que, o período em que ocorreram os golpes de Estado nos países do Cone Sul, também correspondeu a uma maior intervenção estadunidense na Região. O temor era de que os países da América Latina se alinhassem com a URSS, a exemplo do que ocorreu com Cuba, após a sua Revolução, em 1959. Sobre o alinhamento dos países latino-americanos com os EUA, por meio da DSN, Padrós (2005, p. 55) diz que:

A identificação de um ‘inimigo interno’ que visava desestabilizar as relações do seu país com os EUA, produzindo mudanças, ratificou a necessidade de sua eliminação, enquanto foco de tensão. Tal situação implicou em introjetar, nos marcos nacionais, a realidade conflitiva da Guerra Fria. A defesa dos interesses estadunidenses na América Latina – sua zona de influência abalada desde 1959 – levou a superpotência capitalista a considerar a política interna de cada país da região como extensão da sua política externa, ou seja, os assuntos de segurança interna desses países passaram a ser entendidos como sendo da sua segurança. Sendo assim, apoiando-se nos setores confiáveis da classe dominante, os EUA estimularam a adoção da ideia de que havia uma ‘guerra interna’ a ser enfrentada.

Em função das guerras de libertação nacional, que algumas vezes assumiam também um caráter revolucionário, como o caso da Argélia (1954-1962), do Vietnã (1955-1975) e de Cuba, os formuladores da DSN, tanto nos EUA, quanto nos países do Cone Sul, passaram a adotar o princípio da guerra contra-revolucionária. De acordo com Comblin (1978, p. 46), tais ideias foram, inicialmente, repassadas pelos militares franceses aos militares estadunidenses e latino-americanos, em função da experiência que os primeiros tiveram durante a Guerra da Argélia. Nesse sentido, a estratégia adotada não estava mais baseada em um conflito entre dois exércitos, com o uso de armas convencionais, mas sim em ações de inteligência contra aquelas pessoas consideradas “inimigas”. A informação era, portanto, uma arma decisiva para a localização e a desarticulação de determinado grupo ou organização e, para consegui-las, poderiam ser usados quaisquer meios, sendo a tortura o principal deles.

Com a invasão estadunidense no Vietnã, a partir de 1965, essa estratégia foi aperfeiçoada e repassada para os militares brasileiros e demais países do Cone Sul. Nessa perspectiva, o uso sistemático de sequestros, de torturas, execuções sumárias e desaparecimentos forçados⁷⁸ pelas ditaduras de Segurança Nacional, como forma de eliminar qualquer foco de contestação, assumiram as características de terrorismo estatal. A essência dessa violência estatal estava justamente na repressão ilegal, que além de não estar prevista no marco constitucional, também ocorria com grande brutalidade. A possibilidade de a qualquer momento ser considerada uma ameaça pelo Estado, e, conseqüentemente, sofrer graves punições, gerava um sentimento de medo e ansiedade nas pessoas, o que por sua vez impedia qualquer tipo de contestação a essas ditaduras. Além disso, para Padrós (2005, p. 64),

o TDE configura-se como uma modalidade essencialmente distinta do terrorismo individual ou de grupos extremados não-estatais. Enquanto este é responsabilidade de indivíduos que utilizam a violência de forma indiscriminada para atingir e desestabilizar o Estado e a sociedade, o TDE se fundamenta na lógica de governar mediante a intimidação. Em suma, é um sistema de governo que emprega o terror para enquadrar a sociedade e que conta com o respaldo dos setores dominantes, mostrando a vinculação intrínseca entre Estado, governo e aparelho repressivo.

No caso específico do Brasil, observa-se que 1968 é considerado, por alguns autores, como o marco inicial da aplicação do Terrorismo de Estado⁷⁹, quando, no final daquele mesmo ano, foi baixado o AI-5, fato que fechou totalmente a Ditadura Civil-Militar de SN. É inequívoco que a partir desse período a violência estatal se intensificou, com prisões arbitrárias, torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados, atingindo o seu auge durante o

⁷⁸ Ressalta-se que este tipo de desaparecimento consistia em ato involuntário da vítima. A política de desaparecimentos forçados era uma das formas de intimidar a população, pois consistia na omissão dos órgãos de segurança em fornecer qualquer notícia sobre a prisão ou morte da pessoa suspeita de “subversão”. Quando essas pessoas eram assassinadas pelos agentes do Governo, eram enterradas em valas clandestinas – quando enterradas –, sem qualquer identificação dos corpos. Portanto, consistia em ato totalmente ilegal. Nos países do Cone Sul, onde foi empregada esta violência, muitas das vítimas nunca foram localizadas. Esta prática também era uma forma de eximir o Estado de qualquer responsabilidade. No Brasil, ainda foi muito utilizada, durante o Governo do ditador Ernesto Geisel (1974-1979), em função da crescente pressão internacional contra as denúncias de torturas e assassinatos. Vale destacar que, na Argentina, os desaparecimentos forçados também foram empregados contra os filhos recém-nascidos – ou com pouca idade – das pessoas capturadas pela repressão. Geralmente, essas crianças eram adotadas por pessoas que integravam o aparato repressivo. Segundo Padrós (2005, p. 654), das cerca de 30 mil pessoas desaparecidas naquele país, mais de 500 eram crianças. Mesmo que em menor escala, no Brasil as crianças também foram vítimas dessa violência estatal, conforme relata o jornalista Eduardo Reina, à página de notícias *Opera Mundi*. Segundo o autor, foram cerca de 19 crianças sequestradas no País (LIVRO revela casos de crianças sequestradas pela ditadura militar no Brasil. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/memoria/55530/livro-revela-casos-de-criancas-sequestradas-pela-ditadura-militar-no-brasil>> Acesso em: 18 jun. 2019).

⁷⁹ Como observa Almeida (2018, p. 136), se utilizam do conceito de TDE “para o período de vigor do Ato Institucional nº 5”: Maria Helena Moreira Alves (1989), em sua obra intitulada *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*; Irene de Arruda Ribeiro Cardoso (1990), em trabalho intitulado *Memória de 68: terror e interdição do passado* e Enrique Serra Padrós (2005), em sua tese de doutorado intitulada *Como el Uruguay no hay...Terror de Estado e Segurança nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*.

Governo do ditador Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Foi, também, nesse período, que as organizações da esquerda armada foram aniquiladas pelos órgãos de repressão.

No entanto, observa-se que, já nos primeiros meses da Ditadura Civil-Militar de SN, cerca de 50 mil pessoas foram presas⁸⁰ e tiveram seus direitos políticos cassados pelo AI-1, baixado em 9 de abril de 1964, quando tomou posse o ditador Humberto de Alencar Castelo Branco. Neste último caso, de acordo com dados do projeto *Brasil: Nunca Mais* (ARNS, 2014, 41 ed., p. 59), até junho daquele ano “[...] o balanço inicial foi de 378 atingidos: três ex-presidentes da República [...]; seis governadores de Estado; dois senadores; 63 deputados federais e mais de três centenas de deputados estaduais e vereadores”. Além disso, “aproximadamente dez mil funcionários públicos foram demitidos e abriram-se cinco mil investigações, atingindo mais de 40 mil pessoas”.

Em sua tese de doutorado intitulada “*Excessos de patriotismo*”: *Terrorismo de Estado e os Grupos de Onze Companheiros no Rio Grande do Sul – 1964/1965*, a historiadora Marli de Almeida (2018) demonstra o quanto o TDE foi aplicado de forma sistemática, no Brasil, já nos primeiros dias após o Golpe Civil-Militar de 1964. Tendo como principal fonte de pesquisa 440 processos de pedidos de indenizações por perseguição política, do acervo da Comissão Especial de Indenização do APERS, Almeida (2018, p. 136), afirma que,

o regime implantado em 31 de março de 1964 apresentou, de imediato, características do terrorismo de Estado, pois essa mediação através da violência foi sentida pelas pessoas que foram enquadradas na categoria de *inimigos internos* e o Estado, ao invés de garantir a segurança da população, utilizou o aparato institucional para coibir as ações dos grupos de oposição baseando suas práticas na Doutrina de Segurança Nacional (DSN) [grifo da autora].

Com base nos processos pesquisados, a autora (Idem, p. 171) chegou ao total de 352 pessoas presas de forma arbitrária, no Rio Grande do Sul, apenas nos meses de abril e maio, fazendo a observação de que essas prisões continuaram nos meses seguintes. Nesse trabalho fica claro o quanto as prisões ocorreram de forma arbitrária e extremamente violenta contra as pessoas acusadas de “subversão”. Levadas para diversos locais, onde ficaram incomunicáveis por vários dias, na maioria dos casos as vítimas foram interrogadas sob variadas formas de torturas físicas e psicológicas, que iam desde ameaças de morte aos acusados e seus familiares – que em alguns casos também foram torturados –, ofensas, espancamentos, uso do pau-de-arara, choques elétricos, entre outras violências e humilhações que deixaram sequelas e provocaram a morte prematura de algumas dessas vítimas.

⁸⁰ Conforme Alves (1989, 5 ed., p. 59) e o *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)* (2009, 2 ed., p. 21).

Observa-se que no referido trabalho, a grande maioria dos processos analisados se referem a civis, majoritariamente agricultores do interior do Rio Grande do Sul, que fizeram parte, ou que foram acusados, de integrarem os Grupos de Onze. No entanto, relatos semelhantes também foram encontrados nos mesmos tipos de processos pesquisados para este trabalho, referentes aos militares trabalhistas presos e cassados, no estado, ficando claro que a violência estatal, iniciada em 1964, atingiu diretamente toda a população, abrangendo, portanto, civis e militares. Da mesma forma, nota-se o quanto a brutal repressão, no Rio Grande do Sul, estava ligada à influência que o PTB exercia tanto no meio civil quanto militar, neste estado. Os militantes do Partido estavam enquadrados ao conceito de “inimigo interno” da DSN.

Vale destacar, também, que as prisões em massa em todo o País, logo após a deposição de João Goulart, ocorreram antes mesmo da edição do AI-1. Estavam inseridas no que Alves (1989, 5 ed., p. 60) identifica como a “Operação Limpeza”. Dentro disso, conforme a autora, devido à falta de espaço para tantos presos políticos “improvisaram-se locais de detenção. O Estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro, e embarcações da Marinha como o ‘Custódio de Mello’ e o ‘Raul Soares’ foram transformados em gigantescas prisões”, além disso, “os prisioneiros também eram mantidos em quartéis militares e nos quartéis-generais da Polícia Militar de vários Estados”. A mesma situação é constatada por Almeida (2018, p. 209) que encontrou relatos de pessoas presas em galpões e estrebarias com animais, silos de armazenamento de soja, um porão de hospital, entre outros locais, no Rio Grande do Sul.

No processo administrativo de indenização pesquisado referente ao coronel reformado da Brigada Militar e militante trabalhista, Maildes Alves de Mello, é relatado a prisão de brigadianos, na Escola Pública Estadual Paulo da Gama, em Porto Alegre. Conforme Maildes, a escola foi transformada em um “Presídio Militar especial, onde foram concentrados 29 elementos que deveriam ser fuzilados”. Sobre isso, detalha que naquele local permaneceu por cerca de dois meses, sendo constantemente ameaçado “pelo conhecidamente sádico Cel. [coronel] Ary Lampert, encarregado dos IPMs, que não media esforços em amedrontar os submetidos, dizendo que todos estavam em suas mãos” e que “seríamos fuzilados ou transferidos para uma ilha no meio do Atlântico ou do Pacífico”.

Sobre a tortura psicológica que ele e seus colegas sofreram, com as ameaças de fuzilamento, acrescenta que “por duas vezes marcaram data para sermos fuzilados. Dia 1º-5-64, ao anoitecer, cercaram o Presídio com metralhadoras e morteiros, dando a entender que a hora teria chegado. Eram dias dramáticos e horas de grandes incertezas sobre a vida”. Em ficha testemunhal, anexada ao referido processo, o coronel reformado, Nelson Amorelli

Vianna, relata que também esteve preso na escola e acrescenta, sobre a ameaça de execução, “que seriam alguns dos nossos levados ao ‘fuzilamento’, segundo uma relação secreta, levada à Brasília por um oficial do Estado Maior da Brigada Militar”. Fragilizado com as prisões e torturas psicológicas a que foi submetido, Maildes entrou em depressão e após ser solto pela primeira vez precisou iniciar tratamento psiquiátrico, detalhando que:

Passei a nutrir uma paranoia de perseguição. Não podia encher (sic) militar, que me apavorava, como se viesse me prender novamente e recomeçarem todas as torturas de maus tratos, esperando sevícias, como muitas vezes quando preso esperei e fui fortemente ameaçado. Desconfiava de todo mundo. Dormia somente com sonoríferos (sic) e assim mesmo muito mal⁸¹.

Importante mencionar que existe uma imprecisão quanto ao número de militares presos na escola transformada em presídio. Em seu livro de memórias, Mello (2008, 2 ed., p. 78), corrige o número de brigadianos presos para 39, acrescentando que “muitos outros colegas, posteriormente àquela leva, foram encaminhados ao retiro compulsório do Colégio Paula da Gama (sic). Entravam e saíam homens, mas sempre havia ali 39 presos [...]”⁸². Em seu processo de indenização, o coronel reformado e trabalhista, Emílio João Pedro Neme, afirma que ficou preso “com mais oitenta brigadianos”⁸³.

Entre os órgãos de segurança responsáveis pela repressão no Rio Grande do Sul, destaca-se a Brigada Militar. Conforme Almeida (2018, p. 158), nos primeiros dias após o Golpe Civil-Militar de 1964, a Corporação mobilizou um efetivo de cerca de mil homens para as regiões interioranas do estado com o objetivo de prender as pessoas suspeitas de integrarem os Grupos de Onze. Desta forma, a responsabilidade por essas ações ficou com os “Destacamentos Volantes da Brigada Militar, criados em 09 de abril de 1964, mesma data do AI-1, através do Decreto nº 16.552, pelo governador [Ildo Meneghetti]”.

A criação desse destacamento foi justificada em função das condições geográficas do Rio Grande do Sul, estado fronteiro com Uruguai e Argentina e com relevo propício para suposta instalação de guerrilhas que seriam lançadas pelos Grupos de Onze. Mesmo com a posterior desmobilização dos Destacamentos Volantes da Brigada Militar, esta força policial

⁸¹ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/MAILDES ALVES DE MELLO. 6 de agosto de 1998.

⁸² No referido livro, o autor (Idem, p. 76), também, reproduz o boletim nº 78, de 27 de abril de 1964, da Brigada Militar, em que é requisitado as instalações da escola. No documento, consta que: “Declara-se, para os devidos fins, que o prédio, sito na Rua Silvano, s/n, no Partenon, foi requerido da Prefeitura Municipal, desta capital, pelo comando da 6ª DI e posto à disposição da Força, com o fim exclusivo de servir como Presídio Militar Especial a oficiais e praças”.

⁸³ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/EMILIO JOAO PEDRO NEME. 12 de agosto de 1998.

teve papel importante nas ações repressivas no estado, ao longo da Ditadura Civil-Militar de SN. Observa-se que quartéis da Brigada Militar – como o de Santa Maria – também foram utilizados como centro de torturas, conforme alguns relatos de brigadianos trabalhistas encontrados nos processos administrativos de indenizações e que serão demonstrados mais adiante. Igualmente atuante na repressão, destaca-se o DOPS que, com sede em Porto Alegre, teve grande número de presos políticos civis e militares torturados a partir de 1964.

De acordo com Fico (2001, p. 117-118), diferentemente de São Paulo, onde, em 1969⁸⁴, foi criada a Operação Bandeirantes (OBAN), “órgão de análise, de informações, de interrogatório e de combate” – que deu origem ao sistema Centro de Operações de Defesa Interna e Destacamento de Operações de Informações (CODI/DOI) –, no Rio Grande do Sul existia uma separação entre os órgãos de informações e de interrogatórios. No contexto da criação da OBAN foi criado, em Porto Alegre, a Divisão Central de Informações (DCI), “subordinada formalmente à Secretaria de Segurança Pública”, responsável pela análise e geração de informações. Desta forma, as prisões e os interrogatórios ficavam sob a responsabilidade do DOPS. O autor (Idem, p. 124) acrescenta que “somente em 1974, a peculiar estrutura da DCI de Porto Alegre seria substituída pelo CODI/DOI do III Exército”.

Como demonstra Fico (2001), o aparato repressivo foi sendo aperfeiçoado pela Ditadura com o passar dos anos. Isso não significa, no entanto, que não tenha existido uma preocupação dos militares da DSN em eliminar os focos de resistência pelo País, a partir de 1964. Nesse sentido, vale destacar a existência de duas correntes entre os militares golpistas, ou seja, entre a chamada “linha castelista” – ou “moderados” – e a “linha dura” – ou “radicais” – conforme demonstram autores como Alves (1989, 5 ed.), Fico (2001; 2015), Gorender (2014, 5 ed.), Habert (2006), entre outros.

Alves (Idem, p. 59), por exemplo, esclarece que os oficiais que integravam “o grupo de ‘linhas-duras’ de extrema direita” divergiam “do ponto de vista de mais longo prazo dos estrategistas [moderados] da ESG” uma vez que, “preconizavam mais intenso emprego de medidas de força imediatas. O setor de linha dura aglutinava-se em torno do Ministro da Guerra General Arthur da Costa e Silva, usando-o como instrumento de pressão política sobre as decisões do governo [de Castelo Branco]”.

Apesar da sutil diferença entre os dois grupos, no que diz respeito ao grau de violência empregado, a autora acrescenta que ambos não divergiam ideologicamente, pois “preconizavam o investimento multinacional e apoiavam basicamente o mesmo modelo

⁸⁴ Portanto, com o AI-5 em vigor.

econômico”. Além disso, desde os primeiros dias do Golpe, a violência estatal foi empregada de forma sistemática contra milhares de pessoas que, entre outras formas de intimidação, eram detidas temporariamente “– geralmente acompanhadas de espancamentos ou tratamento violento por algumas horas – e a pronta liberação, antes que pedidos de *habeas corpus* pudessem ser apresentados”.

Em síntese, se em determinados períodos houve maior ou menor repressão é inequívoco que os militares se instalaram no Governo por meio de um golpe de Estado, amparados desde o início pela DSN, base ideológica para as práticas de TDE iniciadas a partir de 1964. Entende-se, portanto, que ao longo dos vinte e um anos da Ditadura Civil-Militar de SN a edição do AI-5 representou um aprofundamento – mas não um início – das práticas de TDE. Desde 1964, milhões de brasileiros já viviam sob uma “cultura do medo”, como reflexo de variadas formas de repressão estatal, como cassações de direitos políticos, proibição de estudantes e trabalhadores de se organizarem – vigiados e reprimidos violentamente nas tentativas de greves e nas manifestações de rua –, além dos inúmeros casos de prisões arbitrárias, torturas e assassinatos.

3.1 A BUSCA PELA COESÃO INTERNA NAS FORÇAS ARMADAS E A PERSEGUIÇÃO AOS MILITARES CONTRÁRIOS À DITADURA CIVIL-MILITAR DE SEGURANÇA NACIONAL

Com a consumação do Golpe de 1964, todas aquelas pessoas ligadas, de alguma maneira, com o Governo deposto, ou que apenas se empenharam em defender a Legalidade, ficaram marcadas. Com a edição do AI-1, no setor militar, segundo o Projeto *Brasil: Nunca Mais* (ARNS, 2014, 41 ed., p. 59), “foram reformados compulsoriamente 77 oficiais do Exército, 14 da Marinha e 31 da Aeronáutica”. Nesse sentido, de acordo com dados do *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)* (2009, 2 ed., p. 21), durante a Ditadura Civil-Militar de SN, 6592 militares foram expulsos ou reformados em decorrência de perseguições políticas.

Observa-se, ainda, que as cassações não ficaram restritas apenas às Forças Armadas, abrangendo também as polícias militares de cada estado da Federação, como foi o caso da Brigada Militar, no Rio Grande do Sul. Como visto anteriormente, em outubro de 1964, o Governo deste estado, baseando-se no AI-1, comunicou a cassação de 95 policiais militares,

entre oficiais e praças⁸⁵. Corroborando com esses números, o coronel reformado da Brigada Militar e também cassado, Maildes Alves de Mello (2008, 2 ed., p. 88), acrescenta que nos meses e anos que se seguiram, outros 6 brigadianos – 2 oficiais e 4 praças – foram “atingidos por motivações políticas ou por atos institucionais ou administrativos”.

Observa-se, no entanto, que o número de militares cassados daquela Corporação é ainda maior, pois durante as pesquisas para este trabalho foram encontrados outros casos de brigadianos que não constam na lista oficial do Governo do estado, tampouco, na pequena lista adicional de Mello (2008). No *Catálogo Resistência em Arquivo: Memórias e Histórias da Ditadura no Brasil* (2014, p. 511), consta que o capitão e trabalhista Rosalino dos Santos Dutra também foi cassado e preso após o Golpe Civil-Militar de 1964. Encontrou-se, também, os casos do coronel e trabalhista Atilo Cavalheiro Escobar e do soldado Dalvir Pereira. Este último foi torturado e expulso da Brigada Militar, em 1971, por conta da descoberta de sua antiga militância política, pelo PTB, antes de entrar para a Corporação, em 1967⁸⁶. Desta forma, outros três brigadianos podem ser incluídos à lista de cassados na vigência da Ditadura, totalizando 104 pessoas.

Como visto anteriormente, se antes do Golpe a preocupação com a coesão interna nas Forças Armadas Brasileiras já era uma constante – com diversas formas de punições aos militares não alinhados à DSN –, observa-se que, durante a Ditadura, esta atenção foi redobrada pela cúpula militar. Já nos primeiros meses, o objetivo dos militares golpistas passou a ser a consolidação da Ditadura Civil-Militar de SN, por eles chamada de “revolução”. Em um longo discurso do general Augusto César de Castro Moniz de Aragão, destinado aos militares e publicado no jornal *Correio do Povo* (Porto Alegre, edição de 11 mar. 1966. p. 16), sob o título “Da subordinação depende a unidade das Forças Armadas”, este oficial disse que:

[...] enquanto as Forças Armadas permanecerem coesas, bem entendidas e unânimes, enquanto a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, como coletividade, e os militares, como unidades componentes daquelas, estiverem concordes e solidários, nada de mau, em definitivo, poderá ocorrer ao Brasil. [...]. Sim, se nos mantivermos monolíticos como instituições nacionais permanentes, cujo papel a Constituição define e a tradição legítima, nessas condições [...], nada de insuportável nos atingirá [...].

⁸⁵ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85012300_d0001de0002.pdf. ELEMENTOS ATINGIDOS PELO ATO INSTITUCIONAL. VIII – Oficiais e praças atingidos pelo Ato Institucional – Demissão – Expulsão – Reforma – Atos do Govêrno. 6 de janeiro de 1966.

⁸⁶ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/DALVIR PEREIRA. 31 de julho de 1998.

Em seguida, em tom de alerta – relembrando a Rebelião dos Marinheiros e a Assembleia dos Sargentos, no Automóvel Clube, ocorridas em março de 1964 –, o general (Idem, p. 14) observou que “a multidão, que proporcionou fundo e deu movimento às degradantes cenas era, toda ela, composta de elementos das Forças Armadas, ‘organizadas com base na hierarquia e na disciplina’”. Dentro disso, acrescenta que “a infração da disciplina, longe de constituir, como no âmbito civil episódio individual, tende pela repercussão sobre a coletividade, que os contatos de enquadramento militar favorecem, a influir perniciosamente sobre o conjunto”⁸⁷.

No caso dos militares expulsos das Forças Armadas, após o Golpe Civil-Militar de 1964 e, principalmente, daqueles que desertaram para pegar em armas contra a Ditadura – consequentemente, contra seus antigos colegas de farda –, nota-se a violência dos órgãos de segurança brasileiros contra os mesmos. Sobre a perseguição aos militares desertores, Padrós (2005, p. 96) observa que “[...] a quebra do compromisso corporativo condena os desertores à condição de traidores, antipatriotas; pior, traidores entre camaradas de armas, fato imperdoável”.

Corroborando com isso, Maciel (2009, p. 47) acrescenta que a ideia de “traição” tinha origem em um anticomunismo, que estava presente nas Forças Armadas Brasileiras antes mesmo da difusão da DSN. Nessa perspectiva, quem melhor representava o “perigo” da “desagregação” eram os comunistas, “tidos como inimigos do Brasil, infiltrados nas igrejas, administração pública e Forças Armadas”. Além disso, a Insurreição Nacional Libertadora de 1935 “fortaleceu o anticomunismo dos militares e agregou um elemento negativo aos comunistas, o de traição, e a caracterização do movimento como ‘intentona’, desqualificando o movimento revolucionário”.

Desta forma, a preocupação com a coesão interna das Forças Armadas, dentro da ideia da DSN, de uma sociedade coesa e “harmoniosa”, se refletia dentro e fora dos quartéis, de variadas formas. Era comum a violência física e psicológica contra os militares contrários à doutrina, tidos como “traidores”. Além das perseguições que esses militares e seus familiares sofreram seus nomes também foram expostos de forma a criminalizá-los, tanto publicamente – por meio da imprensa – como no âmbito das Forças Armadas, em documentos informativos que circulavam entre as unidades militares.

Exemplo disso é o documento confidencial, reproduzido pelo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), em que é dado um destaque para aqueles civis e

⁸⁷ Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

militares brasileiros que, nas décadas de 1930 e 1960, teriam colaborado com o “[...] Movimento Comunista Internacional para a tomada do Poder”. Sobre o contexto de 1964, com a recomendação de “[...] que os contemporâneos [...] não se esqueçam e para que os mais moços tomem conhecimento e se acautelem [...]”, alguns militares como o general Nelson Werneck Sodré, o coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório, o major Joaquim Pires Cerveira, os sargentos Almoré Zoch Cavalheiro e Antônio Garcia Filho, o almirante Cândido da Costa Aragão e o capitão-aviador Alfredo Ribeiro Daudt, constam em uma lista com outros nomes de oficiais e graduados que “[...] tiveram atuação destacada na torpe, vil e infame tentativa de entregar o Brasil e todos nós, nas mãos do comunismo internacional”.

Desta forma, este documento de caráter informativo tem, na verdade, um objetivo pedagógico, uma vez que, destacando seus nomes e considerando “todos comunistas atuantes, conhecidos no meio militar como adeptos do credo vermelho”, relega esses militares a condição de traidores e criminosos, sendo, por isso, “[...] punidos com a reforma compulsória ou demissão das Forças Armadas, além de responderem penalmente pelos crimes que tivessem praticado”⁸⁸. Portanto, a intimidação ocorria também dentro dos quartéis, uma vez que deixava claro que qualquer ato considerado “subversivo” ou “comunista” traria graves consequências para o militar acusado como tal.

Dentro disso, fica clara a distorção feita pelos militares da DSN com relação àquelas pessoas que atuaram politicamente em defesa da Legalidade e que, em muitos casos, se identificavam com diferentes correntes ideológicas. Além de criminalizados, os militares identificados com as ideias nacionalistas ou trabalhistas foram todos considerados “comunistas”, como nos casos dos sargentos Antônio Garcia Filho e Almoré Zoch Cavalheiro – que como visto anteriormente foram eleitos deputados pelo PTB, nas eleições de 1962 – ou, ainda, do capitão-aviador Alfredo Ribeiro Daudt, que não era filiado ao PTB, mas com suas ideias se identificava. Em lista dedicada aos civis, também constam os nomes de Leonel Brizola e Darcy Ribeiro⁸⁹.

Outro exemplo de documentação produzida com o objetivo de alertar para o perigo da falta de coesão interna e as precauções a serem adotadas contra a “infiltração comunista” nas Forças Armadas, pode ser visto em um documento de caráter confidencial, originário do CISA, datado de junho de 1979 e intitulado “Propaganda e subversão contra as Forças Armadas ocidentais”. Difundido para diversas unidades da Aeronáutica, seu conteúdo teve

⁸⁸ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA). br_an_bsb_vaz_122_0067.pdf. O comunismo Internacional e suas tentativas de tomada do poder no Brasil. 23 de dezembro de 1974.

⁸⁹ Durante o Governo de João Goulart, foi ministro da Educação e, posteriormente, chefe da Casa Civil.

por base um artigo elaborado pelo Instituto de Pesquisa de Assuntos Estrangeiros, de Londres, intitulado “Destrução da Lealdade”.

Antes de apresentar as principais ideias de tal artigo, algumas recomendações iniciais são feitas, entre as quais, de que o documento “[...] deve ser lido e comentado, respeitando-se os ciclos, aos militares das Unidades subordinadas, até o nível de sargento”, e de que se intensifiquem medidas de contrainformação, como a realização de palestras. Estas deveriam abordar alguns assuntos, tais como “a lealdade do militar para com as FFAA”⁹⁰ e a “necessidade dos militares manterem permanente vigilância contra a infiltração comunista nas FFAA”.

Além da realização de palestras nas unidades militares daquela Força, outras medidas eram recomendadas, como “manter os militares da Unidade informados quanto à ação psicológica adversa e os meios de propaganda usados pelo *inimigo interno*” [grifo nosso]. Ligado a isto, observa-se a preocupação da Ditadura Civil-Militar de SN com relação ao Movimento Estudantil, o que, não por acaso, se refletia na constante vigilância e na violenta repressão a este setor, visto como principal propagador de ideias consideradas “subversivas”. Nessa perspectiva, em um subitem seguinte, recomendou-se especial atenção com os militares que também eram estudantes e frequentavam instituições de ensino. Assim,

[...] sendo grande o número de militares-estudantes, e portanto, passíveis de sofrerem influência do trabalho de massa efetuado pelos comunistas, torna-se necessário que os Comandantes e Oficiais de Informações das Unidades mantenham os militares bem informados sobre a ação das Organizações Comunistas no Movimento Estudantil;

Da mesma forma, deveria ser dada especial atenção para aqueles militares pacifistas porque os mesmos eram vistos como suscetíveis ao recrutamento pelo chamado “inimigo interno”. Fazendo a observação de que, apesar do citado artigo ter sido redigido no contexto da Europa Ocidental, os militares destacavam que “suas considerações e conclusões” podiam ser aplicadas às Forças Armadas Brasileiras, uma vez que estas também constituíam “um objetivo visado pelo comunismo internacional”. Examinando-se alguns casos de militares, como o do capitão do Exército Brasileiro, Carlos Lamarca, que enquanto na ativa era considerado um militar exemplar e desertou, em 1969, para se juntar a organização de esquerda armada VPR, não é por acaso que no documento conste o seguinte alerta:

⁹⁰ Abreviatura então utilizada para Forças Armadas.

Foi observado, quanto aos infiltrados, que estes apresentam um comportamento entre bom e ótimo. São orientados para manterem os cabelos cortados, sapatos limpos, não utilizarem drogas, e, além de lutarem bem e conhecerem com detalhes as instalações do seu quartel, devem conhecer e discutir assuntos de interesse dos oficiais da ativa. Podem fazer uso moderado do álcool. Uma vez desmascarados, devem alegar ‘razões políticas’ para atenuar as penas. É importante manterem a clandestinidade, uma vez que ‘não se pode combater uma Força Armada do interior de uma prisão’⁹¹.

Quanto a isto, observam-se duas incoerências, a começar por algo considerado básico e crucial para qualquer Força Armada, que é a disciplina militar. No contexto de uma ‘histeria anticomunista’, alimentada pela DSN, até mesmo aquele militar considerado de comportamento exemplar se tornava suspeito. Se, por um lado, a disciplina e o conhecimento técnico eram – e ainda são – tidos como fundamentais para um militar, por outro, também, poderia levantar suspeitas e tornar-se um problema. A segunda incoerência a ser observada diz respeito à clandestinidade daqueles militares que não concordavam com aquele *status quo*. Estes, assim como muitos civis, não se tornavam clandestinos por opção, mas sim por necessidade. Não apenas para eventualmente ingressar na luta armada, mas, principalmente, para sobreviver. Essas pessoas ficavam marcadas e impossibilitadas, inclusive, de conseguir emprego. Em alguns casos, portanto, a luta armada se tornava a única opção para tentar mudar aquela situação.

Como visto até aqui, no caso dos militares, essa situação se agravava. Muitos desertaram e se exilaram em outros países – em um primeiro momento, no Uruguai – para fugir de todo tipo de represálias que já ocorriam durante o Golpe de 1964, como prisões, ameaças às suas famílias e até mesmo execuções, como foi o caso do subcomandante da Base Aérea de Canoas, o coronel-aviador Alfeu de Alcântara Monteiro. Como visto anteriormente, Alfeu era nacionalista e com o fracasso da resistência ao Golpe, acabou morto naquela Base, em 4 de abril de 1964, após tentar resistir à ordem de prisão que lhe foi dada pelo brigadeiro Lavanere Wanderley, por se recusar transferir o comando da Base Aérea aos militares golpistas. Foi, portanto, uma das primeiras vítimas fatais do Terrorismo de Estado iniciado em 1964, no Brasil.

Observa-se, também, que nessas perseguições, nem mesmo aqueles militares considerados heróis de guerra foram poupados. Esse foi o caso do brigadeiro Rui Moreira Lima, piloto da aviação de caça da Aeronáutica que, de 1944 a 1945, participou de 94 missões nos céus da Itália para combater o nazi-fascismo. Em 1964, era comandante da Base Aérea de

⁹¹ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA)/ br_an_bsb_vaz_020_086.pdf. Propaganda e subversão contra as Forças Armadas ocidentais. 27 de junho de 1979.

Santa Cruz, no Rio de Janeiro, e se posicionou contra o Golpe de Estado, tendo, inclusive, sobrevoado as tropas do general Mourão Filho, quando este se deslocava de Minas Gerais para o Rio de Janeiro. Em função disso, naquele ano, Moreira Lima foi preso e cassado. Em depoimento prestado à CNV, o brigadeiro afirmou que, mesmo depois de afastado da carreira militar, foi preso “várias vezes” e enfrentou dificuldade para trabalhar. Em 1970, foi sequestrado e preso por militares do DOI-CODI. Sua família também foi importunada, com seu filho também sendo preso⁹².

O mesmo ocorreu com o brigadeiro Francisco Teixeira, também piloto com atuação na Segunda Guerra Mundial. Desde a década de 1940, este militar nacionalista esteve engajado em sucessivas lutas para manter a Legalidade no País e em movimentos como “O petróleo é nosso”. Durante a Ditadura Civil-Militar de SN, fundou a Associação Democrática e Nacionalista de Militares (ADNAM). Em cópia do Boletim Informativo daquela Associação, anexada em documento confidencial, do SNI, consta que, em função de sua demissão das Forças Armadas, esse militar enfrentou dificuldades financeiras e teve de morar em casa emprestada por um familiar.

Apesar de afastado da carreira militar, Francisco Teixeira teve a casa onde morava, com sua família, incendiada e totalmente destruída⁹³. Tal como no caso de Rui Moreira Lima, a família de Francisco Teixeira também foi perseguida. O filho deste militar foi preso e torturado, acusado de ser “comunista”⁹⁴. Nota-se com esses exemplos que, como parte da violência estatal, as perseguições aos militares contrários ao Golpe Civil-Militar se estenderam a todas aquelas pessoas que com eles se relacionavam, como colegas, amigos e, principalmente, familiares. Não diferia, portanto, das práticas utilizadas contra a população civil.

Vale destacar, ainda, o caso do então capitão-aviador Alfredo Daudt. Também veterano da Segunda Guerra Mundial, este militar trabalhista se colocou contra o Golpe Civil-Militar de 1964 e foi expulso da Aeronáutica. Além da demissão, o oficial teve sua licença de voo cassada, impedindo-o de exercer a profissão de piloto mesmo na aviação civil. Ao contrário de Moreira Lima e Francisco Teixeira, porém, Alfredo Daudt esteve engajado nas

⁹² COMISSÃO Nacional da Verdade: Depoimento de Rui Moreira Lima. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FuY1K7_hIZA&t=795s> Acesso em: 28 mai. 2019.

⁹³ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_86055594_d0001de0001. pdf. Cópia do boletim “ADNAM NOTÍCIAS” – Ano III – Nº 17 Jan/Fev 86. 18 de abril de 1986, p. 2.

⁹⁴ 50 ANOS do AI-5: a história dos 6,5 mil militares perseguidos pela ditadura. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2018/12/13/50-anos-do-ai-5-a-historia-dos-65-mil-militares-perseguidos-pela-ditadura.htm?utm_source=facebook&utm_medium=social-media&utm_campaign=noticias&utm_content=geral> Acesso em: 19 mai. 2019.

primeiras tentativas de luta armada para derrubar a Ditadura Civil-Militar de SN. Em uma dessas tentativas, ainda em 1964, foi preso e torturado, em Porto Alegre. Logo após sua prisão conseguiu fugir e se exilou no Uruguai.

Trilhando o mesmo caminho de seu pai, como piloto da Aeronáutica, Alfredo Júnior foi desligado da Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR), em 1966. Tendo ingressado nesta escola militar em 1964, o sargento reformado nunca teve qualquer tipo de punição por indisciplina, o que, no entanto, não foi o suficiente para sua permanência nas Forças Armadas. Apesar de ser um militar “totalmente” comprometido com a disciplina e nunca ter tomado qualquer atitude contra a Ditadura, Alfredo Júnior, tal como seu pai, tinha um posicionamento legalista e também se identificava com as ideias trabalhistas. Após ser desligado da EPCAR, trabalhou por alguns anos na aviação civil, tendo, no entanto, de abandonar a profissão em decorrência das perseguições que continuou sofrendo. Sobre isso relata que:

Eu sou uma consequência do que o meu pai praticou [...] Por ser a coincidência de ser homônimo dele. O meu pai se chama Alfredo Ribeiro Daudt e eu me chamo Alfredo Daudt Júnior, mas nós, ambos, tínhamos o nome de guerra, Daudt, na Força Aérea. E como o meu pai havia sido punido, aquilo ali terminou passando, aquele preconceito... Terminou passando, vamos dizer assim, de um recado direto – a paranoia persecutória que existia na época –, para que eu fosse alvo e tivesse sido atingido, também, e sido colocado para fora e ter sido demitido a bem da disciplina, coisa que eu nunca deixei de cultivar. E foi exatamente a bem da disciplina que eu fui colocado para fora da EPCAR⁹⁵.

No setor militar, as perseguições não se restringiram apenas às Forças Armadas Brasileiras. As prisões, expulsões e torturas também ocorreram nas polícias militares estaduais, como foi o caso da Brigada Militar, no Rio Grande do Sul. Como visto anteriormente, em 1961, a Brigada Militar esteve ao lado de Leonel Brizola, na Campanha da Legalidade, e uma parcela importante de militares da Corporação militava pelo PTB. Por conta disso, todos aqueles simpatizantes, ou filiados ao Partido, foram perseguidos e sofreram variadas formas de torturas e humilhações, sendo presos e, posteriormente, expulsos da Brigada Militar. Depois do afastamento forçado da vida militar, também foram impedidos de conseguir emprego.

Como exemplo, tem-se o caso do cadete Aquiles Gomes da Silva Filho, o qual, no início da década de 1960, fazia parte do Diretório General Ernesto Dornelles, do PTB. Por conta de seu posicionamento político, em 3 de abril de 1964 foi preso, permanecendo nesta situação por vinte dias. Durante sua prisão, foi torturado com luz intensa nos olhos e

⁹⁵ Entrevista concedida ao autor, em Porto Alegre, em 31.10.2019.

espancado por militares da Academia na qual era aluno, em sessões que duravam horas. Após ser solto, foi expulso da Brigada Militar, o que não significou, no entanto, o fim das perseguições ao militar. Sobre isso, em relatório de processo administrativo de indenização, da Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Rio Grande do Sul, é relatado o seguinte:

[...] quando de sua liberdade vigiada, passou a enfrentar constantes patrulhas frente a sua residência, comandadas pelo então Cel. José Antunes, o qual não conseguindo prender o requerente, resolveu invadir a residência vigiada para uma total revista. De 1965 a 1967 quando em curso particular noturno de Téc. De Contabilidade sofreu todas as noites um patrulhamento ideológico e de vigilância de Agentes P-2 da Brigada Militar, em aula, diga-se de passagem. O requerente trabalhava em uma empresa [...] cujo diretor foi obrigado a demiti-lo, sob ameaça do comando revolucionário, após o 30º dias de trabalho [...]⁹⁶.

Na Brigada Militar, observa-se, também, o caso do sargento reformado e trabalhista, Guerino Riçardo, que relata ter sido preso no dia 20 de julho de 1964, quando ainda estava em serviço na Corporação. A partir disso, teve sua casa arrombada por militares que, procurando “provas” de seu suposto envolvimento com a “subversão”, causaram a interrupção da gravidez de sua esposa, conforme detalha: “minha esposa estava grávida e pela gravidade do susto que lhe foi infligido ‘abortou’ a criança da qual estava esperando”. Nesse contexto de terrorismo estatal, o policial foi expulso da Brigada Militar e exposto a situação humilhante: “com tropa toda formada no pátio do Batalhão, em cerimônia que jamais esquecerei, quando me foi arrancado as divisas e retirado meu fardamento [...]”.

Após ser expulso da Brigada Militar, em cerimonial que visava não apenas a humilhação do militar, mas também demonstrar aos demais integrantes da Corporação o que aconteceria, caso se posicionassem contra a Ditadura, Guerino Riçardo foi encaminhado ao DOPS e teve seus documentos retidos, o que dificultou sua busca por emprego. Com sua saúde física e mental debilitada o militar trabalhou no mercado informal e após receber ajuda de amigos, conseguiu emprego em uma loja, onde foi preso novamente, enquanto trabalhava. Posteriormente, o militar foi preso em outras ocasiões e em uma delas relata o seguinte:

Em outra oportunidade quando preso no Presídio Central, portanto, indefeso, retiraram-me de lá dentro de uma camionete sem destino, por uma patrulha bem armada que me levaram para um descampado [...], e simularam uma pane na camioneta, descurando-se (sic) os guardas da vigilância em minha pessoa, com a visível intenção de provocar minha fuga!.. [...], agora mais sofrido e experiente não caí nessa [...]. Voltei vivo para o presídio⁹⁷.

⁹⁶ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/AQUILES GOMES DA SILVA FILHO. 18 de agosto de 1998.

⁹⁷ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/GUERINO RICARDO. 28 de agosto de 1998.

No caso da Marinha do Brasil, a Associação que os militares graduados criaram, em 1962, se tornou um agravante, no sentido de justificar a repressão contra os mesmos. Com a consumação do Golpe, foram expulsos e tiveram ordem de prisão decretada. Segundo Maciel (2013, p. 74), somente na Marinha “[...] cerca de 1500 marinheiros foram expulsos, incluindo todos os dirigentes da AMFNB [...]”. Por conta disso, Avelino Capitani (2005, 2 ed., p. 90) relembra que ele e a maior parte de seus colegas fugiram para o interior do País, vivendo de trabalho informal, pois “a Marinha distribuiu uma nota circular ameaçando qualquer empresa que desse emprego a ex-marinheiros”. Após ser descoberto, este militar retornou para o Rio de Janeiro, onde se uniu a um grupo de marinheiros e de sargentos da Aeronáutica e entraram em contato com a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP).

Durante os planos para uma tentativa de luta armada contra a Ditadura Civil-Militar de SN – por meio de um “foco guerrilheiro” que seria instalado em uma região de Minas Gerais –, esses militares acabaram presos, em julho de 1964, no episódio que ficou conhecido como a “Guerrilha de Copacabana” e que será detalhado no terceiro capítulo deste trabalho. Preso e torturado, Avelino conseguiu fugir no dia em que era levado para o Tribunal da Auditoria, no Rio de Janeiro. De lá, se exilou no Uruguai e, a convite de Leonel Brizola, participou de novas tentativas de luta armada.

Observa-se que, no caso daqueles militares que ingressaram na clandestinidade, a fim de pegar em armas, a repressão foi implacável. Quanto a isso, pode-se citar o exemplo do sargento cassado da Aeronáutica e membro dos Comandos de Libertação Nacional (COLINA), João Lucas Alves, que após ser preso, foi torturado e assassinado por agentes policiais de Minas Gerais, em 1969. A circunstância de sua morte é assim relatada por Gorender (2014, 5 ed., p. 145):

A 6 de março daquele ano, uma nota oficial comunicava o suicídio do ex-sargento por enforcamento na cela. Na verdade, João Lucas foi assassinado depois de ter sido um dos presos mais cruelmente torturados da época da ditadura militar. Sua altivez e bravura acirraram o ódio dos carrascos, que lhe quebraram os braços, vazaram os olhos, arrancaram as unhas e o esfolaram a fogo.

Podem-se citar, ainda, os casos de Jefferson Cardim de Alencar Osório, brutalmente torturado na prisão, após sua liderança na Operação Três Passos, em 1965, ou do sargento do Exército, Manoel Raymundo Soares. Este foi morto – afogado no Rio Jacuí – por agentes do DOPS de Porto Alegre, em 1966, no episódio que ficou conhecido como “o caso das mãos amarradas”. Situação parecida ocorreu em 1967, com os participantes da chamada Guerrilha

de Caparaó que, segundo o capitão reformado, Amadeu Felipe Ferreira, só não foram mortos, pelo Exército, porque o comandante da Polícia Militar de Minas Gerais permitiu que jornalistas tirassem fotos dos presos e divulgassem à imprensa⁹⁸. Há ainda o caso do major do Exército, Joaquim Pires Cerveira, que integra a lista de pessoas “desaparecidas” durante a Ditadura Civil-Militar de SN.

Nacionalista, Joaquim Cerveira foi eleito vereador pelo PTB, em Curitiba, em 1963. Após o Golpe de 1964 foi preso, cassado e processado. Teve uma participação ativa na luta armada contra a Ditadura, liderando o grupo que libertou da prisão o coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório, em 1968. No ano seguinte, o major fundou a Frente de Libertação Nacional (FLN). De acordo com Cerveira (2007, p. 88), devido ao engajamento de seu pai na luta armada, o major foi sequestrado e preso por agentes do DOI-CODI do Rio de Janeiro, em 1970, onde foi torturado.

O militar foi libertado e banido do País, depois do sequestro do embaixador alemão, Von Holleben, pela VPR. Após se exilar no Chile, onde ficou até 1973, quando ocorreu o Golpe que derrubou o Presidente Salvador Allende, Joaquim Cerveira se refugiou na Argentina. No final daquele ano o major foi sequestrado por agentes brasileiros e argentinos – liderados pelo delegado brasileiro Sérgio Paranhos Fleury –, sendo levado de volta para o Brasil. Cerveira (Idem, p. 91) acrescenta que seu pai foi visto vivo pela última vez em janeiro de 1974, por presos políticos, no DOI-CODI do Rio de Janeiro.

Em depoimento prestado à CNV, o ex-delegado da Polícia Civil, Cláudio Antônio Guerra, confirma que foi o responsável por transportar cerca de 11 corpos de presos políticos para a Usina de Cambahyba, em Campos de Goytacazes, no Rio de Janeiro. Segundo o ex-delegado, estes corpos eram incinerados naquela usina, seguindo uma nova prática da Ditadura, de eliminar as evidências de assassinatos de presos políticos. Portanto, o corpo de Joaquim Pires Cerveira estava entre os 11 incinerados. Cláudio Antônio Guerra afirma que durante o transporte soube que se tratava do major porque um coronel identificado como Freddie Perdigão teria se referido ao militar como um “melancia”, ou seja, “[...] era verde por fora e vermelho por dentro. Porque era um colega que tinha traído”⁹⁹.

Outros casos semelhantes de perseguição política serão vistos no decorrer do trabalho, o que demonstra que a violência estatal contra esses militares e as pessoas próximas a eles, não foram casos isolados. Nota-se que a maior parte dos militares perseguidos eram identificados com o nacionalismo o que, em uma perspectiva partidária, os ligavam

⁹⁸ FERREIRA, Amadeu Felipe. Depoimento prestado à CNV em 19 de março de 2013, local: s/i.

⁹⁹ GUERRA, Cláudio Antônio. Depoimento prestado à CNV em 23 de julho de 2014, em Brasília.

diretamente – por meio de filiação – ou indiretamente – por afinidade de ideias – ao PTB. Dos exemplos citados, destaca-se a atuação daqueles militares trabalhistas que pegaram em armas para lutar contra a Ditadura Civil-Militar de SN, como Alfredo Ribeiro Daudt e Joaquim Pires Cerveira.

3.2 MILITARES TRABALHISTAS NAS PRIMEIRAS TENTATIVAS DE LUTA ARMADA NO RIO GRANDE DO SUL

A década de 1960 teve uma intensa participação política da população brasileira, o que se refletiu nos embates ocorridos na Brigada Militar e nas Forças Armadas, com militares nacionalistas – sobretudo trabalhistas –, socialistas e comunistas se opondo a corrente da DSN. O engajamento que tiveram no Movimento dos Sargentos, na Campanha da Legalidade (1961), na fundação da AMFNB (1962), no movimento em defesa das Reformas de Base e nos Grupos de Onze reforçou o espírito de luta desses militares após o Golpe Civil-Militar de 1964.

Nessa perspectiva, Maciel (2009, p. 110) afirma que “o golpe sem resistência, a frustração de não terem realizado a missão militar a que se julgavam destinados e a perseguição que se segue, levarão principalmente aqueles que já tinham uma conscientização a reagirem atacando a ditadura”. De acordo com a historiadora (Idem, p. 111), o engajamento de parte desses militares na luta armada foi “[...] um movimento de continuidade das lutas iniciadas no pré-64 [...]. Os militares que participaram da luta armada vêm desses movimentos e organização dentro das instituições militares [...]”.

Vale destacar que, em um primeiro momento, os militares trabalhistas que se engajaram na luta armada contra a Ditadura Civil-Militar de SN, no Rio Grande do Sul, estiveram ligados ao ex-Governador Leonel Brizola. De 1964 a 1966, ocorreram algumas tentativas de levantes armados organizados por militares ligados ao líder político, a partir do Uruguai. O objetivo desses movimentos era dar uma pronta resposta ao Golpe Civil-Militar que havia acabado de ocorrer no País. Como observa o capitão reformado do Exército, José Wilson da Silva, logo após o Golpe Civil-Militar de 1964, ele e outras lideranças, em Montevidéu, começaram um processo de rearticulação de militares que estavam na ativa no Brasil, tendo por objetivo uma imediata restauração da democracia no País. Sobre isso, diz que:

Eu é que fazia o contato, até para filtrar com ele [Brizola], ver quem chegava lá. Conhecia tudo aqui [em Porto Alegre] na época, a gente tinha uma militância muito grande. Então a gente começou a montar um esquema de rearticulação da nossa gente. Militares que ficaram, porque eles [os golpistas] não tiraram todo mundo. Até porque não sabiam, não é? Fizeram uma limpa muito grande. Mas nós tínhamos gente nos quartéis da Brigada [Militar], nos quartéis do Exército, alguém da Aeronáutica – muito pouco – e esse era o trabalho que eu fazia em torno do Brizola¹⁰⁰.

Essas tentativas de levantes, que serão abordadas na sequência, foram sucessivamente desarticuladas pelos órgãos de segurança brasileiros. Por conta disso é que, após o fracasso da última, em 1966, Leonel Brizola e alguns militares ligados a ele decidiram mudar a estratégia para o “foco guerrilheiro” – a partir da teoria criada pelo francês Régis Debray e pelos líderes da Revolução Cubana, Ernesto Che Guevara e Fidel Castro – que, na década de 1960, influenciou a maioria das organizações de esquerda armada brasileiras. De acordo com Gorender (2014, 5 ed., p. 90), a principal característica do “foquismo” era a luta no campo, considerado o cenário primordial para o seu desencadeamento, onde pequenos núcleos de guerrilhas instalados em uma região preferencialmente montanhosa funcionariam como um “pequeno motor acionador do grande motor – as massas”. Desta forma, o trabalho político junto à classe proletária nas cidades ficaria em segundo plano, priorizando-se as ações armadas no campo.

Dentro disso, em um primeiro momento, a guerrilha poderia conduzir por si mesma esse processo revolucionário, sem a primazia de um partido comunista, que poderia ser constituído posteriormente. O autor (Idem, p. 91) observa, no entanto, que a teoria do “foco guerrilheiro” foi uma invenção dos líderes cubanos, pois afirmavam que o sucesso da Revolução Cubana se deveu ao “poder mágico de doze ou dezessete sobreviventes da expedição do Granma, iniciadores da luta na Sierra Maestra a partir do nada, a partir do zero”. Teriam ignorado, assim, uma série de condições históricas que contribuíram para o seu êxito, como a simpatia da população camponesa com os guerrilheiros e uma campanha nacional que abrangia sindicatos operários, o Partido Comunista e mesmo parte da burguesia do país contra a ditadura de Fulgencio Batista¹⁰¹.

¹⁰⁰ Entrevista concedida ao autor, em Porto Alegre, em 21.05.2019.

¹⁰¹ Importante observar que, existe uma controvérsia quanto à criação do “foco guerrilheiro” por parte de Che Guevara e Fidel Castro, pois isto teria advindo, muito mais, das “teorizações” de Régis Debray sobre a Revolução Cubana. Além disso, mesmo entre as organizações de esquerda armada brasileiras já existia uma crítica quanto à aplicação dessa estratégia de luta na forma em que era apresentada por seus formuladores. Conforme Sales (2007, p. 70), a “realidade geográfica brasileira” e o fracasso da luta na Bolívia, que culminou com a morte de Che Guevara, em outubro de 1967, foram elementos que contribuíram para uma série de adaptações feitas pelas organizações armadas brasileiras à “teoria foquista”, a exemplo da Ação Libertadora Nacional (ALN), de Carlos Marighella. De acordo com Sales (Idem, p. 71), dada a dimensão continental do Brasil, “Marighella introduz a idéia de guerrilha como *guerra de movimento* no lugar de foco, e falaria ainda de

Seguindo a ideia da implantação de “focos” de guerrilhas no Brasil, os militares cassados e Leonel Brizola criaram, em 1965, no Uruguai, o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Conforme Maciel (2009, p. 115), esta Organização era formada, basicamente, por militares cassados e identificados com as ideias nacionalistas de viés revolucionário. Entre os militares dessa Organização, estava o sargento Onofre Pinto, que, desde São Paulo, dirigia, “recrutava o pessoal e enviava para Montevideu e de lá iam fazer treinamento em Cuba”. Desta forma, o MNR contava com militares cassados de diferentes regiões do Brasil, sendo criado com a ideia de instalar no País “focos” de guerrilhas, baseando-se na estratégia supostamente aplicada na Revolução Cubana, em 1959.

Em novembro de 1966 o MNR tentou colocar em prática essa ideia por meio da chamada Guerrilha de Caparaó, instalada no Pico da Bandeira, na Região Sudeste do Brasil. No entanto, Caparaó não passou da fase de preparação, quando foi desarticulada pela Ditadura Civil-Militar de SN, em abril de 1967, após a prisão de todos os seus integrantes. Apesar da Guerrilha de Caparaó não ser o foco deste trabalho, observa-se que foi por conta do seu fracasso que Leonel Brizola desistiu definitivamente de seguir com a luta armada no Brasil. Sobre isso, Bandeira (2010, 8 ed., p. 384) afirma que:

O fracasso do esforço de Guevara para implantar um foco de guerrilha na Bolívia, em outubro de 1967, concorreu, porém, para dissipar completamente as esperanças de Brizola em qualquer projeto de guerrilha no Brasil, esperanças estas que nunca foram muito firmes e já estavam bastante abaladas pelo fiasco de Caparaó. Assim, diante de tantos desenganos, frustrações, erros e sacrifícios inúteis, ele decidiu parar [...].

No entanto, como pode ser visto em depoimentos de militares cassados das Forças Armadas Brasileiras, citados pelo jornalista José Caldas da Costa (2007), a ideia da guerrilha, como forma de luta, não agradava Brizola, pois este preferia seguir com a estratégia de levantes armados, com a tomada de quartéis. Por conta disso, conforme o autor (Idem, p. 124), ao mesmo tempo em que um grupo de militares era arregimentado pelo ex-Governador, a fim de fazer treinamento em Cuba, também prosseguiam as articulações com militares cassados e da ativa no Brasil, visando a tomada de quartéis. A guerrilha seria, portanto, um “plano B”, caso o levante falhasse. De fato, após a sequência de tentativas frustradas de levantes a “Guerrilha de Caparaó” foi posta em prática.

guerrilha em *forma de marcha* e das *colunas guerrilheiras móveis*”, atacando em lugares variados, sem se fixar em um único lugar. Além disso, trouxe algo que não estaria presente nos escritos de Debray e Guevara, que era a valorização da “guerrilha urbana” [grifo do autor].

Corroborando com essas afirmações, Chagas (2007, p. 56), acrescenta que “no imediato pós-golpe, pulularam reuniões e articulações para reverter a derrota” e que a ideia do grupo de civis e militares trabalhistas exilados no Uruguai, sob a liderança de Brizola, era a de se fazer uma “contra-ofensiva” o mais rápido possível, de preferência, nos primeiros meses após o Golpe. Nesse sentido, conforme o autor (Idem, p. 111), o modelo Tenentista, de rebelião nos quartéis, era a estratégia preferencial do ex-Governador. Nesse movimento insurrecional os civis teriam um importante papel, “todavia, seria primeiramente pela força dos quartéis que a luta começaria”.

Já Bandeira (2010, 8 ed., 372) afirma que o movimento armado liderado por Getúlio Vargas, em 1930 – deflagrado a partir da tomada de quartéis – e a Campanha da Legalidade, em 1961, que gerou grande mobilização popular e militar, serviam de inspiração a Leonel Brizola. Sobre este último episódio, o autor (Idem, p. 373) acrescenta que “desde então [Brizola] nunca deixou de pensar que seu verbo produziria milagres, quaisquer que fossem as circunstâncias”. Citando Neiva Moreira, observa que sua estratégia seria uma espécie de “insurreição popular-militar”, detalhando o seguinte:

Algumas guarnições do Exército e a maior parte da Brigada Militar gaúcha, com o apoio de alguns civis organizados, se sublevariam ao mesmo tempo em várias cidades do Rio Grande do Sul. Brizola estaria à frente do movimento, lançado o levante em alguns quartéis. Mensagens radiofônicas conclamariam o Estado (Rio Grande do Sul) a apoiar a insurreição. Algo parecido com a batalha pela Legalidade.

Em seu livro de memórias, o político do PTB, Índio Vargas, enfatiza a preferência de Leonel Brizola com a estratégia de levante armado. Em reuniões que teve com o ex-Governador, em 1964, no Uruguai, para articular a primeira tentativa de levante, Vargas (1981, 2 ed., p. 12) afirma que na primeira delas Brizola “fez exposição minuciosa da insurreição que articulava”, explicando que: “– não se trata de guerrilha. Trata-se de uma insurreição da qual participarão civis e militares. Não será guerrilha por motivos de natureza estratégica e tática. Além disso, Cuba é uma ilha, o Brasil é um continente”. Dentro disso, o autor (Idem, p. 27) acrescenta que em uma dessas conversas fez menção a “teoria do foco”, de Régis Debray, ao que o ex-Governador teria respondido:

– Não vai atrás disso. O Brasil não é Cuba: nosso país é um continente e necessitaríamos de milhares de focos guerrilheiros. Esse rapaz me procurou aqui [no Uruguai] para uma entrevista, que não dei. É um jovem bem intencionado, mas um teórico com uma teoria alienada da realidade, pelo menos da realidade brasileira. Não há nada mais ilusório do que uma teoria que não esteja fundada na realidade objetiva.

Feitas essas observações, destaca-se o trabalho de Chagas (2007), sobre a luta armada no Rio Grande do Sul. Sem ter como único objeto de estudo os militares, o autor divide as ações armadas no estado em dois momentos, sendo o primeiro correspondente à predominância dos militares nacionalistas e trabalhistas – de 1964 a 1967 – e o segundo com as ações armadas praticadas, majoritariamente, por civis e pelas organizações de inspiração marxista, de 1969 a 1971. Neste último caso o Rio Grande do Sul teve, portanto, um começo tardio, quando comparado a outras regiões do Brasil, como no Sudeste. Sobre isso, Chagas (Idem, p. 24) constata que:

[...] enquanto no Sudeste as ações foram realizadas por várias organizações, inclusive individualmente, no Rio Grande do Sul o que se observa é um movimento de ações dividido em dois tempos. O primeiro deles abarca as ações do M3G [Marx, Mao, Marighella, Guevara] ao longo de 1969 e uma única em março de 1970 e o segundo comporta o protagonismo da VPR como organização que levou a efeito a quase totalidade das ações armadas no decurso de 1970.

Sob o comando da Organização Revolucionária Marx, Mao, Marighella, Guevara (M3G) e da VPR, atuaram o Grupo Armado do PTB, o Partido Operário Comunista (POC), a Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares), o Movimento Comunista Revolucionário (MCR) e a FLN. Como será visto no terceiro capítulo deste trabalho, alguns militares – entre trabalhistas e não trabalhistas – que se engajaram nas tentativas de levantes armados, até 1966, no Rio Grande do Sul, prosseguiram com a ideia de pegar em armas contra a Ditadura Civil-Militar de SN, se integrando a algumas das citadas organizações de esquerda marxista influenciadas pela teoria do “foco guerrilheiro”.

3.2.1 A pronta resposta ao Golpe Civil-Militar de 1964

Nos primeiros meses após o Golpe Civil-Militar de 1964, uma parte dos civis e militares recém-exilados no Uruguai se uniu ao também exilado Leonel Brizola, para planejar uma resposta armada ao Golpe e o restabelecimento da democracia no Brasil. Em junho daquele ano, o então tenente e trabalhista José Wilson da Silva atendeu ao pedido feito pelo ex-Governador, a fim de estruturar um levante armado a ser desencadeado em Porto Alegre e, se possível, em todo o Rio Grande do Sul. Apesar da dificuldade em saber com quantos aliados poderiam contar no Brasil, o militar esboçou um plano que permitiria o início de uma ação de resposta ao Golpe e que contava com militares cassados, possíveis militares da ativa, grupos de civis e meios de locomoção.

Sobre isso, o oficial (2011, 4 ed., p. 136) observa que essa ação seria “parecida com a de 1930” e que, a partir dessas exigências mínimas, iniciariam as articulações. Desta forma, “a cada contato ou visita de um companheiro, Brizola procurava enquadrá-lo numa ponta do esquema”. A primeira meta do grupo era chegar a uma organização mínima até 15 de setembro de 1964, data em que seria desencadeado o movimento armado no Rio Grande do Sul. Dessas ações participariam pessoas no Brasil e um grupo de exilados no Uruguai. Com a ajuda de brigadianos, o plano era dominar o centro de Porto Alegre, visando o Palácio Piratini, onde, seguindo o exemplo da Campanha da Legalidade (1961), utilizariam uma rádio e fariam uma conclamação, na expectativa de que outras regiões do País também se insurgissem contra a Ditadura. Conforme José Wilson da Silva (Idem, p. 139), caso a ação falhasse, “seria, na pior das hipóteses, um protesto”.

Ressalta-se que no interior do Rio Grande do Sul também se formaram núcleos para a tentativa de levante. De acordo com Chagas (2007, p. 57), em Santo Ângelo, o movimento seria liderado pelo sargento do Exército e trabalhista, João Calixto de Medeiros¹⁰². Além disso, cidades como Ijuí, Cruz Alta e Santiago também estariam vinculadas. Índio Vargas, político do PTB de Porto Alegre, confirma as articulações de civis e militares trabalhistas nas cidades do interior do estado. Após retornar de uma reunião que teve com Leonel Brizola, no Uruguai, Índio Vargas (1981, 2 ed., p. 15) iniciou contatos com as pessoas indicadas pelo ex-Governador e se reuniu com o tenente-coronel do Exército, José Lemos de Avellar¹⁰³, a fim de tratar “especificamente, do entrosamento do pessoal da capital com o do interior”. Entre os militares contatados estava o coronel cassado da Brigada Militar e trabalhista, Benjamin D’Avila Prado. Sobre isso, diz que:

Articulado com o Coronel Avellar, viajei três dias depois para São Sepé, a fim de contatar com o vice-prefeito desse município, Júlio Vargas, e o dirigente do PTB, Natalício Pontes, ambos integrados no plano insurrecional através de relações pessoais com Brizola. Os dois dirigentes trabalhistas me levaram a uma fazenda, na divisa de São Sepé e Caçapava do Sul, onde falei com o coronel Benjamin Prado, da Brigada Militar, ex-comandante da Polícia Rural Montada, e um dos principais organizadores das ações militares de envergadura que seriam deflagradas sincronizadamente em Santa Maria no dia em que estourasse a insurreição.

[...] o Coronel Benjamin Prado, a quem eu já conhecia, mantinha permanentes contatos com pessoas de prestígio naquela região [...], incumbidos da organização e

¹⁰² Como visto anteriormente, este militar trabalhista teve o seu mandato de Prefeito cassado, em outubro de 1964.

¹⁰³ Observa-se que, nas pesquisas realizadas, não foi encontrado nenhum registro ou menção de filiação deste militar ao PTB. Entretanto, o oficial era amigo do ex-Presidente João Goulart e durante seu Governo exerceu a chefia do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP). Como punição, após o Golpe Civil-Militar de 1964, foi reformado das Forças Armadas e, após cassado, participou de todas as tentativas de levantes organizadas pelo grupo de Leonel Brizola.

mobilização popular que daria cobertura às ações de Santa Maria, cidade que tem o maior número de unidades do Exército no interior do Rio Grande do Sul.

Além dos entendimentos nas Regiões Noroeste e Central do Rio Grande do Sul, contatos também foram feitos em outras regiões do País. Nessa perspectiva, Índio Vargas (Idem, p. 17) acrescenta que desde que chegou ao Uruguai, Leonel Brizola dedicou-se “exclusivamente ao trabalho de articular o movimento insurrecional no Brasil”, recebendo, em Montevidéu, lideranças do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Essas pessoas eram “ligadas à política convencional ou representantes de grupos revolucionários de todos os matizes”. Contatos ainda teriam ocorrido com pessoas do Mato Grosso e de estados da Região Nordeste do Brasil.

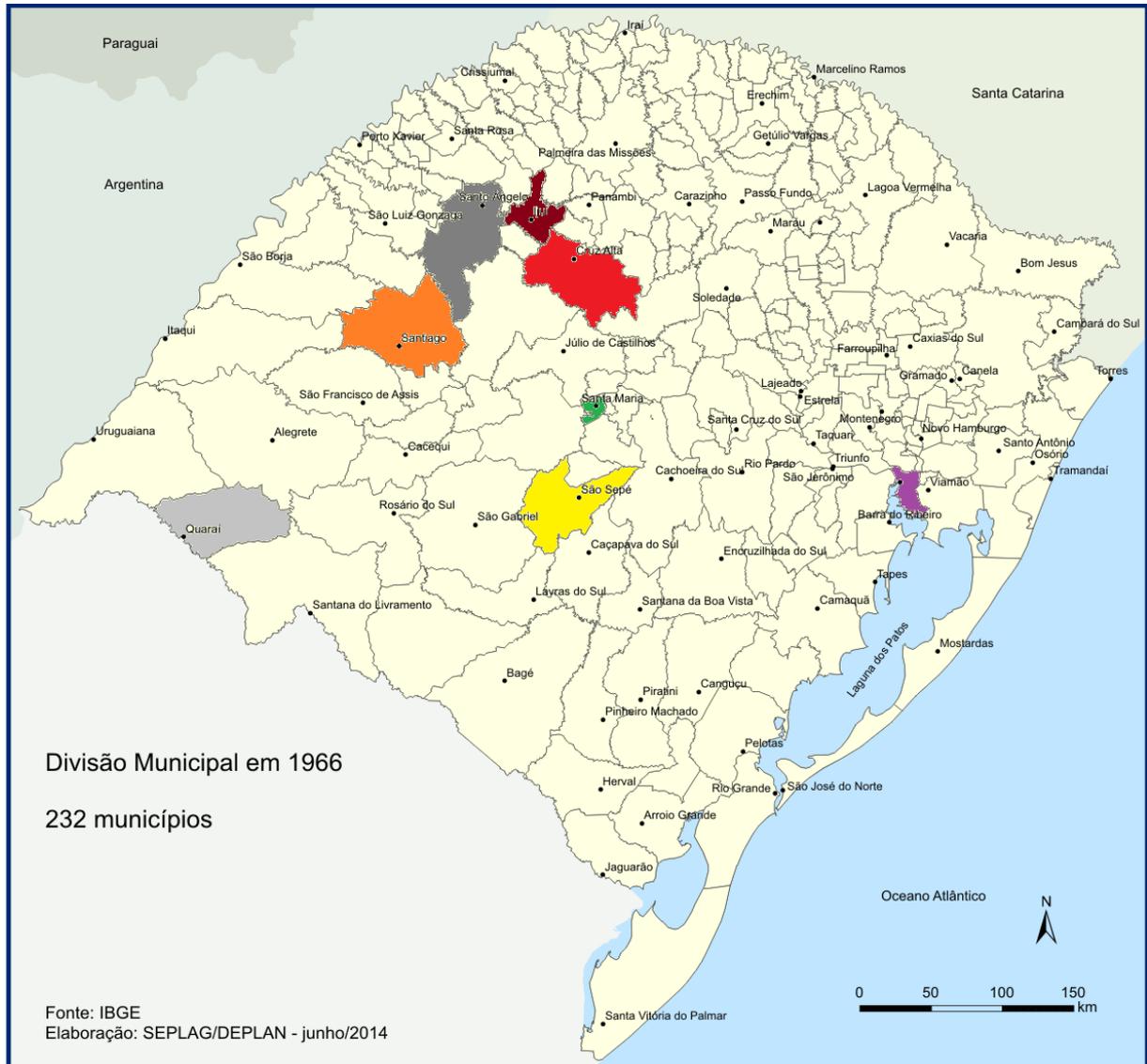
O oficial do Exército, José Wilson da Silva, foi diversas vezes à fronteira do Uruguai com o Brasil para fazer contatos com militares brasileiros da ativa. Na cidade de Artigas conseguiu falar com o médico e sargento do Exército, José Noronha. Apesar das articulações na região fronteira e em cidades do interior do Rio Grande do Sul, o militar (2011, 4 ed., p. 140) afirma que Porto Alegre se tornou o principal centro de resistência “com vários agrupamentos organizados”. Conforme o oficial, na Brigada Militar contavam com o apoio do coronel cassado e trabalhista Atilo Cavalheiro Escobar¹⁰⁴, que coordenava as ações com um “bom número de oficiais cassados e na ativa”. Na Aeronáutica, o capitão-aviador cassado e também trabalhista, Alfredo Ribeiro Daudt, “coordenava um setor de militares e civis”.

Entre alguns dos civis, estavam os trabalhistas Índio Vargas e Rafael Peres Borges, os quais, ambos residindo no Brasil, fizeram viagens clandestinas até o Uruguai para reuniões com Leonel Brizola e realizaram contatos no interior do Rio Grande do Sul. Já o deputado trabalhista cassado, Beno Orlando Burmann, fez viagens clandestinas para outros estados do Brasil, visando ampliar contatos. No Uruguai, entre os planejadores do levante armado, junto com José Wilson da Silva e Leonel Brizola, também estavam os militantes da Ação Popular (AP), Aldo Arantes¹⁰⁵ e Herbert José de Souza. Além disso, militantes do PCB foram contatados, o que, todavia, não resultou em acordo, em função do posicionamento contrário à luta armada, por parte deste Partido.

¹⁰⁴ Não se tem informações se este oficial era filiado ao PTB. No entanto, os órgãos de segurança o consideravam um militante influente entre os militares cassados e da ativa da Brigada Militar. Em um Informe de 1966, é descrito como um “elemento subversivo-brizolista de prôa e importante” que exercia “auto-domínio e autoridade sobre seus comandados na subversão [...]”. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85011324_d0001de0001. pdf. Oficiais subversivos da B.M. 04 de julho de 1966.

¹⁰⁵ Ex-Presidente da UNE.

Mapa 1 – Municípios envolvidos na primeira tentativa de levante armado no Rio Grande do Sul



Fonte: DIVISÃO Municipal – 1966. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/midia/imagem/muni-1966>> Acesso em: 17 mar. 2020. Mapa adaptado pelo autor.

	Santo Ângelo
	Ijuí
	Cruz Alta
	Santiago
	Quaraí
	Santa Maria
	São Sepé
	Porto Alegre

De acordo com Índio Vargas (1981, 2 ed., p. 12), o comandante militar do movimento insurrecional, no Rio Grande do Sul, seria o tenente-coronel do Exército, José Lemos de Avellar. Além disso, conforme o autor (Idem, p. 29), o comandante do levante armado, no Brasil, seria o general Ladário Pereira Telles que, como visto, no dia do Golpe Civil-Militar de 1964, foi nomeado por João Goulart, de forma emergencial, para comandar o III Exército. Este militar de alta patente foi procurado pelo grupo de exilados porque “[...] a autoridade moral de um comandante militar com prestígio na tropa constituía-se num fator importante para tornar viável um movimento dessa envergadura”.

O general aceitou participar da insurreição e viajou clandestinamente do Brasil até o Uruguai para se reunir com Leonel Brizola. Índio Vargas observa que, “vir do Rio de Janeiro, atravessar o Rio Grande do Sul, cruzar a fronteira, penetrar em território uruguaio e chegar a Montevideo, sempre representando o papel de paisano comum, não foi tarefa fácil [...]”. Desta forma, “a ida e volta de Ladário a Montevideo clandestinamente foi uma operação brilhante, para nós sem experiência”. Apesar das articulações feitas no meio civil e militar, o levante armado foi adiado. Sobre isso, José Wilson da Silva (2011, 4 ed., p. 143) afirma que:

Ao chegarmos a 15 de setembro, nosso primeiro prazo para o levante, protesto ou o que fosse, verificamos que ainda havia muito a fazer. Faltava confiança no que se vinha realizando, verificamos que havia falhas, embora o entusiasmo de alguns e o desejo de quem estava lá. Dilatamos para outubro e depois para dezembro. De fato, o trabalho era ingente e difícil.

Mesmo com essas dificuldades, que resultou em sucessivos adiamentos, ao final de 1964, o grupo de civis e militares organizados para o desencadeamento do movimento armado somava 470 pessoas e o armamento para este contingente seria completado após o sucesso das primeiras ações. Devido aos sucessivos adiamentos e as discussões internas entre o grupo de exilados, quanto à estratégia de luta, o movimento não foi posto em prática. Apesar de não ter sido cancelado, continuou sendo adiado, pois no final de 1964 e início de 1965 uma série de prisões de militares trabalhistas ocorreu no Brasil, em função da descoberta da denominada Operação Pintassilgo e a desarticulação da Operação Três Passos, respectivamente. À vista disso, muitos dos contatos feitos no Brasil foram temporariamente ou permanentemente perdidos.

3.2.2 Nas asas da resistência: a Operação Pintassilgo

De acordo com biólogos, Pintassilgo é o nome popular usado para denominar algumas espécies de aves de pequeno porte que podem ser encontradas em diversas regiões do planeta, como Europa, África, Oceania e América do Sul. Na Europa Ocidental, a espécie *Carduelis carduelis* era símbolo da resistência e da perseverança¹⁰⁶. Pintassilgo também teria sido o nome dado a uma operação planejada pelo capitão-aviador Alfredo Ribeiro Daudt que, juntamente com militares trabalhistas da Aeronáutica, do Exército, da Brigada Militar e de civis, tomariam quartéis espalhados pelo Rio Grande do Sul, dando início a um movimento nacional para derrubar a Ditadura Civil-Militar de SN.

Em edição de 30 de novembro de 1964, o jornal *Folha da Tarde* informa que “o nome da operação se devia ao fato de seu sucesso depender da ação a ser desenvolvida por pequenos aviões que, em hora aprazada, decolariam rumo a três objetivos, a fim de bombardeá-los. Esta ação, pela surpresa, levaria o pânico a locais visados”¹⁰⁷. Sobre isso, Bandeira (2010, 8 ed., p. 375), acrescenta a informação – sem citar fontes – que entre os alvos do bombardeio, estava o Palácio Piratini, em Porto Alegre.

Vale destacar que, sobre o suposto plano de bombardeio do Palácio Piratini, Alfredo Júnior esclarece que esta informação não procede por dois motivos básicos: primeiramente, porque seu pai tinha como algo inconcebível o bombardeio do centro de Porto Alegre – cidade onde nasceu e viveu – e a conseqüente morte de um grande número de pessoas. Portanto, esta seria uma atitude contraditória de seu pai e dos demais militares que da operação participariam, uma vez que, durante a Campanha da Legalidade, em 1961, “eles ficaram horrorizados quando viram a possibilidade do centro de Porto Alegre ser bombardeado, então *já* eles queriam isso daí”¹⁰⁸ [grifo do autor]. O que seu pai planejava eram voos rasantes sobre as unidades militares que não aderissem ao movimento legalista, apenas como forma de intimidação. Ligado a isso, chega-se, então, ao segundo ponto destacado por Alfredo Júnior, que se baseia em dados técnicos. Sobre isso diz o seguinte:

O meu pai achava que um voo rasante intimidava [...] Isso era ideia dele. Romântica, não é? Romântica. Até mesmo, porque os aviões que ele constava na Operação Pintatio (sic), era esse [North American] T-6 e esses aviões não eram mais armados, eles serviam só para instrução de voo¹⁰⁹. [...] Eles haviam sido caças na [...] Segunda Guerra Mundial, mas no Brasil eles serviam para instrução de voo só. O cara

¹⁰⁶ CARDUEELIS Carduelis. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Carduelis_carduelis> Acesso em: 01 jun. 2019.

¹⁰⁷ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Fundo Campanha da Mulher pela Democracia. BR_AN_RIO_PE_0_0_0083_d0001de0001.pdf. Folha da Tarde revela “Operação os Pintassilgos”: Prisão de ex-oficial da Aeronáutica descobriu planos revolucionários. 30 de novembro de 1964.

¹⁰⁸ Entrevista concedida ao autor, em Porto Alegre, em 31.10.2019.

¹⁰⁹ Ver Ilustração em anexo ‘A’.

aprendia a voar ali, para depois ir para as unidades de caça. [...]. Era um avião desarmado. E então não tem o mínimo cabimento isso daí [...] porque os aviões, mesmo, não eram equipados para fazer nada – os que o pai botou ali, que era o que ele sabia pilotar, que eram os da ELO¹¹⁰, que faziam ligação com a Marinha – não tinham um armamento. Os aviões que podiam destruir e atacar – os caças da época – eram os jatos Gloster Meteor [...] esses eram aviões de caça, de combate, que estavam na ativa¹¹¹. Esses sim. Mas o que o meu pai previa na Pintassilgo não tinha um Gloster [riso], não ia ter. Ele não sabia pilotar aquilo ali. Não era da época dele. Faziam só de T-6¹¹².

No plano da Operação Pintassilgo, os aviões pilotados por oficiais contrários a Ditadura decolariam da Base Aérea de Canoas, após a tomada desta, em 24 de dezembro de 1964, ou em 1º de janeiro de 1965, dias em que estaria menos movimentada e menos vigiada. Essas ações seriam desencadeadas por um grupo de civis e militares cassados e da ativa da Aeronáutica que, após dominar os oficiais ligados ao Comando da Base, assumiria o controle da unidade militar pelo tempo mínimo de 24 horas. Este era o período considerado suficiente para que outros quartéis sublevados das Forças Armadas pudessem fornecer apoio com tropas e carros de combate¹¹³. Esse reforço viria dos efetivos reorganizados do 18º e 19º Regimento de Infantaria e do 12º Regimento de Cavalaria Mecanizado¹¹⁴.

Conforme as informações do processo (BNM 216), o sargento cassado da Aeronáutica, Estoecel Ribeiro Santana, ficou encarregado de cooptar antigos colegas civis e militares que ainda estavam no serviço ativo da Base Aérea de Canoas. Em novembro de 1964 se encontrou com o sargento Altivo Aguiar Barbosa, buscando informações sobre possíveis adesões ao movimento armado e a disposição do militar em participar. Estoecel Santana propôs a Altivo Barbosa que, caso as ações falhassem, este ficaria encarregado de abrigar temporariamente Leonel Brizola, que já estaria na Região de Porto Alegre para assumir o comando da insurreição contra a Ditadura Civil-Militar de SN.

No denominado “plano nº 1”, o sargento abrigaria, em sua residência, o ex-Governador e em seguida o político seguiria para o aeroclube, onde um piloto – não identificado – da 3ª ELO, da Aeronáutica, estaria a sua espera, para então evadirem-se do Rio Grande do Sul. Em caso de falha deste primeiro plano de fuga, um “plano nº 2” previa que Leonel Brizola sairia do estado pela foz do Rio Guaíba em um barco a vela e iria “para um

¹¹⁰ Abreviatura para Esquadrilha de Ligação e Observação.

¹¹¹ Ver Ilustração em anexo ‘B’.

¹¹² Entrevista concedida ao autor, em Porto Alegre, em 31.10.2019.

¹¹³ Acervo virtual do Projeto *Brasil: Nunca Mais* (BNM Digit@1)/Processo (BNM 216), Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_03&PagFis=14539> Acesso em: 28 jan. 2020.

¹¹⁴ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). br_dfanbsb_v8_mic_ptr_dti_prt_0226_d0003de0003. pdf. Presidência da República. Serviço Nacional de Informações. 28 de setembro de 1989.

ponto pré-determinado na Lagoa dos Patos, onde haveria um Jeep à sua espera, para transpor novamente a fronteira”¹¹⁵.

No entanto, a Operação Pintassilgo não foi posta em prática, porque Alfredo Daudt foi preso em 26 de novembro de 1964, no aeroporto Salgado Filho, quando o avião comercial no qual embarcara já se encontrava na pista de decolagem. O militar pretendia chegar a Montevideu e se encontrar com Leonel Brizola, a fim de levar ao líder político o documento contendo um esboço da operação e os nomes de militares cassados e da ativa que estariam dispostos a pegar em armas contra a Ditadura. O documento foi descoberto quando Alfredo Daudt foi levado para a sede do DOPS e lá tentou se desfazer do mesmo, jogando-o pela janela do sexto andar¹¹⁶. Sobre a ligação do capitão-aviador com Leonel Brizola e os militares trabalhistas exilados no Uruguai, o capitão reformado José Wilson da Silva diz que:

[...] o Daudt era muito brizolista [...] nós tínhamos, eu o Daudt, mais uns aí, uma militância muito grande com o Brizola. E o Daudt era muito atrevido, ele era capitão da Aeronáutica, ele ia lá e vinha aqui. Ia a Montevideu escondido e vinha [para Porto Alegre]. [...]. Ele veio aqui e falou com vários oficiais, tinha uns do Exército [...]. Tinha uma listinha no bolso (sic) e inventou de tomar um avião com a desculpa de que ia para Buenos Aires, mas o avião pousava em Montevideu, e aí os órgãos de segurança estavam com o olho controlando quem ia para Montevideu. [...] a polícia pegou o bilhete, pegou o nome de várias pessoas e prenderam todo mundo. A intenção dele era fazer um levante. Ele ia avisar o Brizola que tinha condições de fazer um levante aqui nas proximidades de Porto Alegre¹¹⁷.

Assim sendo, esse plano não partiu de uma ordem no Uruguai, apesar de que, como visto, naquele país, Leonel Brizola, José Wilson e outros militares já vinham articulando um levante, com data inicial prevista para 15 de setembro de 1964. O capitão-aviador Alfredo Daudt era um dos militares trabalhistas de confiança do grupo de Leonel Brizola, que contava com ele para quando se desencadeasse algum movimento armado. A prisão do oficial ocorreu após o sargento Altivo Barbosa ter denunciado o plano de levante armado contra a Ditadura ao Comando da Base Aérea de Canoas.

¹¹⁵ Acervo virtual do Projeto *Brasil: Nunca Mais* (BNM Digit@l)/Processo (BNM 216), Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_03&PagFis=14539> Acesso em: 28 jan. 2020.

¹¹⁶ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85010643_d0001de0001.pdf. CAPA DE ACE. Nº ACE/ANO 10643/85. Relatório. 14 de janeiro de 1965.

Sobre isso, Alfredo Júnior acrescenta que quando embarcou no avião, em Porto Alegre, seu pai usava uma gravata e que a parte de trás da mesma serviu para esconder o esboço da operação, até o momento em que foi levado para a sede do DOPS, onde tentou se desfazer dos dois pequenos papéis. Entrevista concedida ao autor, em Porto Alegre, em 31.10.2019.

¹¹⁷ Entrevista concedida ao autor, em Porto Alegre, em 21.05.2019.

Naquela unidade militar, três sargentos e um soldado foram investigados em IPM aberto em dezembro de 1964, o que, no entanto, não afastou os militares do serviço ativo da Aeronáutica, devido à falta de provas materiais contra os mesmos. Já o sargento cassado, Estoecel Santana, buscou exílio no Uruguai, passando a residir na cidade fronteiriça de Rivera. Com a prisão decretada, foi considerado foragido e apenas em maio de 1972 foi absolvido pela 1ª Auditoria da 3ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM), por “deficiência de provas” quanto às acusações de “alicciamento” a que lhe foram imputadas. No processo referente à Operação Pintassilgo também foram denunciados os militares trabalhistas cassados da Brigada Militar, Atilo Cavalheiro Escobar e Nelson Amorelli Vianna¹¹⁸, que teriam endossado o plano de Alfredo Daudt e se comprometido a conseguir adesões dentro da Brigada Militar¹¹⁹.

Para este movimento armado, também estava prevista a participação de militares do interior do estado. Além da tomada de quartéis em outras cidades, estes deveriam garantir o pouso dos aviões em local seguro. No jornal *Folha da Tarde*, consta que “enquanto isso, ‘Os Pintassilgos’ estariam – missão cumprida – rumando para um ponto do interior (não indicado no plano), onde o domínio dos rebeldes lhe garantia pouso”¹²⁰. Em outra reportagem do mesmo jornal, na edição de 1º de dezembro, fica subentendido que o pouso dos aviões ocorreria em Veranópolis, onde a pista de pouso encontrava-se, “desde sexta-feira última ocupada militarmente pela Brigada Militar”. Com isto, estavam “proibidas as operações de aparelhos aéreos naquele campo”¹²¹.

Estas medidas continuaram nas semanas seguintes, conforme reportagem do jornal *Correio do Povo* (Porto Alegre, edição de 15 dez. 1964. p. 26), quando noticiou que “o brigadeiro Doorgal Borges, comandante da 5ª Zona Aérea, determinou a interdição dos aeródromos de Caxias do Sul, São Leopoldo, Novo Hamburgo e Canoas no período de 12 horas de hoje (dia 15) às 12 de amanhã (dia 16)” esclarecendo que estavam “suspensas todas as atividades aéreas naqueles campos de pouso, adiantando que somente as operações das

¹¹⁸ Este era filiado ao PTB.

¹¹⁹ Acervo virtual do Projeto *Brasil: Nunca Mais* (BNM Digit@l)/Processo (BNM 216), Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_03&PagFis=14539> Acesso em: 28 jan. 2020.

¹²⁰ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Fundo Campanha da Mulher pela Democracia/BR_AN_RIO_PE_0_0_0083_d0001de0001.pdf. Folha da Tarde. Folha da Tarde revela “Operação os Pintassilgos”: Prisão de ex-oficial da Aeronáutica descobriu planos revolucionários. 30 de novembro de 1964.

¹²¹ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Fundo Campanha da Mulher pela Democracia/BR_AN_RIO_PE_0_0_0083_d0001de0001.pdf. Folha da Tarde. Autoridades estendem a rede para elucidação completa da trama: Cópia da “Operação Os Pintassilgos” apreendida num município gaúcho. 1º de dezembro de 1964.

aeronaves comerciais de linhas regulares serão permitidas”¹²². Desta forma, levando-se em conta que as atividades na Base Aérea de Canoas também estavam suspensas, supõe-se que ainda persistia a desconfiança dos órgãos de segurança quanto a uma ação partindo daquele local.

Após a prisão de Alfredo Daudt outras pessoas, entre civis e militares, também foram presas no Rio Grande do Sul, sob a acusação de envolvimento com o plano. Sobre isso, José Wilson da Silva acrescenta que “desencadearam prisões de toda a nossa gente. Foi um estrago. Esse foi o primeiro estrago que [...] nós sofremos”¹²³. Até o dia 29 de novembro, cerca de duzentas pessoas haviam sido presas. Entre os civis estavam alguns líderes sindicalistas e um médico. Entre políticos trabalhistas estavam os ex-deputados João Caruso e Antônio Visintainer, os ex-veredores Valério Malinski e Dilvo Araujo.

Já entre os militares, estavam o tenente-coronel Emílio João Pedro Neme, o tenente Plínio Ivar da Rosa e o sargento Guerino Riçardo, todos cassados da Brigada Militar e filiados ao PTB (*Correio do Povo*, Porto Alegre, edição de 29 nov. 1964, p. 64)¹²⁴. Também foi preso o soldado cassado da Brigada Militar e militante trabalhista, Victor de Souza Couto. Este último, em um relato anexado junto ao processo administrativo de indenização, da Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Rio Grande do Sul, diz que foi torturado por agentes do DOPS durante “uma (1) noite inteira e um dia” na tentativa de extrair informações “de um suposto ‘código’” que seria de seu conhecimento. Sobre sua prisão e tortura ainda acrescenta que:

[Tive] um braço totalmente deslocado ao inverso, marcas no rosto com perda de dentes, dedos macerados e um quebrado por apertões de gavetas. Alguns dias após transferido para a ‘penitenciária’ depois de ser atendido por um suposto médico que inclusive retirou-me um largo esparadrapo do lado esquerdo onde eu teria uma costela quebrada. Cheguei à tardinha, quase noite, onde estavam diversos companheiros que conhecia, incluindo políticos, o dr. Valério Mailinski, diretor do pronto socorro, o falecido coronel Caloi que seria o comando BM Legalista, o sgt [sargento] enfermeiro José Sales, [...] e outros. Cheguei mal e expelindo sangue pela boca em golfadas o que causou forte reação e revolta inclusive encabeçada pelo dr. Valério. Entretanto, só fui atendido no outro dia com medicações injetáveis do presídio¹²⁵.

Vale destacar que essas prisões também ocorreram em outras cidades do estado e antes mesmo da prisão de Alfredo Daudt. Nessa perspectiva, Chagas (2007, p. 59) acrescenta que

¹²² Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

¹²³ Entrevista concedida ao autor, em Porto Alegre, em 21.05.2019.

¹²⁴ Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

¹²⁵ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/VICTOR DE SOUZA COUTO. 10 de agosto de 1998.

“o plano deveria atingir o interior do estado do Rio Grande do Sul, e, para tanto, diversas viagens foram feitas por militantes nacionalistas revolucionários”. Corroboram com isso as informações presentes em um relatório de IPM de 30 de novembro de 1964, sobre a prisão de militares do quartel da Brigada Militar de Santa Maria. Em 30 de outubro daquele ano, foram presos os tenentes trabalhistas Plínio Pereira dos Santos e Luiz Arthur Corrêa Dornelles, ambos do 1º Regimento de Polícia Rural Montada, quando estes chegavam à residência do coronel cassado e também trabalhista Benjamin D’Avila Prado. Nesse documento, consta que os motivos para as prisões foi o resultado de informes que,

no mês de outubro, chegavam nas guarnições Federal e Estadual de Santa Maria, [...] contendo assuntos de extrema gravidade e que diziam respeito ao movimento contra-revolucionário que atentaria contra o atual regime e que dava como chefe do movimento de civis, em Santa Maria, o Cel Ref [coronel reformado] Benjamin D’Avila Prado [...].

Conforme declarou um sargento que servia naquela unidade, o tenente Luiz Arthur Corrêa Dornelles o teria procurado na oficina mecânica do Regimento, a fim de perguntar o endereço do coronel Benjamin D’Avila Prado, pois precisava entregar para este um documento vindo de Porto Alegre, que continha informações sobre um movimento armado. A ação contaria com o apoio de militares daquele quartel e D’Avila Prado assumiria o comando da Guarnição, enquanto Luiz Arthur Dornelles se encarregaria de uma “missão secreta” de cinco dias. No momento da prisão de Luiz Arthur Dornelles, foi encontrado, em sua posse, “um pedaço de envelope que tinha em um lado endereços e nomes de *elementos subversivos* que se reuniam no Uruguai, e no outro lado, o nome de um indivíduo que fugira do estado de Santa Catarina ou Paraná e que furtara um automóvel em Porto Alegre [...]” [grifo nosso].

No entanto, no momento da prisão dos referidos militares, o coronel D’Avila Prado não se encontrava em sua residência, pois tinha viajado para Porto Alegre. No IPM, consta que o coronel viajava com frequência para aquela cidade, bem como para a Fronteira com o Uruguai, o que demonstra, mais uma vez, que apesar de expulsos das organizações em que serviam esses militares eram constantemente vigiados pelos órgãos de informação. Após a prisão do capitão-aviador Alfredo Daudt e a descoberta da Operação Pintassilgo, Benjamin D’Avila Prado teria “fugido para local ignorado”.

Outros militares de Santa Maria estariam envolvidos com o plano de luta contra a Ditadura Civil-Militar de SN, sendo igualmente presos para prestar informações. Esses militares também mantinham contatos com guarnições de cidades próximas, como a de Tupanciretã. Sobre isso, o soldado Izidro, que servia em pelotão daquela cidade, teria

revelado “que estava sendo preparado um movimento contra-revolucionário, de âmbito nacional, que eclodiria dentro de sessenta dias, no máximo, e que o movimento teria a confirmação com a antecedência de CINCO DIAS”, além de que,

o Chefe do movimento em Santa Maria seria o Cel PRADO e que o Cel ETUR teria por missão assumir o Comando da Guarnição Estadual.

Os civis seriam arregimentados e armados sob o comando do Cel PRADO e ocupariam os pontos importantes da cidade. Que os coronéis PRADO e ETUR e Cap [capitão] TOMAZZI (sic) recebiam mensagens, semanalmente, ou instruções do ex-presidente GOULART e que por ocasião da visita do Exmo Sr Gen [general] AMAURY KRUEL elementos de ligação desta cidade, haviam feito entendimentos com essa alta autoridade militar. Que para ocupação dos Quartéis, os oficiais seriam chamados em casa e no trajeto seriam eliminados e que os Sgts [sargentos] e os ligações prenderiam os oficiais golpistas e que o movimento teria início a partir das 23,00 hrs do dia D [...] ¹²⁶.

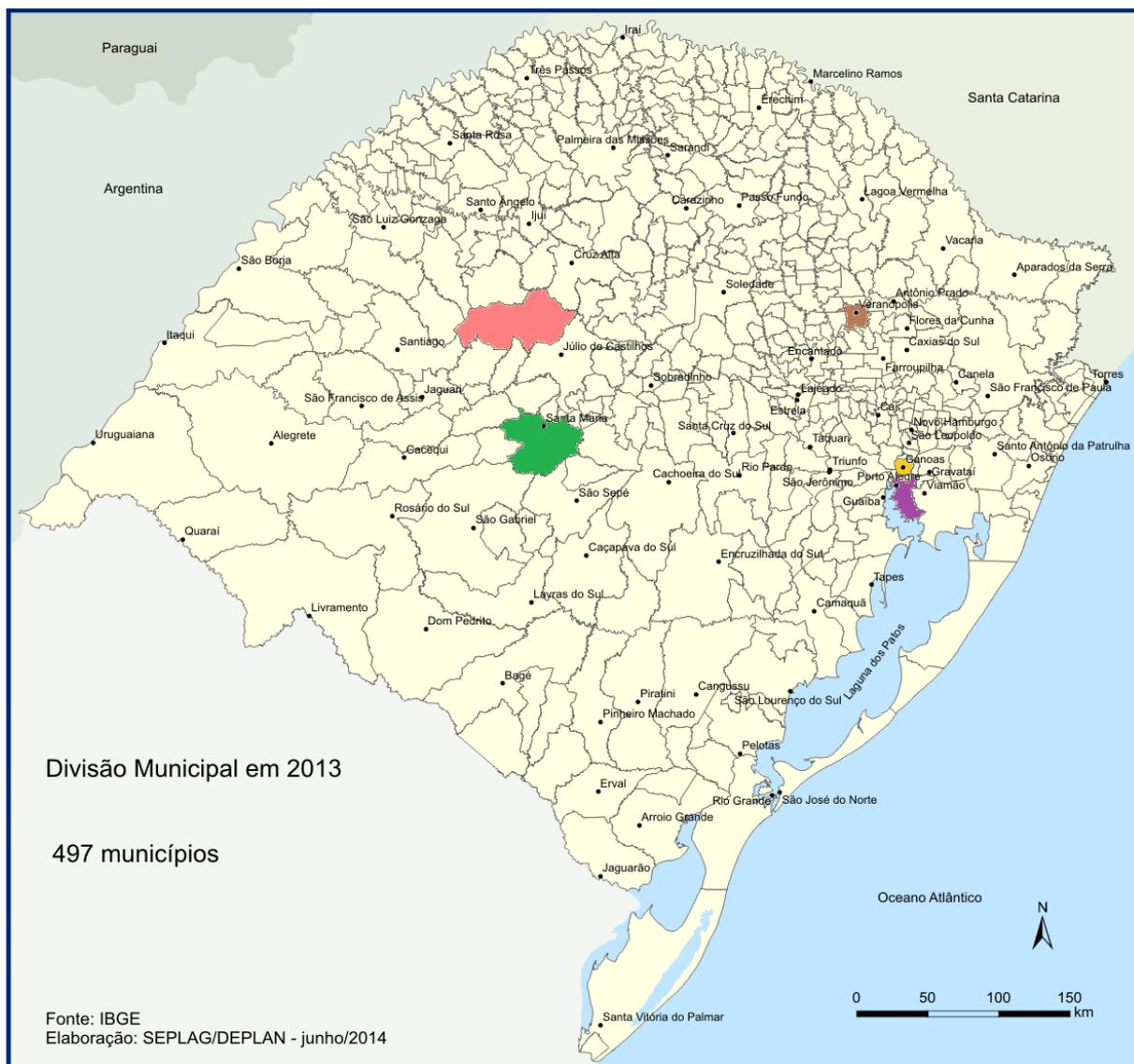
Conforme o depoimento deste militar, também estaria envolvido no plano o ex-Governador de Goiás, Mauro Borges. No entanto, fazem-se necessárias algumas ressalvas quanto à veracidade de todas as informações desses inquiridos, uma vez que, geralmente, os interrogados eram torturados, sendo, também, acusados por atos que não estavam envolvidos. Esse foi o caso do citado capitão Octavio Thomasi Filho, vereador pelo PTB, em Santa Maria, que teve seu mandato cassado e foi reformado da Brigada Militar, após o Golpe de 1964. No próprio IPM consta que nada foi apurado sobre o envolvimento do militar nesses planos.

Octavio Thomasi Filho não esteve envolvido em nenhuma tentativa de luta armada contra a Ditadura, tendo se dedicado a profissão de advogado. No entanto, foi preso em diferentes momentos, sendo vigiado e tendo sua vida profissional prejudicada. O militar observa que, em um dos inquiridos que esteve envolvido, foi ajudado pelo escrivão, no momento em que tomavam seu depoimento. Quando questionado se “conhecia o Pinta-Silgo (sic)”, pensou se tratar de uma ave, respondendo que sim. Foi quando o escrivão, que era seu antigo colega, “intercedeu dizendo ‘o movimento contra revolucionário liderado por um Cap. da Força Aérea de nome Daudt’”. Por não saber do que se tratava, foi libertado ¹²⁷.

¹²⁶ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85010643_d0001de0001. pdf. CAPA DE ACE. Nº ACE/ANO 10643/85. Relatório. 30 de novembro de 1964.

¹²⁷ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/OCTAVIO THOMASI FILHO. 06 de agosto de 1998.

Mapa 2 – Municípios envolvidos na Operação Pintassilgo



Fonte: DIVISÃO Municipal – 2013. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/midia/imagem/muni-2013-1>> Acesso em: 17 mar. 2020. Mapa adaptado pelo autor.

	Porto Alegre
	Canoas
	Santa Maria
	Veranópolis
	Tupanciretã

Em decorrência da série de prisões ocorridas no Rio Grande do Sul, e mesmo em outros estados, o movimento armado acabou não se concretizando. Após ser preso e levado para as dependências do DOPS, onde foi torturado, Alfredo Daudt foi transferido para a 6ª Companhia de Polícia do Exército, ambos em Porto Alegre. A transferência ocorreu pelo fato do quartel ser considerado mais seguro, devido ao “temperamento audaz” do militar e para que houvesse rapidez nas investigações. Nesse local sofreu maus tratos e ficou incomunicável de 5 de dezembro até a madrugada do dia 13. Apesar do rigor com a segurança do quartel, Alfredo Daudt surpreendeu os militares daquela unidade, quando conseguiu fugir. Os detalhes de sua fuga foram, assim, relatados em IPM:

Com uma lâmina de serra fina para metais, serrou o preso a parte de uma vareta de ferro duma cama, com 1 cm de diâmetro, que quebrou-a, dobrou-a entre as barras da janela que dá para o alojamento e com ela forçou um pedaço de tábua do forro. Andou pelo forro uns 15 metros, na direção da rua Duque, onde é mais baixo o edifício. Retirou oito telhas, subiu ao telhado, teria andado mais uns 10 metros, protegido da vista de pessoas de fora pela platibanda do edifício; na junção deste com um pequeno bar amarrou um cobertor verde-oliva rasgado em tiras, de mais ou menos 20 cm de largura e emendadas, a uma das seteiras do edifício; pelo cobertor desceu à rua, naturalmente tendo observado a ronda da sentinela móvel. Após a descida, teria puxado o cobertor que se rasgou, deixando parte amarrada ao telhado e parte no chão¹²⁸.

Observa-se que, no mesmo período em que Alfredo Daudt esteve preso, servia naquele quartel o então tenente Carlos Lamarca que, posteriormente, em 1969 – já no posto de capitão –, desertou do quartel onde servia, em São Paulo, para se integrar à VPR. Devido ao seu posicionamento político e sua posterior atuação nas ações de guerrilha, no Brasil, tornaram-se correntes algumas afirmações de que este militar teria atuado em favor da fuga de Alfredo Daudt, em dezembro de 1964, como pode ser visto em José e Miranda (2015, 17 ed., p. 42) quando dizem que, Lamarca, “num sábado à noite, escalado como oficial de dia, dispensa o sargento subordinado e promove a fuga do capitão da aeronáutica Alfredo Ribeiro Daudt [...]”, acrescentando (Idem, p. 43) que esse “foi o primeiro gesto de rebeldia aberta contra o Exército Brasileiro e rendeu-lhe um inquérito administrativo, que acabou por dar em nada”.

Sobre isso, Alfredo Júnior enfatiza que seu pai não mantinha contato com Carlos Lamarca na prisão, porque não o conhecia. E acrescenta que, enquanto esteve preso, normalmente o capitão-aviador sofria maus tratos, “a baixo do que deveria ser oferecido a um oficial”, recebendo, por exemplo, a comida em uma lata de goiabada. No entanto, nos dias em

¹²⁸ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85010643_d0001de0001. pdf. CAPA DE ACE. Nº ACE/ANO 10643/85. Relatório. 14 de janeiro de 1965.

que Carlos Lamarca era o responsável pela guarda, Alfredo Daudt percebia que os militares presos por motivos políticos recebiam um tratamento mais humano:

[...] coincidentemente, nessa mesma época em que ele estava na PE [Polícia do Exército], ele notava que nos dias que havia um oficial lá – que era o tenente Lamarca – ele servia pratos normais para eles comerem [...], vamos dizer assim, respeitando a dignidade dos colegas, que eram oficiais que estavam presos ali. O Lamarca sabia quem era o meu pai – claro, ele estava preso lá –, sabia os motivos, ele era um dos guardiões, não é? Mas o meu pai não conhecia o Lamarca. [...]. O pai nunca tinha ouvido falar, nem conhecia. Isso ele, meu pai, disse para mim: ‘Não. Nunca. Não tinha ideia. Eu só notava isso, que o cara era um cara mais legal, ele respeitava a nossa dignidade. Tratava com dignidade’. Via que ele era um cara que estava cumprindo ordens ali¹²⁹.

Nessa perspectiva, Alfredo Júnior afirma que os boatos, posteriormente espalhados pelos órgãos de segurança e pela imprensa, de que Carlos Lamarca e Alfredo Daudt se conheciam e que juntos teriam planejado a fuga, não condiz com a realidade, porque seu pai só tomou conhecimento de quem era o oficial do Exército anos depois, quando este já havia desertado para atuar na luta armada, pela VPR. Por conta disso é que existe, apenas, uma possibilidade de que Lamarca tenha facilitado, de forma indireta, a fuga de Alfredo Daudt, mas nada previamente combinado entre os dois.

Após a fuga da prisão, o oficial da Aeronáutica se exilou no Uruguai, se juntando ao grupo de militares que continuaram articulando novas tentativas de luta armada para derrubar a Ditadura Civil-Militar de SN. Como será visto, em 1966, se uniu ao almirante nacionalista Cândido da Costa Aragão, ajudando a fundar a RAN. No final do ano seguinte, no entanto, Alfredo Daudt retornou ao Brasil e se entregou aos órgãos de segurança brasileiros. Depois de libertado, se engajou, junto aos militares cassados, na luta pela anistia e foi um dos fundadores do PDT.

3.2.3 A Operação Três Passos

Entre os militares exilados no Uruguai, e ligados a Brizola, estava o coronel do Exército, Jefferson Cardim de Alencar Osório. No momento em que ocorreu o Golpe Civil-Militar de 1964, este oficial já estava residindo em Montevidéu, pois, durante o Governo de João Goulart, prestava serviços como diretor-técnico de uma companhia estatal brasileira. Jefferson Cardim tinha ligações com o PCB e nos anos anteriores ao Golpe atuou, ativamente, junto com os militares nacionalistas na defesa da exploração dos recursos naturais brasileiros

¹²⁹ Entrevista concedida ao autor, em Porto Alegre, em 31.10.2019.

e da ordem constitucional, fazendo parte da Campanha da Legalidade, em 1961. Por conta disso, tal como os demais militares contrários a DSN, foi perseguido, sendo preso naquele ano.

Devido ao seu engajamento para garantir a posse de João Goulart, se tornou um dos militares de confiança do Presidente. Sobre isso, José Wilson da Silva, observa que Jefferson Cardim “saiu coronel no Governo do Jango. Como o alto comando das Forças Armadas não admitia dar um comando de tropa para ele, então o Jango deu a assessoria militar [...], do Loyde para ele, em Montevideu – porque é coronel e aí ia ter que pegar uma chefia”¹³⁰. Desta forma, quando os líderes políticos se exilaram no Uruguai, juntamente com outros civis e militares, Jefferson Cardim se uniu ao grupo de Brizola para ajudar no planejamento de um movimento armado que tinha por objetivo restaurar a democracia no Brasil. Esteve ligado, portanto, a primeira tentativa de levante armado prevista para ser desencadeada ainda em 1964.

O desenvolvimento desse projeto, porém, gerou divergências no grupo de exilados, o que resultou no afastamento de Jefferson Cardim e Brizola. Segundo José Wilson, apesar de Cardim ser um militar importante para o desencadeamento da luta armada no Brasil – tido como um homem “valente e autêntico” –, tinha como defeito não saber guardar segredo¹³¹. Corroborando com esta afirmação, Bandeira (2010, 8 ed., p. 372) acrescenta que o fato de Jefferson Cardim ser casado com Rosa Lopetegui, irmã de um oficial da ativa do Exército Uruguaio, gerava a desconfiança de que, por meio dela, as informações dos planos de luta armada pudessem chegar ao conhecimento do Governo Brasileiro. Em função disso, Jefferson Cardim não ficava sabendo dos detalhes dos planos articulados por Brizola, também ficando de fora das conversas restritas do grupo de João Goulart¹³². José Wilson acrescenta que isto causava grande descontentamento no coronel, que reclamava o fato de ele, no posto de coronel, não ter conhecimento de informações que José Wilson – então tenente – tinha¹³³.

Em entrevista ao *Coojournal*, em 1978, o coronel confirmou esses desentendimentos no Uruguai. Afirmou que Brizola “[...] era o chefe político do movimento” e que após se reunir com o ex-Governador, em julho de 1964, “[...] tudo malogrou porque elementos brizolistas andavam fazendo críticas a minha pessoa. Resolvi me afastar”. No entanto, Jefferson Cardim

¹³⁰ Entrevista concedida ao autor, em Porto Alegre, em 21.05.2019.

¹³¹ *Idem*.

¹³² Após o Golpe de 1964, formaram-se dois grupos no exílio: um em torno de João Goulart e outro em torno de Leonel Brizola. No grupo de Jango, estavam aquelas pessoas que acreditavam em uma solução pacífica para a restauração da democracia no Brasil. Já do grupo de Brizola, faziam parte civis e, principalmente, militares, que defendiam a derrubada da Ditadura por via das armas (BANDEIRA, 2010, 8 ed; SILVA, 2011, 4 ed.).

¹³³ Entrevista concedida ao autor, em Porto Alegre, em 21.05.2019.

também afirma que alguns meses após o desentendimento que teve com Brizola, os dois retomaram os contatos para planejar um movimento armado que deveria ser iniciado no Rio Grande do Sul, com o apoio de unidades militares espalhadas pelo estado.

Segundo Jefferson Cardim: “Ele [Brizola] falou que precisava muito falar comigo [...]. Resolvi ir ao seu apartamento e ele me fez a colocação: Jefferson, preciso muito de você porque eu estou vendo que os elementos que disponho não são suficientes e você é um homem de lutas”. Leonel Brizola teria se encontrado com o coronel mais duas ou três vezes, deixando claro ao coronel que este ficaria encarregado de iniciar o movimento armado antes de o Golpe completar um ano¹³⁴.

A respeito dessas afirmações, destaca-se que o apoio dado, por Leonel Brizola, às ações do Movimento, que ficou conhecido como a “Guerrilha de Três Passos”, é ainda um ponto controverso. Tal Movimento, iniciado na madrugada de 26 de março de 1965, foi liderado por Jefferson Cardim e o sargento da Brigada Militar, Alberi Vieira dos Santos¹³⁵, ambos exilados no Uruguai. Inicialmente, Jefferson Cardim e Alberi Vieira organizaram, em Campo Novo, município do Rio Grande do Sul, o grupo de 23 pessoas, entre civis e militares¹³⁶, que partiram em um caminhão para Três Passos e Tenente Portela, todas localizadas na Região Noroeste do Rio Grande do Sul, no Alto Uruguai. Após dominar estas duas cidades, o grupo seguiu em direção ao estado do Mato Grosso, onde, de acordo com Maciel (2013, p. 79), planejavam “tomar a Base Aérea de Campo Grande para se juntar às forças sob o comando do ex-coronel da Aeronáutica, Emanuel Nicoll”, na expectativa de que houvesse adesões ao longo do caminho.

Jefferson Cardim acusou Brizola de ter abandonado o grupo nos últimos instantes, quando já estavam na Região onde iniciariam as ações armadas. Sobre isso, afirma que “a traição dele foi ter mandado iniciar o movimento e depois ter-se arrependido e não colocar o plano em execução. Não sei por que, pois ele dizia que estava tudo cem por cento. [...]. Ele se

¹³⁴ Arquivo da Universidade do Vale dos Sinos. Serviço Nacional de Informações (SNI). ARS_ACE_012_79-min.pdf. Atuação do Coojournal de Porto Alegre/RS. Depoimentos de elementos comunistas. 22 de dezembro de 1978, p. 21.

¹³⁵ De acordo com o ex-militante da VPR, João Carlos Bona Garcia, em entrevista concedida a um jornal, Alberi Vieira desertou da Brigada Militar após o Golpe Civil-Militar de 1964 e era identificado com as ideias trabalhistas. Na prisão, onde ficou até 1973, foi cooptado pelos agentes da repressão para atuar como infiltrado nas organizações de esquerda armada. Por conta disso, Alberi Vieira foi o responsável pela morte de seis militantes da VPR, após ter armado uma emboscada no Paraná, em 1973. Em 1979, foi encontrado morto, com indícios de “queima de arquivo”, praticada pela Ditadura. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/ALTINO ESTANISLAU DE SOUZA. 25 de julho de 2002.

¹³⁶ Além de Jefferson Cardim e Alberi Vieira, também fazia parte do grupo de militares exilados, o sargento do Exército, Firmo Chaves. Este era militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

omitiu”¹³⁷. Além disso, vale destacar que, no Diário de Jefferson Cardim, em meio às suas anotações, feitas na época da travessia da fronteira do Uruguai com o Brasil, fica subentendido que Brizola teria participado da elaboração das ações organizadas por seu grupo¹³⁸.

Porém, de acordo com José Wilson da Silva, as movimentações do grupo do coronel teriam ocorrido de forma independente, devido ao crescente descontentamento com as atitudes de Leonel Brizola, assim como pela ansiedade em desencadear a luta armada no Brasil. Por essas razões, o dinheiro que financiou o grupo de Jefferson Cardim teria vindo de outras lideranças políticas, como Darcy Ribeiro e Neiva Rocha. Em depoimento cedido ao jornalista José Caldas da Costa (2007, p. 311), Paulo Schilling corrobora essa informação, afirmando que aquela ação foi uma “loucura”, pois “pegaram um caminhão, encheram de gente e resolveram fazer a revolução [...]”, acrescentando que “o Jefferson ficou com ódio total de nós e resolveu se vingar. Foi logo preso e disse, em seu depoimento, que eu, o Brizola e o [coronel] Dagoberto é que o havíamos mandado fazer aquilo”.

Independentemente de quem tenha dado a ordem para o desencadeamento do movimento armado, o fato é que, nos meses anteriores, Alberi Vieira dos Santos fez articulações com civis e militares cassados e da ativa, no Brasil. Procurava arregimentar pessoas para um movimento armado que estava sendo preparado pelo grupo de Leonel Brizola, no Uruguai. No IPM sobre a Operação Três Passos, consta que o sargento da Brigada Militar teria feito ao menos oito viagens clandestinas do Uruguai para o Rio Grande do Sul, em nove meses, mantendo contato com pessoas de pelo menos vinte cidades, entre elas, Porto Alegre, Santa Maria, Cruz Alta, Santo Ângelo e Passo Fundo, onde se encontrou com antigos colegas de Corporação¹³⁹. Alberi Vieira era um dos chamados ‘pombos correios’ de Brizola, levando informações do Uruguai para o Brasil e vice-versa. Outro importante elemento de ligação dos exilados com militares no Brasil era o deputado estadual cassado, Beno Orlando Burmann, do PTB.

Um dos contatos de Alberi Vieira foi com o cabo da Brigada Militar, João Carlos da Paixão. Conhecido também como “mineiro”, este militar era filiado ao PTB e serviu no 2º

¹³⁷ Arquivo da Universidade do Vale dos Sinos. Serviço Nacional de Informações (SNI). ARS_ACE_012_79-min.pdf. Atuação do Coojournal de Porto Alegre/RS. Depoimentos de elementos comunistas. 22 de dezembro de 1978, p. 21.

¹³⁸ DIÁRIO do Coronel Jefferson Cardim. Documentos Revelados. Disponível em: <<https://www.documentosrevelados.com.br/repressao/finalmente-revelado-o-diario-do-coronel-jefferson-cardin-lider-da-guerrilha-dos-dentes-de-ouro/>> Acesso em: 15 jun. 2018.

¹³⁹ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85012433_d0001de0002. pdf. CAPA DE ACE. Nº ACE/ANO 12433/85. Inquérito Policial Militar sobre a Emboscada Armada Jefferson. 20 de agosto de 1965.

Batalhão de Polícia (BP) de Passo Fundo, onde ficou preso por trinta dias, em decorrência do Golpe Civil-Militar de 1964. No entanto, foi mantido no serviço ativo, posteriormente, sendo transferido para outros municípios, quando em 1966 foi preso novamente, por aproximadamente trinta dias, em função de sua ligação com a Operação Três Passos. João Carlos recebeu Alberi Vieira em sua residência e forneceu informações sobre “a guarda da Unidade [de Passo Fundo], disciplina e o armamento existente e sua localização”. Após ser libertado, João Carlos foi expulso da Brigada Militar e passou a sofrer perseguições, sendo impossibilitado de conseguir emprego¹⁴⁰.

Apesar da série de viagens feitas por Alberi Vieira, no Rio Grande do Sul, bem como dos contatos mantidos com militares do Exército e, principalmente, da Brigada Militar, a tentativa de levante não teve a adesão esperada, mesmo por parte dos policiais militares. Todavia, observa-se que estes últimos foram, ao menos, coniventes com as ações do grupo. Conforme consta no IPM, o sargento Catarino Maire, do destacamento de Três Passos, quando informado das ações armadas na cidade, teria percorrido mais de sete quilômetros “dentro da cidade [...], sem tomar qualquer providência para observar ou reconhecer o grupo assaltante [...]. Não reagrupou os seus comandados para qualquer providência agressiva contra o grupo [...]”.

O mesmo pode ser notado com relação ao sargento José Cândido da Silva, quando se dirigiu à Rádio Difusora – onde estava o grupo armado – e, segundo depoimento de Alberi Vieira, teria “feito causa comum” com os mesmos. Não apenas os policiais militares de Três Passos e Tenente Portela foram acusados de omissão ou conivência com os participantes da Operação Três Passos, mas, também, aqueles que serviam em guarnições de outras regiões do Rio Grande do Sul. Em certo trecho, o responsável pelo Inquérito conclui que:

Alberi pôde transitar quasi que livremente pelo RGSul, graças à displicência de muitos dos nossos homens, que, numa inércia conivente, não agiam, não tomavam iniciativa, não cumpriam, enfim, com seus deveres policiais-militares ativos e vigilantes na manutenção da ordem pública, retirando de circulação os agentes subversivos/ que procuravam perturbá-la¹⁴¹.

Corroborava com isso o caso do soldado trabalhista Obaldo Pinto Vieira, que servia no destacamento de Santo Ângelo e hospedou em sua residência Alberi Vieira. Por “não ter

¹⁴⁰ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/JOÃO CARLOS DA PAIXÃO. 20 de agosto de 1998.

¹⁴¹ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85012433_d0001de0002. pdf. CAPA DE ACE. Nº ACE/ANO 12433/85. Inquérito Policial Militar sobre a Emboscada Armada Jefferson. 20 de agosto de 1965.

tomado nenhuma providência, nem comunicado as autoridades ou aos seus superiores a presença do Ex-Sgt Alberi [...]” o soldado foi preso em 18 de maio de 1965 e, posteriormente, expulso da Brigada Militar, com a justificativa de que não tinha “condições morais” para continuar servindo na Corporação. Na prisão sofreu tortura psicológica, sendo ameaçado de fuzilamento¹⁴². Observa-se neste caso que, apesar de filiado ao PTB, o soldado não foi expulso da Brigada Militar logo após o Golpe Civil-Militar de 1964. Foi um dos militares do serviço ativo que colaborou com os movimentos armados.

Mapa 3 – Municípios envolvidos na Operação Três Passos



Fonte: DIVISÃO Municipal – 2013. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/midia/imagem/muni-2013-1>> Acesso em: 17 mar. 2020. Mapa adaptado pelo autor.

	Três Passos
	Tenente Portela
	Campo Novo
	Santo Ângelo
	Passo Fundo
	Santa Maria

¹⁴² Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/OBALDO PINTO VIEIRA. 23 de setembro de 2002.

De Tenente Portela, o grupo rumou para o Norte, sendo surpreendido pelas tropas do Exército, nas proximidades de Capitão Leônidas Marques, já no estado do Paraná¹⁴³. Após uma troca de tiros, em que foi morto um sargento do Exército¹⁴⁴, o grupo acabou se desarticulando, com a prisão de seus integrantes, entre os quais os líderes da Operação Três Passos¹⁴⁵. Todos foram levados, inicialmente, para o quartel general do Exército, em Aparecidinha do Oeste e, em seguida, para o Pelotão de Fronteira, em Foz do Iguaçu, onde foram recebidos com espancamentos e submetidos a uma série de humilhações. Neste quartel, ficaram presos por cinquenta dias. Em depoimento a Teobaldo Branco (2008, p. 98), Valdetar Antônio Dorneles – integrante civil do grupo – acrescenta que todos foram sistematicamente torturados. Sobre isso diz que:

Naquela prisão, a cada momento, na madrugada, era retirado um prisioneiro e levado para um calabouço, numa sala sombria e úmida [...]; devia ser oculta da vista do conhecimento público, onde a equipe de torturadores realizava as investigações. Para esse serviço havia três equipes de torturadores, quando uma cansava, a outra continuava, e assim ia até o amanhecer. Um dia eu entrei às 10 horas da noite e sai às 4 da manhã.

O mesmo ocorreu com o coronel Jefferson Cardim, o qual, em reportagem ao *Coojornal*, relata que, no caminho para Foz do Iguaçu, foi espancado e humilhado. Na prisão, também foi torturado pelos militares, sendo amarrado na cela “com os braços erguidos e os pés suspensos”. Acrescenta ainda que, nas sessões de torturas, era forçado a envolver políticos que sequer conhecia. Posteriormente, o oficial foi condenado pelo Superior Tribunal Militar (STM) a dez anos de prisão¹⁴⁶. Em 1968, Jefferson Cardim, que se encontrava preso no 5º Regimento de Obuses (5º RO), em Curitiba, estabeleceu contato com um militar da ativa que se posicionava contra a Ditadura.

Conforme Jefferson Lopetegui de Alencar Osório – filho do coronel –, ao entrar em contato com seu pai, foi informado que ele “estava tendo um relacionamento muito bom com um cabo desse quartel, chamado Victor e que esse cabo tinha tendências socialistas e que estava querendo ajudá-lo”. Com o apoio deste militar, de seu filho e do major do Exército,

¹⁴³ Os detalhes do trajeto feito pelo grupo podem ser vistos na Ilustração do anexo ‘C’.

¹⁴⁴ Jefferson Cardim foi responsabilizado pela morte do militar. No entanto, posteriormente, ficou comprovado que este foi atingido pelos militares que atiravam contra o grupo de Três Passos.

¹⁴⁵ Vale destacar que, em homenagem às ações lideradas por Jefferson Cardim, foi fundado, em 1966, o Movimento Revolucionário 26 de Março (MR-26) que, segundo Maciel (2009, p. 115), “teria sido fundado sob a orientação de Adamastor Bonilha”. Este teve participação ativa na Operação Três Passos ao lado de Jefferson Cardim e Alberi Vieira e, de acordo com José Wilson da Silva (2011, ed. 4, p. 177), era militante do PCdoB.

¹⁴⁶ Arquivo da Universidade do Vale dos Sinos. Serviço Nacional de Informações (SNI). ARS_ACE_012_79-min.pdf. Atuação do Coojornal de Porto Alegre/RS. Depoimentos de elementos comunistas. 22 de dezembro de 1978.

Joaquim Pires Cerveira, Jefferson Cardim conseguiu articular um plano e fugir da prisão. Após sua fuga, no final de 1968, procurou a Embaixada do México, no Rio de Janeiro, que aceitou o seu pedido de asilo político¹⁴⁷. Depois de já estar em território mexicano, o coronel fez viagens a outros países, com o objetivo de dar continuidade à luta armada no Brasil. Em 1970, foi preso novamente, quando estava na Argentina, sendo libertado em 1977.

Vale destacar que outras pessoas foram presas no Rio Grande do Sul, acusadas de cooperação com a Operação Três Passos. Se em alguns casos realmente participaram, mesmo que de forma indireta, em outros essa participação foi inexistente. Observa-se o caso do sargento da reserva Valdemar Nascimento dos Santos, que na época dos acontecimentos era soldado e identificado com as ideias trabalhistas, servindo no Primeiro Pelotão de Santo Ângelo, do Segundo Esquadrão do Primeiro Regimento de Polícia Montada de Santa Maria (1º Pel./2º Esqd./1º RP Mont.). Este militar e outros seis colegas foram presos e levados para o Primeiro Regimento de Polícia Rural de Santa Maria (1º RPR), onde foram torturados pelo coronel Orlando Pacheco. De acordo com Valdemar Nascimento, ele e seus colegas foram pressionados para confessar participação nos Grupos de Onze e na tentativa de levante liderada por Jefferson Cardim e Alberi Vieira¹⁴⁸.

Em situação semelhante, o tenente reformado – na época sargento e filiado ao PTB – Helio Lautert, afirma que, após ser preso, em 2 de abril de 1965, em interrogatório feito pelo coronel Orlando Pacheco e o major Jesus Linhares Guimarães – ambos da Brigada Militar –, bem como pelo coronel do Exército, Geraldo Alvarenga Navarro, sofreu torturas físicas e psicológicas, com ameaças a sua família. Era retirado do quartel da Brigada Militar e entregue a uma patrulha do Exército, a qual o conduzia até o lugar dos interrogatórios. Sendo chamado de “traidor”, por ser trabalhista, o militar acrescenta que “era comum receber pancadas nas costas com a coronha de um fuzil” e que, por várias vezes, recebeu “choque elétrico nos órgãos genitais”, entre outras sevícias. Por conta disso, ficou com sequelas físicas e psicológicas no decorrer de sua vida, sendo, também, expulso da Brigada Militar¹⁴⁹.

Em síntese, a origem da Operação Três Passos não diferiu das demais tentativas de luta armada planejadas no Uruguai pelo grupo de militares próximos de Leonel Brizola, pois seguiu a estratégia de movimentos insurrecionais, com a tomada de quartéis. No entanto, tudo indica que, apesar das semelhanças e dos contatos feitos pelo grupo, no Rio Grande do Sul, a

¹⁴⁷ OSÓRIO, Jefferson. Depoimento prestado à CNV em 16 de janeiro de 2013, no Rio de Janeiro.

¹⁴⁸ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/VALDEMAR NASCIMENTO DOS SANTOS. 09 de setembro de 2003.

¹⁴⁹ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/HELIO LAUTERT. 09 de julho de 1998.

Operação Três Passos não tenha contado com a participação de Leonel Brizola e os demais militares trabalhistas exilados no Uruguai.

Como observa Chagas (2007, p. 60), se o grupo de Jefferson Cardim agiu de forma autônoma – o que é mais provável –, “o fato é que os protagonistas do evento histórico estavam intimamente ligados ao ex-governador gaúcho”. A afirmação de Jefferson Cardim, de que teria atuado em nome de Leonel Brizola, pelo menos evidencia que o coronel tinha consciência da confiança que civis e militares depositavam no líder político para derrubar a Ditadura Civil-Militar de SN e que esperava a adesão do ex-Governador e dos demais militares exilados no Uruguai, caso houvesse sucesso na Operação.

3.2.4 Victor de Souza Couto e a Força Armada de Libertação Nacional (FALN)

Na pesquisa realizada no acervo da Comissão Especial de Indenização do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, encontrou-se o processo do cabo reformado, da Brigada Militar, Victor de Souza Couto. Natural de Santa Maria e filiado ao PTB, este militar foi expulso da Corporação, em outubro de 1964, e se uniu a alguns dos militares engajados nas primeiras tentativas de luta armada contra a Ditadura Civil-Militar de SN recém-instaurada. O diferencial de seu processo indenizatório, em relação aos demais pesquisados, é o relato da existência de uma organização denominada FALN, a qual comandou.

Victor Couto afirma que tomou a iniciativa de formar a Organização, porque foi impedido de conseguir emprego no meio civil, ficando, assim, sem alternativas. Após receber ajuda de seu pai o militar montou uma sapataria, em Santa Maria, o que, no entanto, não foi o suficiente para o sustento de sua família. Sobre isso, justifica que, “a revolta pela família e pelos filhos me consumia” e “a fome, as necessidades e as privações continuavam a empurrar-me para a luta subterrânea e subversiva”. Sem informar o período exato que iniciou os contatos para formar a Organização – ao que tudo indica no início de 1965 – o então soldado da Brigada Militar se ligou ao também brigadiano Alberi Vieira dos Santos e a algumas pessoas, descritas como “nacionalistas”, de Júlio de Castilhos, no Rio Grande do Sul, e de Anápolis, em Goiás. Por meio do subcomandante da Organização, Milton Pohlmann, também conseguiu o apoio de militantes da Frente Socialista Boliviana (FSB).

Segundo o brigadiano, a ação ocorrida na Região do Alto Uruguai, em Três Passos e Tenente Portela, em março de 1965, teve o apoio da Organização, após o sargento Alberi Vieira dos Santos ter lhe comunicado “não poder conter mais seus comandados” que queriam “ir para a luta”. Isso seria, portanto, mais um indício de que a Operação Três Passos não foi

planejada pelo grupo de exilados liderado por Leonel Brizola. Victor Couto teria aconselhado o sargento para que o grupo atuasse na região pantanosa do Paraná com Mato Grosso, depois de se desfazerem, de maneira rápida e definitiva, do caminhão que seria usado. Feito isso, deveriam esperar “até fechar contato com os demais grupos”. Além disso, Victor Couto teria recomendado que o comando da ação ficasse com Alberi Vieira e não com o coronel do Exército, Jefferson Cardim de Alencar Osório, pois este não tinha pleno conhecimento da área onde atuariam.

Observa-se que Victor Couto acrescenta – de forma sucinta, em meio às informações sobre a Operação Três Passos –, que também prestou apoio à implantação da Guerrilha de Caparaó, enviando armas para aquela região. No entanto, algumas ponderações devem ser feitas quanto a isso, pois conforme Costa (2007) e Chagas (2007), a mobilização do grupo de militares ligados a Leonel Brizola, para a implantação da guerrilha, só foi iniciada após o fracasso da última tentativa de levante que, como será visto na sequência, ocorreu nos primeiros meses de 1966. Em meados daquele ano as armas que seriam usadas no levante de Porto Alegre – e que estavam escondidas na região – começaram a ser transportadas para Caparaó, onde as atividades se iniciaram em novembro.

Desta forma, depreende-se que o brigadiano não participou de tais mobilizações, uma vez que, naquele mesmo período, esteve preso. No final de janeiro de 1966, Victor Couto foi preso após uma intensa troca de tiros com a Brigada Militar, quando estava em sua residência, na Rua Benjamin Constant, em Santa Maria¹⁵⁰. De fato, foi apreendida grande quantidade de material, entre armas, munições, roupas e distintivos da FALN, conforme documentação encontrada no acervo do SIAN, referente ao seu depoimento prestado no quartel da Brigada Militar, logo após a prisão, em 29 de janeiro¹⁵¹, e ao seu histórico de atividades¹⁵². É possível que o militar tenha ajudado no fornecimento de armas para o levante que seria iniciado em Porto Alegre, no início daquele ano, e que as mesmas, posteriormente, tenham sido levadas para Caparaó, mas é certo que não teve participação nas mobilizações para a implantação da guerrilha, uma vez que estava preso.

Corroborando com as informações encontradas, quanto a sua prisão e armazenamento de material da Organização, Victor Couto detalha, em seu relatório anexado ao processo

¹⁵⁰ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/VICTOR DE SOUZA COUTO. 10 de agosto de 1998.

¹⁵¹ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). [br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_85012056_d0001de0001.pdf](#). VICTOR DE SOUZA COSTA. TERMO DE PERGUNTAS AO INDICIADO. Santa Maria, 1º de abril de 1966.

¹⁵² Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). [BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85011274_d0001de0001.pdf](#). VICTOR DE SOUZA COUTO. FICHA DE INFORMAÇÃO Nº 0936/AM22-Y6. 13 de outubro de 1971.

indenizatório, que após ser levado para o quartel da Brigada Militar, lá permaneceu detido por cerca de seis meses e sofreu torturas. Em seguida, foi transferido para o 7º Regimento de Infantaria (7º RI) “Gomes Carneiro”, do Exército, localizado na mesma cidade, onde estava preso o militante Milton Pohlmann. O militar relata não ter sofrido torturas nesse local e que, como forma de livrar o companheiro de Organização da prisão, assumiu “total responsabilidade de tudo”, orientando seu advogado a alegar que seu cliente sofria de problemas psicológicos.

Victor Couto foi transferido para o Instituto Psiquiátrico Forense Maurício Cardoso, em Porto Alegre, de onde conseguiu fugir em 16 de setembro de 1966, conforme documentos oficiais do período anexados ao processo. Em seu relato afirma que, após fugir do manicômio, com a ajuda de companheiros que o aguardavam do lado de fora, no período de “um mês aproximadamente”, procurou refazer-se “físico-mentalmente” e entrou em contato com alguns militantes do Movimiento de Liberación Nacional Tupamaros (MLN-T) – dois deles identificados como José Spinosa e Carlos Rodrigues – viajando, em seguida, para Montevideú. No Uruguai afirma ter visitado Leonel Brizola e alguns militares brasileiros também exilados, além de ter frequentado alguns cursos em um instituto chinês e no consulado russo.

Retornando ao Brasil, em julho de 1967, com o nome falso de Felipe Pedro Becker, Victor Couto planejava “minar e explodir o terminal petrolífero” da cidade litorânea de Tramandaí, o que desistiu de por em prática para “não sacrificar ‘inocentes’”. Após isso, o brigadiano tentou desistir da luta armada contra a Ditadura, cuidando de sua vida particular. Porém, em agosto daquele ano, foi preso novamente, em Tramandaí, sendo transferido para Porto Alegre, onde sofreu novas sessões de tortura na sede do DOPS e em quartel da Brigada Militar. Levado, novamente, para o Instituto Psiquiátrico Forense Maurício Cardoso, o militar conseguiu fugir amarrando lençóis às grades da cela em que estava no segundo andar.

Em função de sua segunda prisão, o brigadiano relata que, “reassumi minha revolta e retomo novamente os caminhos da luta clandestina [...]”. Após receber os cuidados do médico Valério Mailinski, na casa da militante identificada como “Luba”, devido às lesões que sofreu na fuga do manicômio, Victor Couto e seus companheiros retornaram ao Uruguai, onde o militar ficou em repouso com a ajuda da militante Tupamaro “Rubia”. Recuperado e com nova identidade falsa – com o nome de “José Aguirre” –, Victor Couto retornou ao Brasil e foi a São Paulo, a fim de estabelecer novos contatos e arregimentar novos militantes para a FALN. Sem fornecer detalhes sobre o período de sua permanência e sobre os contatos que conseguiu na Região Sudeste do País, onde fez “viagens constantes” por São Paulo e Rio de

Janeiro, o militar relata que retornou ao Rio Grande do Sul, pois era de seu conhecimento que estava sendo procurado pelos órgãos de segurança.

Aconselhado por companheiros a se afastar temporariamente das atividades, Victor Couto retornou a Tramandaí, onde estavam morando seus pais, “por que sabia [...] que os mesmos sofriam muito à cada notícia que recebiam ou viam em noticiários”. Nessa cidade o militar foi preso novamente, em 14 de julho de 1969, após denúncia de um vizinho. Enviado ao DOPS e à Brigada Militar de Porto Alegre, Victor Couto foi transferido novamente para o manicômio onde esteve preso anteriormente, sendo libertado por alvará expedido pela Auditoria da Brigada Militar, naquele mesmo ano.

Fora a documentação oficial dos órgãos de segurança, que informam os períodos das prisões e das fugas de Victor de Souza Couto, uma ficha testemunhal e o relato do militar, anexados ao processo administrativo de indenização, não foram encontradas outras referências sobre a atuação da FALN no Rio Grande do Sul. No acervo digitalizado do SIAN, as informações sobre o militar e a Organização por ele comandada também são escassas e pouco elucidativas. Ao que tudo indica, a Organização foi composta por poucas pessoas e prestou apoio às primeiras tentativas de luta armada no estado. Na ficha testemunhal anexada ao processo indenizatório do militar, um ex-militante da AP do Rio Grande do Sul, de nome Gabriel Neves Camargo, relata que, em 1966, alguns militantes de sua Organização foram “sondados por integrantes de um movimento, que se articulava, de resistência armada à ditadura militar, preconizando insurreição e ações de guerrilha”.

O militante da AP “soube que entre os reconhecidos como membros deste pequeno grupo estava ‘um tal de Victor Couto’ [...], que frequentava os grupos simpáticos ao então proscrito líder político Leonel Brizola” e que, segundo informações que tinha de brigadianos ligados à AP, o grupo era formado, basicamente, por “militares expulsos da Brigada Militar e do exército, simpáticos ao líder Político Brizola [...]”. Conforme Gabriel Camargo, as informações repassadas a ele por um oficial da Brigada Militar indicavam que o grupo liderado por Victor Souza “não teria chances”, pois suas ideias eram consideradas radicais, e, além disso, o “clima de exaltação emocional excessiva estaria afastando as [pessoas] mais lúcidas, embora não houvesse perigo de delação”. Nesse sentido, acrescenta que o seu informante “concluía chamando ao grupo por uma expressão vulgar mas em voga na época. Refere-se ao grupo como ‘um grupúsculo de *porra-loucas*’”¹⁵³.

¹⁵³ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/VICTOR DE SOUZA COUTO. 10 de agosto de 1998.

Em pesquisa realizada nos acervos digitalizados do SIAN e do *Projeto Brasil: Nunca Mais*, encontrou-se um processo referente a uma organização denominada Forças Armadas¹⁵⁴ de Libertação Nacional (FALN), que atuou em algumas cidades de São Paulo. Sabendo-se que Victor Couto esteve neste estado, pode-se supor alguma vinculação entre a Organização sul-riograndense e a paulista. No entanto, conforme as informações do processo (BNM 065), a FALN de São Paulo foi criada em Ribeirão Preto por um grupo de pessoas lideras por um dissidente do PCB, de nome Wanderley Caixe, não constando nenhuma referência a Victor de Souza Couto ou a alguma ligação da Organização com o Rio Grande do Sul. Em 1969, a FALN de São Paulo foi desarticulada, com 47 pessoas presas em diversas cidades do interior do estado¹⁵⁵.

3.2.5 O “Plano de Brizola”

Não é simples traçar uma cronologia das tentativas de luta armada organizadas por Leonel Brizola e os militares trabalhistas ligados a ele. Todavia, é certo que, desde meados de 1964, até o início de 1966, foram constantes as articulações feitas pelo grupo de exilados com militares da ativa e em situação clandestina no Rio Grande do Sul, para o desencadeamento de um levante armado. Em 1965, enquanto o grupo do coronel do Exército, Jefferson Cardim de Alencar Osório e do sargento da Brigada Militar, Alberi Vieira dos Santos, iniciava, de forma independente, a Operação Três Passos, no Noroeste do estado rio-grandense, o grupo de Brizola seguia com as articulações. Em seu depoimento, José Wilson da Silva afirma que o Movimento liderado pelo coronel prejudicou uma nova tentativa de levante que vinha sendo articulada pelo ex-Governador e pelos demais militares exilados, pois despertou a atenção dos órgãos de repressão¹⁵⁶.

Como visto anteriormente, Leonel Brizola tinha uma preferência pela estratégia de levantes armados ao invés de “focos” de guerrilhas. Além disso, observa-se que foram constantes as discussões referentes a eventuais articulações com militantes comunistas nessas ações armadas. Em um relatório produzido pelo SNI, em que fica claro o quanto esses militares exilados eram constantemente monitorados, também é possível perceber os debates em torno das articulações com os comunistas. Juntamente com o almirante Cândido da Costa

¹⁵⁴ No plural, diferindo da “Força Armada”, do Rio Grande do Sul.

¹⁵⁵ Acervo virtual do Projeto *Brasil: Nunca Mais* (BNM Digit@1)/Processo (BNM 065), Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/docreader.aspx?bib=BIB_01&PagFis=104361> Acesso em: 10 fev. 2020.

¹⁵⁶ Entrevista concedida ao autor, em Porto Alegre, em 21.05.2019.

Aragão, o capitão-aviador Alfredo Daudt tentou unificar os militares exilados em torno de uma frente única, denominada Movimento de Resistência Militar Nacionalista (MRMN), criada em meados de 1966 e que, conforme Almeida (2014c, p. 18), “no início de dezembro [...] vira Resistência Armada Nacionalista – RAN [...]”.

Nas reuniões desta Organização, defendiam uma articulação com o Movimento Sindical, com os camponeses e estudantes, visando um movimento mais abrangente e melhor organizado. Para isso, entendiam como fundamental a participação de militantes do PCB. No entanto, sentiam “as restrições de BRIZOLA em ligar-se ao MRMN”, pois este entendia “que tal ligação significa submeter-se ao comunismo internacional afastando-o da burguesia brasileira”¹⁵⁷. Essa discordância de Leonel Brizola é confirmada por José Wilson da Silva, quando afirma que em determinado momento, quando planejavam um movimento armado, se desentendeu com o ex-Governador porque este “acreditava muito nos trabalhistas” enquanto que o militar – apesar de também ser trabalhista – “acreditava mais nos comunistas, porque os comunistas geralmente vêm de outras lutas e [...] tem ideologia [...]” enquanto que a massa trabalhista era “muito do *oba-oba*”¹⁵⁸.

Entretanto, durante o exílio no Uruguai, o grupo de Leonel Brizola recebeu uma ajuda em dinheiro – cerca de 500 mil dólares – do Governo de Cuba. Fidel Castro acreditava na liderança do ex-Governador para derrubar a Ditadura Civil-Militar de SN e instalar um governo revolucionário no Brasil. Conforme relata José Wilson da Silva (2011, 4 ed., p. 186), a maior parte desse dinheiro foi usada para o financiamento das tentativas de luta armada empreendidas no Brasil, na compra de armamento, viagens para fazer contatos no País, hospedagens, entre outras despesas¹⁵⁹. O dinheiro também foi utilizado na compra de um bosque de eucaliptos, no Rio Grande do Sul, com o objetivo de “comercializar [lenha], disfarçando o real motivo de reunir um elevado número de homens para ação armada”.

José Wilson acrescenta que por conta da preferência de Leonel Brizola pelos trabalhistas, a quase totalidade das pessoas reunidas na pequena propriedade eram ligadas ao PTB, entre civis e militares das Forças Armadas e da Brigada Militar. A compra e o uso dessa fazenda para o agrupamento de pessoas representou uma série de riscos, sendo, por isso, necessário passar uma aparência de normalidade no que diz respeito às atividades de extração

¹⁵⁷ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). br_dfanbsb_v8_mic_ptr_dti_prt_0226_d0003de0003.pdf. DI PRT 00226. SEC 3. SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. ALFREDO RIBEIRO DAUDT (EX-Cap.).

¹⁵⁸ Entrevista concedida ao autor, em Porto Alegre, em 31.10.2019.

¹⁵⁹ Faz-se a observação que essa quantia correspondeu a uma segunda remessa de dinheiro enviada por Fidel Castro. A primeira remessa, também de 500 mil dólares, foi dividida entre o grupo de Leonel Brizola, João Goulart e Darcy Ribeiro e foi utilizada para prestar apoio aos exilados brasileiros que passavam por dificuldades de sobrevivência. Para mais detalhes ver, *O tenente vermelho*, de José Wilson da Silva (2011).

de madeira, de modo que não despertasse a atenção dos órgãos de segurança. Desta forma, a confiança nas pessoas que para lá se dirigiam era algo fundamental, não apenas para manter em segredo as reais intenções de luta armada, mas também para manter a coesão do grupo. Sobre o motivo para a compra da propriedade e as precauções tomadas, o capitão-reformado detalha que:

A gente estudava, estava permanentemente trocando ideia com gente que ia lá [no Uruguai]: como ter muita gente a mão? Quer dizer: gente de meia ou total confiança. É meio arriscado. [...]. E então a gente estudava como ter um grupo significativo de pessoas em um dia aprazado – em um dia a ser aprazado – e uma das maneiras foi fazer madeira, quer dizer, lenha. Então foi comprado um bosque, aqui para o lado de Montenegro, e estavam selecionando trabalhadores [riso]. Quer dizer, um eucalipto, que podia cortar em um dia, se pudesse, cortasse em três, quatro dias. Ia outro e ia trabalhar, então era uma maneira de ter um grupo de homens. Muitos deles tinham consciência do que seria, mas, alguns, não dava para dizer, porque senão furava. Eu até acho que esses esquemas devem ter furado muito pouco, porque poucas pessoas tomaram conhecimento e o [Alfredo] Daudt era um dos que estava tocando isso¹⁶⁰.

No entanto, nenhum movimento armado partiu da propriedade de eucaliptos. Em 1966, Brizola comandou sua última tentativa de levante, com civis e militares de Porto Alegre e do interior do Rio Grande do Sul. Tal como nas tentativas anteriores, o plano foi descoberto pelos órgãos de segurança, quando se encontrava na fase de preparação. Em março daquele ano, o jornal *Correio do Povo* (Porto Alegre, edição de 08 mar. 1966. p. 1), noticiava que Porto Alegre se tornaria a base intelectual “de um processo revolucionário para a retomada do poder [...]”¹⁶¹. Entre outros detalhes de como se daria a operação, o jornal menciona que várias autoridades civis – incluindo-se o Governador Ildo Meneghetti – e militares seriam assassinadas. Tal informação merece cautela, uma vez que esse jornal estava atrelado à Ditadura e a supervalorização de casos como esses, como forma de estimular a criminalização das pessoas que lutaram contra o terrorismo estatal, era algo corriqueiro.

Conforme IPM, o ex-deputado trabalhista Beno Orlando Burmann foi o encarregado das articulações com os civis, “principalmente da Região das Missões”. Neste caso, também estavam envolvidos Rafael Peres Borges e Ivo dos Santos Amaral, responsáveis por recrutar e organizar trabalhadores da Companhia CARRIS de Porto Alegre. No setor militar, o então tenente José Wilson e o sargento Amadeu Felipe Ferreira foram os encarregados dos contatos com militares que serviam em quartéis da Fronteira. Para um “Plano a parte”, na Aeronáutica, estava novamente encarregado o capitão-aviador Alfredo Daudt. Já na Brigada Militar, a tarefa de arregimentar os militares ficou a cargo do coronel cassado e trabalhista – e ex-chefe

¹⁶⁰ Entrevista concedida ao autor, em Porto Alegre, em 31.10.2019.

¹⁶¹ Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

da Casa Militar do Piratini, durante o Governo de Leonel Brizola –, Atilo Cavalheiro Escobar. Além disso, para a tomada do Palácio Piratini, seriam selecionados militares da ativa de confiança de Atilo Escobar, o que, neste caso, ocorreria sob o comando do tenente João Veremundo Cavalheiro.

Como coordenador do “PLANO” estava o tenente-coronel do Exército, José Lemos de Avellar. Com a sua presença, sucederam-se reuniões, em Porto Alegre, onde ficaram acertados detalhes das “missões” que cada militar assumiria. A tomada de armas do quartel da Brigada Militar e o ataque às unidades do [bairro] Partenon ocorreria sob o comando do coronel Atilo Escobar; o tenente do Exército, Nilo dos Santos Silveira, ficaria encarregado do ataque ao CPORPA¹⁶²; o capitão João Batista Chagas e o tenente Luis Machado – ambos da Brigada Militar – atacariam o 19º RI; Ivo dos Santos Amaral, juntamente com funcionários da CARRIS, atacariam a 6ª Cia PE¹⁶³; o sargento Amadeu Felipe Ferreira comandaria o ataque ao I/18º RI; o tenente José Wilson da Silva ficaria encarregado de atacar o 2º R REC MEC e 2ª CIA MED MNT, do Exército e; por fim, o Batalhão da Brigada Militar da Praia de Belas vigiaria o batalhão vizinho e ocuparia a Praça Marechal Deodoro.

Outros militares participaram das reuniões em Porto Alegre e tinham como “missões” fazer o contato com militares de outras guarnições do Rio Grande do Sul, como Santa Maria, Montenegro e Passo Fundo. Este foi o caso do tenente trabalhista da Brigada Militar, Isko Germer, que participou de reunião no apartamento de João Veremundo e “servia de agente de ligação do Cel ÁTILO para qualquer parte do Estado e fora dele”. Após a reunião, por ordem do coronel, partiu para o Uruguai. Com a descoberta do plano, Isko Germer foi indiciado e considerado foragido pelos órgãos de segurança¹⁶⁴. Também esteve envolvido o capitão de origem paraguaia, Ortiz Morari Abitz, descrito como “elemento muito ativo, brizolista e subversivo da gema” e muito próximo do coronel Atilo Escobar, a quem sempre obedecia a seu comando¹⁶⁵.

¹⁶² Abreviatura para Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Porto Alegre. Este pertencia ao Exército.

¹⁶³ Sexta Companhia de Polícia do Exército.

¹⁶⁴ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85012487_d0001de0001. pdf. CAPA DE ACE. Nº ACE/ANO 12487/85. IPM em Porto Alegre/RS sobre as atividades de brasileiros no Uruguai. 17 de abril de 1966.

¹⁶⁵ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85011324_d0001de0001. pdf. Oficiais subversivos da B.M. 04 de julho de 1966.

Mapa 4 – Municípios envolvidos na última tentativa de levante armado no Rio Grande do Sul



Fonte: DIVISÃO Municipal – 1966. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/midia/imagem/muni-1966> Acesso em: 17 mar. 2020.
Mapa adaptado pelo autor.

	Porto Alegre
	Montenegro
	Passo Fundo
	Santa Maria

Os responsáveis pelo Inquérito fazem a observação quanto às semelhanças que este plano tinha com as tentativas anteriores, citando a Operação Pintassilgo, “o caso Araken”¹⁶⁶ e a Operação Três Passos. Nesse sentido, acrescentam que em todos eles, “LEONEL DE MOURA BRIZOLA, mandaria convulsionar uma área por intermédio de bombardeio ou ataques de surpresa e, então, lançaria ele próprio mão de uma Emissora [de rádio] e levantaria as massas para conquista de seus objetivos [...]”. Em seguida, acrescentam que o tenente José Wilson da Silva propôs a participação de militantes do PCB neste movimento armado, o que não foi aceito pelo tenente-coronel José Lemos de Avellar¹⁶⁷.

De fato, houve uma tentativa de articulação com militantes comunistas, conforme relata José Wilson da Silva (2011, 4 ed., p. 151), em sua autobiografia, quando diz que procurou fazer “novo esquema de trabalho, mais popular”. Dentro disso, “tentando usar mais elementos de esquerda”, manteve “uma conversa com o pessoal do PCB, através do Carlos Avelino [...] tentando uma estrutura mais sólida politicamente, com quadros mais experimentados”. Acrescenta, no entanto, que “infelizmente deu em nada este contato com o PCB” (2011, p. 151). Além disso, como pode ser visto em Costa (2007, p. 21), alguns militares envolvidos também eram militantes do PCB, como Amadeu Felipe Ferreira.

Foi esta tentativa de articulação com os comunistas que levou à descoberta do plano pelos órgãos de segurança. Em outro relatório de IPM, consta que o capitão Wenceslau Ari Sena – após aceitar o convite do coronel Atilo Escobar para fazer parte do levante e de participar de uma reunião no apartamento do tenente Veremundo Cavalheiro –, “recuou de sua posição ao tomar conhecimento, pessoalmente do Cel AVELAR (sic) da participação de elementos comunistas e da forma como ele seria iniciado, o que qualificou de subversivo e terrorista”¹⁶⁸. Este militar denunciou o plano ao comandante do batalhão em que servia, tendo como consequência a prisão de alguns dos militares participantes. Não há informações de que Wenceslau Sena fosse ligado ao PTB. No entanto, em situações anteriores, fica evidente certo

¹⁶⁶ Conforme depoimentos de alguns militares, citados por Costa (2007), na passagem de 1965 para 1966, em meio às articulações para um levante em Porto Alegre, o sargento Araken Vaz Galvão se envolveu em uma briga com sua companheira, sendo atingido por um tiro de arma de fogo. Sua internação no pronto-socorro acabou chamando a atenção da polícia. Em decorrência da sua prisão e da sua companheira, o plano que vinha sendo articulado foi descoberto e, sem maiores prejuízos, teve de ser adiado. Sobre isso, José Wilson da Silva, em entrevista concedida ao autor (Porto Alegre, em 21/05/019), acrescenta que, até aquele momento, vinte e um sargentos já estavam em Porto Alegre, vindos do Rio de Janeiro, para fazer parte do levante. Desse grupo, fazia parte os sargentos Araken Galvão, Manoel Raymundo Soares, Amadeu Felipe Ferreira e Gelcy Rodrigues, todos considerados elementos de confiança do grupo de Brizola.

¹⁶⁷ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85011324_d0001de0001. pdf. Cópia de relatório e solução do IPM procedido pelo Cel ERASMO GONÇALVES DE SOUZA, do QGR/3. 12 de maio de 1966.

¹⁶⁸ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85012487_d0001de0001. pdf. CAPA DE ACE. Nº ACE/ANO 12487/85. IPM em Porto Alegre/RS sobre as atividades de brasileiros no Uruguai. 17 de abril de 1966.

distanciamento de alguns militares trabalhistas com a ideologia comunista, ou mesmo com a ideia de luta armada contra a Ditadura, vista como uma radicalização.

No IPM sobre a Operação Três Passos, observa-se o caso do tenente da reserva da Brigada Militar, Natálio Sanches Fernandes, que “declarou-se anticomunista” e que, “como bom trabalhista”, não abandonou a vida partidária, inclusive visitando a sede do PTB¹⁶⁹. No mesmo Inquérito, observa-se, também, o exemplo do capitão reformado Octavio Thomasi Filho que, após confirmar que era trabalhista e advogado, afirmou não ter participado do movimento liderado por Jefferson Cardim. Acrescentou “que para a [sua] não participação, tem fatos que a justificam, pois exerce uma profissão liberal que só tem validade, num regime onde reine a ordem e o fiel respeito à Lei”. Como consta no próprio IPM, “nada ficou apurado de concreto contra” o capitão reformado¹⁷⁰.

Já em relação ao plano descoberto em março de 1966, todos os civis – incluindo-se o ex-Governador Leonel Brizola – e militares citados foram acusados de crime previsto na Lei de Segurança Nacional (LSN) vigente, tendo prisão decretada¹⁷¹. Com o fracasso da tentativa de levante, Brizola, Paulo Schilling e os militares que defendiam a estratégia do “foco guerrilheiro”, investiram suas forças na chamada Guerrilha de Caparaó, na Região Sudeste do Brasil, por meio do MNR. Com a desarticulação daquela tentativa de “foco guerrilheiro”, pelo aparato repressivo, em abril de 1967, Leonel Brizola desistiu de dar continuidade à luta armada contra a Ditadura Civil-Militar de SN. Isso, no entanto, não significou o fim da luta armada no Brasil, tampouco o término da participação dos militares de esquerda.

¹⁶⁹ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85012433_d0001de0002. pdf. CAPA DE ACE. Nº ACE/ANO 12433/85. Inquérito Policial Militar sobre a Emboscada Armada Jefferson. 20 de agosto de 1965.

¹⁷⁰ Idem.

¹⁷¹ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85011324_d0001de0001. pdf. Cópia de relatório e solução do IPM procedido pelo Cel ERASMO GONÇALVES DE SOUZA, do QGR/3. 12 de maio de 1966.

4 MILITARES TRABALHISTAS E AS ORGANIZAÇÕES DE ESQUERDA ARMADA NO RIO GRANDE DO SUL

Com a desistência de Leonel Brizola em prosseguir com a luta armada no Brasil, alguns militares – entre trabalhistas e não trabalhistas – que fizeram parte dos planos insurrecionais, no Rio Grande do Sul, e da Guerrilha de Caparaó, no Sudeste, passaram a atuar nas organizações armadas de inspiração marxista ativas, no estado, no período de 1969 a 1971. Pesquisando os processos disponíveis nos acervos digitalizados do Projeto *Brasil: Nunca Mais* e do SIAN, constatou-se uma baixa participação desses militares, na segunda fase da luta armada no Rio Grande do Sul.

No caso específico daqueles militares trabalhistas que, sabidamente participaram das tentativas de levantes armados, logo após o Golpe Civil-Militar de 1964, o número chega a apenas dois, ambos da Brigada Militar. Observa-se que outros dois brigadianos também foram identificados, entretanto, não se encontrou registros de participações destes em movimentos anteriores, tampouco se estiveram ligados ao trabalhismo antes de se integrarem às organizações armadas. De qualquer forma, chama a atenção o fato de quatro policiais militares terem se envolvido com a luta armada no Rio Grande do Sul, mesmo depois da edição do AI-5, período de recrudescimento do TDE no Brasil.

Nomes recorrentes nos IPMs referentes aos planos insurrecionais, montados entre 1964 e 1966, já não foram mais encontrados nos processos referentes às organizações armadas que atuaram no estado a partir de 1969. Da mesma forma, com base em levantamento feito no *Catálogo Resistência em Arquivo: Memórias e Histórias da Ditadura no Brasil* e em alguns dos processos administrativos de indenizações, pesquisados do acervo da Comissão Especial de Indenização do APERS, apurou-se que, a maior parte das prisões de militares trabalhistas ocorreu no período compreendido entre o Golpe Civil-Militar de 1964 e 1967, ou seja, período que corresponde às tentativas de levantes articuladas pelos exilados no Uruguai.

Ao analisar os setores sociais envolvidos nos processos judiciais dos arquivos do projeto *Brasil: Nunca Mais*, Chagas (2007), verifica uma participação consideravelmente menor, tanto de civis quanto de militares, no segundo momento da luta armada, no Rio Grande do Sul. Considerando a forte presença “nacional-revolucionária”, na primeira fase da luta armada no estado – em que os militares nacionalistas e trabalhistas foram protagonistas –, e, mesmo, na segunda, o autor (Idem, p. 116), sustenta a tese de que o fracasso daquelas tentativas insurrecionais foi determinante, pois,

[...] quando ocorre a segunda vaga revolucionária no Rio Grande ela já é muito mais uma extensão em solo gaúcho das propostas do eixo Rio-São Paulo, portanto, já não há mais o protagonismo gaúcho como na primeira vaga. Isto porque apresenta uma grande fraqueza não verificável noutros estados, posto que a luta armada gaúcha desencadeada a partir de 1969 nasce sob os escombros da derrota da primeira vaga revolucionária, intento capitaneado e levado a efeito quase exclusivamente pelos gaúchos. De outro modo, afirmamos que o fracasso retumbante da primeira vaga da luta armada gaúcha reforçou a não adesão à segunda vaga revolucionária.

Corroborava com isso o depoimento do capitão reformado José Wilson da Silva, que aponta como um dos motivos de sua desistência – e dos demais militares trabalhistas – em prosseguir com a luta armada, a série de prisões ocorridas após as sucessivas tentativas de levantes e a desarticulação da Guerrilha de Caparaó – do qual ajudou no planejamento. Nesse sentido, acrescenta que cada militar cassado e, principalmente, da ativa, que era descoberto pelos órgãos de segurança, representava o desmonte de uma longa e difícil articulação feita: “[...] porque [...] na clandestinidade, tu levantar um cara em Cruz Alta, que tenha penetração no grupo do quartel, e esse cara tem um valor militar mínimo – vai na pessoa e conversa e vem e vai – até tu montar aquilo ali era uma dificuldade tremenda e a polícia cassando a nossa gente”.

Conforme José Wilson, a desistência de Brizola e dos militares trabalhistas ligados a ele em prosseguir com a luta armada estava diretamente ligada a essa perda de condições. À vista da desarticulação da Guerrilha de Caparaó e da violenta repressão, perceberam que a Ditadura estava consolidada e a pronta resposta que pretendiam dar ao Golpe já não era mais viável. Ligado a isso, o oficial afirma que não pensava na ideia de ingressar em alguma organização de esquerda armada, no Brasil, porque isso colocaria em risco a sua família: “Olha, eu tinha cinco filhos. Eu arriscava todo o pelego, mas eu tinha sempre uma coisa... Eu era um milico perseguido. Eu tinha sempre presente: ‘eu, se tiver que morrer que morrer pelas Forças Armadas, para a mulher buscar a pensão’ – ou coisa parecida”¹⁷².

José Wilson da Silva retornou ao Brasil em 1971, após entrar em contato com o consulado brasileiro, em Montevidéu, e com um delegado do DOPS, evitando, assim, ser preso de surpresa e submetido a torturas. Após passar algumas semanas preso no DOPS de Porto Alegre, onde não foi torturado, o oficial foi transferido para um quartel do Exército, na mesma cidade. Em seguida, foi transferido para Curitiba, onde respondeu processo e foi condenado a dezesseis meses de prisão, sendo novamente transferido para Porto Alegre, onde ficou preso no 12º Regimento Mecanizado. Neste quartel, apesar de não ter sido torturado

¹⁷² Entrevista concedida ao autor, em Porto Alegre, em 31.10.2019.

fisicamente, sofreu maus tratos. Em função disso, fez uma greve de fome e foi transferido para o 19º Regimento de Infantaria, onde recebeu melhor tratamento.

Além da desarticulação do setor militar pelos órgãos de segurança, alicerçada nas práticas de TDE, no Rio Grande do Sul, é possível que a baixa participação de militares trabalhistas evidencie a falta de identificação que tinham com as ideias consideradas mais radicais das organizações marxistas. Como visto, naquelas primeiras tentativas de levantes armados, organizadas no Uruguai, ocorreram alguns casos de militares que discordaram da ideia de uma eventual atuação conjunta com grupos comunistas. Dentro disso, importante lembrar que o próprio Leonel Brizola tinha uma preferência pelos trabalhistas, gerando divergências com alguns militares exilados. Isso reflete as divergências existentes dentro do PTB, quando, por um lado, existiam trabalhistas simpáticos aos marxistas e, por outro, se faziam presentes militantes assumidamente anticomunistas.

Outra possibilidade, que se relaciona com a anterior, está na desistência de Leonel Brizola em prosseguir com a luta armada no Brasil. Muitos dos militares trabalhistas se tornaram próximos do político desde o período em que se tornou Governador do Rio Grande do Sul e liderou a Campanha da Legalidade, em 1961. Observa-se que alguns desses militares se reconheciam como “brizolistas” expressando, assim, a identificação que tinham com as ideias denominadas trabalhistas, tornando sinônimas as duas expressões¹⁷³. Tinham, portanto, a confiança na liderança política exercida por Leonel Brizola e a ausência deste pode ter contribuído para uma falta de perspectiva com o rumo da luta armada contra a Ditadura Civil-Militar de SN, que prosseguiu no País até 1974.

Além do então tenente José Wilson da Silva, o então capitão-aviador Alfredo Ribeiro Daudt também desistiu da ideia de lutar contra a Ditadura pela via das armas. Tal como o oficial do Exército, o oficial da Aeronáutica também desempenhou importantes funções no grupo de militares exilados no Uruguai, visando à restauração da democracia no Brasil. Alfredo Daudt deixou o exílio, no país platino, em outubro de 1967, após intermédio de seu advogado, para se apresentar às autoridades brasileiras¹⁷⁴.

¹⁷³ Pode-se citar, como exemplo, o caso do sargento da Brigada Militar, Valdemar Nascimento dos Santos, que na ficha preenchida com seus dados pessoais, do processo administrativo de indenização, negou ter sido filiado ao PTB ou a qualquer outro partido político, mas fez a observação de que “apenas ideologicamente era Brizolista”. Na sequência, em seu relatório, anexado ao processo, detalhando as perseguições que sofreu após o Golpe Civil-Militar de 1964, o militar acrescentou que: “Devido meus fortes sentimentos nacionalistas, getulista e brizolista, paguei com a carreira sem progresso o preço do idealismo”. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/VALDEMAR NASCIMENTO DOS SANTOS. 09 de setembro de 2003.

¹⁷⁴ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). br_dfanbsb_v8_mic_ptr_dti_prt_0226_d0003de0003.pdf. DI PRT 00226. SEC 3. Presidência da República. Serviço Nacional de Informações. 28 de setembro de 1989.

Conforme relato de Alfredo Júnior, seu pai tomou a decisão de retornar ao Brasil porque o Governo do ditador Artur da Costa e Silva acenou com a possibilidade de conceder anistia àqueles militares que se colocaram contra o Golpe Civil-Militar e que estavam sendo processados. No entanto, o oficial foi novamente preso quando se iniciaram as negociações com o chefe de polícia de Porto Alegre, o coronel Pedro Américo Leal – que era conhecido da família – para regularizar sua situação no País. Como parte das disputas que existiam entre os órgãos de segurança brasileiros, para assegurar investimentos, mostrar efetividade e conseguir autopromoções na carreira, o coronel preparou uma armadilha para prender Alfredo Daudt. Conforme detalha Alfredo Júnior:

Aí quando ele veio para se apresentar – aí já nesse episódio eu estava junto – [...] Estava no apartamento de uma tia minha, na rua Fernando Machado, e saiu o meu tio [...] e eu e nós fomos até a central de polícia, ali na [avenida] Ipiranga, falamos com o chefe de polícia daqui [de Porto Alegre] – que era o coronel Pedro Américo Leal – e o Pedro Américo Leal disse: ‘Mas o teu pai não sabe que sou eu que estou aqui? Diz para ele vim aqui, pô, para se apresentar, vamos formular isso aqui, fazer tudo direitinho’. Eu digo: ‘ah, perfeito’. – ‘Lembra de mim?’. Eu digo: ‘claro que lembro, não é, coronel?’ – pô, lá de Torres, eles se davam tudo – ‘Ok. Então vou lá, vou avisar ele e ele vai vim se apresentar agora a tarde aqui e está tudo certinho’. Aí, quando nós saímos de lá – o tio e eu, em uma Kombi – eu disse: ‘pô, mas tem um monte [...] de preto e branco atrás de nós aí, nos seguindo’. Ele disse: ‘tu está brincando?’. Eu digo: ‘tem’. Os caras estavam nos perseguindo [riso]. [...] Nós entramos na Fernando Machado [...], ele estacionou na frente de casa e disse assim: ‘tá, agora eu vou avisar o teu pai lá em cima, então’ – para ele se mandar. Os caras vieram para prender. [...]. Daí o meu pai desceu abraçado com a minha tia, ele estava com a fisionomia bastante diferente daquela que estava sendo pedido no jornal [...] Porque eram umas fotografias antigas, não é? E ele, já depois [...] desses 3 anos no Uruguai, ele estava com bigode, botou uma peruca, para disfarçar a entrada, até se entregar [...] e desceu com a minha tia o elevador, passou na frente de toda a escolta, que estava para prender ele – os dois abraçadinhos. Só eu, na Kombi, do outro lado, olhando. E tinha um cara em uma viatura – um policial – que tinha sido criado na casa do avô dele. [...]. Foi o único que viu que era ele. Olhou para mim e eu olhei para ele – eu na Kombi e ele na viatura da polícia – ficamos cada um na sua e daí o pai passou ali. [...]. Aí o pai passou com a minha tia e *pimba*, foi lá para [o bairro] Petrópolis – para a casa dele – e chamou o advogado¹⁷⁵.

Após contatar seu advogado, Alfredo Daudt também entrou em contato com a imprensa, para informar que ele estava no Brasil e que estava prestes a se entregar, como uma forma de desfazer a armação montada pelo coronel e manter sua integridade física. Feito isso, o capitão-aviador se dirigiu à delegacia e teve sua prisão decretada, sendo transferido para o Presídio Central de Porto Alegre, onde ficou preso por cerca de 30 dias. Depois de ir a julgamento, Alfredo Daudt foi absolvido e, daquele período em diante, se dedicou a outras

¹⁷⁵ Entrevista concedida ao autor, em Porto Alegre, em 31.10.2019.

atividades para sua sobrevivência e de sua família sem, no entanto, abandonar a militância política e a luta pela redemocratização do País – não mais pela via das armas¹⁷⁶.

Um ponto importante, que está ligado ao retorno do capitão-aviador ao Brasil, diz respeito à descrença que este tinha com a estratégia dos “focos” de guerrilhas defendidas pelas organizações de esquerda armada. Sobre isso, Alfredo Júnior enfatiza que seu pai desencorajava as pessoas que defendiam tal forma de luta, pois, como militar, “tinha consciência *plena e absoluta*” da desproporcionalidade de forças. Nesse sentido, lembra que, “ele dizia: ‘não, isso é uma aventura, é impossível tu ir contra as Forças Armadas Brasileiras, que estão instaladas no País todo e tem uma força muito grande. Isso daí não vai vingar. Não dá certo’”¹⁷⁷ [grifo do autor]. À vista disso, pode-se inferir que a estratégia de luta a ser adotada – se levantes armados ou “focos” de guerrilhas – também pode ter influenciado na desistência de alguns militares trabalhistas em prosseguir com a luta armada no Brasil. Estratégia que, como visto, também não era da preferência de Leonel Brizola.

Vale destacar, ainda, que apesar do protagonismo dos militares nacionalistas e trabalhistas nas tentativas de levantes armados anteriores ao AI-5, também fizeram parte daqueles planos os militares comunistas que, na segunda fase da luta armada no Rio Grande do Sul, continuaram atuantes. Esses foram os casos do capitão reformado do Exército – na época tenente cassado –, Dario Viana dos Reis, que foi filiado ao PCdoB e ao Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) – tendo participado, também, da Guerrilha de Caparaó¹⁷⁸ e do M3G¹⁷⁹ – e do sargento do Exército, Carlos Alberto Telles Frank, que militou pelo PCB e depois atuou pelo MR-26¹⁸⁰. Ambos militares comunistas tiveram uma importante atuação nesse segundo momento da luta armada, no estado.

4.1 BRIGADIANOS NA VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR)

A VPR foi uma das principais organizações de esquerda armada atuantes a partir de 1969, no Rio Grande do Sul. Entretanto, para entender o seu surgimento, no estado, faz-se

¹⁷⁶ Junto com José Wilson da Silva e outros militares cassados, fundou a Associação de Defesa dos Direitos e Pró-Anistia dos Atingidos por Atos Institucionais (AMPLA), criada em julho de 1979, e junto com seu filho ajudou a fundar o PDT, no Rio Grande do Sul, em 1980.

¹⁷⁷ Entrevista concedida ao autor, em Porto Alegre, em 31.10.2019.

¹⁷⁸ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/DARIO VIANA DOS REIS. 04 de junho de 1998.

¹⁷⁹ Acervo virtual do Projeto *Brasil: Nunca Mais* (BNM Digit@l)/Processo (BNM 094), Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&PagFis=160989> Acesso em: 27 jan. 2020.

¹⁸⁰ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/CARLOS ALBERTO TELLES FRANK. 18 de maio de 1998.

necessário retroceder alguns anos, pois essa Organização concentrou uma grande quantidade de militares nacionalistas que participaram das tentativas de insurreição e de guerrilha articuladas no Uruguai, pelo grupo de Leonel Brizola. Nessa perspectiva, Maciel (2009, p. 131), afirma que “a VPR foi a organização que congregou o maior número de militares, num total de 23 militantes” fazendo a observação que “há ainda aqueles que foram processados quando a organização se uniu ao grupo Colina e passou a ser denominada VAR-Palmares; entretanto, eles acompanhariam o grupo que voltou à antiga VPR”. Além disso, destaca que:

A partir de 1968, a VPR espalhar-se-á por vários Estados e sua atuação será marcada por ações espetaculares como as expropriações¹⁸¹ ao Hospital Geral do Exército e ao Quartel General do II Exército em São Paulo. Em 1970, os sequestros do cônsul do Japão, do embaixador da Alemanha e da Suíça libertam 115 presos políticos. Também foi montado um campo de treinamento [de guerrilha] no Vale do Ribeira.

A trajetória desses militares até a formação da VPR, em dezembro de 1968, em Osasco, São Paulo, está ligada a crise provocada dentro da esquerda revolucionária após a vitória do Golpe Civil-Militar de 1964. Até o dia da deposição de João Goulart, os três partidos ou organizações comunistas atuantes no Brasil eram o PCB¹⁸², o PCdoB e a ORM-POLOP. Esta última merece, aqui, uma atenção especial, pois como observa Maciel (Idem, p. 129), “a Polop seria a matriz de onde surgiriam organizações como VPR e Colina”. Desde quando foi criada, por intelectuais, em 1961, a ORM-POLOP fazia críticas ao PCB, quanto ao processo revolucionário, defendendo uma passagem direta para o Socialismo, ou seja, sem nenhuma aliança com a burguesia brasileira.

Como estratégia revolucionária, Sales (2007, p. 32), esclarece que a ORM-POLOP “retomava claramente o modelo bolchevique de revolução e propunha a insurreição de massas liderada pela classe operária como caminho para se chegar ao socialismo”. Para a efetivação desse programa a Organização “apontava a necessidade da criação de um verdadeiro partido operário que aplicasse construtivamente o marxismo [...]”. Além disso, o autor (Idem, p. 34) observa que a atuação da Organização, no momento anterior ao Golpe, era mais teórica do que prática, tendo como preocupação central a preparação revolucionária, por meio de um trabalho de propaganda e organização do proletariado. Nessa perspectiva, acrescenta a

¹⁸¹ Termo utilizado para confisco com fins revolucionários.

¹⁸² Partido que detinha a hegemonia da esquerda brasileira na época e que, como visto anteriormente, defendia, para a Revolução, uma fase intermediária democrático-burguesa, por vias pacíficas. Após o Golpe Civil-Militar de 1964, foi o mais atingido pelas dissidências que deram origem às principais organizações armadas atuantes contra a Ditadura Civil-Militar de SN, como o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), o MR-8, a ALN, entre outras.

inserção que a Organização teve no meio estudantil e entre os militares graduados das Forças Armadas Brasileiras.

No entanto, como observa Gorender (2014, 5 ed., p. 141), logo após o Golpe Civil-Militar de 1964, contraditoriamente ao que defendia a Organização, a teoria do “foco guerrilheiro” – que, como visto, priorizava ações no meio rural sem a necessidade inicial da formação de um partido –, “indicou o atalho que permitia contornar a necessidade do trabalho com as massas e entrar em ação”. Desta forma, passando a defender a estratégia do “foco” de guerrilha rural, os militantes polopistas articularam com soldados, marinheiros, cabos e sargentos das Forças Armadas a preparação de um “foco guerrilheiro” que seria implantado em Minas Gerais. Porém, em julho de 1964, agentes infiltrados do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) estouraram os aparelhos¹⁸³ localizados no bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro, onde se reuniam marinheiros e civis da Organização. O episódio ficou conhecido como a “Guerrilha de Copacabana”.

A desarticulação do grupo de Copacabana e as divergências internas, principalmente com relação à estratégia de luta a ser adotada – se por meio do “foco guerrilheiro” ou a luta operária com a primazia de um partido comunista – acabou provocando, nos anos seguintes, uma série de dissidências na ORM-POLOP. Conforme Gorender (Idem, p. 142), o grupo de estudantes e intelectuais que defendiam o “foquismo” estreitaram as relações com os militares cassados que deixaram “de gravitar em torno do brizolismo”. Com isso, o processo de cisão dentro da Organização se desenvolveu de forma independente nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

O grupo dissidente de Minas Gerais se uniu aos dissidentes dos estados do Rio de Janeiro e a um grupo do Rio Grande do Sul – liderado por Carlos Franklin Paixão Araújo –, dando origem, em 1968, ao COLINA. Na nova Organização, Maciel (2009, p. 134), identificou cinco sargentos: “João Lucas Alves” – brutalmente assassinado na prisão, pelos agentes da repressão do estado mineiro, em março de 1969 –, “Severino Viana Colou, Valdivo de Almeida, Roil de Noronha Soares e José Alves da Silva”. Já no estado de São Paulo os dissidentes “foquistas” da ORM-POLOP se uniram a um grupo de militares cassados das Forças Armadas liderados pelo sargento Onofre Pinto, e a um grupo de operários – que em muitos casos também eram estudantes – de Osasco, resultando na Organização que, no final de 1968, passou a se chamar VPR. Sobre isso, Maciel (Idem, p. 130), diz o seguinte:

¹⁸³ Termo utilizado pelos militantes das organizações de esquerda para denominar os locais, como casas e apartamentos, onde se refugiavam por determinado período de tempo, faziam pequenas reuniões, escondiam armas, dinheiro, materiais de propaganda, entre outras atividades com fins clandestinos.

O grupo [de operários] era refratário às influências do PCB por não terem preparado a reação armada em 1964 e se negarem a fazer essa autocrítica. Acabam se identificando com um grupo de dissidentes da POLOP e militares cassados, do antigo MNR, em grande parte recrutados pelo sargento Onofre Pinto. Contam também com a adesão de um grupo de militares da ativa do 4º RI de Osasco, que no ano seguinte deixariam o quartel numa ação em que levaram uma boa quantidade de armas e munição. Dentre o grupo está aquele que seria a maior expressão da organização, o capitão Lamarca.

Essa Organização tinha como principal característica o que Gorender (2014, 5 ed., p. 147) denomina de um “militarismo extremo”, ou seja, a preferência pelas ações armadas inspiradas na teoria do “foco guerrilheiro”, com atos de expropriações de armas e dinheiro nas cidades, visando à implantação da guerrilha rural, ao invés de um trabalho político junto às massas, nas cidades. Contudo, tal como nas demais organizações armadas do período, também existiram divergências no interior da VPR, quanto à prevalência de uma ou outra forma de luta. Nesse sentido, o autor informa que, em dezembro de 1968, em um Congresso da Organização, realizado no litoral de São Paulo, o grupo liderado pelo professor universitário, João Quartim de Moraes, que defendia uma pausa nas ações armadas – fazendo oposição ao sargento Onofre Pinto, defensor da implantação imediata do “foco guerrilheiro” – , saiu vitorioso, formando-se uma nova direção. Porém,

a composição do Congresso da Praiana não expressava a verdadeira relação de forças na militância, favorável a Onofre Pinto. Este destituiu Quartim da direção e expulsou da VPR, em janeiro de 1969. [...].
Senhor da situação na VPR, Onofre Pinto acelerou a execução do grande plano. Relacionava-se com a conexão do Quarto Regimento de Infantaria, aquartelado em Quitaúna, perto da capital paulista. Ali se aglutinara uma base que reunia o sargento Darcy Rodrigues, o capitão Carlos Lamarca, o cabo José Mariane e o soldado Carlos Roberto Zanirato.

Com a VPR sob o comando de Onofre Pinto, foi posto em prática o plano de expropriação de uma grande quantidade de armas do quartel de Quitaúna. Em 24 de janeiro de 1969, o grupo do capitão Carlos Lamarca desertou, levando do quartel onde serviam um carregamento com 63 fuzis FAL, entre outras armas. Como todas as demais pessoas que ingressaram nas organizações de esquerda armada, os militares do Exército passaram para a vida clandestina, se integrando definitivamente à VPR. Vale destacar que, antes dessas ações, o capitão Carlos Lamarca e o sargento Darcy Rodrigues já prestavam apoio à Organização, fornecendo armas e munições que eram usadas nas ações expropriatórias realizadas em São Paulo, como detalha José e Miranda (2015, 17 ed., p. 62):

Dessa forma, a VPR foi por algum tempo municada de balas, mechas lentas, cápsulas detonantes, além de granadas para servir de modelo, pois à época planejavam partir para a fabricação de armas. Darcy Rodrigues conta que numa só vez chegou a desviar 2 mil balas para municar os FAL expropriados do Hospital do Cambuci. Em muitas ocasiões, o próprio Lamarca se incumbia de levar a munição desviada do quartel, entregando-a a companheiros da VPR.

Apesar da série de ações armadas de grande expressão, realizadas pela VPR, em São Paulo – incluindo-se a deserção do grupo de Carlos Lamarca –, naquele mesmo ano, diversos militantes da Organização foram presos pelos órgãos de segurança, entre eles, o sargento Onofre Pinto. Foi nesse contexto de recrudescimento do TDE, em que todas as organizações de esquerda foram atingidas pelas prisões, torturas e assassinatos de seus militantes, que ocorreu a fusão do COLINA com a VPR, como uma forma de compensar as baixas sofridas por ambas. Sobre isso, Gorender (2014, 5 ed., p. 149), observa que as duas organizações “[...] tinham origem idêntica: dissidentes da POLOP e militares do MNR. Já havia contato entre elas e a ideia da fusão apareceu como a mais indicada”.

A união das duas organizações se concretizou em uma reunião realizada em 1º de julho de 1969, em Mongaguá, litoral de São Paulo. Estava criada, assim, a nova Organização, denominada VAR-Palmares. A união que deu origem a esta Organização durou pouco tempo, pois, mais uma vez, as discussões referentes à priorização do trabalho político junto à classe trabalhadora ou das ações armadas expropriatórias nas cidades, visando à implantação da guerrilha rural, dividiram os militantes. Em setembro foi realizado, em Teresópolis, no Rio de Janeiro, o primeiro Congresso da Organização – com 27 delegados e 10 encarregados dos serviços logísticos – que tinha por objetivo definir seu programa político. De acordo com Gorender (Idem, p. 150):

Com apenas dois meses de existência, vieram à tona as dissensões latentes. A opinião majoritária do congresso recuperou antigas posições da POLOP, que priorizavam o proletariado e as massas e atenuavam a inclinação militarista. Discordaram da opinião majoritária três delegados e quatro integrantes dos serviços logísticos. Ao todo, sete elementos que racharam no congresso e passaram a se reunir em separado no próprio aparelho em que todos se encontravam [...].

O episódio citado ficou conhecido como o “Racha dos Sete” e, conforme Maciel (2009, p. 140), esse grupo era majoritariamente composto por militares – entre eles, o capitão Carlos Lamarca. No entanto, como observa a autora, os militares também continuaram presentes na VAR-Palmares, pois “grande parte dos militares da organização [...] era proveniente da VPR”. A partir de então, as duas organizações passaram a coexistir, com a direção nacional da nova VPR composta por Carlos Lamarca, Maria do Carmo Brito e Jamil

Rodrigues, tendo como prioridade a intensificação das ações armadas no País, visando à implantação da guerrilha rural. Assumindo, portanto, um caráter militarista, a refundada VPR foi rapidamente recebendo novos militantes e se expandindo para outras regiões do País, inclusive o Rio Grande do Sul, onde teve importante atuação.

Ressalta-se que, apesar de ter mantido seu caráter militarista, a refundada VPR passou por uma importante reformulação no que diz respeito à linha programática, baseando-se no trabalho teórico elaborado por Jamil Rodrigues. Nesse sentido, a ideia da passagem direta para o Socialismo deu lugar a uma Revolução dividida em duas etapas, priorizando-se, também, as ações armadas de pequenos grupos táticos nas cidades. Conforme Gorender (2014, 5 ed., p. 152), estes grupos “atuariam sob comando centralizado e colocariam a ditadura sob tensão permanente, através de assaltos, sabotagem e propaganda armada”.

O trabalho junto às massas ficaria para um segundo momento, pois se entendia que não havia condições de fazê-lo, devido à forte repressão que desencadearia¹⁸⁴. Além disso, as ações armadas nas cidades seriam uma forma de desviar a atenção da Ditadura Civil-Militar de SN, enquanto seria preparada a guerrilha rural. Sobre isso, Gorender observa que, assim como as demais organizações armadas brasileiras, influenciadas pela teoria do “foco guerrilheiro” vinham fazendo, na VPR esta ideia também passou por modificações em relação à estratégia supostamente aplicada em Cuba:

[...] Jamil extraiu lições do fracasso, não do foquismo propriamente dito, mas do foquismo ortodoxo de Che Guevara. Começar com um grupo de combatentes isolado na montanha era condenar-se à derrota. Devia-se partir de vários pontos diferentes, com base de apoio preparadas. Militantes fixados nessas bases desenvolveriam um trabalho político com as massas camponesas e esperariam pela reação repressiva para começar a luta guerrilheira em terreno já estudado.

Da mesma forma que as demais organizações de esquerda armada, de inspiração marxista, a VPR também teve um aparecimento tardio no Rio Grande do Sul, quando comparado à Região Sudeste do País. Sobre isso, Chagas (2007, p. 79), informa que “a organização [...] irrompe no Rio Grande do Sul somente a partir do racha da VAR-Palmares em setembro de 1969 quando a Vanguarda Popular Revolucionária é refundada. Antes disso, não se tem registro da existência da organização no estado sulista”. Sua origem remonta a fins de outubro de 1969, quando Félix Silveira da Rosa Neto partiu do estado rio-grandense para São

¹⁸⁴ Ligado a isso, outra importante tese jamilista, incorporada ao documento doutrinário da VPR, referia-se à inclusão das massas marginalizadas – o lumpemproletariado – no processo revolucionário. Sobre isso, José e Miranda (2015, 17 ed., p. 103) acrescentam que essa ideia “pregava uma linha patriótica, dava muita ênfase ao militar, subestimando o papel do povo no processo revolucionário. Queria constituir em exército baseado no lumpesinato, um exército dos excluídos, sem o operariado e os camponeses”.

Paulo, onde se reuniu com os dirigentes da Organização e “[...] embora tivesse declarado falta de condições para dirigir a organização no Sul, ‘Frank’ foi aclamado como a figura chave da futura VPR no Sul do Brasil”.

Se no Sudeste a VPR foi responsável por ações armadas de envergadura, no Rio Grande do Sul não foi diferente. Como observa Chagas (Idem, p. 90), apesar de a Organização clandestina “não ter se constituído na maior organização armada do Rio Grande do Sul é de sua autoria alguns dos lances mais vultosos da luta armada gaúcha”. Isso porque, seguindo com a prática de trocar diplomatas estrangeiros por presos políticos, a VPR comandou a tentativa de sequestro do cônsul dos Estados Unidos, Curtis Carly Cutter, em 5 de abril de 1970, em Porto Alegre, além de diversas ações expropriatórias no estado. A Organização Armada ainda desenvolveu atividades no município de Três Passos, na Região do Alto Uruguai, visando à instalação de um campo de guerrilha próximo da fronteira com a Argentina.

Na busca por possíveis adesões de militares trabalhistas à Organização, no Rio Grande do Sul, encontrou-se o major da reserva da Brigada Militar, Isko Germer, que, quando tenente, foi demitido da Corporação, logo após o Golpe Civil-Militar de 1964. Natural de Indaial – Santa Catarina – seu nome consta em uma lista com outros 94 policiais militares expurgados, divulgada pelo Governo do Rio Grande do Sul, em 7 de outubro daquele ano¹⁸⁵. Conforme pode ser visto em uma ficha de antecedentes do militar, produzida pela DCI de Porto Alegre, Isko Germer teve prisão decretada em junho de 1964, por atitudes que tomou contra o Golpe, enquanto servia no 3º Batalhão de Guardas de Rio Grande, sob a acusação de ter descumprido ordens superiores.

Vale destacar que, no mesmo documento, consta a informação de que em 1962 o brigadiano se matriculou em um curso intitulado “O Marxismo e o Pensamento Social Contemporâneo”, ministrado pelo então militante do PCB, Jacob Gorender, em Porto Alegre. Desta forma, fazem-se duas observações: a primeira, diz respeito à vigilância constante direcionada aos militares de esquerda em período anterior ao Golpe Civil-Militar de 1964 e o uso dessas informações para as posteriores punições, logo após a instauração da Ditadura Civil-Militar de SN. Em outro trecho do documento, consta que Isko Germer foi atingido pelo

¹⁸⁵ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85012300_d0001de0002.pdf. ELEMENTOS ATINGIDOS PELO ATO INSTITUCIONAL. VIII – Oficiais e praças atingidos pelo Ato Institucional – Demissão – Expulsão – Reforma – Atos do Governo. 6 de janeiro de 1966.

AI-1 por “professar ideologia marxista, linha Pekin (sic), *ser agitador e subversivo*”¹⁸⁶ [grifo nosso].

A segunda observação está relacionada ao posicionamento político do militar que, em 1964, também estava cursando o primeiro ano da Faculdade de Filosofia, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Embora não se tenha encontrado informações documentais de filiação ao PTB, Isko Germer era considerado trabalhista por algumas das pessoas que com ele conviveram durante as duas fases da luta armada no Rio Grande do Sul. O capitão reformado José Wilson da Silva afirma que o brigadiano “era militante do PTB, nosso”¹⁸⁷. Já o ex-militante da VPR e companheiro de Isko Germer, na Organização, João Carlos Bona Garcia, define o militar, em seu livro de memórias (1989, 3 ed., p. 65), como “uma figura folclórica” e “Brizolista histórico”.

O próprio policial militar indicou seu alinhamento ideológico, em reportagem ao *Coojornal*, em edição de março de 1978, quando relatou sua condição de perseguido político após o Golpe Civil-Militar de 1964. Assim como os demais militares da Brigada Militar e das Forças Armadas Brasileiras, Isko Germer foi impedido de conseguir emprego após ser expulso da Corporação em que servia. Pai de duas filhas crianças e precisando sustentar sua família, afirma que não teve outra alternativa senão o engajamento na luta armada. Sobre isso, relata o seguinte:

‘Admito que, pelas injustiças sofridas, eu estava ofuscado pelo ódio, mas me haviam tirado tudo. Tinha mais de 30 anos e não entrei na VPR por motivos ideológicos e sim pela sobrevivência. Foi a única opção que me restou, fui empurrado até eles: a Revolução me tornou um terrorista’¹⁸⁸ [grifo nosso].

Observa-se que, como luta armada, o militar entende apenas as suas ações pela VPR. Isso porque, alguns meses após a expulsão da Brigada Militar, em 1964, Isko Germer se exilou no Uruguai e participou das tentativas de levantes armados contra a Ditadura, atuando como pombo correio de Leonel Brizola. Em 1965, foi preso sob a acusação de participação na “Operação Três Passos”¹⁸⁹ que, como visto anteriormente, foi um movimento armado planejado e executado pelo coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório e pelo sargento

¹⁸⁶ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85011651_d0001de0001.pdf. DCI – Divisão Central de Informações. ISKO GERMER – 1º Ten da BM/RS. Cópia de Folha de Antecedentes. 15 de outubro de 1969.

¹⁸⁷ Entrevista concedida ao autor, em Porto Alegre, em 21.05.2019.

¹⁸⁸ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_78110441_an_01_d0001de0001.pdf. Coojornal. Depoimento: Ex-militar conta como se tornou líder terrorista. “O ódio me levou ao terror”. Março de 1978, p. 13-14.

¹⁸⁹ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/ISKO GERMER. 28 de agosto de 1998.

Alberi Vieira dos Santos. Descrito, na ficha da DCI, como “elemento robusto e de temperamento agressivo”, na noite do dia 28 de outubro daquele mesmo ano, Isko Germer conseguiu fugir do 1º Batalhão de Guardas, onde estava preso e incomunicável, rebentando as grades da cela¹⁹⁰.

Em seu depoimento ao *Coojornal*, Isko Germer afirma que, ainda em 1965, foi selecionado por Leonel Brizola para fazer treinamento de guerrilha e sabotagem em Cuba, onde permaneceu por um ano. O oficial relata que, quando retornou ao Uruguai, em 1966, ficou cerca de um mês em um apartamento sem fazer nada, quando então procurou Leonel Brizola e ouviu do político trabalhista sua intenção de desistir da luta armada no Brasil: “Perguntei ao Brizola o que faria e ele me disse que nada mais queria com aquilo tudo, desistia do que estava fazendo. E eu, que antes de sair do Brasil fora pombo-correio do Brizola, levando e trazendo informações, resolvi voltar ao Brasil por minha conta”¹⁹¹.

Observa-se um possível equívoco do militar, quanto à data de seu retorno ao Uruguai, pois conforme documentação do processo (BNM 178), Isko Germer retornou de Cuba em 1967¹⁹². Desta forma, a informação do documento passa a coincidir com o relato do oficial, sobre a conversa que teve com Leonel Brizola, pois foi após o fracasso da Guerrilha de Caparaó, em março daquele ano, que o ex-Governador tomou a decisão de desistir da luta armada no Brasil. De volta ao País, Isko Germer prosseguiu com a ideia de pegar em armas contra a Ditadura Civil-Militar de SN.

Em documento da Subsecretaria de Inteligência da Casa Militar da Presidência da República, anexado ao processo administrativo de indenização requerido pela filha de Isko Germer, consta a breve informação de que além da VPR, o militar também teria atuado pela ALN e pela VAR-Palmares¹⁹³. No entanto, em pesquisas feitas nos acervos digitalizados do Projeto *Brasil: Nunca Mais* e do SIAN, não foram encontradas maiores informações sobre as supostas participações naquelas organizações.

Nada foi encontrado com relação à ALN, mas em um documento produzido pelo III Exército, sobre a atuação da VPR no Rio Grande do Sul, encontrou-se uma informação

¹⁹⁰ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85011651_d0001de0001.pdf. DCI – Divisão Central de Informações. ISKO GERMER – 1º Ten da BM/RS. Cópia de Folha de Antecedentes. 15 de outubro de 1969.

¹⁹¹ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_78110441_an_01_d0001de0001.pdf. *Coojornal*. Depoimento: Ex-militar conta como se tornou líder terrorista. “O ódio me levou ao terror”. Março de 1978, p. 13-14.

¹⁹² Acervo virtual do Projeto *Brasil: Nunca Mais* (BNM Digit@l)/Processo (BNM 178), Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/docreader.aspx?bib=BIB_02&PagFis=103740> Acesso em: 28 jan. 2020.

¹⁹³ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/ISKO GERMER. 28 de agosto de 1998.

sucinta de que “em 1969” Isko Germer “teve vinculações” com a VAR-Palmares, contrabandeando armas para a Organização e utilizando o codinome de “Jacinto”. Ao que tudo indica, Isko Germer teve uma rápida passagem pela Organização, provavelmente no mesmo período em que ocorreu o chamado “Racha dos Sete”, pois as demais documentações encontradas sobre o militar sempre o relacionam com a VPR, Organização em que foi chefe do setor de sabotagens e participou de ações expropriatórias, no Rio Grande do Sul.

No referido documento, constam detalhes de como estava constituída a VPR no estado, que seguia “orientações trazidas pessoalmente ao Rio Grande do Sul por Maria do Carmo Brito, do Comando Nacional e de acôrdo com as instruções contidas no ‘Programa da Vanguarda Popular Revolucionária’ [...]”. Em Porto Alegre, foram montadas duas Unidades de Combate (UC), que tinham por características a facilidade de mobilidade, com alto grau de autonomia tática e autossuficiência, permitindo, assim, a efetuação de missões isoladamente. Além disso, essas unidades possuíam “imprensa, inteligência, com manutenção própria, centralizadas dentro de uma estrutura rígida e subordinadas ao Centralismo da Organização”. Junto às UCs foram constituídos um setor de sabotagens, um setor do interior, um setor operário e a estruturação de uma base médica.

As UCs ficavam, assim, responsáveis pelas ações armadas na cidade, com a primeira delas, identificada apenas como “Unidade de Combate nº 1”, sob o comando de Fernando da Mata Pimentel e a segunda, denominada “Manoel Raimundo Soares” – em homenagem ao sargento do Exército morto pelos agentes do DOPS de Porto Alegre, em 1966 –, sob o comando de Reinholdo Amadeu Klement. Não por acaso, desta UC fez parte o soldado da Brigada Militar, Diógenes Sobrosa de Souza, que também atuou pela VPR de São Paulo junto com o capitão Carlos Lamarca. Dentro da UC, Diógenes Sobrosa chefiou o Setor de Operações, denominado “Célula João Lucas Alves”; em alusão a outro sargento das Forças Armadas morto pelos agentes da repressão¹⁹⁴.

Chefiando o setor de sabotagens da Organização, em 10 de junho de 1970, Isko Germer – usando os codinomes “Frantz” e “Camilo” – participou, com outros quatro militantes, de uma ação expropriatória na agência da Caixa Econômica Federal, localizada no bairro Menino Deus, em Porto Alegre. Já em 1º de dezembro daquele ano, Isko Germer e Marco Antônio Lima Dourado – de codinome “Orlando” –, picharam frases de protesto contra a Ditadura e atearam fogo contra a Sede Náutica do Círculo Militar de Porto Alegre. Por fim,

¹⁹⁴ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84008037_d0002de0002.pdf. MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. VPR no RIO GRANDE DO SUL. 24 de agosto de 1971.

no dia 10, do mesmo mês, o militar também participou de uma ação expropriatória no Banco Itaú América, junto ao Hospital Nossa Senhora da Conceição. Desta ação fizeram parte quatorze militantes da VPR e do MCR¹⁹⁵.

Confirmando essas ações, em entrevista ao *Coojornal*, Isko Germer afirma, novamente, que não tinha a intenção de fazer parte da Organização Armada e que tomou essa decisão mais pela sua sobrevivência do que por convicções ideológicas. Nesse sentido, diz o seguinte: “[...] dos assaltos a banco que pratiquei [...] tirei dinheiro para minha subsistência”, acrescentando que “o desespero e o isolamento me obrigaram a fazer isso. Talvez, se tivesse sido aposentado, e não me tivessem deixado sem condições de sobrevivência, eu não teria entrado na guerrilha”¹⁹⁶.

Apesar da declaração, em outros documentos encontrados pode ser notado o engajamento político do oficial, na Organização. Foi autor de um documento, de uma página, intitulado “Proposição de Planejamento”, datado de 28 de setembro de 1970 e que foi encontrado por agentes dos órgãos de segurança em um aparelho da VPR, no Rio Grande do Sul, e um aparelho do PCBR, na Guanabara. Antes de expor, de forma sucinta, seis proposições que envolviam, entre outras ações, sequestros e atos de sabotagem pelo País, Isko Germer – assinando como “Camilo” – escreve que, “para causar maior impacto ao inimigo, para que a opinião pública endosse a nossa atividade, para que a ditadura saiba que tem em sua frente um inimigo feroz, agressivo e popular, sugerimos o seguinte plano de ação”. As proposições consistiam no seguinte:

- 1 – Construção de uma rede de aps. [aparelhos], em locais adequados, que sirvam de prisão, e que tenham as condições de manter presos, por tempo indeterminado, a quem quer que seja.
- 2 – Planificação e execução de sequestros de elementos que estão em dívida com o povo, tais como: ex-governadores, militares da reserva que no passado implantaram e cooperaram com a ditadura, ex-ministros de estado, políticos corruptos, etc. Do ponto de vista militar estas ações são bem mais fáceis de serem realizadas do que figuras da política atual.
- 3 – A elaboração de sequestros de importante diplomata estrangeiro dando preferência ao americano, exigindo como troca a cassação de todos os direitos políticos dos elementos envolvidos na negociata da fazenda Santa Rita, conseguindo desta forma, mesmo não sendo atendido, provar, perante a opinião do povo brasileiro e mundial, que estamos combatendo um regime corrupto e que está voltado apenas para os interesses da burguesia.

¹⁹⁵ Acervo virtual do Projeto *Brasil: Nunca Mais* (BNM Digit@1)/Processo (BNM 178), Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/docreader.aspx?bib=BIB_02&PagFis=103740> Acesso em: 28 jan. 2020.

¹⁹⁶ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_78110441_an_01_d0001de0001.pdf. *Coojornal*. Depoimento: Ex-militar conta como se tornou líder terrorista. “O ódio me levou ao terror”. Março de 1978, p. 13-14.

4 – Dar maior apoio ao elemento encarregado do logístico, principalmente no que diz respeito à confecção de explosivos [...], para levar à cabo operações de sabotagem contra objetivos norte-americanos e de estrangulamento da economia nacional.

5 – Estender a ação de sabotagem aos principais portos, afundando navios, visando, desta forma, causar maiores danos ao inimigo (materiais e morais).

6 – Planificar e executar uma ofensiva geral, em termos nacionais em datas aproximadas, para demonstrar e fazer sentir a nossa presença constantemente e que nossa atividade é irreversível até alcançarmos a vitória¹⁹⁷.

Nota-se que as propostas, contidas no documento, seguem o caráter militarista da VPR, com ações de guerrilha urbana visando o desgaste da Ditadura Civil-Militar de SN. Dentro disso, observa-se, também, a persistência na ideia de sequestros de diplomatas, mesmo após a tentativa frustrada de sequestro do cônsul estadunidense, ocorrida alguns meses antes, em Porto Alegre, fato que é considerado um “divisor de águas” nos rumos da luta armada no Rio Grande do Sul, em função do aumento da violência estatal que provocou. Essa ação foi planejada pela VPR e contou com o apoio da Organização MR-26. No entanto, não teve o desfecho esperado, pois quando o carro em que estavam Félix Silveira da Rosa Neto, Fernando Pimentel – ambos da VPR – e Gregório Mendonça – do MR-26 – tentou interceptar a camioneta do cônsul, este reagiu e conseguiu fugir, sendo atingido no braço por um disparo de pistola feito por Félix.

A tentativa de sequestro de Curtis Carly Cutter teve, como consequência, o aumento da repressão em Porto Alegre. João Carlos Bona Garcia (1989, 3 ed., p. 41), que ajudou na preparação do sequestro, levantando informações sobre a rotina do cônsul, considera que esta ação foi a “causa do extermínio das organizações de luta armada” no Rio Grande do Sul. Nesse sentido, Chagas (2007, p. 82) acrescenta que, “imediatamente após a ação fracassada desceram do Rio [de Janeiro] e de São Paulo especialistas das Forças Armadas em operações antiguerrilha urbana, incluindo torturadores”, desta forma, “Porto Alegre e arredores estava sob o mais absoluto controle das forças repressivas, o revolucionário que fosse preso experimentaria os métodos de tortura desenvolvidos e praticados na Operação Bandeirantes de São Paulo”.

Portanto, ao mesmo tempo em que Isko Germer defendia o aumento das ações armadas, as organizações clandestinas estavam sendo desmanteladas no País, principalmente no contexto rio-grandense, quando a luta armada chegou ao fim, em 1971. No final de 1970, a VPR, como as demais organizações ainda atuantes no estado, sentiu a necessidade de repor as

¹⁹⁷ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA). br_an_bsb_vaz_017_033.pdf. MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA. “Proposição de Planejamento”. 16 de março de 1971.

perdas decorrentes das prisões. Sobre isso, Chagas (Idem, p. 88), fornece uma importante informação referente à esperança da VPR do Rio Grande do Sul em reverter a situação de derrota da luta armada, escalando Isko Germer, “remanescente do nacionalismo revolucionário”, para viajar ao Uruguai e entrar em contato com militantes asilados e Leonel Brizola. Sobre isso, diz que:

Na organização se aventava a possibilidade de que muitos opositores ao regime retornassem ao país para lutar a partir de um pronunciamento de Brizola nesta direção. Ademais, esperava-se que com a diretiva de Brizola, vários nacionalistas e trabalhistas espalhados pelo interior do estado voltassem a lutar contra a ditadura. Isko Germer chegou a encontrar Brizola, porém, este lhe disse que as condições no Brasil haviam mudado e que já se posicionava contra a violência. Brizola negou o apelo de Isko e ainda lhe disse que estava ficando velho para essas coisas.

Percebe-se, com isso, o quanto o ex-Governador ainda era uma referência, mesmo após anos de afastamento da luta armada. Nota-se, também, a falta que os militantes trabalhistas – incluindo-se aí os militares – da primeira fase da luta armada, no Rio Grande do Sul, fizeram na segunda fase da luta no estado. A escolha de Isko Germer, antigo militante trabalhista, para conversar com essas lideranças no Uruguai, não foi, portanto, despropositada. Após a negativa de Brizola, o oficial da Brigada Militar retornou ao Brasil e prosseguiu nas atividades clandestinas da VPR até ser preso, pela última vez, na cidade litorânea de Capão da Canoa, quando ia se encontrar com seu companheiro de Organização, Reinholdo Amadeu Klement, no início de 1971. Foram surpreendidos por uma equipe do DOPS e depois torturados. Sobre isso, o militar detalha o seguinte ao *Coojornal*:

[...] a polícia já nos esperava. Estava lá o policial Nilo Havelha, numa equipe de torturadores chefiados pelo delegado Pedro Seelig. As violências foram terríveis e variavam do pau-de-arara ao choque elétrico, aos planchaços de pneus. O mais desmoralizante era o pau-de-arara. Nós, apesar das vendas que nos colocavam, víamos muitas vezes companheiros sendo torturados, pois ficávamos deitados no chão e olhando por baixo das vendas. Quando descobriam que estávamos olhando, nos batiam mais ainda.

Além das torturas que sofreu como parte do terrorismo estatal, é possível perceber nos relatos do ex-militante da VPR, o quanto a carreira militar influenciou na sua forma de interpretar o contexto da luta armada no Brasil, quando complementa que, “realmente, as torturas foram terríveis, mas sempre as aceitei, por considerar-me numa guerra. Talvez por

isso, a polícia me achasse mais perigoso do que os outros”¹⁹⁸. Em outro trecho, isso fica mais claro, quando afirma que, “minha formação era militar e, pelas injustiças, fui agredido; resolvi, dentro da formação que recebi por toda a minha vida, reagir – eu precisava de outro exército para servir”¹⁹⁹. O capitão reformado José Wilson da Silva, que em 1971 esteve preso no mesmo quartel do Exército onde esteve Isko Germer, afirma que os carcereiros provocavam os militares cassados, criando um pretexto para agredir os mesmos, complementando que Isko Germer reagia às provocações e às agressões:

O Isko Germer esteve preso ali [...] no Rec/Mec – Regimento de Cavalaria Mecanizada, da zona sul –, mas ele era lutador e muito sangue quente. O Isko não levava ninguém para compadre. Então ele foi preso levado para lá e deram muito pau nele. Porque ele não aceitava, ele se botava nos caras, não interessava o que vinha. Os caras, policiais ou militares nas patrulhas, procuravam desmoralizar, porque fazem a gente passar por muita humilhação, não é, e [...] bobeava ele derrubava um. E ele dava para derrubar mesmo, ele não se importava com o que vinha depois [...] então ele apanhou muito lá. E deu muita porrada também. Mas um pelotão armado era lógico que o dominava. O cara termina sendo silenciado pela força, não é? Mas ele não levava desaforo²⁰⁰.

O brigadiano, também, foi difamado na imprensa, prática comum com todas aquelas pessoas engajadas na luta armada contra a Ditadura Civil-Militar de SN. No jornal *Folha da Tarde*, em edição de 21 de janeiro de 1971, na reportagem intitulada “É o DOPS caçando os ‘pontas-de-lança’ da subversão”, é dado destaque para o fato de o oficial ter sido expulso da Brigada Militar, quando ficou “[...] comprovada sua ação em prol do comunismo” e ter se dedicado “inteiramente às atividades subversivas, tendo tomado parte ativa em todos os movimentos que eclodiram no Estado”. Em seguida complementam que, “o terrorista é considerado indivíduo de caráter violento, agressivo e cínico, além de mentalmente perturbado”²⁰¹.

Conforme as informações da certidão da Justiça Militar, anexada ao processo administrativo de indenização, Isko Germer foi preso naquele mesmo 21 de janeiro de 1971 e, em novembro do ano seguinte, “foi condenado, por unanimidade, a pena de 4 anos de reclusão”, sendo enquadrado no artigo 42 da LSN de 1969. Além disso, “por unanimidade”,

¹⁹⁸ Observa-se que nas organizações de esquerda armada do período, a ideia de “guerra” não tinha essa conotação militar, que poderia acabar reforçando o discurso dos militares da DSN. Entendia-se como “guerra” a luta pela sobrevivência, ou seja, contra o terror estatal vigente. Lutava-se para não morrer.

¹⁹⁹ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_78110441_an_01_d0001de0001.pdf. Coojornal. Depoimento: Ex-militar conta como se tornou líder terrorista. “O ódio me levou ao terror”. Março de 1978, p. 13-14.

²⁰⁰ Entrevista concedida ao autor, em Porto Alegre, em 21.05.2019.

²⁰¹ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/ISKO GERMER. 28 de agosto de 1998.

foi aplicada “a pena acessória da suspensão dos Direitos Políticos, por cinco anos”, fundamentada no artigo 74 da mesma Lei. Após cumprir pena em locais como a Ilha do Presídio e o Presídio Central – ambos em Porto Alegre – o brigadiano foi posto em liberdade, em março de 1973²⁰².

Como visto anteriormente, Isko Germer não foi o único policial militar envolvido com as ações armadas da VPR, no Rio Grande do Sul, pois da Organização, também, fez parte o soldado da Brigada Militar, Diógenes Sobrosa de Souza – de codinomes “Pedro”, “Araújo”, “Corrêa” e “Lino”. Natural de Santa Maria – Rio Grande do Sul – este militar ingressou na Organização Armada em 1968, participando de diversas ações em São Paulo, entre elas, a do grupo comandado pelo capitão Carlos Lamarca, no campo de treinamento do Vale do Ribeira, quando foram descobertos e entraram em combate com forças policiais e do Exército, entre abril e maio de 1970²⁰³.

Diógenes Sobrosa foi um dos indiciados pela morte do tenente da Polícia Militar de São Paulo, Alberto Mendes Junior, em 10 de maio, quando fugiam do cerco montado pelos agentes repressivos na Região do Vale do Ribeira. No processo, referente ao episódio, Ariston de Oliveira Lucena, Gilberto Faria Lima e Diógenes Sobrosa foram condenados à morte, pela 2ª Auditoria de Exército da 2ª CJM, de São Paulo, em setembro de 1971²⁰⁴. Posteriormente, a pena do militar foi convertida para prisão perpétua e depois reduzida para 30 anos²⁰⁵. No entanto, antes de ser preso e condenado, Diógenes Sobrosa retornou para o Rio Grande do Sul, onde participou de outras ações armadas pela VPR²⁰⁶.

Em pesquisa feita no acervo digitalizado do projeto *Brasil: Nunca Mais* e no acervo do SIAN, não foi possível encontrar maiores informações sobre o período em que Diógenes Sobrosa atuou na Brigada Militar, a não ser a breve citação de que em algum momento anterior a 1968 serviu como soldado naquela Corporação – o que, aliás, é raramente

²⁰² Idem.

²⁰³ Acervo virtual do Projeto *Brasil: Nunca Mais* (BNM Digit@1)/Processo (BNM 178), Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/docreader.aspx?bib=BIB_02&PagFis=103740> Acesso em: 28 jan. 2020.

²⁰⁴ Durante a vigência da Ditadura, quatro pessoas foram oficialmente condenadas à morte. Essas pessoas foram enquadradas no Ato Institucional Nº 14 (AI-14), baixado em 5 de setembro de 1969. Conforme Alves (1989, 5 ed., p. 157), o AI-14 foi uma emenda à Constituição de 1967, “tornando as penas de morte, prisão perpétua e banimento aplicáveis em caso de ‘guerra psicológica, guerra adversa revolucionária ou subversiva’, assim como em caso de guerra externa”. Sobre a pena de morte, Gorender (2014, 5 ed., p. 261), acrescenta que se tratou de uma formalidade criada pela Ditadura, uma vez que centenas de pessoas foram assassinadas de forma clandestina. Desta forma, “as execuções sem processo judicial dispensaram a pena de morte por sentença dos tribunais”.

²⁰⁵ Em 1979, o preso político foi anistiado.

²⁰⁶ Acervo virtual do Projeto *Brasil: Nunca Mais* (BNM Digit@1)/Processo (BNM 106), Disponível em: <http://bnm-acervo.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_02&PagFis=10220> Acesso em: 28 jan. 2020.

mencionado. Mesmo em seu depoimento transcrito, em ficha do DOPS, datado de 19 de dezembro de 1970, encontrado no processo (BNM 178), referente ao MCR e à VPR do Rio Grande do Sul, não constam informações sobre sua carreira militar antes de ingressar na Organização²⁰⁷. Observa-se, ainda, que as páginas com o seu depoimento estão ilegíveis em muitos trechos, dificultando a pesquisa. No processo (BNM 106), também não foram encontradas as informações procuradas.

Na documentação do acervo do SIAN, as mesmas referências sucintas sobre sua vida anterior à luta armada são encontradas. Não se sabe se, quando serviu – e por quanto tempo serviu – na Brigada Militar, esteve envolvido com alguma tentativa de levante armado organizado no Uruguai, tampouco se teve alguma ligação com o PTB. De qualquer forma, seu nome não consta em nenhum dos IPMs pesquisados sobre o período do Golpe Civil-Militar de 1964 e das subsequentes tentativas de levantes armados para derrubar a Ditadura instaurada no País. No entanto, é válido destacar o fato de que, no Rio Grande do Sul, a VPR contou com dois brigadianos, seguindo uma das características da Organização, de ter militares em seus quadros. Diógenes Sobrosa e Isko Germer atuaram juntos na ação expropriatória do Banco Itaú América, anexo ao Hospital Nossa Senhora da Conceição, em Porto Alegre.

4.2 O BRIGADIANO COLABORADOR DA VANGUARDA ARMADA REVOLUCIONÁRIA – PALMARES (VAR-PALMARES)

Tal como a VPR, a VAR-Palmares também teve uma importante atuação no Rio Grande do Sul. Conforme Chagas (2007), a fundação desta Organização, no estado, ocorreu no mesmo período em que surgiu nacionalmente – como resultado da fusão do COLINA com a VPR – e contou com um expressivo número de militantes no início de suas atividades. Entretanto, o autor (Idem, p. 62) observa que, “é impossível conhecer a [...] VAR-Palmares no Rio Grande do Sul sem considerar o itinerário político do grupo do dirigente Carlos Franklin Paixão Araújo”, cujas atividades políticas remontam a período anterior ao Golpe Civil-Militar de 1964 quando se aproximou do líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião, e desenvolveu atividades visando à reforma agrária.

No período que se seguiu ao Golpe, o grupo liderado por Carlos Araújo passou a organizar os trabalhadores das fábricas de algumas cidades do Rio Grande do Sul, visando o

²⁰⁷ No auto de interrogatório, incluído no mesmo processo, e datado de 10 de dezembro de 1971, novamente é omitida a informação sobre sua anterior passagem pela Brigada Militar. Diógenes Sobrosa respondeu que seu último emprego foi de servente da “Siderúrgica Sul-Riograndense”.

desencadeamento da luta armada contra a Ditadura Civil-Militar de SN. Sobre isso, Chagas (Idem, p. 63), destaca os contatos feitos pelo grupo com os exilados no Uruguai liderados por Leonel Brizola, com os quais sempre manteve “tênuas relações” pelo fato de que “advinha de uma tradição comunista e também porque discordava em vários aspectos da estratégia emanada do ‘Esquema de Montevideú’”. Em 1968, com um número considerável de operários, o grupo já se articulava com as organizações de esquerda revolucionária de outras regiões do País, principalmente com o COLINA, de Minas Gerais, aos quais se uniram e ajudaram na criação da VAR-Palmares.

No Congresso da VAR-Palmares, realizado em setembro de 1969, em Teresópolis – que culminou com o “Racha dos Sete” e a refundação da VPR pelos dissidentes – ficou definido que se adotaria uma luta em todas as frentes, não dispensando-se, no entanto, as ações armadas e a instalação do “foco guerrilheiro”. Nesse sentido, conforme Gorender (2014, 5 ed., p. 151), combinou-se “a prioridade atribuída à guerrilha rural com a construção do partido de vanguarda do proletariado, indispensável à sua hegemonia de classe no processo revolucionário”. Diferentemente da VPR, portanto, valorizou-se o trabalho político junto às massas, nas cidades, resultado de uma percepção da Organização quanto ao isolamento político da esquerda armada no País. Também divergia da VPR no que se refere ao caráter da Revolução, que passaria diretamente para o Socialismo.

No processo referente à VAR-Palmares do Rio Grande do Sul, pesquisado no acervo digitalizado do projeto *Brasil: Nunca Mais* (BNM 066), o soldado da Brigada Militar, João Batista da Costa, consta em uma lista de 35 pessoas acusadas de fazerem parte ou colaborarem com a Organização. Como policial militar da ativa, servindo no município de General Câmara, em janeiro de 1970, João Batista – de codinome “Celso” – ajudou seu irmão e integrante do Setor de Imprensa Regional da VAR-Palmares, Afrânio Francisco Costa – de codinomes “Alan”, “Sebastião” e “Tião” –, na compra de armas e no fornecimento de documentos de identidade e fardamentos da Brigada Militar para a Organização. Após ser descoberto por sua colaboração, João Batista foi preso, em julho daquele mesmo ano²⁰⁸.

No processo (BNM 094), é adicionada a informação de que, após a prisão, João Batista Costa foi expulso da Brigada Militar, por ter ajudado seu irmão na compra de “doze (12) revólveres [...], estando alguns apreendidos e outros em mãos de componentes da organização”. O armamento e o fardamento militar foram usados em uma ação expropriatória

²⁰⁸ Acervo virtual do Projeto *Brasil: Nunca Mais* (BNM Digit@1)/Processo (BNM 066), Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&PagFis=107597> Acesso em: 27 mar. 2019.

no Banco do Brasil, em Viamão, em março de 1970. Demonstrando, novamente, a articulação entre as organizações armadas no Rio Grande do Sul, a ação foi planejada e executada conjuntamente por militantes do M3G, da FLN e da VAR-Palmares.

Os planos de ações conjuntas, entre o M3G, a FLN e a VAR-Palmares, ocorreram na chácara do tenente cassado do Exército, Dario Viana dos Reis, então militante da primeira Organização. No entanto, a única ação conjunta posta em prática foi a expropriação da agência do Banco do Brasil de Viamão, em que foram rendidos os funcionários e um soldado da Brigada Militar, que enquanto fazia a guarda do local foi surpreendido pelo militante da VAR-Palmares, Gustavo Buarque Schiller, usando fardamento de terceiro sargento daquela Corporação. Conforme depoimento do militante, ao abordar o soldado da Brigada Militar, entregou-lhe um bilhete avisando do assalto e para que se rendesse, enquanto escondia uma pistola em um jornal. Assim que apontou a arma para o soldado, Gustavo Schiller recebeu o apoio do dirigente do M3G, Edmur Péricles de Camargo, que desceu rapidamente da camioneta em que estava.

Após renderem o brigadiano, os demais militantes entraram na agência e Edmur Péricles de Camargo anunciou “que ‘aquilo era uma expropriação, que ninguém reagisse’, dando ‘Viva Marighela (sic), Viva Brizola, Viva Guevara’”. Com o policial militar e os funcionários trancados em um banheiro, os militantes coletaram o dinheiro e, ao saírem da agência, espalharam panfletos e deixaram no local três boinas vermelhas, cada uma delas com as siglas do M3G, da FLN e da VAR-Palmares²⁰⁹. Além disso, colaram, em um vidro, um manifesto com a fotografia de Carlos Marighella²¹⁰.

Vale destacar que esta foi a única ação armada posta em prática pela VAR-Palmares, no Rio Grande do Sul, pois conforme Chagas (2007, p. 69), a Organização “começou a ser desbaratada entre março e abril de 1970”, restando apenas um pequeno grupo que continuou sobrevivendo na clandestinidade. O autor, (Idem, p. 68), observa que, em um período anterior, a VAR-Palmares não precisou se envolver em ações armadas no Rio Grande do Sul – sequer dispondo de quadros treinados para tal –, porque recebeu ajuda financeira do Comando Nacional, preservando, assim, sua militância. Além disso, seguindo a diretriz nacional, também priorizou a tentativa de um trabalho político e de propaganda junto às massas.

Desta forma, o brigadiano colaborador da VAR-Palmares, João Batista Costa, não participou diretamente de nenhuma ação armada com a Organização. Citado, também, no

²⁰⁹ Ver Ilustração em anexo ‘D’.

²¹⁰ Acervo virtual do Projeto *Brasil: Nunca Mais* (BNM Digit@1)/Processo (BNM 094), Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&PagFis=160989> Acesso em: 27 jan. 2020.

livro de memórias de Mello (2008, 2 ed., p. 99), faz-se a observação de que em nenhuma dessas fontes constam informações sobre a anterior militância política de João Batista, ou seja, se antes de colaborar com a VAR-Palmares era simpatizante ou antigo filiado ao PTB. Igualmente, sem informações de quando ingressou na Brigada Militar, não se sabe se colaborou com alguma das tentativas de levantes armados planejados no Uruguai. Sua situação se assemelha, portanto, a de Diógenes Sobrosa de Souza, da VPR. Apesar da falta de informações sobre esses militares, pode-se supor que antes de se envolverem com as organizações armadas tenham simpatizado com as ideias do PTB, uma vez que o Partido teve grande influência na Brigada Militar, no período anterior ao Golpe Civil-Militar de 1964, sendo que alguns desses militares continuaram na ativa mesmo após a série de cassações que se seguiu.

4.3 AS PRISÕES POR SUPOSTAS PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES DE GUERRILHA URBANA

No segundo momento da luta armada, no Rio Grande do Sul, alguns militares trabalhistas, cassados pelo AI-1, também foram presos sob a acusação de envolvimento com as ações de guerrilha urbana ou de fazerem parte de algumas das organizações armadas. Esse foi o caso do coronel reformado da Brigada Militar, Emílio João Pedro Neme que, como visto anteriormente, desempenhou um importante papel durante a Campanha da Legalidade, em 1961, e logo após o Golpe Civil-Militar de 1964 ajudou Leonel Brizola na fuga clandestina para o Uruguai. Sem ter recorrido ao exílio, o então tenente-coronel também foi um dos militares trabalhistas que participou das articulações visando o desencadeamento da insurreição armada contra a Ditadura Civil-Militar de SN recém-instaurada.

Em seu processo administrativo de indenização, Emílio João Pedro Neme relata as perseguições que sofreu ao longo da Ditadura, com vigilância constante de policiais do serviço secreto da Brigada Militar, ficando impedido de manter qualquer tipo de contato com antigos colegas em sua residência ou mesmo na rua, uma vez que, quando isso ocorreu, essas pessoas foram obrigadas a prestar esclarecimentos nos quartéis da Corporação. Descrevendo sua situação de “confinado em Porto Alegre”, o militar detalha que foi preso inúmeras vezes entre os anos de 1964 e 1977, dificultando, assim, sua sobrevivência, pois os donos de estabelecimentos eram intimados pelos órgãos de segurança a não o empregarem ou a demiti-

lo quando já contratado²¹¹. Como visto anteriormente, estas práticas de TDE foram comuns a todos os militares cassados após o Golpe Civil-Militar de 1964.

Uma das prisões do militar ocorreu em abril de 1970, como consequência de uma ação expropriatória realizada pelo M3G, ocorrida em 2 de dezembro do ano anterior, em uma agência da União de Bancos Brasileiros S.A., de Cachoeirinha, município da Região Metropolitana de Porto Alegre. Da ação fizeram parte o criador e líder do M3G, Edmur Péricles de Camargo e os militantes João Batista Rita e Jorge Fischer Nunes, os quais conseguiram expropriar a quantia de trinta e oito mil cruzeiros²¹². Observa-se que o M3G foi a Organização que deu início à segunda fase da luta armada no Rio Grande do Sul e, de acordo com Chagas (2007, p. 72), a expropriação da agência bancária correspondeu à terceira ação armada do grupo, no estado. Por conta disso, “até a segunda ação de numerários a polícia gaúcha vinha tratando a questão como ação de delinquentes. Quando o terceiro banco foi expropriado a repressão percebeu tratar-se de ações revolucionárias e não simplesmente assaltos levados a efeito por bandidos”.

Ressalta-se que, desde o início, a Organização criada pelo ex-militante do PCB e da ALN, contou com a colaboração do Grupo Armado do PTB, que tinha como líder o militante trabalhista e remanescente das tentativas de levantes armados planejadas no Uruguai, Índio Vargas. Conforme Chagas (Idem, p. 48-52), a Organização Armada Trabalhista, criada entre o final de 1968 e início de 1969, contou com cerca de 20 militantes²¹³ e teve vida efêmera na segunda fase da luta armada no Rio Grande do Sul, onde participou de apenas uma ação de expropriação, realizada em conjunto com o M3G e o POC. Inicialmente os trabalhistas acordaram com Edmur de Camargo que participariam, apenas, prestando um apoio logístico às ações do M3G.

Em seu livro de memórias, Vargas (1981, 2 ed., p. 43), relata que estava em sua residência, quando foi surpreendido com a notícia da ação liderada por Edmur de Camargo à agência bancária, tendo, assim, de tomar uma rápida atitude para ajudar o militante comunista,

²¹¹ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/EMILIO JOAO PEDRO NEME. 12 de agosto de 1998.

²¹² Acervo virtual do Projeto *Brasil: Nunca Mais* (BNM Digit@l)/Processo (BNM 066), Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&PagFis=107597> Acesso em: 27 mar. 2019.

²¹³ Além do trabalho de Chagas (2007), assim como o livro de memórias de Índio Vargas (1981, 2 ed.), não foram encontradas outras informações sobre a organização trabalhista criada no Rio Grande do Sul. No que diz respeito aos quadros da Organização Armada, os dois autores informam que esta era constituída, basicamente, por estudantes universitários. Nesse sentido, Chagas (2007, p. 49), acrescenta que o Grupo “acreditava na possibilidade” de, futuramente, contar com a participação de alguns militares nacionalistas e trabalhistas cassados, o que, no entanto, não ocorreu, pois logo perceberam que estes já estavam desmobilizados. Na entrevista do capitão reformado, José Wilson da Silva, concedida ao autor do presente trabalho, em Porto Alegre, em 21.05.2019, o militar afirmou desconhecer a existência dessa Organização trabalhista.

que fugia da polícia e estava escondido em um cinema de Porto Alegre. Índio Vargas pegou seu carro e, junto com outro companheiro de Organização, Miguel Marques, se dirigiu até o local para resgatar Edmur. Quando este entrou no veículo, informou aos trabalhistas que não poderia retornar ao aparelho onde antes estava, pois o local havia sido descoberto pela polícia. Foi nesse momento que Índio Vargas recorreu ao antigo amigo e correligionário, tenente-coronel Emílio João Pedro Neme que, sem saber da ação expropriatória e sem conhecer Edmur, recebeu os militantes. Sobre isso o autor detalha o seguinte:

Saímos rodando enquanto eu pensava num amigo capaz de resolver o problema. Ao primeiro a quem recorri na Vila Conceição, afirmei tratar-se de um líder sindical voltando do exílio clandestinamente. Sem hesitar, o amigo do PTB disse-me que esconderia o exilado na sua loja no bairro Independência, onde, no andar superior, havia um quarto no qual o sindicalista ficaria bem acomodado. Atravessamos a cidade e alojamos Edmur [...].

No relato de Índio Vargas, fica evidente que, naquele primeiro momento, Emílio João Pedro Neme não tinha conhecimento dos reais motivos do esconderijo de Edmur. Sobre isso, o autor (Idem, p. 44) acrescenta que, no dia seguinte, os jornais descreveram, pormenorizadamente, as características do ‘assaltante’ do banco e que, em função disso, o brigadiano “ficou muito desconfiado” lhe dizendo, alguns dias depois: “– Esse teu líder sindical é uma pessoa muito esquisita. Evita qualquer tipo de comunicação, seja com quem for”. Apesar disso, Índio Vargas manteve a versão da história que contou ao oficial, o que, no entanto, provavelmente não evitou a percepção deste de que estava abrigando um militante envolvido com ações armadas.

Por conta da ajuda que prestou aos amigos, ainda engajados na luta armada, Emílio João Pedro Neme foi preso em 18 de abril de 1970 – sendo libertado apenas em 30 de maio –²¹⁴ e levado para o quartel da Brigada Militar, onde foi interrogado por militares daquela Corporação e das Forças Armadas²¹⁵. Em maio daquele ano, o oficial também foi denunciado em processo da 1ª Auditoria de Exército da 3ª CJM por “acobertar Edmur” e “co-participação” nas ações lideradas pelo militante comunista, sendo enquadrado no artigo 27 da

²¹⁴ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/EMILIO JOAO PEDRO NEME. 12 de agosto de 1998.

²¹⁵ Acervo virtual do Projeto *Brasil: Nunca Mais* (BNM Digit@1)/Processo (BNM 094), Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&PagFis=160989> Acesso em: 27 jan. 2020.

LSN de 1969 e no artigo 53 do Código Penal Militar²¹⁶. Com a denúncia, foi pedida a prisão preventiva do militar, que não chegou a ocorrer.

Conforme argumentou o advogado do militar, não houve depoimentos contraditórios incriminando seu cliente, uma vez que os militantes presos, Índio Vargas e Miguel Marques, admitiram tê-lo induzido em erro, sendo que “a própria autoridade policial achou desnecessária a sua prisão, pois a relaxou enquanto manteve preso todos os demais indiciados”²¹⁷. Portanto, o militar trabalhista não fez parte do M3G e não participou de qualquer ação armada naquele período, apenas mantendo Edmur Péricles de Camargo escondido, por alguns dias, em um ato de solidariedade aos companheiros que prosseguiram com a luta armada contra a Ditadura no Rio Grande do Sul.

Apesar de ter sido posto em liberdade e, posteriormente, ter sido absolvido das acusações, Emílio João Pedro Neme foi preso em outras ocasiões. A última delas, em 1977, por ter visitado Leonel Brizola no Uruguai, antes deste ser expulso daquele país. Preso por um dia na Polícia Federal, o argumento foi o da possibilidade “de Brizola poder se utilizar do Cel. Neme para alguma reação no Brasil”²¹⁸, fato que demonstra o quanto aquele político ainda era considerado uma ameaça para a Ditadura Civil-Militar de SN e o quanto as tentativas de levantes armados de meados da década de 1960, com a participação de militares trabalhistas, ainda estava presente na memória dos agentes de segurança.

Além de Emílio João Pedro Neme, outro oficial trabalhista da Brigada Militar foi preso no período em que eclodiram, no Rio Grande do Sul, as ações armadas das organizações de esquerda. O coronel reformado Maildes Alves de Mello foi preso em novembro de 1970, sendo levado para o 1º Batalhão de Caçadores (1º BC) da Brigada Militar, em Porto Alegre, onde permaneceu por sete dias. Na prática, a prisão do militar foi um sequestro, uma vez que, após ter a sua residência invadida e revistada por brigadianos a sua família não foi informada do local para onde seria levado. Sobre isso, o militar detalha, em seu processo administrativo de indenização, que seus familiares passaram a noite o procurando na sede do DOPS e em outros quartéis da Brigada Militar de Porto Alegre.

O militar só foi encontrado porque, casualmente, na manhã seguinte, sua esposa e seu cunhado notaram o carro da família, estacionado no pátio interior do quartel em que estava

²¹⁶ Acervo virtual do Projeto *Brasil: Nunca Mais* (BNM Digit@1)/Processo (BNM 066), Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&PagFis=107597> Acesso em: 27 mar. 2019.

²¹⁷ Acervo virtual do Projeto *Brasil: Nunca Mais* (BNM Digit@1)/Processo (BNM 094), Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&PagFis=160989> Acesso em: 27 jan. 2020.

²¹⁸ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/EMILIO JOAO PEDRO NEME. 12 de agosto de 1998.

preso. Sobre isso, Maildes Alves de Mello acrescenta que mesmo com a descoberta, os militares do quartel negaram à sua esposa que lá estivesse preso: “Apesar da negativa do oficial de dia de que eu ali estivesse preso, minha mulher exigiu a presença do Comandante, Ten Cel José Ângelo Lucas Dutra, que alegou também não saber que eu tivesse sido conduzido para sua unidade”.

Maildes foi preso sob a acusação de fazer parte de alguma organização clandestina – sem saber a qual –, depois que estouraram um aparelho em São Paulo e descobriram um suposto plano com ramificações no Rio Grande do Sul. Os órgãos de segurança chegaram até o brigadiano porque este se relacionava com um oficial cassado do Exército, o coronel Américo Moreno, que era Presidente da “Sociedade Beneficente do trabalho São Sebastião”, sediada em Porto Alegre. Conforme Maildes, o local era visado pelos órgãos de segurança, apesar de não ter qualquer tipo de ligação com a luta contra a Ditadura. Com a descoberta do suposto plano, em São Paulo, a Sociedade Beneficente foi invadida e lá foi encontrada uma caderneta do militar do Exército contendo nomes de pessoas que ajudavam aquela Associação, entre eles, Maildes Alves de Mello, que elaborou os estatutos da mesma. Sobre isso, detalha que:

Em sua cadernetinha de bolso, anotara: Maildes, mimeógrafo, porque eu, num encontro ocasional, lhe prometera uma contribuição especial para a aquisição de um mimeógrafo para confecção de polígrafos aos alunos. Além da prisão, houve, antes, uma ‘batida’ no meu escritório [de advocacia], porque, lá, por suposição, funcionaria um (sic) imprensa clandestina.

Maildes Alves de Mello foi solto quase uma semana depois, após comprovação de que não estava envolvido em qualquer tipo de atividade dita “subversiva”. Esta foi a quarta – e última – prisão arbitrária de que foi vítima, desde o Golpe Civil-Militar de 1964, o que, no entanto, não significou o fim das perseguições. O militar acrescenta que, até 1975, foi vigiado “por elemento destacado” para seu “acompanhamento pessoal diário” e que semanalmente este agente se postava na esquina da sua casa e o acompanhava até o seu trabalho, “assim como na volta”, observando com quem conversava e o que fazia. O militar não sofreu torturas físicas, mas relata que as torturas psicológicas e os maus tratos sofridos nas prisões – incluindo a última, quando foi mantido preso com as roupas molhadas da chuva, pegando uma gripe – e a constante vigilância contra si e sua família provocaram depressão e a necessidade de constante acompanhamento profissional²¹⁹.

²¹⁹ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/MAILDES ALVES DE MELLO. 6 de agosto de 1998.

Observa-se que, ao contrário de Emílio João Pedro Neme, que participou das primeiras tentativas de levantes armados contra a Ditadura Civil-Militar de SN, organizadas no Uruguai, Maildes Alves de Mello nunca esteve envolvido em tais tentativas, tampouco com as organizações de esquerda armada. Apesar disso, os casos dos dois militares apresentam algumas semelhanças no que se refere à militância política anterior ao Golpe Civil-Militar de 1964 e as perseguições que sofreram posteriormente: ambos foram filiados ao PTB e desempenharam funções importantes na Campanha da Legalidade, em 1961, e na tentativa de resistência ao Golpe Civil-Militar de 1964. Além disso, ao contrário dos demais relatos e registros de prisões de militares, encontrados no *Catálogo Resistência em Arquivo: Memórias e Histórias da Ditadura no Brasil* e em alguns dos processos administrativos de indenizações pesquisados, estes dois oficiais foram presos diversas vezes, em diferentes períodos da Ditadura, sendo acusados de “subversivos” e atingidos pelas variadas formas de violência estatal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença de militares trabalhistas nos dois momentos da luta armada contra a Ditadura Civil-Militar de SN, no Rio Grande do Sul, representou a continuidade das lutas empreendidas por esses sujeitos históricos desde os anos imediatamente anteriores ao Golpe Civil-Militar de 1964, quando se engajaram em movimentos por mudanças nos estatutos militares das Forças Armadas – por parte dos graduados – e na aprovação de projetos reformistas que visavam uma maior independência política e econômica do Brasil, além de uma melhor distribuição da riqueza gerada. Oficiais e graduados nacionalistas – entre militantes e não militantes trabalhistas – das Forças Armadas e da Brigada Militar, receberam o apoio de colegas de farda que partilhavam de ideias socialistas e comunistas, se unindo pela aprovação das Reformas de Base.

Na vigência do Governo de João Goulart, militares graduados e oficiais das Forças Armadas e da Brigada Militar, filiados ao PTB, concorreram às eleições para os poderes Legislativo e Executivo, em diversas regiões do Brasil, com alguns deles sendo eleitos para cargos políticos nas câmaras municipais de vereadores – como nos casos do oficial da Brigada Militar, Octavio Thomasi Filho, em Santa Maria, e dos oficiais do Exército, José Wilson da Silva e Joaquim Pires Cerveira, em Porto Alegre e Curitiba, respectivamente –, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul – caso do sargento do Exército, Almoré Zoch Cavalheiro – na Câmara Federal – caso do sargento do Exército, Antônio Garcia Filho – e até mesmo para o Executivo, como o sargento do Exército, João Calixto de Medeiros, em Santo Ângelo.

No Rio Grande do Sul, ficou evidenciada a considerável adesão de policiais militares ao PTB, por meio de filiação ao Partido. Criaram o Diretório General Ernesto Dornelles que, além da atuação político-partidária, também teve um papel importante na organização de resistência ao golpe de Estado iminente, se articulando em Grupos de Onze. Posteriormente, alguns desses brigadianos se engajaram nas tentativas de levantes armados contra a Ditadura Civil-Militar de SN recém-instaurada. Destacam-se, ainda, os casos de militares da Brigada Militar, os quais, mesmo sem filiação ao PTB, se colocavam como trabalhistas. Considera-se que a Campanha da Legalidade (1961), liderada pelo então Governador Leonel Brizola, tenha contribuído sobremaneira para a aproximação de uma parcela de oficiais e graduados daquela Corporação ao trabalhismo e com o próprio político rio-grandense.

Da mesma forma, a luta contra a tentativa de golpe, em 1961, também pode ter contribuído para a aproximação de militares das Forças Armadas com a legenda do PTB, no Rio Grande do Sul, e, da mesma forma, com Leonel Brizola. Entre filiados e não filiados ao

Partido, oficiais e graduados também se uniram ao político petebista nas lutas subsequentes, pela aprovação das Reformas de Base e na tentativa de resistência ao Golpe Civil-Militar de 1964. Por conta da militância que tiveram e da proximidade com Leonel Brizola – considerado o “inimigo número um” dos militares golpistas –, receberam uma maior atenção dos órgãos de segurança, após a deposição de João Goulart, como no caso do capitão-aviador Alfredo Ribeiro Daudt.

Todas essas pessoas, entre civis e militares, estavam enquadradas ao conceito de “inimigo interno”, da DSN, difundida a partir de 1949, no Brasil. Entretanto, esta doutrina estava ancorada em um anticomunismo presente no País desde o início do século XX, que se agravou após a Insurreição Nacional Libertadora de 1935. Segundo as premissas da DSN, reformistas e revolucionários seriam todos “agentes infiltrados” a serviço de Moscou ou de Pequim, como a serviço de Cuba, a partir de 1959. Representavam um “perigo” para o mundo Ocidental, capitalista e cristão, ou ainda, para a suposta unidade nacional, entendida como uma sociedade sem luta de classes. Seguindo a histórica estratégia burguesa de criminalização de movimentos sociais e políticos contestatórios ao *status quo*, todas aquelas pessoas identificadas com as ideias trabalhistas, socialistas e comunistas foram punidas por supostos crimes contra a Segurança Nacional, após o Golpe Civil-Militar de 1964. No caso dos militares, somou-se a acusação de traição.

Em decorrência das atitudes que tomaram durante a Campanha da Legalidade, em 1961, que interrompeu o golpe de Estado em curso, e da crescente mobilização política a partir de então, todos esses militares legalistas ficaram marcados pelos oficiais da DSN, sendo muitos deles punidos com prisões e cassações, que variaram com reformas, demissões e expulsões, após o Golpe Civil-Militar de 1964. No caso dos militares graduados, ainda existiu o agravante pelo envolvimento que tiveram no Movimento dos Sargentos e na Rebelião dos Marinheiros, pois foram acusados e punidos por indisciplina e quebra de hierarquia. Originários, em maioria, da classe trabalhadora, esses militares se somaram à mobilização pelas Reformas de Base e, após o Golpe de 1964, tiveram importante atuação na luta armada no Brasil.

Com base nos diversos relatos encontrados nos processos administrativos de indenizações, nos livros de memórias e em depoimentos prestados à CNV e ao autor, constatou-se que os militares trabalhistas das Forças Armadas Brasileiras e da Brigada Militar foram vitimados pelo terrorismo estatal, iniciado nos primeiros dias da Ditadura Civil-Militar de SN. Além das constantes prisões, esses militares sofreram torturas físicas e psicológicas que variaram entre espancamentos, choques elétricos, ameaças de fuzilamento, vigilâncias

diárias – quando postos em liberdade –, prisões e ameaças contra familiares, além do impedimento de conseguir emprego. Observou-se, ainda, que essas pessoas sofreram as mesmas violências, sem distinção dos postos ou graduações que ocupavam, enquanto militares.

Após o exílio das principais lideranças políticas brasileiras, no Uruguai, como o Presidente deposto João Goulart e o ex-Governador Leonel Brizola, uma parte dos militares cassados e também exilados naquele país se articularam para uma resposta armada imediata ao Golpe Civil-Militar de 1964, visando a restauração da democracia no Brasil. Sob a liderança de Leonel Brizola, os militares trabalhistas tiveram o protagonismo no planejamento e na articulação para uma tentativa de levante armado que seria desencadeado até o final daquele mesmo ano. Junto com lideranças civis, esses militares arriscaram suas vidas em viagens clandestinas entre Montevideu e o Rio Grande do Sul, de forma a articular contatos com militares da ativa e com aqueles que, apesar de cassados ainda residiam no Brasil. Observa-se, portanto, que a luta armada contra a Ditadura Civil-Militar de SN representou, também, uma luta de militares contra militares.

Mesmo após a série de cassações, depois da edição do AI-1, alguns militares trabalhistas e não trabalhistas contrários ao Golpe Civil-Militar de 1964 continuaram no serviço ativo da Brigada Militar e das Forças Armadas, pois não foram descobertos pelos órgãos de segurança. Nos primeiros anos da Ditadura Civil-Militar de SN, esses militares se tornaram peças importantes para os movimentos armados que estavam sendo articulados por militares trabalhistas cassados e exilados no Uruguai, e/ou ainda residentes no Brasil. Seguindo a estratégia preferencial de Leonel Brizola, de levantes armados, com a sublevação de quartéis, diversos planos nesse sentido foram tentados e desarticulados pelo aparato repressivo.

Tais tentativas ocorreram até 1966, culminando com a desistência de Leonel Brizola em prosseguir com a luta armada no Brasil, no ano seguinte. Dessa primeira fase da luta armada, no Rio Grande do Sul, constatou-se uma considerável participação de militares trabalhistas. Da mesma forma, evidenciou-se a influência exercida pelo ex-Governador do Rio Grande do Sul sobre esses militares que, mesmo nas tentativas insurrecionais planejadas de forma independente, como a Operação Pintassilgo e a Operação Três Passos, tinham por objetivo contar com a adesão do político trabalhista.

A primeira, organizada pelo oficial da Aeronáutica, Alfredo Ribeiro Daudt, só seria posta em prática depois de ser entregue e analisada pelo ex-Governador e pelos líderes militares exilados no Uruguai, algo que não ocorreu, porque o capitão-aviador foi preso

quando estava prestes a viajar para aquele país. Já a Operação Três Passos, que foi posta em prática pelo coronel do Exército, Jefferson Cardim de Alencar Osório, e pelo sargento da Brigada Militar, Alberi Vieira dos Santos, também tinha por objetivo a tomada de quartéis, se utilizando da mesma estratégia defendida por Brizola. Apesar do grupo de militares exilados liderados pelo ex-Governador não ter participado do planejamento e das articulações dessa Operação, é certo que Jefferson Cardim e Alberi Vieira esperavam contar com a adesão dos mesmos, em caso de sucesso. Além disso, os civis e militares trabalhistas residentes no Brasil, que participaram de forma direta e indireta da Operação Três Passos, foram convencidos de que a mesma estava sendo organizada pelo político petebista.

Em 1966 ocorreu a última tentativa de insurreição organizada pelos militares do grupo de Leonel Brizola. Tal como nas tentativas anteriores, os órgãos de segurança descobriram as articulações e prenderam os militares envolvidos. Após o fracasso da Guerrilha de Caparaó, em 1967, que, apesar de ter sido instalada na Região Sudeste do País, contou com o apoio dos militares no Rio Grande do Sul, escondendo e transportando suas armadas a partir do sítio do oficial cassado do Exército, Dario Viana dos Reis, em Viamão, Leonel Brizola desistiu de prosseguir com a luta armada contra a Ditadura.

Na segunda fase da luta armada, no Rio Grande do Sul, iniciada em um período posterior a desistência de Leonel Brizola e já sob a vigência do AI-5, observou-se uma importante redução no número de militares trabalhistas engajados nas ações das organizações de esquerda marxista. Nos processos encontrados no acervo digitalizado do Projeto *Brasil: Nunca Mais* e no acervo do SIAN, sobre as organizações atuantes no estado rio-grandense, não foram mais encontrados nomes de militares trabalhistas que nos IPMs da primeira fase da luta armada eram citados com certa frequência.

As informações presentes no *Catálogo Resistência em Arquivo: Memórias e Histórias da Ditadura no Brasil* e nos processos administrativos de indenizações pesquisados corroboram com as ausências dos militares trabalhistas no segundo momento da luta armada no Rio Grande do Sul. Na grande maioria dos casos, as prisões desses militares ocorreram nos três primeiros anos da Ditadura Civil-Militar de SN, justamente no período em que ocorreram as articulações para a Operação Pintassilgo, a Operação Três Passos e as demais tentativas organizadas pelo grupo de militares ligados diretamente a Leonel Brizola, no Uruguai. A exceção encontrada foi a do então tenente cassado da Brigada Militar, Isko Germer, que participou dos dois momentos da luta armada no Rio Grande do Sul, atuando nas tentativas de levantes armados e, posteriormente, pela VPR.

Encontrou-se, também, o caso do então tenente-coronel cassado da Brigada Militar, Emílio João Pedro Neme, que apenas deu abrigo, por alguns dias, ao líder do M3G, Edmur Péricles de Camargo, não tendo participado de nenhuma ação armada naquele período. Nessa perspectiva, constataram-se apenas dois casos de militares sabidamente trabalhistas na segunda fase da luta armada no Rio Grande do Sul, sendo que no segundo caso a participação se deu de forma indireta.

Ressalta-se, entretanto, que a falta de maiores informações das fontes pesquisadas prejudicaram a investigação quanto a dois outros brigadianos que atuaram pela VPR e pela VAR-Palmares, respectivamente, os soldados Diógenes Sobrosa de Souza e João Batista Costa. As fontes pesquisadas no acervo digitalizado do Projeto *Brasil: Nunca Mais* e do SIAN, não forneceram informações se estes militares, em algum momento, militaram pelo PTB, no Rio Grande Sul. Todavia, chamou a atenção o fato de quatro brigadianos terem participado da luta armada no Rio Grande do Sul, no período de 1969 a 1971. Igualmente importante, o fato de nenhum militar trabalhista das Forças Armadas ter constado nas fontes pesquisadas acerca das ações armadas nesse período.

Militares trabalhistas das Forças Armadas Brasileiras que tinham uma relação de proximidade com Leonel Brizola e que desempenharam importantes funções, no primeiro momento da luta armada, desistiram de prosseguir no segundo momento. Estes foram os casos do tenente José Wilson da Silva e do capitão-aviador Alfredo Ribeiro Daudt. De acordo com o primeiro, a perda de condições para o prosseguimento da luta armada, em decorrência das inúmeras prisões ocorridas, após as tentativas de levantes armados, foi o motivo principal para a desistência de Leonel Brizola e sua, também. Já o filho de Alfredo Ribeiro Daudt relatou que seu pai não acreditava na estratégia de guerrilha defendida pelas organizações de esquerda armada. De qualquer forma, constata-se que Alfredo Ribeiro Daudt desistiu de prosseguir com a luta armada no mesmo período que José Wilson da Silva e Leonel Brizola.

Depreende-se com isso, que, a ausência dos militares trabalhistas na segunda fase da luta armada, se deveu, principalmente, a brutal repressão contra os mesmos, nos primeiros anos da Ditadura. Nesse sentido, observa-se, também, que a violência estatal iniciada em 1964, no Rio Grande do Sul, se deveu a forte influência que o PTB e Leonel Brizola exerciam entre os setores civis e militares – principalmente na Brigada Militar – no estado. Além disso, a Região era considerada estratégica para os exilados no Uruguai, em função da proximidade geográfica com o país platino. Portanto, a perda de importantes quadros, no estado rio-grandense, significou um considerável prejuízo para o prosseguimento da luta armada nos anos seguintes. A perda de condições constatada por Leonel Brizola e pelos militares mais

próximos do ex-Governador significou, também, a percepção de que a Ditadura Civil-Militar de SN estava consolidada. Assim, a pronta resposta que pretendiam dar ao Golpe Civil-Militar já não era mais viável.

Todavia, é possível que a ausência de Brizola também tenha influenciado na desistência de outros militares trabalhistas, uma vez que militavam por um partido reformista e nacionalista e tinham o petebista como a maior expressão dessas ideias, no Brasil – e que de fato era. Mesmo o tenente da Brigada Militar, Isko Germer, um dos únicos que prosseguiu com a luta armada no Rio Grande do Sul, atuando pela VPR, não se enxergava como socialista ou revolucionário. Como visto, atuou por esta Organização mais por uma questão de necessidade do que por afinidade ideológica. Além disso, em nome da VPR, procurou Brizola no Uruguai, objetivando convencê-lo a retomar suas atividades, o que também demonstra o quanto o político, líder da Campanha da Legalidade, em 1961, ainda era uma referência nas lutas antiditatoriais no Brasil.

De qualquer forma, mesmo após o fim da luta armada no Brasil, esses militares continuaram engajados na luta contra a Ditadura, recorrendo a outras formas de resistência. Militares trabalhistas como José Wilson da Silva, Alfredo Ribeiro Daudt, Isko Germer, entre tantos outros que participaram da luta armada no Rio Grande do Sul, se uniram àqueles militares trabalhistas que não defendiam tal forma de luta, como Maildes Alves de Mello e Almoré Zoch Cavalheiro, fundando, no estado, associações como a AMPLA e atuando por partidos políticos, como o PDT. Todas essas pessoas, entre civis e militares, entre trabalhistas e não trabalhistas, arriscaram suas vidas por um Brasil mais justo e servem de exemplo para que as gerações mais novas de brasileiros sigam lutando pela democracia no País.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil: Nunca Mais**. 41 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

ALMEIDA, Anderson da Silva. **Todo o leme a bombordo**. Marinheiros e Ditadura Civil-Militar no Brasil: da Rebelião de 1964 à Anistia. Niterói: UFF, 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2010.

_____. A grande rebelião: os marinheiros de 1964 por outros faróis. In. REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo (Orgs.). **A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014a.

_____. ... **Como se fosse um deles**. Almirante Aragão: memórias, silêncios e ressentimentos. Niterói: UFF, 2014. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2014b.

_____. Almirante Aragão: do Golpe de 1964 ao exílio no Uruguai. **Perseu: História, Memória e Política**, v. 1, p. 02-27, 2014c.

ALMEIDA, Marli de. **“Excessos de patriotismo”**: Terrorismo de Estado e os Grupos de Onze Companheiros no Rio Grande do Sul – 1964/1965. Passo Fundo: UPF, 2018. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, 2018.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. 8 ed. São Paulo: UNESP, 2010.

BORGES, Nilson. A doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da Ditadura – Regime Militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BRANDALISE, Carla. A Legalidade e o Legislativo: discussões e controvérsias em meio ao levante popular liderado pelo governador Brizola. In. _____; HARRES, Marluza (Org.). **O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964)**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017.

BRANCO, Teobaldo. **Confidências de um guerrilheiro**. Caxias do Sul: Maneco, 2008.

BRUM, Argemiro. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

CAPITANI, Avelino Bioen. **A Rebelião dos Marinheiros**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

CAVALHEIRO, Almoré Zoch. **A Legalidade, o Golpe Militar e a Rebelião dos Sargentos**. Porto Alegre: AGE, 2011.

CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. Memória de 68: terror e interdição do passado. **Tempo Social**, Revista de Sociologia. USP, São Paulo, 2(2): 101-112, 2. sem. 1990.

CERVEIRA, Neusah Maria Romanzini Pires. **Memória da dor**. A Operação Condor no Brasil (1973/1985). São Paulo: USP, 2007. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Universidade de São Paulo, 2007.

CHAGAS, Fábio André Gonçalves das. **A luta armada gaúcha contra a Ditadura Militar nos anos de 1960 e 70**. Niterói: UFF, 2007. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2007.

COMBLIN, Padre Josep. **A ideologia de segurança nacional**. O poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, José Caldas. **Caparaó**: a primeira guerrilha contra a Ditadura. São Paulo: Boitempo, 2007.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. **Dossiê Ditadura**: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985). 2 ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In. FERREIRA, Jorge; _____ (Orgs). **O Brasil Republicano**: o tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao Golpe Civil-Militar de 1964. 7 ed. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In. _____; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs). **O Brasil Republicano**: o tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao Golpe Civil-Militar de 1964. 7 ed. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

_____. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In. _____; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs). **O Brasil Republicano**: o tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao Golpe Civil-Militar de 1964. 7 ed. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **História do Brasil Contemporâneo**: da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Contexto, 2015.

GARCIA, João Carlos Bona; POSENATO, Júlio. **Verás que um filho teu não foge à luta**. 3 ed. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 5 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

HABERT, Nadine. **A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. São Paulo: Ática, 2006.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IGLESIAS, Francisco. **Trajectoria política do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

IOST, Avelino. **Perseguição e resistência na aeronáutica: eu vi e vivi**. Canoas: Tecnicópias, 2009.

JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack de. **Lamarca: o capitão da guerrilha**. 17 ed. São Paulo: Global, 2015.

KONRAD, Diorge Alcenio; KONRAD, Glaucia Vieira; LAMEIRA, Rafael Fantinel. **Revolução Soviética: impactos nos movimentos sociopolíticos e o anticomunismo na imprensa. História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 7, n. 1, p. 122-143, 2008.

MACIEL, Wilma Antunes. **Repressão judicial no Brasil: o capitão Carlos Lamarca e a VPR na Justiça Militar (1969-1971)**. São Paulo: USP, 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Universidade de São Paulo, 2003.

_____. **Militares de esquerda: formação, participação política e engajamento na luta armada (1961-1974)**. São Paulo: USP, 2009. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Universidade de São Paulo, 2009.

_____. **Militares de esquerda: participação política e engajamento na luta armada. Perseu: História, Memória e Política**, v. 8, p. 64-91, 2013.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MELLO, Maildes Alves de. **Jantar dos inocentes: a saga dos expurgados gaúchos**. 2 ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2008.

MOREIRA, Vânia Maria. **Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao Golpe Civil-Militar de 1964**. 7 ed. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

NEME, Emílio. “Capitão, vamos trabalhar juntos?”. PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia; LOPEZ Vanessa et. al. (Orgs). **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória**. Vol. 1. 2 ed. Porto Alegre: CORAG, 2010.

PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

_____. História do tempo presente, Ditaduras de Segurança Nacional e arquivos repressivos. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 30-45, 2009.

PADRÓS, Enrique Serra; LAMEIRA, Rafael Fantinel. 1964: O Rio Grande do Sul no olho do furacão. In. _____; BARBOSA, Vânia; LOPEZ Vanessa et. al. (Orgs). **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória**. Vol. 1. 2. ed. Porto Alegre: CORAG, 2010.

PLEKHÁNOV, Giorgy. Concepção materialista da História. In. _____. **Obras Escolhidas**. Moscou: Progresso, 1987.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In. _____; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: EDUSC, 2004.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2010.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. **Catálogo Resistência em Arquivo: memórias e histórias da Ditadura no Brasil**. Porto Alegre: CORAG, 2014.

RODRIGUES, Athaydes. **Agora eu... a revolução de 1964, em Rio Grande**. Porto Alegre: Pallotti, 1980.

SALES, Jean Rodrigues. **A luta armada contra a Ditadura Militar**. A esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2007.

SILVA, José Wilson da. **O tenente vermelho**. 4 ed. Porto Alegre: AGE, 2011.

SILVA, Roberto Bitencourt da. O PTB (1945-1964): suas tendências políticas internas e a hegemonia do diretório sul-riograndense. **Perseu: História, Memória e Política**, n. 7, p. 175-198, 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

VAINFAS, Ronaldo. A luz própria de Leonel Brizola: do trabalhismo getulista ao socialismo moreno. In. FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel. **Revolução e democracia (1964-...):** as esquerdas no Brasil. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VARGAS, Índio. **Guerra é guerra, dizia o torturador.** 2 ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

OBRAS CONSULTADAS

BOMBARDELLI, Maura. O PTB e as eleições estaduais de 1954 e 1958 no Rio Grande do Sul: disputas internas, novas lideranças e mudanças na agenda do partido. In. BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza. **O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964).** São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017.

DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. O Terrorismo de Estado (TDE) e a luta armada no Rio Grande do Sul: 1970. **Estudios Históricos**, Rivera, v. 13, n. 13, p. 1-22, dez. 2014.

HOBSBAWM, Eric John. **Mundos do trabalho.** Novos estudos sobre história operária. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

KONRAD, Diorge Alceno; LAMEIRA, Rafael Fantinel; LIMA, Mateus de Fonseca Capssa. Ditadura Civil-Militar e Historiografia: repressão e resistência. In. PADRÓS, Enrique Serra (Org.). **Cone Sul em tempos de Ditadura.** Reflexões e debates sobre a História Recente. Porto Alegre: Evangraf/UFRGS, 2013.

MARTINS FILHO, João Roberto. Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina da *guerre révolutionnaire* (1959-1974). In. SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (Orgs.). **Desarquivando a Ditadura.** Memória e justiça no Brasil. V. II. São Paulo: Hucitec, 2009.

PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. **Praças em pé de guerra:** o movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964) e a Revolta dos Sargentos de Brasília. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SANTOS, Elheovandro José dos. A Campanha da Legalidade: a percepção dos sargentos da Brigada Militar de Santa Maria sobre sua participação. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, Suplemento especial, p. 2054-2073, maio. 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil:** uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

TAVARES, Ana Helena. **O problema é ter medo do medo:** o que o medo da ditadura tem a dizer à democracia. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NOTÍCIAS E ARTIGOS DE JORNAIS/PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

DA subordinação depende a unidade das Forças Armadas. *CORREIO DO POVO*, Porto Alegre, edição de 11 mar. 1966. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

DENUNCIADO plano contra-revolucionário que se articulava na capital uruguaia. *CORREIO DO POVO*, Porto Alegre, edição de 08 mar. 1966. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

GRANDE número de prisões deverá ser efetivado nas próximas horas. *CORREIO DO POVO*, Porto Alegre, edição de 29 nov. 1964. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

SANTO Ângelo teve três prefeitos em um só dia. *CORREIO DO POVO*, Porto Alegre, edição de 24 out. 1964. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

5° ZONA aérea interdita aeródromos. *CORREIO DO POVO*, Porto Alegre, edição de 15 dez. 1964. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

FONTES DOCUMENTAIS

Acervo virtual do Projeto *Brasil: Nunca Mais* (BNM Digit@1)/Processo (BNM 019), Disponível em:
<http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&PagFis=26951>
Acesso em: 27 mar. 2019.

Acervo virtual do Projeto *Brasil: Nunca Mais* (BNM Digit@1)/Processo (BNM 065), Disponível em:
<http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/docreader.aspx?bib=BIB_01&PagFis=104361>
Acesso em: 10 fev. 2020.

Acervo virtual do Projeto *Brasil: Nunca Mais* (BNM Digit@1)/Processo (BNM 066), Disponível em:
<http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&PagFis=107597>
Acesso em: 27 mar. 2019.

Acervo virtual do Projeto *Brasil: Nunca Mais* (BNM Digit@1)/Processo (BNM 094), Disponível em:
<http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&PagFis=160989>
Acesso em: 27 jan. 2020.

Acervo virtual do Projeto *Brasil: Nunca Mais* (BNM Digit@1)/Processo (BNM 106), Disponível em: <http://bnm-acervo.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_02&PagFis=10220> Acesso em: 28 jan. 2020.

Acervo virtual do Projeto *Brasil: Nunca Mais* (BNM Digit@1)/Processo (BNM 178), Disponível em:
<http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/docreader.aspx?bib=BIB_02&PagFis=103740>
Acesso em: 28 jan. 2020.

Acervo virtual do Projeto *Brasil: Nunca Mais* (BNM Digit@l)/Processo (BNM 216), Disponível em: http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_03&PagFis=14539> Acesso em: 28 jan. 2020.

Arquivo da Universidade do Vale dos Sinos. Serviço Nacional de Informações (SNI). ARS_ACE_012_79-min.pdf. Atuação do *Coojournal* de Porto Alegre/RS. Depoimentos de elementos comunistas. 22 de dezembro de 1978.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/ALTINO ESTANISLAU DE SOUZA. 25 de julho de 2002.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/AQUILES GOMES DA SILVA FILHO. 18 de agosto de 1998.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/CARLOS ALBERTO TELLES FRANK. 18 de maio de 1998.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/CIRLEY ALVES RAMOS. 17 de setembro de 2002.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/DALVIR PEREIRA. 31 de julho de 1998.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/DARIO VIANA DOS REIS. 04 de junho de 1998.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/EMILIO JOAO PEDRO NEME. 12 de agosto de 1998.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/GERALDO ANDRE DE OLIVEIRA FILHO. 28 de agosto de 1998.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/GUERINO RICARDO. 28 de agosto de 1998.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/HELIO LAUTERT. 09 de julho de 1998.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/JOÃO ALVES VERLINDO. 24 de agosto de 1998.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/JOÃO CARLOS DA PAIXÃO. 20 de agosto de 1998.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/MAILDES ALVES DE MELLO. 6 de agosto de 1998.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/NATALIO SANCHES FERNANDES. 06 de maio de 1998.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/OBALDO PINTO VIEIRA. 23 de setembro de 2002.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/OCTAVIO THOMASI FILHO. 06 de agosto de 1998.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/PEDRO DE ARBUES MARTINS ALVAREZ. 28 de agosto de 1998.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/VALDEMAR NASCIMENTO DOS SANTOS. 09 de setembro de 2003.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/VICTOR DE SOUZA COUTO. 10 de agosto de 1998.

CARDUELIS Carduelis. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Carduelis_carduelis> Acesso em: 01 jun. 2019.

50 ANOS do AI-5: a história dos 6,5 mil militares perseguidos pela ditadura. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2018/12/13/50-anos-do-ai-5-a-historia-dos-65-mil-militares-perseguidos-pela-ditadura.htm?utm_source=facebook&utm_medium=social-media&utm_campaign=noticias&utm_content=geral> Acesso em: 19 mai. 2019.

COMISSÃO Nacional da Verdade: Depoimento de Rui Moreira Lima. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FuY1K7_hIZA&t=795s> Acesso em: 28 mai. 2019.

DIÁRIO do Coronel Jefferson Cardin. Documentos Revelados. Disponível em: <<https://www.documentosrevelados.com.br/repressao/finalmente-revelado-o-diario-do-coronel-jefferson-cardin-lider-da-guerrilha-dos-dentes-de-ouro/>> Acesso em: 15 jun. 2018.

FERREIRA, Amadeu Felipe. Depoimento prestado à CNV em 19 de março de 2013, local: s/i.

GUERRA, Cláudio Antônio. Depoimento prestado à CNV em 23 de julho de 2014, em Brasília.

LIVRO revela casos de crianças sequestradas pela ditadura militar no Brasil. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/memoria/55530/livro-revela-casos-de-criancas-sequestradas-pela-ditadura-militar-no-brasil>> Acesso em: 18 jun. 2019

MOVIMENTO dos sargentos da FAB foi reforçado pela figura de um capitão. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/postsrascunho/2011/08/movimento-dos-sargentos-da-fab-foi-reforcado-pela-figura-de-um-capitao/>> Acesso em: 13 nov. 2019.

OSÓRIO, Jefferson. Depoimento prestado à CNV em 16 de janeiro de 2013, no Rio de Janeiro.

POSTOS e graduações. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/postos-e-graduacoes>> Acesso em: 30 abr. 2019.

Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

RODRIGUES, Darcy. Depoimento prestado à CNV em 19 de março de 2013, em São Paulo. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). br_dfanbsb_v8_mic_ptr_dti_prt_0226_d0003de0003.pdf. DI PRT 00226. SEC 3. Presidência da República. Serviço Nacional de Informações. 28 de setembro de 1989.

Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_81005550_d0002de0014. pdf. Coletânea dos Atos Institucionais elaborado pelo Ministério da Aeronáutica (CISA). ATOS DA REVOLUÇÃO. Volume I. DE 9 DE ABRIL DE 1964 A 15 DE MARÇO DE 1967. CNF 2. p. 68. 10 de dezembro de 1981.

Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_81005550_d0001de0014. pdf. Coletânea dos Atos Institucionais elaborado pelo Ministério da Aeronáutica (CISA). ATOS DA REVOLUÇÃO. Volume I. DE 9 DE ABRIL DE 1964 A 15 DE MARÇO DE 1967. CNF 1. p. 37. 10 de dezembro de 1981.

Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA)/ br_an_bsb_vaz_122_0067.pdf. O comunismo Internacional e suas tentativas de tomada do poder no Brasil. 23 de dezembro de 1974.

Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA)/ br_an_bsb_vaz_020_086.pdf. Propaganda e subversão contra as Forças Armadas ocidentais. 27 de junho de 1979.

Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_86055594_d0001de0001.pdf. Cópia do boletim “ADNAM NOTÍCIAS” – Ano III – Nº 17 Jan/Fev 86. 18 de abril de 1986, p. 2.

Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85010643_d0001de0001.pdf. CAPA DE ACE. Nº ACE/ANO 10643/85. Relatório. Porto Alegre, 30 de maio de 1964.

Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Fundo Campanha da Mulher pela Democracia/ BR_AN_RIO_PE_0_0_0083_d0001de0001.pdf. Folha da Tarde revela “Operação os Pintassilgos”: Prisão de ex-oficial da Aeronáutica descobriu planos revolucionários. 30 de novembro de 1964.

Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85010643_d0001de0001.pdf. CAPA DE ACE. Nº ACE/ANO 10643/85. Relatório. 30 de novembro de 1964.

Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Fundo Campanha da Mulher pela Democracia/ BR_AN_RIO_PE_0_0_0083_d0001de0001.pdf. Folha da Tarde. Autoridades estendem a rede para elucidação completa da trama: Cópia da “Operação Os Pintassilgos” apreendida num município gaúcho. 1º de dezembro de 1964.

Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85010643_d0001de0001.pdf. CAPA DE ACE. Nº ACE/ANO 10643/85. Relatório. 14 de janeiro de 1965.

Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85012433_d0001de0002.pdf. CAPA DE ACE. Nº ACE/ANO 12433/85. Inquérito Policial Militar sobre a Emboscada Armada Jefferson. 20 de agosto de 1965.

Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85012487_d0001de0001.pdf. CAPA DE ACE. Nº ACE/ANO 12487/85. IPM em Porto Alegre/RS sobre as atividades de brasileiros no Uruguai. 17 de abril de 1966.

Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_85012056_d0001de0001.pdf. VICTOR DE SOUZA COSTA. TERMO DE PERGUNTAS AO INDICIADO. Santa Maria, 1º de abril de 1966.

Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85011274_d0001de0001.pdf. VICTOR DE SOUZA COUTO. FICHA DE INFORMAÇÃO Nº 0936/AM22-Y6. 13 de outubro de 1971.

Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). br_dfanbsb_v8_mic_ptr_dti_prt_0226_d0003de0003.pdf. DI PRT 00226. SEC 3. SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. ALFREDO RIBEIRO DAUDT (EX-Cap.).

Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85011324_d0001de0001.pdf. Cópia de relatório e solução do IPM procedido pelo Cel ERASMO GONÇALVES DE SOUZA, do QGR/3. 12 de maio de 1966.

Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85011324_d0001de0001.pdf. Oficiais subversivos da B.M. 04 de julho de 1966.

Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85011651_d0001de0001.pdf. DCI – Divisão Central de Informações. ISKO GERMER – 1º Ten da BM/RS. Cópia de Folha de Antecedentes. 15 de outubro de 1969.

Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_78110441_an_01_d0001de0001.pdf. Depoimento: Ex-militar conta como se tornou líder terrorista. “O ódio me levou ao terror”. Março de 1978, p. 13-14.

Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84008037_d0002de0002.pdf. MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. VPR no RIO GRANDE DO SUL. 24 de agosto de 1971.

Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA). br_an_bsb_vaz_017_033.pdf. MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA. “Proposição de Planejamento”. 16 de março de 1971.

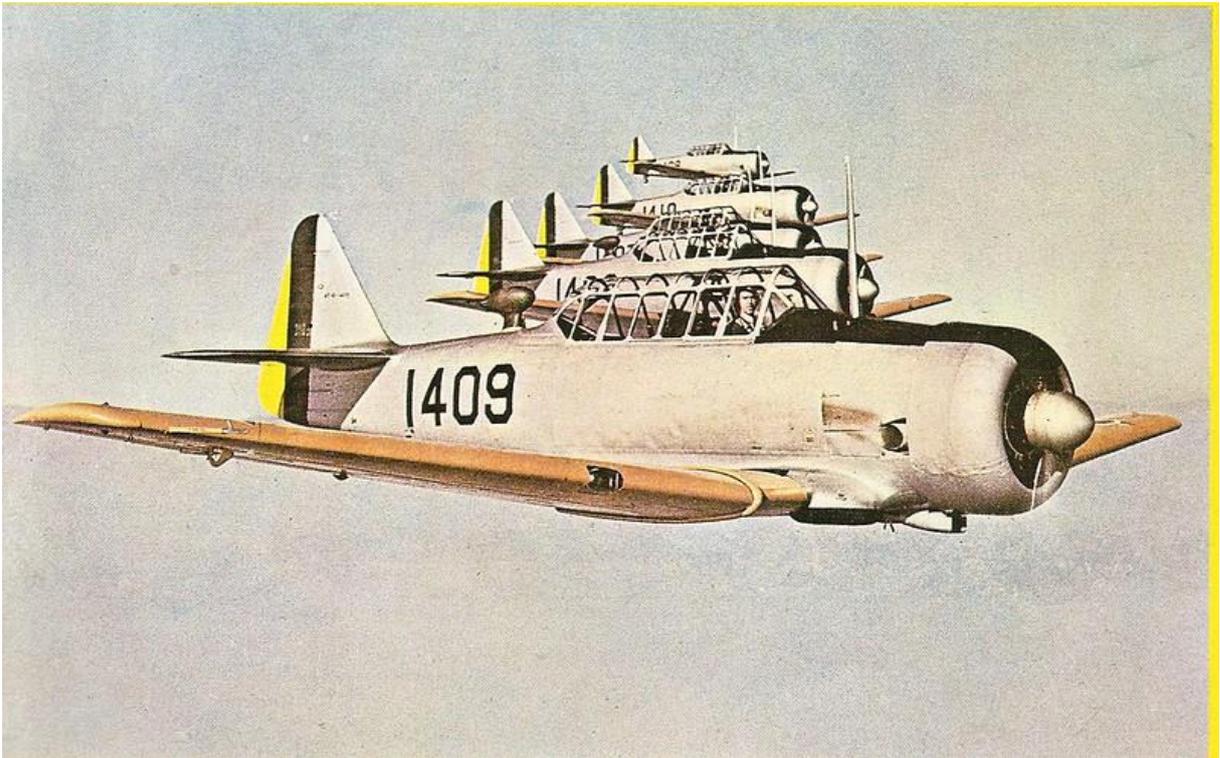
ENTREVISTAS

Entrevista com José Wilson da Silva. Concedida ao autor, em Porto Alegre, em 21.05.2019.

Entrevista com José Wilson da Silva. Concedida ao autor, em Porto Alegre, em 31.10.2019.

Entrevista com Alfredo Daudt Júnior. Concedida ao autor, em Porto Alegre, em 31.10.2019.

ANEXO A – Modelo de avião a ser utilizado na Operação Pintassilgo



North American T-6 Texan

Disponível em: < <https://www.flickr.com/photos/damopabe/2831377267> > Acesso em: 20 fev. 2020

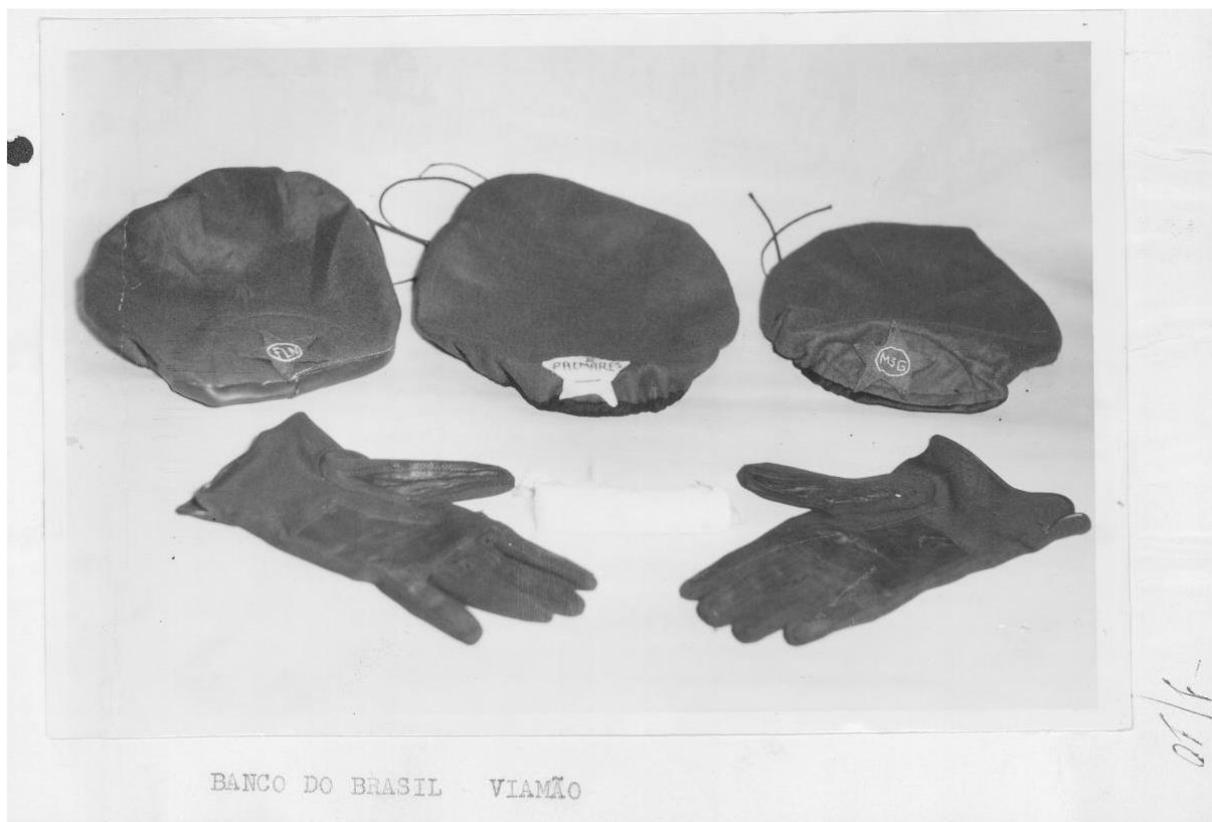
ANEXO B – Jato F-8 Gloster Meteor

Disponível em: < <http://www2.fab.mil.br/musal/index.php/aeronaves-em-exposicao/55-avioes/316-f-8> > Acesso em: 20 fev. 2020.

ANEXO C – Trajeto da Operação Três Passos



Fonte: Arquivo da Universidade do Vale dos Sinos. Serviço Nacional de Informações (SNI). ARS_ACE_012_79-min.pdf. Atuação do *Coojornal* de Porto Alegre/RS. Depoimentos de elementos comunistas. 22 de dezembro de 1978.

ANEXO D – Expropriação do Banco do Brasil de Viamão

Fonte: Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI).
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_70028292_an_01_d0001de0001.pdf. ACE Nº
28292/10. BANCO DO BRASIL VIAMÃO.